

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Samuel Franco dos Santos

**TEORIAS CONSPIRATÓRIAS, AS MASSAS E O “CIDADÃO DE BEM” DA EXTREMA  
DIREITA NO BRASIL:  
uma leitura psicanalítica**

Belo Horizonte  
2024

Samuel Franco dos Santos

**TEORIAS CONSPIRATÓRIAS, AS MASSAS E O “CIDADÃO DE BEM” DA EXTREMA  
DIREITA NO BRASIL:  
uma leitura psicanalítica**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de Concentração: Estudos Psicanalíticos.

Linha de Pesquisa: Conceitos fundamentais em psicanálise e investigações no campo clínico e cultura.

Orientador: Prof. Dr. Gilson de Paulo Moreira Iannini.

150	Santos, Samuel Franco dos.
S237t	Teorias conspiratórias, as massas e o “cidadão de bem” da
2024	extrema direita no Brasil [manuscrito] : uma leitura psicanalítica / Samuel Franco dos Santos. - 2024. 221 f. Orientador: Gilson de Paulo Moreira Iannini.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1. Psicologia – Teses. 2. Psicanálise - Teses. 2. Ciência política – Filosofia - Teses. I. Iannini, Gilson. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

### ATA DE DEFESA DE TESE DE SAMUEL FRANCO DOS SANTOS

Realizou-se, no dia 22 de agosto de 2024, às 14:00 horas, remoto, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada *TEORIAS CONSPIRATÓRIAS, AS MASSAS E O "CIDADÃO DE BEM" DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL: uma leitura psicanalítica*, apresentada por SAMUEL FRANCO DOS SANTOS, número de registro 2020654401, graduado no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Gilson de Paulo Moreira Iannini - Orientador (UFMG), Prof(a). Nádia Laguárdia de Lima (UFMG), Prof(a). Anna Luiza Andrade Coli (UFMG (CAPES/PRINT)), Prof(a). Douglas Garcia Alves Junior (UFOP), Prof(a). Antônio Márcio Ribeiro Teixeira (UFMG).

A Comissão considerou a tese:

) Aprovada

) Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Marcio Ribeiro Teixeira, Professor do Magistério Superior**, em 12/09/2024, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Garcia Alves Junior, Usuário Externo**, em 13/09/2024, às 07:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Luiza Andrade Coli, Usuária Externa**, em 13/09/2024, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilson de Paulo Moreira Iannini, Professor do Magistério Superior**, em 13/09/2024, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Laguárdia de Lima, Professora do Magistério Superior**, em 13/09/2024, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3546628** e o código CRC **ODAEDA79**.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço à minha namorada Viviane, por seu amor, carinho e compreensão nesta jornada. Enfrentamos muitos obstáculos ao longo desses anos, mas nunca abrimos mão de estarmos juntos e de declararmos nosso amor nos momentos bons e ruins.

Agradeço enormemente ao Gilson, meu orientador, pela paciência, dedicação e confiança em mim. O processo não foi nada fácil e, sem sua ajuda e ensino, seria impossível a conclusão desta tese.

Aos meus colegas do grupo de orientação, guardo uma enorme gratidão pelas leituras, dicas e indicações de livros e trabalhos, sem os quais esta tese ficaria fraturada.

Ao meu irmão Marcelo e à minha irmã Carolina que, embora nem sempre presentes, são minha base e a herança mais linda que nossos pais deixaram.

## RESUMO

Este trabalho busca compreender e analisar a ascensão e o crescimento da extrema direita no Brasil do ponto de vista psicanalítico. Como a extrema direita no país, valendo-se de um discurso autoritário, tosco e anticivilizatório, ganhou eleitoralmente não só a presidência, mas também inúmeras cadeiras do Legislativo federal e estadual, bem como elegeu vários governadores? Entender a extrema direita nas suas engrenagens pode lançar luz para que possamos de fato compreendê-la e combatê-la. A psicanálise, nesse sentido, pode trazer grandes contribuições sobre esse fenômeno e sua dinâmica psíquica que leva o sujeito ao extremismo político. O autor tem como hipótese que o engajamento dos sujeitos na extrema direita se dá pelos processos de identificação. Bolsonaro ocupa um lugar de ideal do “Eu”, que esteve no poder e vocifera apenas o que seus seguidores identificam. Na verdade, não há uma conversão do indivíduo tal qual acontece nas religiões, mas, sim, uma identificação. Nesse sentido, o bolsonarismo é anterior ao próprio Bolsonaro. Ou seja, Bolsonaro é apenas uma encarnação de um discurso racista, misógino, homofóbico e machista enraizado há muito tempo na sociedade brasileira que, valendo-se da técnica discursiva neopentecostalista de forma secularizada, cria inimigos políticos em série. Dessa maneira, ele conseguiu aglutinar os sujeitos e transformá-los numa massa. O bolsonarismo, dessa forma, não tem um projeto político efetivo para a pólis, mas constitui uma visão de mundo própria do que há de pior em nossa sociedade. Lançando mão de discursos conspiratórios (alicerce da extrema direita brasileira) e *fake news* que engendram fantasias, paranoias, ilusões, projeções e negacionismos, sobretudo com a ajuda das mídias sociais e seus algoritmos, cria-se uma realidade alternativa, um inimigo comum, formando uma massa de sujeitos que se creem “cidadãos de bem”, dispostos a eliminarem, simbolicamente ou fisicamente, seus antagonistas. O autor conclui que, para enfrentarmos a extrema direita no Brasil e, de fato, sermos um país de democracia social e política plena, não basta apenas recordarmos nossa história como nação para não repetir os erros do nosso passado nefasto: é preciso, acima de tudo, perlaborar nossa história por meio de políticas efetivas e não paliativas, sem que haja qualquer violação dos direitos humanos nas áreas de segurança, saúde, educação e economia, o que, de fato, incluiria o sujeito marginalizado no bojo da cidadania.

Palavras-chave: “cidadão de bem”; extrema direita; identificação; massas; psicanálise; teorias conspiratórias.

## ABSTRACT

This work seeks to analyze and understand the ascent and growth of the far-right in Brazil from a psychoanalytic point of view. How did the far-right in the country, using an authoritarian, crude and anti-civilization discourse, win electorally not only the presidency, but numerous seats in the federal and state legislature as well as electing several governors? Understanding the far-right in its gears can shed light so that we can actually understand and combat it. Psychoanalysis, in this sense, can bring great contributions to this political phenomenon and its psychic dynamics that lead the subject to political extremism. The author hypothesizes that the engagement of subjects in the far-right occurs through processes of identification. Bolsonaro is a Self that was in power and, at the same time, an Idealized Self, an Ideal Self, that only shouts what his followers identify. In fact, there is no conversion of the individual as happens in religions, but rather an identification. In this sense, Bolsonarism predates Bolsonaro himself. In other words, Bolsonaro is just an incarnation of a racist, misogynistic, homophobic, sexist discourse long rooted in Brazilian society which, using the neo-pentecostalist discursive technique in a secularized way, creates serial political enemies. In this way he managed to bring the subjects together and transform them into a mass. Bolsonarism, in this way, does not have an effective political project for the *polis*, but it constitutes a worldview specific to the worst in our society. Using conspiratorial speeches (the foundation of the Brazilian far-right) and fake news that engenders fantasies, paranoia, illusions, projections and denialism, and, above all, with the help of social media and their algorithms, an alternative reality is created, a common enemy, and a mass of subjects who believe they are “good citizens”, willing to symbolically or physically eliminate their antagonists. The author concludes that in order to face the far-right in Brazil, and in fact become a country of full social and political democracy, it is not enough to just remember our history as a nation so that we cannot repeat the same mistakes of our disastrous past. We need, above all, to develop our history through effective and non-palliative policies without any violation of human rights in the areas of security, health, education and economics that actually include the marginalized subjects within the scope of citizenship.

Keywords: far-right; pastas; “good citizen”; conspiracy theories; identification; psychoanalysis.

## LISTA DE SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
Cesop	Centro de Estudos de Opinião Pública
DLP	Docentes pela Liberdade
IMB	Instituto Mises Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
SBPSP	Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Unificado de Assistência Social
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA</b> .....	<b>27</b>
<b>1.1 MARXISMO CULTURAL: UMA NARRATIVA CONSPIRATÓRIA</b> .....	<b>28</b>
<b>1.2 AS BASES MITOLÓGICAS PSICANALÍTICAS DO COMPLÔ</b> .....	<b>33</b>
<b>1.3 ARQUITETURA DA NARRATIVA CONSPIRATÓRIA</b> .....	<b>36</b>
<b>1.4 TEORIAS CONSPIRATÓRIAS, PÓS-VERDADE E <i>FAKE NEWS</i></b> .....	<b>44</b>
<b>1.5 FANTASIA COMO ARQUITETURA DO CONSPIRACIONISMO</b> .....	<b>50</b>
<b>1.6 TEORIAS CONSPIRATÓRIAS E NEGAÇÃO</b> .....	<b>53</b>
<b>1.7 CRENÇA CONSPIRATÓRIA E PARANOIA</b> .....	<b>56</b>
1.7.1 <i>Psicanálise, paranoia e conspiração</i> .....	<b>57</b>
1.7.2 <i>Sobre o conhecimento paranoico</i> .....	<b>61</b>
<b>1.8 CRENÇA CONSPIRATÓRIA, IDENTIFICAÇÃO E NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS</b> .....	<b>67</b>
<b>1.9 CRENÇA CONSPIRATÓRIA E PROJEÇÃO</b> .....	<b>71</b>
1.9.1 <i>A falsa projeção</i> .....	<b>72</b>
<b>1.10 CRENÇA CONSPIRATÓRIA E ILUSÃO</b> .....	<b>73</b>
<b>1.11 CRENÇA CONSPIRATÓRIA COMO RECUSA</b> .....	<b>75</b>
<b>1.12 CRENÇA CONSPIRATÓRIA E DESAMPARO</b> .....	<b>79</b>
<b>CAPÍTULO 2 A PROPAGANDA FASCISTA E A RETÓRICA DO ÓDIO</b> .....	<b>82</b>
<b>2.1 A PROPAGANDA FASCISTA</b> .....	<b>85</b>
2.1.1 <i>O líder fascista e o ritual propagandista</i> .....	<b>89</b>
<b>2.2 PSICOLOGIA DAS MASSAS BOLSONARISTAS: UMA LEITURA A PARTIR DE ADORNO E FREUD</b> .....	<b>97</b>
<b>2.3 A ASCENSÃO E A DINÂMICA DAS MASSAS DIGITAIS BOLSONARISTAS</b> .....	<b>110</b>
2.3.1 <i>Os algoritmos e o perigo democrático</i> .....	<b>112</b>
<b>2.4 A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL</b> .....	<b>118</b>
2.4.1 <i>O guru do bolsonarismo</i> .....	<b>119</b>
2.4.2 <i>Os think tanks: uma Weltanschauung neoliberal</i> .....	<b>123</b>
2.4.3 <i>Os movimentos antiestruturais</i> .....	<b>127</b>
<b>2.5 AS MASSAS DIGITAIS BOLSONARISTAS</b> .....	<b>131</b>
<b>2.6 DE BOLSONARO A “MITO”</b> .....	<b>136</b>
<b>2.7 A TEOLOGIA DO DOMÍNIO BOLSONARISTA</b> .....	<b>147</b>
<b>CAPÍTULO 3 O “CIDADÃO DE BEM” E A EXTREMA DIREITA</b> .....	<b>154</b>
<b>3.1 “CIDADÃO DE BEM”: A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO</b> .....	<b>154</b>
<b>3.2 O NEOLIBERALISMO E A LÓGICA DO CONDOMÍNIO</b> .....	<b>158</b>
3.2.1 <i>Neoconservadorismo e laço social no neoliberalismo</i> .....	<b>163</b>
<b>3.3 UMA RADIOGRAFIA DO “CIDADÃO DE BEM”</b> .....	<b>167</b>
<b>3.4 BIOPOLÍTICA, RACISMO E “CIDADÃO DE BEM”</b> .....	<b>177</b>
3.4.1 <i>Racismo como elemento central do “cidadão de bem”</i> .....	<b>177</b>
3.4.2 <i>O gozo do Outro e o ódio do “cidadão de bem”</i> .....	<b>184</b>
<b>3.5 O SUPEREU E A PULSÃO DE MORTE COMO NORTEADORES DO “CIDADÃO DE BEM”</b> .....	<b>188</b>
<b>3.6 “CIDADÃO DE BEM”: ENTRE O NARCISISMO E O ÓDIO</b> .....	<b>194</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>203</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>208</b>

## INTRODUÇÃO

No dia 30 de outubro de 2022, após o início da apuração da eleição presidencial, observou-se um verdadeiro frenesi entre os grupos bolsonaristas com a possibilidade de o então presidente Bolsonaro se reeleger. Quando o candidato Lula passou à frente na apuração dos votos, nos grupos de WhatsApp bolsonaristas, começaram a circular pedidos de orações em todo país. Após a vitória do petista, mais precisamente no dia 31 de outubro de 2022, aproximadamente 400 pontos de estradas no Brasil foram bloqueados. Os bolsonaristas começaram, então, a pedir intervenção militar baseados na interpretação equivocada do artigo 142 da Constituição Federal. No dia 4 de novembro, Bolsonaro gravou um vídeo solicitando aos seus apoiadores “dessosbistruirem” as estradas. Seus seguidores interpretaram a palavra erroneamente dita pelo ex-presidente, “desosbistruir”, como pedido de socorro. Mas como? Ora, se a palavra correta é desobstruir, o “de**SOS**bistruir” foi um pedido de ajuda cifrado de Bolsonaro, pois ela continha em seu bojo um significado: SOS. A multidão então começou a acampar em frente aos quartéis usando a palavra de ordem: “*SOS forças armadas*”.

No dia 7 de novembro, houve a convocação para uma greve geral nas redes sociais bolsonaristas, acreditando que tal colapso levaria à intervenção militar no país após 72 horas de paralisação. Em 12 de novembro de 2022, dia da diplomação do presidente Lula e do vice-presidente Geraldo Alckimin, houve uma tentativa de invasão à sede da Polícia Federal por parte dos bolsonaristas. Na tentativa, ocorreu queima de carros e de ônibus com o objetivo de promover o caos e, com isso, provocar a famigerada intervenção militar, com o intuito de impedir a diplomação dos eleitos. No dia 18 de novembro de 2022, Braga Neto, candidato a vice de Bolsonaro em 2022, deu uma declaração pedindo que a massa bolsonarista não desistisse; pois, em breve, eles teriam boas novas. O ponto culminante foi em 24 de dezembro, quando ocorreu a tentativa fracassada do atentado à bomba no aeroporto de Brasília e, posteriormente, a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023. Tudo isso ocorreu porque os sujeitos bolsonaristas acreditavam que a eleição de 2022 havia sido fraudada, com base em uma teoria conspiratória acerca do código-fonte alterada.<sup>1</sup> Essa teoria conspiratória inflamou ainda mais a extrema direita em decorrência do silêncio de Bolsonaro e da anuência dos militares do alto escalão, que não reconheceram sua derrota. Diante disso, nos perguntamos: O que levou uma grande parte da população brasileira a ter uma fidelidade canina em relação à figura do ex-presidente Bolsonaro, apesar de todas as atrocidades cometidas em seu governo? O que leva essas massas a acreditarem fielmente em teorias

---

<sup>1</sup> *Fake news sobre código-fonte da urna mobilizou golpistas em Brasília. (2023). Uol.*

conspiratórias e *fake news* claramente absurdas? Que efeito o discurso da extrema direita produz no sujeito? Tentaremos elucidar essas perguntas ao longo desta tese.

A extrema direita mundial vem crescendo nos últimos anos. A ascensão dessa ideologia política não pode ser considerada um fato isolado e restrita a poucos países, mas, sim, um fenômeno transnacional que se encontra em expansão em todos os continentes. Em cada país, a extrema direita possui uma pauta própria, revestida de uma camada comum a todas elas, isto é, a criação do *bode expiatório*, quais sejam: o imigrante, o mulçumano, os partidos de esquerda, o feminismo, os homossexuais, etc., de um lado, e o autoritarismo e o nacionalismo fundamentalista de outro lado, bem como o ataque às instituições democráticas. Através de discursos moralistas e nacionalistas, advogam defender valores conservadores e, em alguns países, apelam à determinada religião ou a Deus, revestindo-se de uma roupagem antissistema, que promete soluções simplistas e rápidas no que tange à segurança, ao desemprego, à economia e, sobretudo, à corrupção. Cas Mudde (2022), em seu livro *A extrema direita de hoje*, percebe que, embora a

extrema direita vise principalmente os “Outros” étnicos e raciais, internos e externos ao país, a questão da corrupção está quase exclusivamente ligada a pessoas do grupo interno. A corrupção é frequentemente misturada com autoritarismo, nativismo e, particularmente, populismo. É uma “elite” específica que está ligada à corrupção. Por um lado, são os poderosos, nomeadamente os políticos tradicionais, mas também muitas vezes as elites económicas, que são acusados de roubar ao povo. Por outro lado, é uma elite política, amplamente descrita como “a esquerda”, que é acusada de corromper a nação com ideias “pós-modernistas” e “marxistas culturais” (p. 15).

O autor irá refazer a história da extrema direita por meio de quatro movimentos que ocorreram no pós-Segunda Guerra. A primeira onda ocorreu após o fim do conflito, em que existiam e persistiam pequenos grupos de fascistas que permaneceram leais à causa e, na medida em que esses agrupamentos quiseram permanecer politicamente ativos, enfrentaram um clima jurídico e político hostil. A segunda onda se deu entre 1955 a 1980, e foi caracterizada por movimentos anticomunistas e antimigratórios, sobretudo de cidadãos dos países colonizados, por oposição aos direitos dos negros e pelas críticas às elites políticas e económicas. A terceira onda se deu entre 1980 e 2000 e, alimentados pelo desemprego e pela imigração em massa, os partidos de extrema direita começaram, lentamente, a ganhar espaço nos parlamentos nacionais. E, por fim, segundo Cas Mudde (2022, p. 20), a quarta onda foi marcada pela consolidação, naturalização e heterogeneidade da extrema direita, que lucrou eleitoralmente e politicamente com as crises oriundas de três situações: os ataques do 11 de setembro, a grande recessão de 2008 e a crise dos refugiados de 2015. “Todas as democracias ocidentais foram afetadas, embora de formas diferentes, abalando o *status quo*

político nacional e internacional, e dando origem a uma onda sem precedentes de protestos islamofóbicos e populista” (Cas Mudde, 2022, p. 20).

Para Reich (1933/2009), em sua obra *Psicologia de massas do fascismo*, as massas não apenas são vítimas dos governos (totalitários ou não), pois eles as dirigem, mas elas os sustentam, ou seja, sem a permissão das massas, não existiriam seus opressores. O fascismo, nesse sentido, não é a invenção de um único sujeito ou de um grupo de indivíduos, mas de um conjunto de valores e ideais que já estavam impregnados em determinada sociedade. O que fizeram Hitler e Mussolini, no passado, assim como Bolsonaro, Trump, Orban, Milei, Netanyahu, atualmente, foi amplificar o ódio reprimido nas massas. De acordo com Reich (1933/2009, p. 32), “um *führer* ou representante de uma ideia só pode ter êxito [...] quando a sua visão individual, a sua ideologia ou o seu programa, encontram eco na estrutura média de uma ampla camada de indivíduos”. O líder da extrema direita é a personificação da nação que promete proteger seus eleitores, dando-lhes segurança e bem-estar e, dessa forma, ele

atrai as atitudes emocionais que foram em dado momento devidas ao pai, severo, mas também protetor e poderoso (poderoso na visão da criança) [...]. O indivíduo reacionário da classe média baixa descobre-se no *führer*, no Estado autoritário. Devido a essa identificação, sente-se defensor da “herança nacional”, da “nação”, o que não impede que, ao mesmo tempo e também em consequência desta identificação, despreze as “massas”, opondo-se a elas como indivíduo. A sua situação material e sexual miserável é escamoteada pela exaltação da ideia de pertencer a uma raça dominante e de ter um *führer* brilhante, de tal modo que deixa de perceber, com o passar do tempo, quão profundamente se deixou reduzir a uma posição insignificante de cega submissão (Reich, 1933/2009, p. 57-58).

Essa estrutura psíquica presente nas massas é resultante de uma sociedade adoecida, em que afetos recalçados se transformam em culpabilização do desejo e do prazer. Esse recalçamento, segundo Reich, é oriundo de dois fatores: família patriarcal autoritária e misticismo; visto que, “somente quando a estrutura de personalidade do *führer* corresponde às estruturas de amplos grupos, um *führer* pode fazer história.” (Reich, 1933/2009, p. 32).

Observamos, em vários programas progressistas, que a crítica do atual governo se dá pela forma como ele se comunica com a população, os quais acreditam que, se o governo se comunicar melhor, sobretudo nas mídias digitais, será capaz de fazer frente à extrema direita. Acreditamos que, embora a comunicação seja importante, ela está longe de ser o problema. A questão não está na forma de transmitir a informação, mas, sim, nos processos identificatórios. Vemos tanto em Trump quanto em Bolsonaro, entre outros líderes da extrema direita, uma estética em seu discurso, uma medida exata para trazer à tona os sentimentos mais hostis e histéricos da massa, seja, por exemplo, pelo perigo do imigrante, no caso dos EUA e da Europa, seja pelo comunismo, no Brasil. Souza e Volpi (2022, p. 6), no artigo “O

fascismo na visão de Wilhem Reich e suas relações com a história e a sociologia brasileira”, observam que a força da extrema direita está no seu poder de criar um sentimento de pertencimento ao sujeito. Segundo os autores,

o poder aglutinador do fascismo [...] age ativamente na construção de uma identidade e no sentimento de pertencimento do sujeito ao seu ideário. Isto é o que falta muitas vezes ao movimento revolucionário; responder as demandas de acordo com o potencial de entendimento de cada um (Souza; Volpi, 2022, p. 6).

De acordo com Nicolau (2020, p. 9), em sua obra *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de 2018*, a eleição de Bolsonaro ao cargo de presidente da República é o feito mais notável da história das nossas eleições, visto que o candidato concorreu por meio de um partido extremamente pequeno, seu orçamento era quase igual ao de alguns deputados federais e, durante o primeiro turno, tinha o menor tempo no horário eleitoral “que um candidato competitivo já teve em uma disputa para presidente” (p. 9). Sua campanha foi o contrário do que os manuais sugeririam, ou seja, seu discurso não foi moderado e ele tampouco tentou persuadir o eleitor indeciso. “Bolsonaro foi vitorioso na maioria das grandes cidades do Brasil e conquistou o apoio dos homens e dos evangélicos como nenhum candidato antes dele” (p. 9). Tudo isso foi possível graças a fatores conjunturais e estruturais sobre os quais Solano (2018), em seu artigo “Crise da democracia e extremismos de direita”, irá se debruçar.

Do ponto de vista conjuntural, o *impeachment* de Dilma Rousseff foi um processo que enfraqueceu dramaticamente a ordem democrática, ocasionando degradação e perda de confiança das bases representativas da sociedade. Ele, somado a uma imprensa que, à época, comportava-se mais como partido político a um órgão informativo, e a um congresso pulverizado partidariamente de maioria conservadora, o qual demonstrava, por meio de alguns representantes políticos, a absoluta falta de respeito com o processo democrático, foram razões que aumentaram a crise política concomitante à crise econômica que gerou um mal-estar na sociedade brasileira. O desemprego em alta e o aumento da vulnerabilidade em vários estratos da sociedade potencializaram o desgaste do governo petista na sociedade brasileira. Por outro lado, a operação Lava Jato esbanjava abusos judiciais, baseada numa cruzada moralista, populista, espetacularizada e punitivista contra a corrupção, transformando-se em um instrumento de alto risco antidemocrático (Solano, 2018).

A nova configuração da sociedade brasileira também é um fator que não pode ser menosprezado. A diminuição da pobreza, o aumento das taxas de emprego, a criação de políticas de transferência de renda, que retiraram milhões da miséria, a inclusão do sistema de cotas, que permitiu que negros e pardos ingressassem em universidades públicas; o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que permitiu a entrada dos pobres

em universidades privadas; o Programa Mais Médicos, que deu acesso à saúde pública e ao acompanhamento a populações que não tinham médicos em municípios do interior, nas periferias das grandes cidades, etc., modificaram a estrutura das regiões mais pobres do país e transformaram consideravelmente o comportamento social brasileiro nas últimas décadas.

Contudo, a classe média começou a enxergar essas conquistas como privilégios e se viu ameaçada com a ascensão das camadas populares. O ódio em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT) tem origem nessa nova morfologia social. Outro fator que devemos considerar é que a esquerda se transformou num partido que, por quatorze anos, ocupou lugar de poder, gerando gradualmente o afastamento das camadas populares e, com isso, provocou novas preferências eleitorais em algumas dessas novas classes médias, que se afastaram e se desidentificaram com o petismo (Solano, 2018).

Com a perda da base popular, a esquerda permitiu o enraizamento das igrejas nas periferias, sobretudo as neopentecostais,<sup>2</sup> e elas se tornaram um novo e importante ator social e político. Muitas dessas igrejas (embora não seja atual) são alinhadas às políticas neoliberais na propagação de valores capitalistas, como a meritocracia e a individualização do esforço. Essa perda de base popular alçou o crescimento da bancada evangélica e, com isso, deu poder, através de representantes fundamentalistas, o que culminou com a inviabilidade das pautas progressistas e, ao mesmo tempo, aumentou as pautas de costumes (Solano, 2018).

Esse conjunto de fatores que ocorreu no Brasil gerou uma explosão de grupos neoconservadores e de extrema direita, os quais foram impulsionados pelas manifestações de junho de 2013 e de 2015 – uma das primeiras manifestações contra o governo Dilma. De acordo com o artigo de Gallego, Moretto e Ortellado (2017), “‘Guerras culturais’ e ‘populismo

---

<sup>2</sup> Neopentecostalismo refere-se a um movimento dentro do cristianismo evangélico, caracterizado por certas práticas, teologias e ênfases que se diferenciam do pentecostalismo clássico. Enquanto o pentecostalismo tradicional surgiu no início do século XX e enfatizava experiências espirituais, como o batismo no Espírito Santo, falar em línguas e curas divinas, o neopentecostalismo emergiu posteriormente com uma série de características distintas: **Teologia da prosperidade**: que ensina que a fé pode ser um meio para alcançar sucesso material e financeiro na vida terrena. Isso inclui a ideia de que Deus deseja que seus seguidores sejam prósperos e saudáveis, desde que tenham fé e façam ofertas e doações para a igreja; **Ênfase em milagres e curas**: assim como no pentecostalismo clássico, o neopentecostalismo valoriza experiências espirituais intensas, como curas milagrosas e libertação de possessões demoníacas, frequentemente durante cultos de adoração emocionais e carismáticos; **Abordagem pragmática e contextualizada**: neopentecostais frequentemente adotam uma abordagem pragmática para a religião, aplicando princípios bíblicos de forma a lidar diretamente com problemas cotidianos, como saúde, finanças e relacionamentos; **Influência da mídia e tecnologia**: muitas igrejas neopentecostais usam intensivamente mídias modernas, como televisão, rádio e internet para alcançar um público maior e promover suas mensagens e eventos; **Ênfase na autoridade espiritual**: líderes neopentecostais são frequentemente vistos como possuidores de uma autoridade espiritual especial, capazes de conduzir milagres e interceder diretamente por seus seguidores; **Diversidade de práticas e crenças**: o neopentecostalismo não é homogêneo e pode variar significativamente em suas práticas, teologias e ênfases, dependendo da denominação ou da igreja específica. Esse movimento tem crescido substancialmente em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, exercendo uma influência significativa na cultura e na política, principalmente a partir da década de 2010.

antipetistas' nas ruas de 2017", o antipetismo foi o fator que aglutinou e causou mobilização nas massas. Ele se tornou um significante vazio que não expressa particularidades, mas uma mescla de significados variados a partir desse vazio. E é nessa amplitude semântica que reside sua força como mobilizador de massas e coesão. "São grupos de fato heterogêneos, mas cuja identidade coletiva se define com base em um antipetismo muito presente." (Solano, 2018, p. 4). Bolsonaro surfou nessa nova realidade e construiu sua base no antipetismo e na ideia de que o PT é o partido mais corrupto do Brasil, atacando-o de maneira moralista, autoritária e demagógica.

Além do antipetismo, com os avanços da operação Lava Jato para outros partidos, a criação da imagem do político corrupto chegou a tal ponto que um passou a ser sinônimo do outro. Essa opinião pública sofreu um processo de demonização, visto que "o político corrupto representa o 'mal' e o juiz o 'bem', numa visão dualista e pseudo-religiosa da realidade." (Solano, 2018, p. 5). O corrupto tornou-se um sujeito destituído de seus direitos e seus direitos e suas garantias passaram a ser apenas um entrave, pois o "mal" tem que ser eliminado. Nesse sentido, o rótulo de corrupto não precisaria mais da chancela da justiça. É no julgamento social das redes digitais e na justiça penal do espetáculo que se chega à conclusão da culpabilidade do sujeito.

A ausência de respostas factíveis para a população como justificativa aos diversos problemas sociais que o país enfrentava, sobretudo na segurança pública, colocou a extrema direita em pauta com um discurso punitivista e moralista, o qual se escora na questão da guerra às drogas, no estado policalesco e na militarização da segurança pública (Solano, 2018).

Dentre os fatores estruturais, podemos citar as imensas e rápidas transformações sociais implementadas pelas mídias sociais, somadas à substituição do espaço público de debate pelo protagonismo dos meios de comunicação em massa, em que os sujeitos, além de serem assujeitados pelo imperativo do gozo através de ofertas de felicidade e riqueza instantânea, foram mobilizados muito mais pelos afetos e pelas promessas de satisfação, produzindo novos padrões de sociabilidade e comportamentos políticos que têm em sua base o neoliberalismo, o qual, na atualidade, atravessa todas as esferas da existência humana para além da econômica. Foi por meio dessas transformações que a extrema direita brasileira ou o bolsonarismo encontrou uma maneira de se expandir por um viés neoliberal econômico e, ao mesmo tempo, neoconservador.

Redução do Estado, restrição dos direitos trabalhistas e cortes no orçamento em diversas políticas públicas, seja na cultura, seja na assistência social, seja na educação, seja na saúde, por exemplo, ganharam legitimação em discursos reacionários conspiratórios ou, às vezes, com justificativas pseudo-religiosas. Tudo isso levou à demonização da política tradicional, que passou a ser vista como algo desnecessário e prejudicial. "É a politização da

antipolítica e o triunfo do ‘não sou político, sou gestor.’” (Solano, 2018, p. 7). Nesse sentido, de acordo com Solano (2018), nossa democracia foi sendo substituída por uma *corporocracia*, ou seja, as grandes decisões políticas não são mais debatidas com a população, mas pelas grandes concentrações privadas de capital que passaram a enxergar a democracia como um instrumento para atingir maiores níveis de intervenção política e, sobretudo, o lucro. “A democracia, portanto, passou a ser um acessório do capitalismo, que é o verdadeiro coração do sistema. O âmbito do poder decisório está totalmente afastado da população e fica na órbita das grandes empresas e oligarquias políticas.” (Solano, 2018, p. 7).

No referido tipo de sistema, o capital passou a ser o norteador de tudo, ou seja, as condições de existência só se tornam possíveis dentro dele. A hiperprodutividade, somada a uma visão meritocrática, levou milhões de sujeitos à precariedade e à vulnerabilidade, no âmbito do trabalho, e tantos outros a uma situação de desemprego. O controle do capital sobre o sujeito se faz de maneira sofisticada, mas perversa e sutil, pois leva o sujeito debilitado socialmente a acreditar que ele é um “empreendedor” ou “patrão de si mesmo”, ainda que ele esteja cada vez mais pauperizado.

Mbembe (2017), em seu livro *Políticas da inimizade*, descreve o neoliberalismo como uma expansão da condição negra, ou seja, a transformação da sociedade em um conjunto de sujeitos subalternizados. Essa condição leva o sujeito a uma situação cada vez maior de incerteza e insegurança. Toda essa condição fragiliza as mobilizações coletivas em torno da luta de classes e trabalhistas e, ao mesmo tempo, transforma esse sujeito em mero consumidor. Como consequência social, tem-se o aumento do sofrimento psíquico da população, produzido pelo neoliberalismo; porém, esse sofrimento não é visto pelo sujeito como produto do capital e que atravessa a todos; mas, como individual, gerando, assim, sujeitos atravessados pela culpa e pelo fracasso. “A meritocracia toma o lugar da politização do sofrimento.” (Solano, 2018, p. 8).

Diante da crise da representatividade política, em que os partidos seguem a lógica das elites empresariais e, conseqüentemente, ficam distantes da população, o voto passou a ser cada vez mais um momento cartorial na vida do sujeito, e não um exercício de cidadania. Essa crise afeta ainda mais a esquerda política, que, incapaz de produzir respostas diferentes às exigências do neoliberalismo, junta-se a uma direita mais moderada, descaracterizando sua identidade e provocando reações extremistas (Solano, 2018). Como consequência do populismo da extrema direita, é possível observar os votos em Bolsonaro, que oferecem respostas, ainda que simplórias, ao desamparo e ao medo social.

Assim, “as narrativas do [...] ‘bandido bom é bandido morto’, ganham força e expressividade numa realidade em que o neoliberalismo oferece respostas existenciais insuficientes aos milhões de sujeitos descartáveis, pauperizados e fadados a um não-lugar, a um não-pertencimento sociopolítico.” (Solano, 2018, p. 8). A ideia, ou melhor, a criação do

inimigo, tornou-se a retórica que justifica todas as violências, e o pânico moral passou a ser o argumento central do debate político.

Esse debate que circulará sobretudo nas redes sociais é dominado por uma narrativa que colocará temas como gênero e orientação sexual como pautas moralizantes e a segurança pública com viés punitivista. Tal debate é a expressão da guerra cultural que tomou os Estados Unidos a partir do final da década de 1980, em que havia “de um lado um conservadorismo punitivo, autoritário e antipluralista e, de outro, um progressismo inclusivo.” (Solano, 2018, p. 9). Esse contexto possibilitou o aparecimento de uma massa da extrema direita que se valerá do medo e da retórica do inimigo como instrumento mobilizador tendo como pauta os valores da família tradicional e da ordem, da hierarquia, da moral e da autoridade frente à suposta libertinagem do campo progressista.

o combate direto a questões identitárias (antifeminismo, por exemplo) como defesa de uma identidade masculina, heterossexual e cis, claramente antipluralista, que parece estar sob ataque; o combate ao conhecimento científico, a utilização de *fake-news* e a exploração do senso comum na dinâmica da pós-verdade demagógica, que entende o adversário político como inimigo a aniquilar; narrativas antipolíticas e estimulação do descrédito institucional e político e o sentimento de repúdio e vergonha (a política não serve, a política é corrupta, suja) e apresentação como anti-*mainstream*, *outsiders* e anti-*establishment*; utilização do discurso de ódio legitimado como sendo liberdade de expressão; banalização do ódio ou apresentando-o com roupagem juvenil, folclórico, “memeficado”; proximidade com os “perdedores da globalização”, as classes médias e também as classes populares, estas últimas que, tradicionalmente, votaram em partidos de esquerda, mas que hoje se sentem traídos por estes mesmo partidos; teatralização, utilização das redes sociais como canais de comunicação e proximidade com a população; utilização de uma narrativa combativa contra as elites políticas e construção do discurso meritocrático do *self-made man* da centralidade do trabalho e esforço individuais (Solano, 2018, pp. 9-10).

Diante disso, temos que o bolsonarismo não é apenas uma ideologia política, mas sim uma visão de mundo autoritária, neoliberal, reacionária com contornos pseudo-religiosos e negacionista, que unifica os sujeitos de diversas classes sociais através da identificação por meio de símbolos como ordem, família, pátria e Deus, e cria antagonismos com relação à esquerda e tem como crítica a “ideologia de gênero”, os movimentos feministas e a LGBTQIA+ e toda ideia de direitos humanos que envolvam temas em relação à educação e à segurança pública, bem como políticas públicas sociais de inclusão e mobilidade social.

A base de sustentação da narrativa do bolsonarismo e da extrema direita, em geral, encontra-se na formação de teorias conspiratórias em série. Compreendemos que todo alicerce discursivo bolsonarista é conspiracionista. É através das conspirações que se criam inimigos imaginários, realidades alternativas, *fake news* e sua base se mantém mobilizada. Não é à toa que a discussão sobre a regulamentação da internet no Brasil tem causado um verdadeiro frenesi entre os bolsonaristas, que alegam estarem sofrendo tentativa de censura,

sobretudo do judiciário. Se a extrema direita não puder alimentar sua base com conspiracionismos nas redes sociais, sua massa perderá força significativamente. Vale destacar que o que está em jogo não são as teorias conspiratórias em si, pois elas já são encontradas em abundância nas redes sociais antes mesmo da expansão da extrema direita. A questão são as teorias conspiratórias criminosas sustentadas por *fake news* e que colocam em risco determinados grupos de sujeitos, a política e a própria democracia.

Conforme Empoli (2019, p. 13), em sua obra *Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*, as *fake news* e as teorias da conspiração obtêm sucesso através das redes sociais porque elas se alimentam dos afetos negativos dos sujeitos e, com isso, garantem maior mobilização das massas.

o jogo não consiste mais em unir as pessoas em torno de um denominador comum, mas, ao contrário, em inflamar as paixões do maior número possível de grupelhos para, em seguida, adicioná-los, mesmo à revelia. Para conquistar uma maioria, eles não vão convergir para o centro, e sim unir-se aos extremos.

O que se esconde por trás das *fake news* e das teorias conspiratórias encontra-se em uma lógica bastante sólida. As verdades alternativas não apenas desinformam, mas também são, acima de tudo, um instrumento de propaganda. As *fake news* são criadas para confirmar determinada teoria conspiratória e, segundo Empoli (2019), servem como vetor de coesão. Os complôs funcionam nas redes sociais porque provocam fortes emoções, discussões, polêmicas, indignação e raiva. E esses afetos agrupam, geram clique e mantêm os sujeitos mobilizados em suas bolhas virtuais.

Bolsonaro, ao fazer das notícias falsas e dos conspiracionismos sua visão de mundo, consegue se destacar “da mandada dos comuns” (Empoli, 2019, p. 15). Tanto no Brasil quanto na Europa as mentiras são apelativas, pois catalisam afetos como o medo e as aspirações de uma massa de eleitorado que cresce cada vez mais, enquanto os fatos objetivos que poderiam fazer frente às *fake news* se inserem em um discurso que não é mais tido como crível. O que é verdadeiro é a mensagem no seu conjunto, que corresponde aos sentimentos e às sensações da massa. Dessa forma, segundo Empoli (2019, p. 15),

a cólera de alguns meios populares, que se fundamenta sobre causas sociais e econômicas reais; e uma máquina de comunicação superpotente, concebida em sua origem para fins comerciais, transformada em instrumento privilegiado de todos aqueles que têm por meta multiplicar o caos.

A diferenciação entre “nós” e “eles” está implícita na estrutura básica de uma teoria da conspiração. Observa-se que, em quaisquer teorias conspiratórias, “eles” são um conjunto de

sujeitos conspirando para prejudicar o “nós”. Uma conspiração é, por definição, uma coalização ou um grupo composto, no caso da extrema direita no Brasil, por políticos comunistas, professores marxistas, feministas, comunidade LGBTQIA+, etc. Os conspiracionistas geralmente não conspiram contra apenas um sujeito (embora isso possa ser verificado em sujeitos com transtornos paranoicos), eles conspiram contra um coletivo de sujeitos. Segundo Van Prooijen (2018), em *The psychology of Conspiracy Theories*, os sujeitos têm uma tendência em categorizar o mundo social em “nós” x “eles”.

No que tange à política, de acordo com Goertzel (1994), em uma pesquisa que deu origem ao seu artigo “Belief in conspiracy theories”, quanto mais um sujeito se sente alienado da política, maior a probabilidade de ele acreditar em teorias da conspiração políticas. Mas, por que isso ocorre? Porque os sujeitos que se sentem alienados da política enxergam os políticos como “eles”, e não como “nós”. As teorias da conspiração, nesse sentido, giram em torno do “nós”, e as vítimas são “eles”, conspiracionistas poderosos e malignos (Van Prooijen, 2018).

Isso sugere que as teorias conspiratórias fazem parte do conflito com outros grupos; afinal, tais teorias deduzem que um grupo diferente está conspirando para prejudicar o próprio grupo. Nesse sentido, podemos afirmar que as teorias conspiracionistas são comuns em conflitos intergrupais, sendo a guerra a última forma deste conflito. Historiadores diversos observaram que, em praticamente todas as guerras travadas ao longo da história recente, em ambos os lados do conflito, foram disseminadas teorias conspiratórias sobre o inimigo (Van Prooijen, 2018).

As raízes sociais das teorias da conspiração possuem três características comuns que refletem os conflitos intergrupais. A primeira está relacionada à identificação. Quanto mais os sujeitos se identificam com determinado grupo, seja pelo sentimento de nacionalismo, seja por superioridade em relação a outros grupos, mais se sentem vitimizados e mais desconfiam dos outros, o que desencadeia teorias da conspiração. A segunda característica são os sentimentos de ameaça fora do grupo. Segundo Prooijen (2018, p. 54), no conflito entre grupos há um grupo externo que representa uma ameaça direta ao bem-estar do próprio grupo – “dito de outra forma, há uma coalizão hostil, que é um aspecto central de qualquer teoria da conspiração”. A terceira reside no narcisismo coletivo. Uma crença exagerada na superioridade moral do próprio grupo quase sempre implica a crença de que outros grupos são inferiores. “Essas percepções de superioridade podem incluir a crença de que outros grupos são *moralmente* inferiores, até a medida em que fariam parte de conspirações malignas para prejudicar o ‘grande’ ingrupu.” (Van Prooijen, 2018, p. 60).

Van Prooijen (2018) revela que os movimentos populistas têm e tiveram sucesso eleitoral não ‘apesar de’, mas ‘por causa de’ seu endosso público a teorias conspiratórias. O populismo não é uma ideologia, mas um modo de pensar que interpreta a política como um

embate entre o “povo” e as “elites”. Nos extremos políticos, tanto a esquerda quanto a direita política tendem a ser bastante convictas em suas crenças políticas, e também compartilham uma perspectiva pessimista sobre um futuro incerto. No artigo “Extreme political beliefs predict dogmatic intolerance”, Van Prooijen e Krouwel (2017) afirmam que os extremistas políticos relatam sentir-se mais preocupados, por exemplo, com seu futuro econômico em relação aos que se consideram moderados, além de serem menos tolerantes com grupos que eles enxergam como diferentes. No extremismo de direita, o estrangeiro, o mulçumano e os cientistas serão considerados os causadores da instabilidade política e, portanto, o grupo a ser combatido, no caso da Europa; já no Brasil, os esquerdistas, os professores, as feministas, os homossexuais, etc. são os alvos a serem combatidos. Em conformidade com o autor,

os extremos políticos em ambos os lados do espectro também são menos tolerantes com pessoas que têm opiniões diferentes de si mesmas e são mais propensos a concordar com afirmações como ‘Pessoas que pensam diferente de mim sobre questões políticas são de menor valor do que eu’ ou ‘Assusta-me se as pessoas pensam diferente do que eu sobre questões políticas’ (Van Prooijen, 2018, p. 67).

Embora exista uma tendência maior de incidência de teorias conspiratórias nos extremismos políticos, ela não é mais considerada uma característica exclusiva das visões radicalizadas. Nas duas últimas décadas, houve uma importante transformação na percepção pública das teorias da conspiração. De acordo com Byford (2014), em *Beyond belief: The social psychology of conspiracy theories and the study of ideology*, a mentalidade conspiracionista é uma forma de explicação social cotidiana. Desse modo, diversos estudos começaram a explorar os fatores psicológicos que poderiam explicar a suscetibilidade que as pessoas apresentavam a crenças conspiratórias e promoveram, assim, um gradual surgimento no interesse da psicologia em estudar essa temática. De acordo com tal premissa, as teorias da conspiração passaram a ser entendidas como uma maneira de dar sentido ao desconhecido. Ao serem confrontadas com informações sobre um evento considerado inexplicável e de difícil aceitação, seja no campo político, seja no científico, seja no pessoal, as ideias conspiratórias encontram terreno abundante. Além disso, com o advento da internet, as influências que as teorias da conspiração exercem no cotidiano dos indivíduos são avassaladoras. Em *Conspiracy Theories: A critical Introduction*, Byford (2011, p. 11) afirma que:

Nos últimos 15 anos, as teorias da conspiração se espalharam rapidamente pela Internet, a tal ponto que, em setembro de 2010, o termo de busca ‘conspiração’ rendeu cerca de 30 milhões de resultados no Google. Um desenvolvimento mais recente na disseminação *on-line* de teorias da conspiração, que lhes permitiu alcançar uma nova geração de consumidores, tem sido o surgimento do compartilhamento de vídeos *sites* como o YouTube ou o Google Vídeos. Os documentários amadores são hoje uma

ferramenta indispensável dos teóricos da conspiração, juntamente com *sites*, salas de reunião e fóruns Inter redes.

No Brasil ainda não existem dados específicos acerca da adesão da população a teorias conspiratórias. Entretanto, a reportagem do *The Guardian*, publicada em maio de 2019, reportou um estudo chamado Projeto Globalismo YouGov-Cambridge, do Instituto Bennett de Políticas Públicas da Universidade de Cambridge, o qual lança luz sobre uma parte da população mundial que parece ter uma fé limitada em especialistas, cientistas e na democracia representativa. A pesquisa revelou que a tendência mais clara entre as pessoas com atitudes populistas fortemente defendidas era a crença em teorias da conspiração contraditas pela ciência ou por evidências factuais. O Brasil, em 2019, foi o país mais populista da pesquisa, entre as 19 grandes democracias, com 42% da população dizendo concordar fortemente com declarações populistas.<sup>3</sup> Assim, não podemos desconsiderar a possível correlação entre esse dado e a adesão a teorias da conspiração por boa parte da população brasileira, sobretudo da extrema direita, foco do nosso estudo. No cotidiano, aliás, não nos faltam exemplos desse fenômeno. Observamos que o movimento antivacina e alguns grupos da extrema direita que se sentem ameaçados pelo comunismo no país, por exemplo, ganham força por aqui. Uma análise feita pelo diretor do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop), Oswaldo Amaral, vinculado à Unicamp, identificou uma correlação entre o apoio a Bolsonaro e acreditar em desinformações sobre a pandemia. O levantamento teve como base uma pesquisa do Instituto Democracia, realizada com 2.031 entrevistados. Entre os ouvidos, 51% disseram acreditar que o coronavírus foi criado pelo governo chinês, mesmo que não exista qualquer evidência nessa direção, mas, entre os que mais apoiam Bolsonaro, o percentual chega a 64%, segundo dados divulgados no *Jornal O Globo*.<sup>4</sup>

Na atualidade, as redes sociais representam uma enorme rede de desinformações sobre as mais variadas temáticas, construindo, assim, bolhas digitais onde se busca afirmar algo que é mais importante para o sujeito do que o fato em si. Muitas dessas desinformações estão enraizadas em teorias conspiratórias. Elas não são apenas teorias inofensivas, mas podem trazer reais danos à saúde dos sujeitos, estimular a agressão a outras pessoas e grupos e, ainda, podem trazer sérios prejuízos quando alcançam o mais alto escalão governamental.

As teorias conspiratórias ganham repercussão ao passo que o mundo se torna cada vez mais complexo e o medo e a incerteza da perda da posição social, da identidade e dos

---

<sup>3</sup> Como o Brasil e a África do Sul se tornaram os países mais populistas do mundo | Brasil | O guardião (theguardian.com)

<sup>4</sup> [Teorias conspiratórias mobilizam o bolsonarismo com explicações simplórias da realidade – \*Jornal O Globo\*.](#)

valores são ameaçados. Diante dessa situação, segundo Dunker (2020),<sup>5</sup> produzimos uma resposta que ele chama de paranoia sistêmica, ou seja, “É a nossa tendência de interpretar que, ali, onde as coisas são mais complexas do que a nossa inteligência alcança, existe um sentido oculto. Existe uma trama oculta que, em geral, ela tende a simplificá-la.” Se o fenômeno conspiratório tem como função a criação de inimigos imaginários, a propaganda serve para manter as massas engajadas. “A propaganda é, portanto, sobretudo uma técnica de psicologia de massas” (Adorno, 2020, p. 67).

Os líderes extremistas e populistas sabem disso e, por isso, fazem um forte apelo a grande parte da população ao proporem soluções simplistas para problemas relativamente complexos. Esse endosso origina-se de um desejo de clareza diante do desamparo e do mal-estar, e essa clareza também é ofertada por teorias conspiratórias. Afinal, as teorias da conspiração oferecem explicações abrangentes para eventos complexos. As “teorias conspiratórias estão intrinsecamente ligadas a um clima político polarizador, onde diferentes grupos ideológicos retratam grupos opostos como inimigos” (Van Prooijen, 2018, p. 81).

Bolsonaro, em 2018, lançou mão de várias teorias conspiratórias para alcançar a vitória na sua eleição. Embora ele não tivesse nenhuma proposta efetiva para o país, sua campanha foi baseada em teorias conspiratórias acerca do “*kit gay*”, da “mamadeira de piroca”, da “ideologia de gênero”, da “doutrinação marxista”, da “corrupção do PT” e da “ditadura comunista”. Em seu plano de governo de 2018, mais do que apontar propostas, focou em identificar o inimigo. “Faremos um Governo”, diz seu plano de governo, que confiará no cidadão, “simplificando e quebrando a lógica que a **esquerda** nos impôs de desconfiar das pessoas corretas e trabalhadoras. Não continuaremos a tratar a exceção como regra, o que prejudica a maioria dos seguidores da lei.” (Bolsonaro, 2018, p. 20). Na educação terá “mais matemática, ciências e português, **sem doutrinação e sexualização precoce**” (Bolsonaro, 2018, p. 41), e continua: “Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação” (Bolsonaro, 2018, p. 46). Em relação à violência, diz que “o avanço das drogas e da **esquerda** são prevalentes nas regiões mais violentas do mundo: Honduras, Nicarágua, El Salvador, México e Venezuela (onde há forte restrição à população ter armas).” (Bolsonaro, 2018, p. 26, grifo nosso). Sobre a defesa nacional, o plano, mais uma vez, ataca a esquerda:

Dentre instituições, grupos, pessoas ou atividades, que tiveram sua imagem atacada pela **doutrinação ideológica de esquerda**, certamente as Forças Armadas do Brasil estão entre as que mais sofreram. Houve clara intenção de desconstruir a imagem desta espinha dorsal da Nação, afinal, elas são o último obstáculo para o socialismo. (Bolsonaro, 2018, p. 33, grifo nosso).

---

<sup>5</sup> [Eleições, teorias da conspiração e paranoia coletiva – Portal de Divulgação Científica do IPUSP.](#)

O exército, segundo o plano de governo de Bolsonaro, é formado por “heróis [que] impediram a tomada do poder por forças de esquerda que planejavam um **golpe comunista no Brasil em 1964**” (Bolsonaro, 2018, p. 33, grifo nosso). Durante todo o seu governo, além de criar, com seus seguidores, inúmeras teorias conspiratórias sobre a vacina, sobre o sistema eleitoral, sobre o judiciário, sobre a cultura, Bolsonaro sempre recorreu a soluções simples em vista de problemas complexos, como armar a população como projeto de segurança pública, tirar direitos trabalhistas para gerar mais emprego, ofertar cloroquina para combater a epidemia de covid-19, explorar minerais como nióbio e grafeno como solução para a economia, etc.

Para que essas “propostas” funcionassem para seus eleitores, Bolsonaro sempre recorreu ao negacionismo como artimanha para produzir uma realidade fictícia. Esse negacionismo cria um sistema de causalidades e responsabilidades diferente daquele do mundo factual. Do ponto de vista ideológico, a semente desse negacionismo é particularmente reacionária, pois começa negando princípios fundamentais da racionalidade moderna na descrição do funcionamento do mundo. Para penetrar no tecido social, “esse discurso precisa atacar a imprensa, a ciência e a academia, que são as instâncias responsáveis pela geração de consensos sociais sobre o que seja a verdade no mundo moderno.” (Cassimiro; Lynch, 2022, p. 142). Além disso, foi necessária a criação de inúmeras teorias conspiratórias e *fake news* que as legitimassem e a criação de uma sofisticada rede nas mídias digitais para criar visões de mundo próprias.

A “ideologia da esquerda” se baseia em um discurso inventado para atrair, seduzir e captar votos de uma parcela da população, principalmente daquela ligada às igrejas evangélicas neopentecostais e à igreja católica da ala mais conservadora. Esse discurso é montado de maneira a causar pânico moral por meio de temas como legalização do aborto e das drogas, casamento entre sujeitos do mesmo gênero, etc. Igualmente, esse discurso serve para atender a um segmento da população, sobretudo da classe média racista e ressentida, que enxerga as políticas de inclusão e de transferência de renda como privilégios, e fica incomodada ao ver as classes populares se ascendendo economicamente, culturalmente, intelectualmente e socialmente. Com Bolsonaro no poder, ser de direita passou a ser compreendido e identificado como ser conservador, religioso, patriota, meritocrático e, portanto, defensor da moral e dos bons costumes. Esses valores começaram a não ser apenas exaltados, mas manifestados publicamente (Lima; Lima, 2020).

No Brasil, verificamos uma constante crise social e econômica, e as respostas para esses problemas, que para muitos podem soar vagas e abstratas, foram dadas pela extrema direita brasileira como algo que deve ser combatido e perseguido, conforme dissemos anteriormente. A mesma extrema direita deu um nome concreto em quem podemos lançar a culpa de todas as mazelas sociais, criando, assim, um inimigo palpável. O bolsonarismo é um

fenômeno de massa que produz narrativas conspiratórias e, conseqüentemente, faz inimigos em série, mantendo os sujeitos a ele ligados em excitação constante. Não queremos esvaziar toda a complexidade da extrema direita apenas sob o fenômeno das massas. No entanto, sem essa compreensão é difícil, a nosso ver, entender como esse espectro político chegou ao poder eleitoralmente não só no Brasil, mas também em várias partes do mundo, valendo-se de um discurso tão anticivilizatório e simplista.

De acordo com Kramer (2021),<sup>6</sup> a Organização Mundial da Saúde (OMS) chama nosso atual momento *de infodêmico*, quando uma enorme quantidade de informações se mistura com mentiras e produz, em muitos casos, efeitos devastadores. De acordo com o repórter, algumas pessoas incendiaram torres de telecomunicações 5G após lerem informações nas redes sociais que alegavam que a nova tecnologia poderia causar covid-19. Ainda, uma minoria preocupante negou a existência do vírus até mesmo no momento de sua morte em decorrência da covid-19.

As perguntas que fazemos são: Porque grande parte da população continua seduzida por uma ideologia de extrema direita, como o bolsonarismo, mesmo com todas as atrocidades cometidas no governo Bonsonaro dos pontos de vista econômico, social, ambiental e da saúde? Como ela se mantêm, apesar de todo negacionismo e de toda desinformação e teorias conspiratórias? João Cezar de Castro Rocha, professor da UERJ e hoje considerado um dos grandes estudiosos da extrema direita no Brasil, propõe uma hipótese com base na teoria da dissonância cognitiva de Leon Festinger, estipulando que nosso país sofreu uma dissonância cognitiva coletiva durante quatro anos, a partir da *midiosfera bolsonarista*,<sup>7</sup> que impulsionou a criação de uma realidade alternativa, a qual despreza fatos e argumentos.<sup>8</sup> Isso, para Rocha, explicaria a votação em massa que Bolsonaro teve em 2018 e, em 2022, a despeito de todas as atrocidades cometidas pelo seu governo. Essa hipótese do professor, embora responda em parte o que motiva a fidelidade de inúmeras pessoas ao bolsonarismo, não responde como ocorre a adesão, ou seja, porque alguns sujeitos foram seduzidos e capturados pelas redes bolsonaristas e outros não? Acreditamos que deva existir outro elemento anterior à dissonância coletiva.

Para nós, esse elemento tem a ver com o que Freud (1921/2020) descreve em *Psicologia das massas e análise do Eu*, acerca de processos de identificação. Bolsonaro ocupou, no poder, um lugar de *ideal do Eu*<sup>9</sup> e, através de discursos, pensamentos, imagem,

---

<sup>6</sup> [Por que as pessoas acreditam em teorias da conspiração? A ciência explica | National Geographic \(nationalgeographicbrasil.com\)](https://www.nationalgeographicbrasil.com/por-que-as-pessoas-acreditam-em-teorias-da-conspira%C3%A7%C3%A3o-a-ci%C3%AAncia-explica)

<sup>7</sup> Termo que João Cesar utiliza para designar toda complexa estrutura midiática digital e convencional bolsonarista.

<sup>8</sup> [Castro Rocha: 'Brasil é laboratório de criação de realidade paralela' – Pensar – Estado de Minas.](#)

<sup>9</sup> O “ideal do eu”, também conhecido como “ideal ego”, é um conceito desenvolvido por Freud no contexto da psicanálise. Refere-se ao conjunto de padrões, valores, e aspirações que uma pessoa internaliza e que guiam seu comportamento e julgamentos. Esse ideal é formado a partir de influências

valores e expressões, gerou uma identificação em seus eleitores. Bolsonaro vocifera apenas o que seus seguidores identificam. Na verdade, não há uma conversão do indivíduo tal qual acontece nas religiões, mas, sim, uma identificação. Nesse sentido, o bolsonarismo é anterior ao próprio Bolsonaro. Aqui, temos a hipótese de que a relação que o sujeito estabelece com as teorias conspiratórias da extrema direita não é cognitiva, mas afetiva. Informações que podem causar fissuras em sua crença, em seu pertencimento a determinado grupo ou um *status* social serão negadas e ridicularizadas. Não à toa, vemos grupos como o Docentes pela Liberdade (DLP), constituído por docentes e profissionais de diversas áreas dos ensinos público e privado aderindo claramente a teorias conspiratórias da extrema direita.<sup>10</sup>

Outro caso que pode corroborar nossa hipótese é a relação de alguns médicos com a covid-19. Vários profissionais da saúde, inclusive infectologistas, apoiadores do ex-presidente, concordaram com o ponto de vista dele acerca do tratamento precoce e receitaram, para diversas pessoas, o famigerado *kit* covid.<sup>11</sup> Sujeitos que sempre acreditaram, por exemplo, que a pena de morte (sobretudo para a juventude negra e pobre) é a solução para o problema da criminalidade, além de defenderem a meritocracia como forma de ascensão econômica, serem contra políticas públicas sociais, como o Bolsa Família e o sistema de cotas, contra leis que combatam a homofobia, o racismo e o feminicídio, e que encontram no bolsonarismo mais que um aliado, uma identificação.

Assim como Freud (1921/2020), em sua obra *Psicologia das massas*, Safatle (2015) defende, no livro *Circuito dos afetos*, que o que produz uma identidade coletiva entre os sujeitos é a força afetiva de identificação ao líder ou a uma ideia que representa os ideais do Eu e que serão partilhados individualmente como ideal da massa.

Nossa obediência a certos discursos é afetivamente construída e perpetuada e só poderá ser superada pelos afetos, segundo Safatle (2015). O fascismo sempre esteve presente no Brasil. Vale lembrar que, durante a década de 1930, fomos o país com o maior partido nazista fora da Alemanha e, segundo a historiadora Dietrich (2007), a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento nacionalista que teve forte influência de ideais fascistas e totalitários, entre 1932 a 1937, era contrária ao comunismo e tinha como lema “Deus, pátria e família”. Não podemos nos esquecer também que, nos dias atuais, a operação Lava Jato e o ideólogo Olavo de Carvalho e seus sectários impulsionaram e legitimaram o discurso e a propaganda conspiracionista da extrema direita.

---

culturais, educacionais e parentais, representando o que a pessoa deseja tornar-se ou alcançar. O ideal do eu serve como um critério contra o qual o indivíduo compara seu próprio comportamento e realizações, influenciando a autoestima e o desenvolvimento da personalidade.

<sup>10</sup> [Home – DPL – Docentes Pela Liberdade](#)

<sup>11</sup> [Prevent Senior admite a associados que ‘kit Covid’ distribuído a pacientes era ineficaz | São Paulo | G1 \(globo.com\)](#)

Estudos e pesquisas acerca da extrema direita no Brasil, no campo da psicologia, são praticamente inexistentes. No campo da psicanálise, por exemplo, encontramos poucos trabalhos realizados sobre essa temática, embora estejam crescendo nos últimos anos. No que tange às teorias conspiratórias, realizamos pesquisas nas bases de dados científicos brasileiras, tais como IndexPsi, pePSIC, SciELO, periódicos da CAPES e na biblioteca digital brasileira de teses e dissertações, com as expressões “teoria da conspiração”, “conspiracionismo”, “pensamento conspiratório” e “teoria do complô”; porém, encontramos somente um artigo acerca das teorias da conspiração. No Google Acadêmico, encontramos poucas publicações brasileiras sobre o tema; no entanto, todas elas são nas áreas da História e das Ciências Sociais. Os estudos acerca do tema em psicologia encontram-se em bibliografias estrangeiras e podem ser localizadas de maneira robusta em artigos, livros, dissertações e teses, em portais como Academia.edu, Researchgate e Zlibray.

Diante disso e sabendo da relevância das teorias da conspiração na extrema direita, de sua propaganda nas massas e da identificação do sujeito, parece-nos justificável realizar esforços para entender tal temática, sobretudo no campo psicanalítico. Estudar o fenômeno da extrema direita no Brasil é importante para nós, pois temos que nos preocupar em como nossa democracia vem sendo ameaçada por esse espectro político que, ao eleger inimigos, pode gerar danos reais e colocar a culpa em pessoas ou grupos inocentes. Ademais, é crucial entender a extrema direita e suas técnicas propagandísticas para que possamos enfrentá-la.

Compreender a extrema direita, a crença conspiratória e sua propaganda, que cria o fenômeno de massa do ponto de vista da psicanálise, pode lançar luz a essa ocorrência brasileira, que ainda se encontra obscura sob essa perspectiva. Sabemos que, de certa forma, todos nós modelamos a realidade a partir do nosso desejo. Recusamos aquilo que não nos agrada e, através da projeção, da ilusão, da recusa e da negação, criamos crenças que visam amenizar nosso sentimento de desamparo. Talvez seja isso que Lacan tenha dito com “Todo mundo é louco, isto é, delirante”, definição do delírio como pensamento que não encontra seu correlato na realidade. Nesse sentido, chamar de irracionais àqueles que creem em conspirações seria entender o fenômeno de maneira muito limitada, pois todos nós temos a tendência de raciocinar com base em teorias conspiratórias.

A realidade não pode ser entendida somente a partir de fatos. Há uma certa verdade na realidade, como também há uma certa ficção nela. É importante frisar que, para nossa tese, não é importante discutir se uma teoria conspiratória pode adquirir estatuto de verdade ou não, mas sim compreender os motivos latentes de nossa crença e adesão às massas da extrema direita. Mais ainda, através da psicanálise e desta tese, podemos contribuir para compreender as lógicas e as dinâmicas de identificação do sujeito ao bolsonarismo e para verificar como essa identificação se aproxima daquelas que sustentaram o fascismo e o nazismo. Nesse sentido, o objetivo de nossa tese é compreender os mecanismos

inconscientes latentes no fenômeno conspiratório (marca da extrema direita), como a propaganda da extrema direita no Brasil utiliza desse evento para criar suas massas e como e porque, pela via da identificação, alguns sujeitos se ligam a esse espectro ideológico. Para alcançarmos nosso objetivo, dividimos nossa tese em três capítulos.

No capítulo 1, iremos nos debruçar acerca das teorias conspiratórias sob a perspectiva psicanalítica e, por meio dela, observaremos como se cria uma realidade alternativa em vista de diversos temas, como a epidemia da covid-19, o sistema eleitoral brasileiro, a esquerda política, etc. As teorias conspiratórias são um fator crucial para entendermos como funciona o bolsonarismo e a extrema direita mundial; pois, através delas, é possível moldar uma visão de mundo própria e, acima de tudo, aglutinar as massas em torno de um inimigo comum. O conspiracionismo na extrema direita explora afetos como medo, ódio e ressentimento, com fantasias, desejos, ilusões e paranoias dos sujeitos que, pela negação da realidade objetiva, criam sua própria visão de mundo.

No capítulo 2, falaremos sobre como a extrema direita utiliza da propaganda para formar e aglutinar as massas. As massas são fundamentais para o funcionamento da engrenagem do bolsonarismo e da extrema direita como um todo. Como podemos verificar em Freud (1921/2020), em *Psicologia das Massas*, quando estamos em grupo, nossa estrutura psíquica é removida e enfraquecida e o fundamento do inconsciente, igual para todos, começa a operar de modo a “céu aberto”. Iremos mostrar como Adorno, juntamente com Freud, de maneira excepcional, demarcaram como a propaganda funciona de maneira a fortalecer as ligações libidinais dos sujeitos dentro da massa. Assim como a rádio e o cinema foram cruciais para a expansão do nazismo na década de 1930, atualmente, a internet e as redes sociais tornaram-se ferramentas *sine qua non* para o fortalecimento e o crescimento da extrema direita mundial. A propagação de teorias conspiratórias e de *fake news* nas redes mantém a massa bolsonarista em uma mobilização constante.

No capítulo 3 e último, falaremos sobre o sujeito que se autointitula “cidadão de bem” e integra as massas da extrema direita. Quem é esse sujeito? Em que ele é seduzido? Quais suas características? Quais afetos dele são mobilizados? O que significa ser “cidadão de bem”? Veremos que o bolsonarismo, mais do que uma ideologia política, oferece para o sujeito uma “nova” identificação, um aporte narcísico e uma maneira de expiar seus sentimentos de culpa, de medo e de ódio inconsciente.

## CAPÍTULO 1

### Teorias da conspiração: uma contextualização histórica

De acordo com Castro (2016), as teorias conspiratórias possuem uma longa história. O conspiracionismo moderno inicia-se durante a Revolução Francesa, com um discurso antirrevolucionário, por meio de dois personagens: o padre jesuíta Augustin Barruel e o físico John Robison. Esses autores escreveram, respectivamente, duas obras que alicerçaram as bases das teorias conspiratórias na modernidade, quais sejam *Proofs of a conspiracy: against all the religions and governments of Europe, carried on in the secret meetings of freemasons illuminati and reading societies* (Provas de uma conspiração: contra todas as religiões e governos da Europa, levada a cabo nas reuniões secretas dos maçons illuminati e das sociedades de leitura, em português) e *Mémoires pour servir a l'histoire du jacobinisme* (Memórias a serviço da história do jacobinismo, em português), ambas publicadas em 1797. Nessas duas obras, de acordo com Castro (2016), os autores chegam a interpretações semelhantes sobre o caráter conspiratório da Revolução Francesa, bem como seus objetivos e seus agentes responsáveis: “a maçonaria, infiltrada pelos illuminatis, baseada no iluminismo, pretendia destruir a ordem religiosa e política da França e, por extensão, do mundo cristão e monárquico ocidentais”. (Castro, 2016, p. 2).

A extensão da disseminação dessas obras no decorrer do século XIX ajudou na incorporação do discurso conspiratório maçônico e de outros mitos em diferentes países do Ocidente, como as conspirações jesuíta e a judaica. Assim, as teorias conspiratórias desenvolveram-se e alastraram-se por diferentes momentos históricos, fortalecendo ideologias que “semeiam ódio, criam bodes expiatórios e inimigos internos com os quais justificam políticas autoritárias, violentas e até genocidas”. (Castro, 2016, p. 3).

As teorias conspiratórias costumam atacar e enfraquecer as bases da democracia. Ainda de acordo com Castro (2016, p. 3), o conspiracionismo é um veneno antidemocrático.

Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial, quando a propaganda do regime nazista repetidamente afirmava que o Judaísmo ou Judaísmo internacional era ‘culpado’ de iniciar e prolongar a guerra e que uma conspiração judaica internacional pretendia exterminar a Alemanha e os alemães; o que no contexto da guerra e da paranoia nazista o velho antissemitismo persecutório transformou-se, no que o historiador Norman Cohn chamou de ‘justificativa para o genocídio’.

No século XX, por meio da Revolução Russa de 1917 e da reorganização do discurso e da ação contrarrevolucionária, no decorrer dos anos 1920 e 1930, ocorreu uma condensação entre o mito da conspiração maçônica, sugerido por Robison e Barruel, com dois novos elementos conspiratórios: os judeus e os comunistas. Surgiu, assim, uma nova teoria conspiratória: o chamado complô judaico-comunista. A obra antissemita intitulada *O*

*protocolo dos sábios de Sião* possui 24 capítulos, ou “protocolos”, que são apresentados como se fossem atas de encontros entre líderes judeus, os “sábios de Sião”. Esse livro descreve os “planos secretos” judaicos para controlar o mundo através do domínio da economia, do controle dos meios de comunicação e do estímulo a conflitos religiosos.

Alguns intelectuais conservadores da época, como Nesta Webster e Léon de Poncins, escreveram livros que traziam essa síntese conspiracionista. No Brasil, esse papel coube, principalmente, ao intelectual conservador Gustavo Barroso, que aderiu à Ação Integralista Brasileira e traduziu e publicou, em 1936, uma edição comentada do *Protocolo dos sábios de Sião* (Castro, 2016, p. 3).

Esse conspiracionismo do entreguerras foi uma importante ferramenta ideológica do regime nazista em sua política de obtenção de um consenso nacional em torno do seu projeto político.

Os nacional-socialistas alemães transformam-no numa ‘prova irrefutável’ de que os judeus são uma ameaça mundial ao mundo ocidental e a obra ainda hoje é reeditada em várias línguas e utilizada como uma espúria prova da existência de um complô judaico internacional (Castro, 2016, p. 7).

No final do século XX, mais precisamente após o fim da Guerra Fria, e com a chegada do neoliberalismo, o conspiracionismo tornou-se um dos principais elementos da cultura política ocidental, como podemos verificar na teoria conspiratória do “marxismo cultural” (Castro, 2016).

### **1.1 Marxismo cultural: uma narrativa conspiratória**

De acordo com Araújo, Silva e Sugamoto (2021), em *O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma trepia conservadora*, a expressão “marxismo cultural” atualmente está em ascensão no Brasil nos debates ideológicos e políticos. No entanto, a ideia discutida sobre “marxismo cultural” não diz respeito aos estudos culturais e sociais de origem marxista e a suas contribuições críticas, mas, sim, a uma narrativa fantasiosa criada por intelectuais conservadores americanos da década de 1980 e levada ao público no início dos anos 1990 (Araújo, Silva & Sugamoto, 2021). De acordo com os autores,

esses ideólogos criaram a expressão “marxismo cultural” para se referirem a um conglomerado heterogêneo de várias tendências ditas progressistas diferentes: pós-estruturalismo, feminismo liberal, movimentos pela liberação sexual e desconstrutivismo, por exemplo. Eles as apresentam de maneira caricatural, vulgarizada, propagandista e, importante, situadas dentro do campo do marxismo. (Araújo, Silva & Sugamoto, 2021, p. 182).

Para Tavares (2019), o “marxismo cultural” é uma teoria conspiratória consumida pela extrema direita que visa à implementação do comunismo através da revolução cultural.

Essa expressão serve de amálgama para as mais disparatadas teorias conspiratórias da extrema direita. Em linhas gerais, essa teoria conspiratória advoga que o trabalho de artistas, jornalistas, professores e cientistas estaria paulatinamente afastando o mundo ocidental de suas ‘bases tradicionais cristãs’ com vistas a implantar o comunismo sem a necessidade de uma revolução armada. (Tavares, 2019, p. 62).

Dessa forma, coloca-se o estereótipo de “marxismo” em ideias filosóficas diversas com forte influência hegeliana, freudiana, existencialista, neokantiana e idealista, mesmo que essas correntes teóricas encontrem pouco respaldo nos dados historiográficos sobre o assunto. Não obstante, por meio dessa compilação cultural abarcada pelo termo “marxismo”, autores de diversas orientações ideológicas, como “Marcuse, Adorno, Gramsci, Foucault, Lukács, Erich Fromm, Wilhelm Reich, Marx, Freud, Benjamin – são todos acusados de planejarem uma guerra cultural contra o Ocidente e a religião cristã.” (Araújo, Silva & Sugamoto, 2021, p. 183). Costa (2020), em seu livro *Dialética do marxismo cultural* menciona que, para os supremacistas, os fundamentalistas e os ultraconservadores da extrema direita americana alegam que a Escola de Frankfurt seria culpada por disseminar o “marxismo cultural”.

A instituição precursora do marxismo cultural foi a Escola de Frankfurt pelas seguintes razões: imigrou para os Estados Unidos em sua fuga ao nazismo, é constituída por judeus, combinou as teorias dos judeus Marx e Freud e, sobretudo, promoveu a arte moderna, contaminando o espírito contracultura dos anos 60. Em suma, a Escola de Frankfurt seria uma instituição de fachada do comunismo. (Costa, 2020, p. 38).

A expressão “marxismo cultural” designa uma narrativa bélica no campo da cultura, por meio da qual os conspiracionistas da extrema direita afirmam que, atualmente, vivemos uma guerra cultural, um tipo específico de tensionamento político e social (no caso, entre a esquerda e a direita). Assim, esse conflito ocorreria na dimensão da cultura – a produção artística, o pensamento, o universo de símbolos e valores. O “marxismo cultural” faz leituras através de sequestros hermenêuticos, que produzem teorias conspiratórias que, por sua vez, atingem a imaginação dos indivíduos com sofismas que revelam seu domínio da realidade. Essa desorientação hermenêutica esvazia o conteúdo real do pensamento do campo adversário, associando-o a outros conteúdos elaborados com base em narrativas ficcionais. (Araújo, Silva & Sugamoto, 2021).

A palavra “comunismo”, por exemplo, tem sido usada, ao longo do século XX até o momento presente, por setores reacionários, como uma espécie de símbolo e não como conceito rigoroso. No símbolo é possível alocar, até de forma contraditória,

entulhos psicológicos e construir uma arquitetura de preconceitos que funcionam como ideologia em seu sentido negativo de impedir que a inteligência alcance a efetividade do real; o modo próprio como ele se apresenta. Essa forma de ‘conceptualização’ – que estamos chamando de ‘simbólica’ – guarda paralelos com o que o antropólogo C. Geertz chama de o senso comum. (Araújo, Silva & Sugamoto, 2021, pp. 183-184).

O alastramento da expressão e sua popularização se deu diante da queda e da desintegração das instituições políticas, bem como da crise das universidades como lugar produtor de saber. A narrativa do “marxismo cultural” produzida pela academia, sobretudo na área de humanas, está sendo vencida por ideólogos da extrema direita, que atacam numa sanha desqualificadora as universidades e seus docentes. As atitudes desses conspiradores se traduzem numa antipolítica, pois desumanizam seus adversários, não reconhecendo neles a condição de interlocutores legítimos no debate público. (Araújo, Silva & Sugamoto, 2021).

Transformam-nos em inimigos relevantes reputando-lhes a condição de produtores do mal, inimigos da civilidade e destruidores das verdades que permitem que a sociedade se organize virtuosamente. Essa essencialização torna anêmica e frágil a condição humana do adversário, negando-lhe sua politicidade e, dessa forma, colocando-o na condição de inimigo [...] Essa prática não visa ao combate político, mas à higienização. (Araújo, Silva & Sugamoto, 2021, p. 185).

De acordo com Costa (2020), os adeptos dessa teoria conspiratória têm como foco atacar com seu ódio reacionário pautas progressistas como o feminismo, a ação afirmativa, a liberdade sexual, a igualdade racial, o multiculturalismo, os direitos LGBTQIA+ e o ambientalismo com influências e inspirações de autores como Gramsci e Adorno, os quais estariam todos num movimento contínuo para a “destruição da família e do cristianismo”. Ainda segundo a autora, os adeptos do “marxismo cultural” são acusados pelos conspiradores de

ensinar sexo e homossexualidade às crianças, promover a destruição da família, controlar os meios de comunicação e promover o engodo de massas, esvaziar as igrejas e promover o consumo de bebidas. Enfim: marxismo cultural seria a própria subversão da cultura ocidental. (Costa, 2020, p. 40).

A origem propagandística do “marxismo cultural” ocorreu na década de 1990, por meio de um artigo publicado na revista *Fidelio*, do Schiller Institute, supostamente pelo autor Michael Minnicino, intitulado “New Dark Age: Frankfurt School and ‘Political Correctness’”. Entretanto, os responsáveis pela publicização do termo foram os ideólogos conservadores Pat Buchanan e William S. Lind. Eles realizaram um esforço para criar um “conservadorismo cultural” para ser utilizado como estratégia eleitoral. De acordo com Carapaná (2018), em *A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo*,

Com o iminente fim da Guerra Fria era necessário criar uma estratégia eleitoral que estivesse afastada do debate econômico, já que o liberalismo se tornara consenso na direita e na esquerda anglo-saxãs. Lind achava que era mais importante que os conservadores abraçassem uma política mais centrada em valores culturais (educação, família, moralidade). A ideia de um ‘marxismo cultural’ criava um adversário comunista praticamente onipresente: na educação pública, na mídia, nos ativistas dos direitos civis, na indústria do entretenimento etc. (Carapanã, 2018, p. 40).

O perigo em torno do discurso do “marxismo cultural” é que ele traz, em sua base, ideologias do nazifascismo, tais como a aceitação de teorias da degeneração (cultural e, no caso do mundo euroamericano, racial), a obsessão por teorias da conspiração vagas que repetem que “eles” estariam tentando destruir você, ameaçar sua família, sua propriedade e sua vida. Como de costume, esse “eles” sempre precisa ser vago, amplo e maleável, como professores doutrinadores, artistas degenerados, banqueiros socialistas ou os globalistas da ONU. (Carapanã, 2018, p. 40).

De acordo com Moya (2019),<sup>12</sup> o termo “marxismo cultural” é derivado do bolchevismo cultural, teoria que se tornou popular durante o governo nazista, a qual denunciava movimentos modernistas que considerava degenerados nas artes da Alemanha. O bolchevismo cultural servia como uma teoria para sufocar quaisquer produções intelectuais que não estivessem em acordo com o que o partido acreditava.

O bolchevismo cultural emergiu especialmente quando na década de 1920 na Alemanha de Weimar, artistas alemães como Max Ernst e Max Beckmann foram denunciados por Adolf Hitler e apoiadores como “bolcheviques culturais”. Estas afirmações nazistas se fundamentavam sobre o caráter vanguardista das obras de arte destes artistas que, para os nazistas, eram ataques às concepções de família, identidade, música, arte e vida intelectual. O “marxismo cultural” é uma variante contemporânea do termo inicial “bolchevismo cultural” cuja ideia é servir-se do conteúdo conspiratório para ratificar dos valores da extrema direita. (Carnut & Regis, 2022, p. 115).

Atualmente, embora o “marxismo cultural” crie a mesma obsessão discursiva trazida pelo “bolchevismo cultural” acerca da deterioração dos valores tradicionais, de acordo com Carapanã (2018), ele tem inúmeras versões:

E, dependendo de quem divulga a tese resumida acima, variações serão adicionadas: o grande cavalo de troia pode ser o influxo de refugiados, a agenda pelos direitos homossexuais, os globalistas que administram a ONU, a música *pop*, o politicamente correto, a Escola de Frankfurt, ou qualquer coisa sobre o filósofo Antônio Gramsci – que ninguém parece ter lido, mas aparentemente previu que a grande trincheira da esquerda estaria nos [clipes de Pablo] Vittar e nos lacres de Anitta. (Carapanã, 2018, p. 36).

---

<sup>12</sup> [Marxismo cultural: o que é isso? \(2019\). Politize!](#)

No Brasil, o discurso do “marxismo cultural” considera que nosso país vive numa “guerra ideológica” liderada pela esquerda, cujo objetivo é transformar a nação em um país comunista. A esquerda teria a intenção de subverter a sociedade, criando, assim, condições para a instalação do caos e da opressão. Além disso, a esquerda ansiaria por um país bolivariano integrado com outras nações “comunistas” da América do Sul, como é o caso da Venezuela, da Bolívia e do Equador. Nessa teoria conspiratória, a esquerda, sobretudo os petistas, já estariam infiltrados em diversos espaços e instituições do país, como nas escolas, nas universidades, sobretudo as públicas, na mídia, no judiciário, nas Organizações Não Governamentais (ONGs), etc. (Castro, 2016).

Segundo Tavares (2021), para a extrema direita o “marxismo cultural” seria correspondente ao “politicamente correto”. Entendido por eles como um silenciamento do exercício da liberdade de expressão (de ter opiniões homofóbicas, racistas, golpistas e sexistas). Sendo um plano para a imposição das ideias progressistas na sociedade, o “politicamente correto” se tornou um “espantalho” a ser combatido. Nesse sentido, ter opiniões racistas, homofóbicas e sexistas se transformou em um ato de rebeldia. Outro espantalho que “bebe” do “marxismo cultural” é a ideia de “ideologia de gênero”. Segundo os reacionários, essa ideologia seria uma ferramenta dos esquerdistas para atestar a não existência do sexo biológico e, finalmente, induzir as crianças à homossexualidade por meio do “*kit gay*”. “É um delírio que nada tem a ver com os estudos de gênero, mas que tem sido uma arma ideológica poderosa para o fundamentalismo religioso, principalmente cristão.” (Tavares, 2021, p. 62).

Com base nessa narrativa sobre o “marxismo cultural” e nos seus subprodutos, a extrema direita avança sua luta contra estudos culturais, científicos e exposições artísticas.

Há uma crescente criminalização de pesquisas que investigam os temas de desigualdades de gênero, raça e sexualidade como estruturantes de nossa sociedade. Como um ato contínuo, conforme esses grupos ganham representação política, essas teorias ganham materialidade como políticas públicas que buscam cercear a livre expressão e as diversas identidades. (Tavares, 2021, p. 62).

Essa teoria conspiratória é o que une os sujeitos da extrema direita no Brasil e em várias partes do mundo, com suas devidas nuances. No entanto, essa narrativa fantasiosa encontra, numa sociedade marcada por desigualdades, privilégios e hierarquias, um solo fértil. Dessa forma, quando essas ideias chegam aqui, gerando uma concepção de “guerra cultural”, “alhores se combinam com um caldo histórico de autoritarismo e desequilíbrio de acesso aos direitos básicos pelo povo, que tem raízes profundas.” (Tavares, 2021, p. 63).

A ideia de “guerra cultural” é uma expressão que pretende “acionar culturas autoritárias, visando fabricar o ódio, legitimar a violência e aniquilar os adversários, tornando-os inimigos a serem destruídos de forma simbólica e fisicamente.” (Rubim & Tavares, 2021,

p. 9). Essa ideia foi impulsionada sobretudo nas redes e nas mídias sociais, nas quais Bolsonaro cresceu nas pesquisas como candidato à presidência, utilizando dessa narrativa como estratégia de comunicação direta com seus seguidores.

Toda essa narrativa conspiratória não deve, de maneira alguma, ser desprezada e patologizada, pois foi com ela que, com apenas 8 minutos na TV (em um programa eleitoral), e com milhões de disparos dessas narrativas via WhatsApp, Bolsonaro foi eleito presidente com 57 milhões de votos – e, em 2022, teve mais de 58 milhões de votos.

Tentamos, até aqui, contextualizar historicamente as teorias conspiratórias e seus desdobramentos, sobretudo no Brasil. Contudo, fica difícil, senão impossível, historicizar o início dessas narrativas, pois todos nós conspiramos desde a aurora da humanidade. E é com essa hipótese que vamos, a partir da obra freudiana *Totem e Tabu* (1912-1913), descrever, por meio do mito da horda originária, as bases do conspiracionismo.

## 1.2 As bases mitológicas psicanalíticas do complô

Em *Totem e Tabu* (1912-1913/2012), Freud afirma que o animal totêmico é sucedâneo do pai. Este é uma figura ambivalente, e existe uma contradição harmoniosa na proibição de matá-lo, na qual seu assassinato ocasiona uma recepção festiva, em que o animal morto é pranteado. Essa postura ambivalente também é observada na criança e, amiúde, no adulto, no qual se caracteriza o complexo paterno, “se estenderia também ao sucedâneo do pai, o animal totêmico” (Freud, 1912-1913/2012, p. 140).

Por meio da figura de um pai violento e ciumento, que tem para si todas as fêmeas e expulsa seus filhos quando crescem, Freud utilizará o mito darwiniano de uma horda primitiva para explicar o início do totemismo.

Recorrendo à cerimônia da refeição totêmica, podemos dar uma resposta. Certo dia, os irmãos expulsos se juntaram, abateram e devoraram o pai, assim terminando com a horda primeva. Unidos, ousaram fazer o que não seria possível individualmente. (Talvez um avanço cultural, o manejo de uma nova arma, tenha lhes dado um sentimento de superioridade.) O fato de haverem também devorado o morto não surpreende, tratando-se de canibais. Sem dúvida, o violento pai primevo era o modelo temido e invejado de cada um dos irmãos. No ato de devorá-lo eles realizavam a identificação com ele, e cada um apropriava-se de parte de sua força. A refeição totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria a repetição e a celebração desse ato memorável e criminoso, com o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião. (Freud, 1912-1913/2012, p. 141).

O curioso aqui é que, para além do assassinato do pai, cuja refeição totêmica deu início ao que chamamos de civilização moderna, temos, antecedendo sua morte pelos filhos, uma formação conspiratória. Os filhos se juntam secretamente a fim de orquestrar a morte do

pai. Depois que o eliminaram, e com isso satisfazendo seu ódio, o desejo de identificação com ele, juntamente com os impulsos afetuosos, impõem-se, surgindo uma consciência de culpa. A base dessa culpa não estaria no assassinato do pai, mas na formação conspiratória, que planejava secretamente seu assassinato. Dito de outra forma: o essencial dessa trama é a conspiração dos irmãos; o assassinato é consequência.

Foi o ódio (e não o amor) que produziu ligações afetivas entre os irmãos, as quais culminaram na formação do complô e na morte do pai. “Seu ciúme sexual e sua intolerância tornaram-se, em última instância, a causa da psicologia da massa.” (Freud, 1921/2020, p. 202). O pai morto não traria mais empecilhos para o despojamento dos filhos em relação às mulheres; no entanto, o que ocorreu foi a renúncia delas, através da criação do totem, que seria um substituto do pai.

Os irmãos haviam se aliado para vencer o pai, mas eram rivais uns dos outros no tocante às mulheres. Cada um desejaria, como o pai, tê-las todas para si, e na luta de todos contra todos a nova organização sucumbiria. *Nenhum era tão mais forte que os outros, de modo a poder assumir o papel do pai.* Assim, os irmãos não tiveram alternativa, querendo viver juntos, senão – talvez após superarem graves incidentes – instituir a proibição do incesto, com que renunciavam simultaneamente às mulheres que desejavam, pelas quais haviam, antes de tudo, eliminado o pai. (Freud, 1912-1913/2012, p. 142, grifo nosso).

A proibição do incesto, como podemos observar em Freud (1921-1913/2012), não se manifestou por causa da morte do pai, mas, sim, porque nenhum de seus filhos era forte o suficiente para reivindicar esse direito para si. Caso algum deles ousasse tomar o lugar do pai, o mesmo poderia ocorrer: o restante dos irmãos se juntaria num complô e o mataria. Esse era o perigo. Assim, segundo Freud, como nenhum dos irmãos poderia ocupar esse lugar devido ao medo do complô e, conseqüentemente, do seu assassinato, salvaram “a organização, que os havia fortalecido e que pode ter se baseado nos sentimentos e nas atividades homossexuais que teriam surgido entre eles no tempo da expulsão”. (Freud, 1912-1913/2012, p. 142).

Dessa forma, o sistema totêmico foi um contrato estabelecido com o pai, em que ele concedia tudo o que a fantasia da criança poderia dele esperar, ou seja, o desejo de proteção em troca de não repetir o que havia acontecido com o pai real, assim como uma justificação. “Se o pai nos tivesse tratado como o totem, nós jamais teríamos caído na tentação de matá-lo.” (Freud, 1912-1913/2012, p. 143). Se o pai não tivesse traído seu compromisso de proteção, os filhos não teriam conspirado contra ele. Aqui, segundo Freud, residem as bases da religião.

Contudo, não é só o medo de ser morto, mas o horror ao complô entre os membros, “os sentimentos sociais de fraternidade, em que se baseia a grande subversão, passam a

manter por longos períodos uma enorme influência sobre o desenvolvimento da sociedade” (Freud, 1912-1913/2012, p. 144). Assim continua: “Assegurando a vida uns aos outros, os irmãos afirmam que nenhum deles pode ser tratado por outro como o pai foi tratado por todos em conjunto” (p. 144). Evitando um novo complô por meio de um pacto, os irmãos excluem a repetição do destino do pai. A horda primeva é agora transformada pelo clã fraterno, garantido pelo laço sanguíneo. “À proibição de matar o totem, de fundamento religioso, junta-se a proibição de matar um irmão, de fundamento social.” (Freud, 1912-1913/2012, p. 144).

Aqui, encontramos duas bases da religião cristã, quais sejam “não matarás” e “amarás teu próximo como a ti mesmo”, que podem ser lidas da seguinte forma: não conspirará contra seu irmão e não matarás. Esse fundamento subjaz na formação das massas, algo anunciado por Freud (1921/2020) em sua obra *Psicologia das massas e análise do Eu*. O que mantém o grupo unido é garantido através de suas ligações libidinais.

O conspiracionista, dessa forma, é visto como um inimigo a ser combatido, e a própria narrativa conspiratória discursa sobre as intenções maléficas dos agentes conspiradores. O outro como conspirador deve ser combatido e eliminado, pois se torna um agente perigoso no que tange à desintegração das massas. Dessa forma, “o pânico nasce através do aumento do perigo que concerne a todos ou através da cessação das ligações afetivas que sustentam a massa, e este último caso é análogo ao do medo neurótico”. (Freud, 1921/2020, p. 170).

A psicologia das massas, segundo Freud (1921/2020), coincide com um estado de regressão e anímica tal qual a horda primeva. Assim como o pai da horda, o conspirador é aquele que goza de algo do qual o restante fica privado. Ele não está submetido às mesmas restrições impostas pelas massas. Nesse sentido, é necessário matá-lo; pois, de acordo com o autor,

a insegurança da vida, que constitui um perigo igual para todos, une hoje os homens numa sociedade que proíbe ao indivíduo matar, e reserva para si o direito à morte comunal de quem quer que viole a proibição. Aqui, então, temos justiça e castigo. (Freud, 1921/2020, p. 275).

Para Freud (1921/2020), a massa é uma reedição da horda primeva. Em cada sujeito existe, virtualmente conservado, um humano primitivo; e, em cada massa, a horda originária.

A massa nos parece uma revivescência da horda originária. Do mesmo modo como o ser humano primitivo se encontra virtualmente conservado em cada indivíduo, a horda originária pode restabelecer-se a partir de uma multidão qualquer de seres humanos; na medida em que a formação de massa domina os seres humanos de maneira habitual, reconhecemos nela a continuação da horda originária. (Freud, 1921/2020, p. 200).

O mito originário de *Totem e Tabu* estabelece as bases nas quais toda civilização se desenvolverá: obediência às leis e renúncia à satisfação das pulsões. As bases fundadoras residem na conspiração e no assassinato do pai primevo, sendo que a conspiração antecede a morte. Cada sujeito é, potencialmente, um inimigo virtual da civilização. Existem nele tendências destrutivas e conspiratórias, e vale colocar uma lupa sobre esse tema para compreendermos mais a fundo tal fenômeno.

### 1.3 Arquitetura da narrativa conspiratória

Mas, afinal, o que poderíamos chamar de teorias conspiratórias? Sugerimos, a princípio, que uma teoria da conspiração deva conter pelo menos cinco elementos críticos. Sendo assim, as teorias da conspiração:

- 1) fazem uma conjectura de como pessoas, objetos ou eventos são causalmente ligados (Van Prooijen & Van Lange, 2014; Barkun, 2003; Nicolas, 2016);
- 2) estipulam que os planos dos supostos conspiradores são intencionais (Taguieff, 2006; Barkun, 2003; Van Prooijen & Van Lange, 2014; Keeley, 1999; Nicolas, 2016);
- 3) envolvem um grupo de pessoas trabalhando em conjunto; assim, o ato de um único indivíduo não se encaixa na definição de teoria da conspiração (Van Prooijen & Van Lange, 2014; Barkun, 2003; Keeley, 1999; Taguieff, 2006; Nicolas, 2016; Silva, 2010; Coady, 2006);
- 4) contêm um elemento de ameaça no qual os objetivos dos conspiradores são prejudiciais ou enganosos (Hofstadter, 1966; Barkun, 2003; Taguieff, 2006; Van Prooijen & Van Lange, 2014; Nicolas, 2016);
- 5) carregam um elemento de segredo; portanto, nem sempre é fácil invalidá-las (Van Prooijen & Van Lange, 2014; Barkun, 2003; Keeley, 1999; Taguieff, 2006; Nicolas, 2016; Hofstadter, 1966).

A princípio, definimos que a teoria da conspiração é uma visão de mundo dominada pela crença em um conjunto de pessoas ligadas entre si e que atuam secretamente, ou de forma misteriosa, que visa a uma ação maléfica ou enganosa de difícil percepção por parte de quem está fora da rede conspiratória.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Um documentário intitulado *Intervenção – Amor não quer dizer grande coisa*, de Rubens Rewald, Tales Ab’Saber e Gustavo Aranda, é uma colagem com discursos de extrema direita colhidos na internet durante 2015 e 2016 e que, segundo os diretores, serviram de motor/animador ideológico no processo que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e levou ao poder, posteriormente, Jair Bolsonaro. Embora o foco desse documentário sejam os discursos de ódio, não deixa de ser também uma ilustração do que entendemos como teoria conspiratória, que se faz presente

Segundo Girardet (1987), em *Mitos e mitologias políticas*, as teorias da conspiração ocorrem num clima psicológico e social de incerteza e angústia. Elas apresentam, assim, uma função social de explicação: as questões sem resposta são integradas num sistema coerente de explicação, numa lógica inflexível que reduz tudo a uma única causa. *Os protocolos dos sábios de Sião*, por exemplo, enfatizam o perigo tanto da concentração capitalista quanto da revolução proletária, e apresentam uma nomenclatura relativamente precisa das mudanças sociais ocorridas no Ocidente. O mito pode oferecer essa função explicativa em proveito dos mais variados grupos sociais.

O que permanece constante, o que constitui o caráter essencial de permanência e repetitividade é o estado de inquietação, a situação de crise na qual se encontram esses grupos e esses meios. E é também, não se poderia esquecer, todo o material onírico contido na mensagem mitológica, todo esse fluxo incessante de imagens, de fantasmas e de representações simbólicas que ela carrega consigo. (Girardet, 1987, p. 57).

Embora as teorias conspiratórias não sejam necessariamente uma narrativa falsa, elas têm em comum uma certa subversividade (Douglas, Cichocka & Sutton, 2017). Grande parte das teorias conspiratórias culpabilizam autoridades e oferecem narrativas alternativas diante das consideradas oficiais, e os céticos são vistos costumeiramente como ingênuos e conformistas. A teoria conspiratória tem a capacidade de gerar desconfiança em sujeitos de várias posições – governamental, científica, histórica, etc.

Barkun (2003), em *The culture of conspiracy: apocalyptic visions in contemporary America*, divide as teorias conspiratórias em três tipos:

- 1) conspirações de evento: nas quais forças conspiratórias concentram suas energias em um objetivo limitado e bem-definido;
- 2) conspirações sistêmicas: aquelas com objetivos amplos, geralmente concebidos como garantia de controle sobre um país, uma região ou até mesmo sobre o mundo inteiro;
- 3) megaconspirações: referem-se a construções conspiratórias, em que estas são consideradas ligadas hierarquicamente.

Barkun (2003) e Taguieff (2006) argumentaram que a crença conspiratória consiste numa visão de mundo na qual não existe causalidade. Dessa forma, a teoria conspiratória possuirá três elementos-chaves:

- 1) nada acontece por acaso, ou seja, qualquer acontecimento tem uma explicação;
- 2) tudo está conectado. O mundo dos conspiradores não tem espaço para acidentes, existindo um padrão em toda parte;

- 3) nada é o que parece ser. As aparências são enganosas, porque os conspiradores desejam enganar para disfarçar suas identidades ou suas atividades.

Assim,

as teorias da conspiração resistem aos cânones tradicionais da prova porque reduzem os fenômenos altamente complexos a causas simples. Essa é normalmente uma característica muito admirada nas teorias científicas, onde é chamada de “parcimônia”. As teorias da conspiração não são nada se não parcimoniosas, pois atribuem todo o mal do mundo às atividades de um único lote ou conjunto de parcelas. (Barkun, 2003, p. 7).

As teorias da conspiração são, em sua essência, não falsificáveis. Não importa quantas evidências seus adeptos acumulem, a crença em uma teoria da conspiração se torna uma questão de fé, e não de prova (Barkun, 2003). Essa força reside na crença, algo que serve para dar sentido e sentimento de pertencimento ao sujeito que acredita. Recusar a teoria da evolução, como sugere Santos (2022), em seu artigo “Desinformação, negacionismo e a pandemia”, não trará nenhuma consequência para a maioria dos sujeitos. No entanto, ao ser adepto do terraplanismo ou do criacionismo, o sujeito desenvolverá o sentimento de pertencimento a determinado grupo. “Esta é uma razão para crenças serem significativas para as pessoas.” (Santos, 2022, p. 6).

Não é à toa que as teorias conspiratórias são a base do discurso da extrema direita. Além de mobilizarem as massas, o conspiracionismo sustenta imaginariamente um sistema diabólico no qual será necessário empregar uma cruzada civilizatória. Para Adorno (2015), todos os agitadores fascistas mergulham nesse tipo de discurso de uma catástrofe iminente, pois ele cria uma costura libidinal entre os sujeitos.

Não é acidental que todos os agitadores fascistas insistam na iminência de catástrofes de alguma espécie. Enquanto advertem de perigos iminentes, eles e seus seguidores se excitam com a ideia da ruína inevitável, sem sequer diferenciar claramente entre a destruição de seus inimigos e de si mesmos. (p. 152).

No que tange às massas, Freud (1921/2020), em seu livro *Psicologia das massas e análise do Eu*, indica que elas, por serem extremamente crédulas e acríticas, facilmente aderem a narrativas conspiratórias. As teorias conspiratórias também oferecem ao sujeito um componente narcísico, pois este passa a considerar-se como o único privilegiado que conseguiu descobrir o conhecimento da ação secreta dos conspiradores – e o restante da população não conseguiu tal feito. De acordo com Adorno, em seu artigo “A teoria freudiana e o modelo fascista de propaganda” (1951/2015), um sujeito

apenas por pertencer ao grupo, o seguidor é mais puro, melhor e superior do que aqueles que estão de fora. Além disso, acontece assim que qualquer espécie de crítica ou tomada de consciência acaba sendo sentida como uma perda e, como tal, algo que desperta raiva. A propósito, é isso que dá conta da violenta reação dos fascistas contra o que eles julgam *Zersetzend*, aquilo que desmascara os valores que eles obstinadamente sustentam, mas, também, da sua hostilidade, típica das pessoas preconceituosas, contra qualquer tipo de introspecção. (Adorno, 1951/2015).

Segundo Adorno (1951/2015), entre os elementos unificadores das massas está o “apontamento do inimigo”, que também podemos verificar na obra freudiana (1921/2020). Dessa forma, as massas, quando rendidas a um discurso conspiratório, conseguem se diferenciar narcisicamente dos outros, minimizando, assim, seus conflitos internos. Nada melhor do que a criação de uma narrativa conspiratória na qual aquele que não compartilha as ideias de determinado grupo é visto como alguém a ser combatido ou até mesmo eliminado. Para Adorno (1951/2015), os agitadores fascistas irão atacar de maneira contumaz os intelectuais, os esnobes e os hedonistas, os quais são considerados subversivos e são vistos como uma ameaça à unidade grupal e às suas crenças.

No que tange às crenças, segundo Freud (1921/2020), o

“indivíduo no interior de uma massa experimenta, por influência dela, uma mudança frequentemente profunda de sua atividade anímica. Sua afetividade é aumentada excepcionalmente, e seu rendimento intelectual é marcadamente restringido”. (p. 159).

Essa redução intelectual faz com que o sujeito crie fantasias estereotipadas que fogem completamente da sua interação com a realidade, criando, assim, “inimigos imaginários”. O conteúdo dessas fantasias relaciona-se com ideias de onipotência atribuídas ao inimigo escolhido. Essas fantasias são construídas “por afirmações que são claramente autocontraditórias ou incompatíveis com fatos e de caráter manifestamente imaginário”. (Adorno, 1975/2019, p. 254).

Para Adorno (1975/2019), em *Estudos sobre a personalidade autoritária*, a estereotipia é um instrumento para o sujeito ver a si mesmo confortavelmente; no entanto,

ela se alimenta de fontes inconscientes profundas, as distorções que ocorrem não podem ser corrigidas somente pelo olhar *real*, em vez disso, a própria experiência é predeterminada pela estereotipia. Mesmo quando colocadas lado a lado com membros de grupos de minorias tão destoantes quanto possível do estereótipo, elas os perceberão através das lentes da estereotipia e permanecerão contra eles, não importando o que eles sejam e façam. (p. 264).

Por meio da estereotípica criação do inimigo, os impulsos sádicos são descarregados, através do medo e da raiva, naquele que não seja considerado espelho. De acordo com Viana (2011), em *A invenção do inimigo imaginário*,

a invenção do inimigo imaginário [...] pode extravasar a agressividade reprimida. A invenção do inimigo imaginário é tanto mais eficaz quanto mais o inimigo imaginário potencial tiver elementos culturais que o coloquem como marginal, perigoso, desconhecido. Assim, além de analisar os inventores de inimigos imaginários, é necessário analisar aqueles que potencialmente são inimigos imaginários. (Viana, 2011).

Os inimigos imaginários podem advir de setores marginais e opositores, grupos minoritários, outros países, outras etnias e/ou religiões, etc. Eles devem conter o elemento da periculosidade e da culpabilidade. (Viana, 2011).<sup>14</sup>

A culpabilidade confere que as massas responsabilizem determinados grupos sociais ou sujeitos pelos males sociais, para que possam ser alvos de ideologias e narrativas conspiratórias e sejam considerados “bode expiatório”, ou seja, os verdadeiros culpados. (Viana, 2011). “O TSE é culpado pelo sistema eleitoral fraudado”, “os membros do TSJ são inimigos do povo e contra a liberdade de expressão”, “a esquerda é culpada pelo maior escândalo de corrupção do país”, etc. são alguns exemplos dos quais a extrema direita se utiliza para culpabilização.

Na periculosidade, determinados grupos sociais são considerados subversivos e, portanto, representam uma verdadeira ameaça aos interesses da população ou de alguns setores dela – sendo vistos, inclusive, como perigosos (Viana, 2011). “O PT quer transformar o Brasil na Venezuela”, “a esquerda quer distribuir um ‘*kit gay*’, destruir a família tradicional, implementar a ‘ideologia de gênero’”, e assim por diante.

---

<sup>14</sup> Distinguir inimigo do amigo, de acordo com Schmitt (1932/2009) em *O conceito do político*, é fundamental, pois isso faz parte da essência da política. O ser e o pensar político estão na capacidade de “distinguir entre amigo e inimigo” (p. 39). Para Schmitt, a oposição entre amigo-inimigo é uma distinção existencial, ou seja, ontológica. O inimigo não precisa ser feio, moralmente mau ou se apresentar como um concorrente econômico. Uma oposição seja ao objeto, seja à coisa, necessita alcançar o “*grau de intensidade* de uma associação ou dissociação de pessoas, cujos motivos podem ser de índole religiosa, nacional (no sentido étnico ou cultural), econômica ou de outra espécie, provocando, em momentos diversos, ligações e separações”. (p. 40-41). Os conceitos morais, estéticos e econômicos só irão conquistar uma dimensão política através de sua existencialização. Determinada sociedade tão logo inicia uma guerra a partir de suas convicções e, com isso, ao criar e a combater inimigos ela estará agindo politicamente. “O agrupamento real do tipo amigo-inimigo é onticamente tão forte e concludente que a contraposição de cunho não-político, no mesmo momento que suscita este agrupamento, relega a um segundo plano seus critérios e motivos até então “puramente” religiosos, “puramente” econômicos e “puramente” culturais, ficando submetida às novas e peculiares condições e conclusões da situação doravante política, condições e conclusões estas que, vistas daquele “puro” ponto de partida “puramente” religioso ou “puramente” econômico, entre outros, são frequentemente muito inconsequentes e “irracionais”. (p. 41). Para Schmitt, uma sociedade só pode ser política, ou melhor, só se torna política no momento que constrói o inimigo e necessita afirmar-se perante a ele, assim como também dentro do Estado, ou seja, ela só é política diante de um inimigo interno. Essa dicotomia é constitutiva da identidade, uma vez que a existência do Eu e do Estado deve-se apenas à defesa do outro como inimigo. “Por esta razão, tenho que me embater com ele, a fim de obter minha própria medida, meu próprio limite, minha própria forma.” (p. 235). Nesse sentido, o bolsonarismo, para sua sobrevivência como um movimento político e identitário, irá sempre precisar, de acordo com Schmitt, de um inimigo.

Podemos dizer também que no inimigo existe algo de *infamiliar*, que nos provoca a considerar este outro como estranho, diferente, abominável, aquilo que é alheio. Entretanto, segundo Freud (1919/2019) em *O infamiliar*, aquilo que nos é infamiliar, ou seja, aquilo que causa estranhamento e inquietação ocorre por causa de certa familiaridade, pois toca naquilo que “eu preferiria manter recalcado”, oculto e desconhecido, mas que vem à tona.

O familiar [*Heimlich*] é uma palavra cujo significado se desenvolveu segundo uma ambivalência, até se fundir, enfim, com seu oposto, o infamiliar [*Unheimlich*]. Infamiliar é, de certa forma, um tipo de familiar (Freud, 1919/2019, pp. 47-49). Mais à frente, o autor esclarece que o infamiliar “é marca do recalçamento” (p. 95).

Existe algo neste outro que me causa estranhamento, mas que me é familiar, que faz parte de mim; contudo, prefiro expulsá-lo, já que tentamos excluir de nossa subjetividade aquilo que desconhecemos.

O caráter do *infamiliar* pode então mobilizar apenas a partir disso, de tal modo que o duplo é uma formação da mesma família dos processos anímicos superados dos tempos primevos, os quais tiveram, em todo caso, naquela época, um sentido amigável. O duplo se tornou uma imagem do horror, tal como os deuses, que após a queda de suas religiões tornaram-se demônios. (Freud, 1919/2019, p. 73).

Segundo Kyrle (1956/215), em *The collected papers of Roger Money-Kyrle*, este outro familiar/infamiliar que, pela via da projeção, é expulso do Eu como se fosse um estranho, agora personificado, pode ser exterminado. O mecanismo de projeção é muito importante para compreendermos a criação do inimigo. Por meio dele, os inimigos internos são banidos para o mundo externo, sendo a principal causa dos delírios de perseguição, algo visto na paranoia. O paranoico é extremamente desconfiado, e, para ele, tudo é interpretado como uma trama profunda para prejudicá-lo. Contudo, tais sintomas não são reservados somente aos psicóticos. Como podemos ver, o medo do “comunista” faz com que muitos sujeitos do campo da extrema direita vejam incessantemente conspirações para destruí-los. Entretanto, tudo isso será determinado pelas fantasias inconscientes dos sujeitos. “Tendemos a rejeitar o que não corresponde e a aceitar o que corresponde aos seus preconceitos inconscientes. Que isto é assim fica melhor comprovado pela análise de alguns exemplos de propaganda bem-sucedida.” (Kyrle, 1956/2015, p. 165).

Em *As pulsões e seus destinos* (1915/2010), Freud escreveu que o ódio emerge da rejeição por parte do Eu do mundo externo. Esse ódio remonta à fonte dos instintos de conservação.

O Eu odeia, abomina, persegue com propósitos destrutivos todos os objetos que se lhe tornam fonte de sensações desprazerosas, não importando se para ele significam uma frustração da satisfação sexual ou da satisfação de necessidades de

conservação. Pode-se mesmo afirmar que os autênticos modelos da relação de ódio não provêm da vida sexual, mas da luta do Eu por sua conservação e afirmação. (Freud, 1915/2010, p. 43).

O mal é simplesmente considerado a inversão do bem nos discursos conspiratórios da extrema direita. É a partir dessa visão de mundo que, de acordo com Girardet (1987), as linhas do imaginário puramente político são ultrapassadas. Essas narrativas buscam ser um conjunto coerente de ideias que atribuem a determinado grupo de pessoas a manifestação do “bem”; enquanto, a outros, conferem a do “mal”. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, em um culto, declarou recentemente que o Planalto era um “lugar consagrado a demônios”<sup>15</sup> e que estamos em uma “luta do mal contra o bem”.

Outra característica fundamental, segundo Koyré (1943/2019) em *Reflexões sobre a mentira*, é que todo grupo conspirador é um agrupamento com um ou mais segredos. A própria existência do grupo depende da manutenção de dois segredos, a saber: 1) o segredo sobre sua existência; 2) o segredo acerca de suas ações. Para todo membro de um grupo secreto, a palavra serve apenas como uma maneira de dissimular seu pensamento. Dessa forma, um membro considerado pertencente a um grupo conspirador, ao dizer uma palavra em público, será considerado mentiroso, visto que “Apenas as coisas que não se diz ou, ao menos, as que só se revelam aos ‘seus’ são, ou podem ser, verdadeiras.” (Koyré, 1943/2019, p. 126).

Os grupos conspiradores são vistos como sociedades secretas e, por estarem cercados de inimigos, são obrigados a buscar proteção através da mentira, bem como são obrigados a se esconder e a dissimular. Contudo, em Estados totalitários, seus partidos não necessitam estar encobertos. Ao contrário, eles até fazem uso da publicidade, e é essa inovação que Koyré (1943/1919) chamará de “conspirações às claras”.

Hitler (assim como os outros chefes dos países totalitários) anunciou publicamente todo o seu programa de ação. Mas foi precisamente porque ele sabia que não seria acreditado pelos “outros”, que suas declarações não eram levadas a sério pelos não-iniciados; foi precisamente dizendo-lhes a verdade que ele estava certo de enganar e anestesiar seus adversários. (1943/2019, p. 127).

Na conspiração às claras, própria da época democrática da civilização de massas, os indivíduos não estão sob ameaça e, nesse sentido, não precisam dissimular. Seus membros não têm necessidade de estarem escondidos. Assim, “a conspiração às claras, se ela não é uma sociedade secreta, ainda é uma sociedade de segredos” (Koyré, 1943/2019, p. 128). Aqui, identifica-se o grupo conspirador, mas não a conspiração. O elemento do segredo continua intacto. A Lava Jato foi um exemplo claro desse tipo de conspiração às claras depois

---

<sup>15</sup> [A evangélicos, Michelle Bolsonaro diz que Planalto era um “lugar consagrado a demônios”. \(2022\). Carta Capital.](#)

da constatação da “vaza jato”, comprovando o caráter político dessa operação, além do ódio do ex-juiz Sergio Moro e do ex-procurador Deltan Dellagnol em relação aos partidos da esquerda.

Toda conspiração implica o segredo; segredo que concerne precisamente às metas de sua ação; metas que ela dissimula justamente para poder atingi-las e que são conhecidas apenas por aqueles “que pertencem ao grupo”. Mas a conspiração às claras não constitui de nenhum modo exceção a essa regra, pois, como acabamos de dizer, embora não seja uma sociedade secreta, ela ainda é uma sociedade de segredos. (Koyré, 1943/2019, p. 129).

De acordo com Barkun (2003), as crenças conspiratórias envolvem duas formas distintas de sigilo: a que diz respeito ao próprio grupo e a que diz respeito às atividades do grupo. Um grupo pode ser secreto ou conhecido, e suas atividades podem ser abertas ou escondidas.

Em relação à desconfiança e aos segredos, Freud (1907/2015), em seu texto *O esclarecimento sexual das crianças*, elucida uma dúvida do doutor Fürst acerca da comunicação sexual para as crianças. Freud (1907/2015) não consegue observar nenhum ganho em esconder tais esclarecimentos tanto das crianças quanto dos jovens. Por isso, ele culpa a hipocrisia, bem como a má compreensão da sexualidade dos adultos, que os levam a ocultar tais dúvidas das crianças. Segundo o autor, ao tratar a sexualidade como mistério, os adultos “apenas [privam a criança] da capacidade de apreender intelectualmente as atividades para as quais ela se acha psiquicamente preparada e fisicamente ajustada” (Freud, 1907/2015, p. 222). Ao darem respostas desonestas quando confrontados com perguntas feitas pelas crianças acerca da sexualidade, os adultos “ferem o honesto instinto de pesquisa [das crianças] e, em geral, também abalam pela primeira vez a sua confiança nos pais. Então, elas começam a desconfiar dos adultos e a ocultar deles os seus mais íntimos interesses.” (Freud, 1907/2015, p. 223). Dito de outro modo, a mentira ou a desonestidade dos genitores fará com que a criança adquira a capacidade de deliberar sobre os pensamentos que deseja ou não comunicar – ou seja, ela descobre que seus pais mentem (Reznik & Salem, 2010). Segundo Aulagnier (2010), a descoberta dessa mentira leva a criança a uma segunda revelação fundamental para sua estruturação: “se descobrir capaz de mentir, descobrir que o Outro pode crer num enunciado mentiroso, [que] representa o primeiro e mais decisivo golpe na crença da criança acerca da onipotência parental” (Aulagnier *apud* Reznik & Salem, 2010, p. 97).

Dessa forma, “pensar secretamente” é descrito pela autora como algo diretamente análogo à possibilidade de “fantasiar conscientemente”. “A possibilidade de fantasiar se torna assim uma condição da opacidade do Eu em relação ao Outro e, conseqüentemente, da capacidade de poder guardar pensamentos em segredo.” (Reznik & Salem, 2010, p. 98).

No que tange às teorias conspiratórias, da mesma forma que a criança foi enganada pelos seus genitores, o adulto reeditará sua desconfiança em relação aos outros; pois, de acordo com Freud em *Sobre as teorias sexuais infantis*, “neuróticos e normais se acham ainda mais próximos na infância” (Freud, 1908/2015a, p. 274).

Podemos verificar que as teorias conspiratórias são crivadas de elementos paranoicos, fantasiosos e ilusórios que produzem narrativas que criam inimigos nos quais podemos projetar todos os males sociais. No entanto, as teorias conspiratórias necessitam de um terreno fértil para serem cultivadas e disseminadas. Nesse sentido, as narrativas conspiratórias estão intimamente ligadas ao fenômeno da pós-verdade. Sabemos, a partir de Freud, que as massas nunca querem se deparar com a realidade; ao contrário, elas exigem ilusões às quais não podem renunciar. “Na atividade anímica da massa o exame de realidade retrocede diante da força das moções de desejo investidas.” (Freud, 1921/2020, p. 150).

#### **1.4 Teorias conspiratórias, pós-verdade e fake news**

O tema da pós-verdade é uma expressão que vem ganhando destaque e sendo mais debatido, seja na mídia televisiva, sejam nas mídias sociais, seja na política, seja na produção científica, e em outras diversas áreas. Sua definição e sua expressão foram utilizadas, pela primeira vez, pelo dramaturgo sérvio-americano Steve Teisch, no início da década de 1990. Contudo, foi somente em 2016, quando foi escolhida como “palavra do ano”, que o termo ficou conhecido e popularizado, relacionado a dois fatos políticos importantes no cenário mundial: a eleição de Donald Trump e a vitória da saída do Reino Unido da União Europeia.

Mas, afinal, o que é pós-verdade? De acordo com o *Dicionário Oxford Languages*, o termo é definido como “aquela que se relaciona, ou denota, circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e crenças pessoais” (2016). Nesse conceito, é ressaltado que o prefixo “pós” não pretende indicar a ideia de “deixar para trás” a verdade em um sentido temporal (como acontece no “pós-guerra”), mas, sim, com o sentido de que a verdade foi sobrepujada, ou seja, que ela é irrelevante (McIntyre, 2018).

Muitos veem a pós-verdade como parte de uma tendência internacional crescente, em que alguns se sentem encorajados a ajustar a realidade de acordo com as próprias opiniões. Isso não é necessariamente fazer campanha de que fatos não importam mais, e sim a convicção de que fatos podem ser manipulados, selecionados e apresentados dentro de um contexto político. (McIntyre, 2018, p. 20).

Na pós-verdade, os sujeitos se fixam às falsas argumentações, nas quais há um desaparecimento entre o real e o imaginário, isto é, “na perspectiva pós-verdadeira o que é

real é apenas imaginação e o imaginário se torna real e o direito de opinião se transforma em direito de criar percepções individualizadas do fato” (Castro & Lima, 2020, p. 7). A objetividade do fato pouco importa ou não é suficiente para refutar a mentira, pois o que está em jogo é a crença motivada pelo desejo, como disse Freud em *O futuro de uma Ilusão*, e não a busca pela verdade.

A busca por informações e o devido cuidado em saber sobre sua autenticidade antes de divulgá-las, sobretudo nas mídias sociais, tornou-se dispensável. Sendo assim, a pós-verdade mostra-se como uma expressão de certo declínio das verdades objetivas, uma vez que são valorizadas as ações dirigidas pelo emocional e por meio de crenças, visões de mundo e preconceitos (Araújo, 2020). Diante de tantas incertezas, os sujeitos estão mais inclinados a se acomodar em sua própria ideologia, acreditando apenas no que se encaixa em suas noções preconcebidas (McIntyre, 2018). É nesse ponto que as teorias conspiratórias exercem um real protagonismo diante desse fenômeno.

Uma das funções das teorias conspiratórias, como já assinalamos, é aliviar o sujeito diante de incertezas e angústias, dando a ele uma explicação simplista e uma antagonista que possa combater. O conspiracionismo mistura uma narrativa que fica na fronteira entre a realidade e a fantasia, criando, assim, uma verdade alternativa diante de relatos oficiais.

A internet promoveu uma nova lógica, na qual se tornou uma facilitadora para a publicação e o compartilhamento de qualquer informação. As notícias procedem das mais variadas fontes, o que dificulta saber se as informações ofertadas são confiáveis ou não (Santaella, 2018). De acordo com Ferrari (2016), em *Comunicação digital na era da participação*, o Brasil está em primeiro lugar no *ranking* dos países que mais consomem notícias pelo Facebook.

O Brasil está no topo do *ranking* de países que mais consomem notícias pelo Facebook, com 70% dos usuários ativos buscando informação toda semana, prioritariamente, pela rede social. Nesse sentido, o tempo economizado no carregamento de notícias dentro do Facebook é uma questão de *performance*, ou seja, a função da ferramenta está completamente atrelada à usabilidade (Ferrari, 2016, p. 116).

A ordenação das redes e das mídias digitais tem grande impacto no que tange à disseminação de grupos reacionários. Esses grupos, ao espalharem teorias da conspiração, conseguem seguidores e colocam desconfiança em certos instrumentos reconhecidos de produção da informação e do saber, como o jornalismo e a ciência. Em “Percurso da hegemonia cultural bolsonarista e a retórica de ódio na realidade brasileira contemporânea”, Angelin e Gabatz (2022) declaram que, “se de um lado as redes sociais fomentam um ideal de democratização das informações do conhecimento, por outro, elas se encontram presas a

um modelo que aprofunda as desigualdades e gera falsas equivalências entre a informação e as mentiras.” (Angelin & Gabatz, 2022, p. 200).

Na avaliação de Santaella (2018), em *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?*, são dois os fatores essenciais que levam ao processo da pós-verdade. O primeiro é a formação das “bolhas” ou das “câmaras de eco”, nas quais os usuários ficam isolados, fechados a novas ideias, assuntos e informações importantes, sobretudo na política, e acabam se expondo “quase exclusivamente a visões unilaterais dentro do espectro político mais amplo” (p. 15). O segundo é a disseminação de notícias falsas. É importante salientar que notícias falsas não são um fenômeno novo. Basta lembrarmos dos tabloides e dos programas de fofocas, por exemplo, que se utilizam de estratégias de sedução e persuasão da publicidade para atrair determinado público (Santaella, 2018). O que há de novo é a maneira como as notícias são vinculadas e disseminadas. A partir da internet, principalmente por meio de redes sociais, WhatsApp e YouTube e seus algoritmos, emergiram novas formas de publicar, compartilhar e consumir informação, algo pouco submetido a regulações ou padrões editoriais (Santaella, 2018). Azevedo e Lima (2020), em “*Fake news* e pós-verdade na construção do Neoconservadorismo no Brasil pós-2013 e os efeitos de 2018”, afirmam que

as *fake news* podem ser consideradas como sendo notícias falsas deliberadamente produzidas para causar prejuízos à imagem de um alvo pré-estabelecido quer seja um adversário político, um concorrente comercial ou mesmo um inimigo pessoal que, em tempos de interconectividade, viraliza via plataformas digitais em formato midiático de texto, imagem, áudio ou vídeo (Azevedo & Lima, 2020, pp. 13-14).

De acordo com Empoli (2019), em sua obra supracitada, uma pesquisa do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) demonstrou que uma notícia falsa tem, em média, 70% a mais de probabilidade de ser compartilhada na internet, pois ela é, geralmente, mais original que uma notícia verdadeira. Segundo os pesquisadores, nas redes sociais a verdade consome seis vezes mais tempo que uma *fake news* para atingir 1.500 pessoas.

No entanto, devemos ressaltar que o fenômeno da pós-verdade representa um fenômeno em maior escala que apenas *fake news*. Como dissemos, sua base é estabelecida quando consideram que uma opinião tem a mesma autoridade quanto os fatos objetivos. Quando esse fenômeno domina um grupo significativo, as notícias falsas podem exercer uma forte influência nos debates sobre os mais variados temas (McDermott, 2019).

A pós-verdade depende exclusivamente de apelos emocionais, como a raiva e o medo, que podem ser estimulados em resposta a um acontecimento; mas, em seguida, os indivíduos são levados a outro incidente totalmente não relacionado, simplesmente porque ambos os eventos estão ligados pela identidade do oponente ou pela emoção do perceptor. Essa agressividade muitas vezes gira em torno da ideologia política, mas também pode passar

questões de raça, gênero, orientação sexual, etc. (McDermott, 2019). Aqui, também, a psicanálise poderá trazer contribuições.

Para a psicanálise, o fenômeno da pós-verdade não se trata apenas de saber se determinado conhecimento é falso ou verdadeiro, mas, sim, se ele corrobora determinada crença do sujeito ou de um grupo.

Saber que a Terra é um globo tem consequências tecnológicas de todo tipo, na navegação, na geolocalização etc. Terraplanistas estão, no entanto, muito longe de ter qualquer efeito sobre a implementação destas tecnologias, das quais são beneficiários, por uma razão não acidental: existe um controle institucional da formação daqueles que podem ter algum impacto sobre estas tecnologias. O mesmo vale para a compreensão da estrutura da matéria mencionada por Dupré. O terraplanismo tem, no entanto, um outro tipo de efeito, nada inócuo, que consiste em fomentar a criação de identidades em torno de teorias injustificadas contra o conhecimento científico (Santos, 2022, p. 7).

Para Santos (2022), determinadas crenças têm um papel fundamental na formação da identidade dos grupos. A questão não é de compreensão da informação, mas, sobretudo, de confiança. Para Adorno, as massas não são convencidas pela informação verdadeira, pois “sua propaganda deve necessariamente ser defletida do pensamento discursivo; deve ser orientada psicologicamente, e tem de mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivos” (Adorno, 1975, p. 60).

A grande questão sobre *fake news* não perpassa apenas a percepção cognitiva, mas, também, a afetiva. O sujeito enfrentará essa dissonância afetiva quando a informação, imbuída de afetos, contradisser uma crença ou ameaçar sua identidade. Saber que  $1 + 1 = 2$  é um conhecimento que dificilmente será rejeitado, pois essa soma não carrega nenhum tipo de afetividade. Agora, se uma informação ameaça o sujeito em sua crença, sua identidade ou seu pertencimento a determinado grupo, ela será certamente negada ou ridicularizada.

Sob a ótica da psicanálise, as *fake news* não se resumem à mentira ou à verdade. O que se observa é que, por meio da mentira, alguma verdade sobre a posição do sujeito diante do desejo do Outro se constrói (Miranda e Caldas, 2021, p. 567).

Em Freud (1921/2020), as massas não são medidas por nenhuma instância racional, ou seja, em conformidade com a realidade. Elas são, na verdade, extremamente crédulas, pensando “por imagens que se evocam umas às outras associativamente tal como elas se apresentam ao indivíduo durante os estados de livre fantasiar [*Freien Phantasierens*].” (pp. 146-147).

As *fake news*, segundo Caldas e Miranda (2021), em “Considerações psicanalíticas sobre a pós-verdade e as malditas *fake news*”, apresentam-se como uma produção de sentido, uma ilusão da representação do significante pelo significado. As notícias falsas seriam respostas imediatas ao real sem lei que nos invade, algo impossível de dizer. Essa

produção de sentido que as *fake news* carregam nos afasta do que Lacan disse acerca da descoberta freudiana. Lacan (1969/2008) aponta que a busca incessante por uma imagem totalizante e fraturada pelo real diz que nós, sujeitos desamparados, não temos a necessidade da exatidão da verdade, mas, sim, da necessidade de sentido. Assim, o lugar em que as *fake news* estão é a posição da verdade, pois elas não ocupam o lugar do saber, uma vez que sua ignorância não é reconhecida. O “não saber” só evidencia, segundo Nunes (2021) em “Nada mais que a verdade: *fake news*, ficção e a ontologia política do gozo”, que estamos na posição de Outro nesse discurso. A fala, nesse sentido, pode dizer a verdade sem saber que a diz.

A fala define o lugar daquilo a que chamamos verdade. O que assinalo desde sua entrada, para o uso que pretendo lhe dar, é sua estrutura de ficção, isto é, também de mentira. Na verdade, é o caso de dizer, a verdade só diz a verdade, e não pela metade, em um caso – quando diz Eu minto. Esse é o único caso em que temos certeza de que ela não está mentindo, porque supostamente o sabe. (Lacan, 2011, p. 25).

Sobre a questão do saber, Melman (2008) em *Como alguém se torna paranoico? De Schreber a nossos dias*, relata que podemos entrar em atrito com o conhecimento devido à nossa vulnerabilidade paranoica. De acordo com o autor (2008), o saber, ou seja, aquilo que é transmitido para os sujeitos, aparece como um conhecimento que perturba nosso saber pessoal. O conhecimento vindo de fora pode ser visto como um intruso, como algo que vem nos vulnerabilizar e que, portanto, não quer meu bem. Se a ciência traz o progresso da civilização, ao ocupar minha subjetividade, ela pode anulá-la. “Como se reconhece que um texto é científico? É que ele exclui toda subjetividade do seu autor, autor do texto, e também toda a subjetividade do destinatário. E estou, portanto, confrontado com o saber que como sujeito me forclui.” (Melman, 2008, p. 22).

O discurso científico, como procede atualmente, é perseguido pela nossa subjetividade e, ao mesmo tempo, por nós enquanto sujeitos. Somos, assim, perseguidos pela ciência, pois ela não nos reconhece como sujeitos, mas, sim, como indivíduos (Melman, 2008). Nesse sentido, no contexto da pós-verdade, é produzida uma narrativa que, diferentemente da científica, resguarda tanto a minha identidade quanto a do meu grupo.

Segundo Teixeira (2007), o discurso científico moderno se afasta do conhecimento na medida em que desumaniza a relação do sujeito com o saber.

Ela elimina o fundamento que distingue o mundo humano, o qual diz respeito ao fato, constatado por Hegel, de que um objeto da realidade somente se torna objeto visado pelo desejo humano se estiver determinado, semanticamente, como objeto especular de um outro desejo. (p. 141).

Nossa relação com a realidade, nossa visão de mundo e nossas opiniões são carregadas de afetos e atravessadas por ilusões, isto é, a realidade é moldada a partir do

desejo. Segundo Bogéa (2021), em seu livro *Psicologia do bolsonarismo: por que tantas pessoas se curvam ao mito?*,

a argumentação racional parece ter tão pouca força diante do impacto afetivo de uma imagem ou vídeo de WhatsApp que, caindo na minha rede afetiva, *confirma* todos os meus ideais de vida. Faltaria dar conta ainda da informação de que “nós, os esclarecidos, os que nos guiamos pela razão e pela consciência e não caímos nessas *fake news* tão toscas” somos movidos em nossas opiniões e visões de mundo pelo mesmo mecanismo afetivo-desejante-fantasiista, isto é, uma mente movida em seu nível mais fundamental por uma pulsão de poder absoluto, que vai sendo afetada de múltiplas – e ambivalentes – maneiras pelas relações circunstanciais nas quais se encontra e que, a partir dessa intrincada e complexa rede de influências ambivalentes forma ideais de “quem ou que ser” e “quem ou o que não ser”. Ou seja, não é por razões lógicas que defendemos o que defendemos e atacamos o que atacamos [...] e todos nós, em alguma região da realidade, acreditamos em *fake news*. (Bogéa, 2021, p. 27-28).

Dessa maneira, fica evidente por que muitos sujeitos com formações universitárias sólidas se entregam a inúmeras *fake news*. A questão não é a falta de informação ou de conhecimento, mas está relacionada às redes afetivas, aos desejos e às fantasias, algo que demonstra ser muito maior que apenas uma questão cognitiva.

Como já dissemos, na era da pós-verdade as refutações são ignoradas ou descartadas. Os fatos não pesam mais tanto quanto os gatilhos emocionais. Portanto, os sujeitos optam por acreditar que o mundo é apenas como eles o veem (McDermott, 2019). Esse último aspecto, segundo McIntyre (2018), é o “viés de confirmação”, uma tendência de o sujeito criar suas crenças e suas visões de mundo sem se basear em fatos objetivos, tornando-se, assim, presa fácil de inúmeras teorias conspiratórias que vêm para sustentar sua verdade e evitar um possível descontentamento psíquico. Para os neuróticos, “não vale a realidade objetiva comum, mas a realidade psíquica” (Freud, 1921/2019, p. 150).

A sustentação de qualquer fantasia de onipotência exige a negação de blocos inteiros de circunstâncias da realidade. O aparelho psíquico, aliás, como nos informa Freud, já “nasce” negando a realidade do desamparo primordial a fim de sustentar uma absolutamente injustificável fantasia de onipotência pessoal. Com os primeiros cuidadores ocorrerá o mesmo. Também com os amantes em quem projetaremos fantásticamente o poder absoluto de nos prover satisfação, completude, proteção, de nos livrar de todo o mal, de nos “fazer felizes” ou, pelo contrário, que nos garantirão o exercício da fantasia de sermos nós mesmos, em relação a eles, os seres onipotentes capazes de completá-los, de cuidar deles, de protegê-los, de livrá-los de todo o mal, de “fazê-los felizes. (Bogéa, 2021, p. 22).

Nesse sentido, um aspecto importante parece ocorrer na arquitetura do discurso conspiracionista: elemento fantasioso em que o princípio do prazer se impõe ante o princípio da realidade. O sujeito, no discurso conspiracionista, interpreta a realidade por meio de uma

narrativa fantasiosa, algo que produza harmonia em suas crenças e suas emoções. As *fake news* servem para mais do que desinformar: elas dão credibilidade, são um selo de veracidade à determinada teoria conspiratória.

### 1.5 Fantasia como arquitetura do conspiracionismo

A fantasia emerge de uma dualidade psíquica entre o princípio do prazer e o princípio da realidade. Nesse embate, acreditamos que podemos explicar as causas tanto do elemento da pós-verdade quanto das teorias conspiratórias. Para Rosset (2008), em seu livro *O real e seu duplo – ensaio sobre a ilusão*, existe um traço da crença que se subordina ao processo primário, enquanto outra vertente (subordinada ao princípio da realidade) é dominada pelo processo secundário.

Freud denomina o princípio primário como um modo de funcionamento do inconsciente. Esse processo é denominado por Freud como princípio do prazer, o que indica que os processos mentais buscam satisfação rápida e direta. Nesse sentido, todo o trabalho psíquico teria por finalidade evitar o desprazer e, por conseguinte, proporcionar prazer. Isso pode ser comprovado por meio dos sonhos e dos sintomas.

Já o princípio da realidade, função secundária, apareceria como uma transformação do princípio do prazer. Tal transformação se daria através do desenvolvimento da consciência, da atenção, do juízo e da memória (Moreira, 2009). Todavia, existe no pensamento algo que o princípio do prazer nunca deixaria escapar e por meio do qual ele atua: o fantasiar, que já está presente desde as brincadeiras das crianças, e, mais tarde, prosseguirá para os devaneios do adulto. “Assim, também a pessoa em crescimento, quando para de brincar, apenas abandona o apoio em objetos reais; em vez de *brincar*, ela *fantasia*. Constrói castelos no ar, cria o que se chamam ‘devaneios’.” (Freud, 1908/2015b, p. 229).

Segundo Freud (1911/2010), em *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico*, o teste de realidade em nada influencia os processos inconscientes. “Nos processos inconscientes, a realidade do pensar torna-se equivalente à realidade exterior e o mero desejar já equivale à realização de desejo ou equipara-se até mesmo à ocorrência do evento desejado.” (Freud, 1911/2004, p. 69-70).

Em *O futuro de uma ilusão*, Freud (1927/2011) define que a força da ilusão está na realização do desejo infantil de proteção. As ilusões, de acordo com autor, provêm “da vida de fantasia; ele foi, naquela época, quando se consumou o desenvolvimento do senso de realidade [*Realitätssinnes*], expressamente dispensado das exigências da prova de realidade e permaneceu destinado ao cumprimento de desejos de difícil realização” (1927/2020, p. 326). Um pouco antes, Freud (1911/2010) definiu o espaço da fantasia como um tipo de atividade de pensamento que permaneceu livre do teste da realidade e submetida somente ao princípio

do prazer. É a atividade da *fantasia*, que tem início na brincadeira das crianças e que depois, prosseguindo como *devaneio*, deixa de lado a sustentação em objetos reais (p. 69).

Aqui, um aspecto da fantasia em torno do discurso conspiratório se torna relevante. De acordo com Freud (1917/2014), em sua obra *Os caminhos da formação de sintomas*, o sujeito sempre teve dificuldade de se afastar do prazer e não consegue fazê-lo sem alguma compensação. Nesse sentido,

reservou para si uma atividade psíquica na qual concede a todas as fontes e vias abandonadas da obtenção de prazer uma nova vida, uma forma de existência na qual se veem livres das demandas da realidade e daquilo a que chamamos “prova de realidade. (Freud, 1917/2014, p. 287).

Na fantasia, segundo Freud, o sujeito segue usufruindo da liberdade diante da completa pressão exterior. E continua:

A criação do reino psíquico da fantasia encontra sua perfeita contrapartida na instituição de “áreas de proteção” e “reservas naturais”, onde as demandas da agricultura, do trânsito e da indústria ameaçam modificar rapidamente o semblante original da Terra e torná-lo irreconhecível. (Freud, 1917/2014, p. 288).

Para Freud, as fantasias têm como objetivo criar uma proteção ante a realidade insatisfatória, funcionando como realização do desejo. “Toda fantasia é a realização de um desejo, uma correção da realidade insatisfatória.” (Freud, 1908/2015b, p. 230). Assim, se compreendermos as teorias conspiratórias como um discurso oriundo da fantasia, fica evidente que se torna inútil, pela via do saber, tentar convencer aquele que crê que suas convicções estão equivocadas, pois “as fantasias decerto revelam a realidade psíquica, e pouco a pouco aprendemos que, no mundo das neuroses, a realidade psíquica é a decisiva” (Freud, 1917/2014, p. 285).

A ilusão é uma crença motivada pela realização de um desejo infantil de necessidade de proteção; a fantasia, por sua vez, tem como fator principal a correção da realidade insatisfatória. “Tanto na fantasia quanto na ilusão o teste de realidade não exerce influência, devemos ressaltar que fantasia e ilusão ocupam lugares diferentes na topologia psíquica.” (Ceccarelli & Oliveira, pp. 80-81).

As fantasias se adaptam ao contexto da vida; contudo, mantêm seu signo. A fantasia alterna-se em três tempos: alguma conjectura presente desencadeou o desejo principal do sujeito e, a partir disso, ele retorna a uma experiência infantil, pela qual esse desejo foi realizado, criando uma situação no futuro que corresponda à essa realização (Ceccarelli, Oliveira, 2019). Na fantasia, segundo Freud em *O escritor e a fantasia* (1908/2015b), “passado, presente e futuro são como que perfilados na linha do desejo que os atravessa”

(p. 231). Freud compreende que a fantasia reside entre o mundo interno, que busca prazer pela ilusão, e o mundo externo, no qual impera o princípio da realidade. Assim, de acordo com Laplanche e Pontalis (1990), os sujeitos se movimentam no imaginário, no subjetivo.

Em seu ensaio “Autobiografia”, Freud (1925/2011) escreve sobre uma reviravolta acerca de sua concepção das fantasias. O autor acreditava que grande parte das cenas que seus pacientes relatavam sobre serem seduzidos por um adulto na infância eram reais. No entanto, reconheceu posteriormente que essas cenas jamais haviam existido, ou seja, eram apenas fantasias. Dessa forma, Freud percebeu que os sintomas não tinham ligação com a realidade, mas, sim, com fantasias: “no tocante à neurose, a realidade psíquica era de maior importância que a realidade material” (Freud, 1924/1996, p. 40).

As fantasias dos sintomas histéricos têm sua origem no inconsciente, e as fantasias conscientes seriam os sonhos e os devaneios diurnos. Contudo, as fantasias conscientes podem se tornar inconscientes, ou o contrário: elas não são irredutíveis a um único registro (Ceccarelli & Oliveira, 2019).

O silêncio do ex-presidente Bolsonaro após sua derrota na eleição de 2022 estimulou as mais diversas fantasias conspiratórias criadas por seus adeptos. As míticas 72 horas para que as forças armadas pudessem agir em torno da suposta fraude eleitoral, juntamente com a iminente prisão do ministro Alexandre de Moraes, geraram inúmeros acampamentos em frente aos quartéis em todo o país, por mais de sessenta dias, que culminaram no ataque aos Três Poderes da república no dia 8 de janeiro de 2023. Sem a predominância da fantasia e da ilusão trazida pelo desejo não realizado, corre-se o risco do enfraquecimento de laços libidinais, levando, conseqüentemente, à desintegração do grupo. Os elementos da fantasia e da narrativa conspiratória foram cruciais para a manutenção da massa bolsonarista.

Como vimos anteriormente, Freud, por meio da metáfora da reserva natural, indica que a fantasia seria essa reserva diante da realidade desagradável para o sujeito. A fantasia seria, então, um mecanismo de defesa perante o real, em que o neurótico busca colorir um conteúdo desagradável da realidade com outro que esteja conforme seus desejos. Esse processo descrito está presente em todos os sujeitos e será determinante em suas estruturas psíquicas. De acordo com Moreira (2009),

Desde o início a criança possui sentimentos egoístas e onipotentes exigindo para si todo o amor dos pais. Essas configurações primeiras – na medida em que as mesmas entrelaçam desejos, realidade externa e fantasias – acabam por moldar traços singulares que seguirão para sempre com o sujeito. A maneira pela qual um homem vai se tornar um “devoto” ou um “espírito emancipado” procede em boa medida dessas experiências iniciais de sua infância (p. 99).

Todos nós temos tendência em acreditar em conspirações. Isso parece fazer parte da nossa constituição psíquica. Projetamos no outro aquilo que desconhecemos em nós, ou

melhor, projetamos aquilo que é ruim e deve ser combatido, e conservamos aquilo que é bom. Melhor dizendo: negamos, por meio de juízos, aquilo que preferiríamos que fosse reprimido e interiorizamos aquilo que julgamos ser bom. A esse fenômeno, Freud deu o nome de *negação*.

## 1.6 Teorias conspiratórias e negação

Ao confrontá-los na clínica, Freud (1925/2016) em *A negação*, coloca algumas observações interessantes sobre os pensamentos repentinos que ocorrem em seus analisandos durante o tratamento analítico. Esses pensamentos expressam, segundo Freud, por meio da negação, seus desejos mais ocultos, manifestam uma ideia recalçada. “O senhor me pergunta quem pode ser essa pessoa do sonho. Minha mãe não é.” Aqui, com base no pensamento do analisando, por via da projeção e da negação, é possível concluir que o indivíduo de fato afirma que essa pessoa do sonho é a sua mãe. É como se ele, em outras palavras, tivesse dito: “Na verdade, foi a minha mãe que me ocorreu em relação a essa pessoa, mas não tenho a menor vontade de admitir que isso tenha me ocorrido”. (Freud, 1925/2020, p. 305).

Um conteúdo de representação ou de pensamento recalçado pode vir à consciência sob a condição de que seja negado. A negação é uma maneira de tomar conhecimento do recalçado; na verdade, é uma suspensão do recalçamento [*Verdrängung*], mas evidentemente não é uma admissão do recalçado [*Verdrängten*]. Podemos ver como, nesse caso, a função intelectual se separa do processo afetivo (Freud, 1925/2016, p. 306).

Por meio da negação, somente uma parte do recalçamento é rompida, e a consciência não tem acesso ao seu conteúdo representativo. Como resultado disso, há “uma admissão intelectual do recalçado, com manutenção do essencial quanto ao recalçamento” (Freud, 1925/2016, p. 306). Segundo Freud, a função do juízo intelectual é negar ou aceitar conteúdos do pensamento. Dessa maneira, a negação é o equivalente intelectual do recalçamento. O “não” é a característica dele. Através desse “não”, ou seja, da negação, o pensamento se liberta das limitações do recalçamento, chegando, assim, à consciência. A atribuição do juízo tem como ofício conferir ou não uma qualidade a algo; além do mais, ela deve concordar ou contestar a existência de uma representação na realidade.

Em uma tradução [*Übertragung*] mais ampla: ‘isto eu quero introduzir em mim e isto eu quero tirar de mim’. Portanto: ‘isto deve estar em mim ou fora de mim’. O Eu-Prazer [*Lust-Ich*] originário quer, como desenvolvi em outro lugar, introjetar-se tudo o que é bom e jogar fora [*Werfen*] tudo o que é mau. (Freud, 1925/2016, p. 307).

Outra decisão da função de juízo que Freud assinala é sobre a existência real de algo representado, que constitui um interesse do Eu-real que se organiza a partir do Eu-prazer.

Nesse sentido, não se trata mais de saber se algo deve ou não ser acolhido no Eu, mas se algo nesse Eu pode ser reencontrado na realidade. Aqui, também encontramos a noção do fora e do dentro (Freud, 1925/2016).

A experiência ensinou que não é apenas importante se uma coisa (objeto de satisfação) [*Befriedigungsobjekt*] possui a 'boa' qualidade, portanto, se merece ser aceita no Eu, mas também se ela está lá no mundo externo, de maneira que se possa apoderar-se dela, segundo a necessidade (p. 308).

Podemos observar que a exclusão é o que caracteriza o juízo, levando em consideração que, sem ela, a introjeção não perderia seu sentido. Tal pressuposto levou Freud (1925/2016) a exprimir que, no início, não há diferenciação entre subjetivo e objetivo, ela seria produzida a partir do estabelecimento do princípio do prazer, constituído pela busca das experiências de prazer e das tentativas de fuga do desprazer. Na operação de exclusão, aquilo que foi repellido permanece fora do domínio do princípio do prazer. Nessa divisão, o desprazer vai restar inassimilável e irreduzível ao princípio do prazer, dentro do plano do Eu-real. Ressalta-se que parte do próprio Eu é expelido para o mundo externo e passa a ser sentido como hostil. “O julgar é a continuação objetivada daquilo que originariamente é realizado de acordo com o princípio de prazer: a inclusão no Eu ou a expulsão [*Ausstoßung*] para fora do Eu.” (Freud, 1925/2016, p. 309). A realidade é constituída para o Eu a partir daquilo que deve permanecer fora dele, cuja motivação é a tentativa de repetir as experiências de satisfação.

O sujeito recria o mundo fora dele a partir dos vestígios que o mundo deixa em seus sentidos: a unidade da coisa em suas múltiplas propriedades e estados; e constitui desse modo retroativamente o ego, aprendendo a conferir uma unidade sintética, não apenas às impressões externas, mas também às impressões internas que se separaram pouco a pouco daquelas (Adorno & Horkheimer, 1944/2011, p. 49).

A imagem que é percebida contém conceitos e juízos – a imagem perceptiva contém, de fato, conceitos e juízos. Entre o verdadeiro objeto e o dado indubitável dos sentidos, entre o que é interior e externo, abre-se um precipício no qual o sujeito tem de vencer por sua própria conta e risco. “Para refletir a coisa tal como ela é, o sujeito deve devolver-lhe mais do que dela recebe. O sujeito recria o mundo fora dele a partir dos vestígios que o mundo deixa em seus sentidos” (Adorno & Horkheimer, 1944/2011, p. 49).

Em Dunker (2019), a negação nos incentiva a certificar nossas crenças e a agir dissociativamente em relação ao que sabemos, segundo o preceito “sei muito bem algo, mas continuo a agir como se não soubesse”, o que torna o sujeito eclético ou resistente à contradição. A negação cria uma espécie de satisfação psíquica, ou seja, aquilo que o Eu não consegue suportar e aceitar na realidade ele nega. As massas digitais se unem em torno da

negação por meio da criação de teorias conspiratórias que geram dissonância cognitiva, transformando-se numa máquina de anular aquilo que as contradizem.

Aqui, temos novamente o mecanismo da projeção atuando. Por meio da negação e da função de juízo intelectual, introjetamos aquilo que acreditamos ser bom e projetamos, no outro ou na realidade, aquilo que é mau. É uma questão do fora e do dentro. Nesse sentido, será que podemos supor que a crença em teorias conspiratórias pode ser algo estruturante do sujeito? Através da negação, colorimos a realidade com a paleta dos nossos desejos, cuja base reside, a nosso ver, na nossa necessidade de proteção, em uma tentativa de fugir do desamparo. A negação é uma constante nas massas bolsonaristas. Ao se indignarem contra qualquer ditadura e acusar a esquerda de apoiar regimes totalitários ela, ao mesmo tempo, pede intervenção militar em nosso país. A palavra “intervenção” contém em si mesma a negação para que o seu real sentido “ditadura” não venha à tona. E para sustentar essa negação, teorias conspiratórias em relação ao Foro de São Paulo, às relações entre Lula e Maduro (presidente da Venezuela) são criadas para demonstrar que sofremos uma ameaça real comunista e, assim, a tomada de poder por parte dos militares se torna justificada.

Pensamos que as teorias conspiratórias são narrativas que, a princípio, têm a função de evitar dissonâncias. Os fatos são filtrados por meio das lentes coloridas de visões de mundo, paradigmas, teorias, hipóteses, conjecturas, pistas, tendências e preconceitos que se acumulam durante a vida. Entre todos os fatos, selecionamos os que confirmam aquilo em que já acreditamos e ignoramos ou afastamos, mediante uma racionalização, aqueles que contradizem nossas crenças (Shermer, 2011).

Do ponto de vista psicanalítico, acreditamos que as teorias conspiratórias têm como principal função manter o sentimento de que não estamos desamparados num mundo caótico. Nessa ilusão, muitos se ancoram a uma teoria, um partido, uma crença e não suportam nada que questione esse estado de coisas.

Temos aqui a verdadeira expressão da neurose de transferência: ela cristaliza o sujeito em uma identificação mortífera, que paralisa Eros e produz a certeza que só existe no olhar daquele que contempla seu ídolo, e recalca a história. Unidos pela e na transferência, alguns transformam sua visão de mundo como uma verdadeira religião que tudo explica (Ceccarelli, 2009).

De acordo com Adorno e Horkheimer (1944/2011), os impulsos que o sujeito não reconhece como seus são atribuídos ao outro. Esse comportamento pode ser observado tanto na negação quanto na paranoia, e verificado nas narrativas conspiratórias, nas quais o outro é visto como inimigo. “O distúrbio está na incapacidade de o sujeito discernir no material projetado entre o que provém dele e o que é alheio.” (Adorno & Horkheimer, 2011, p. 34).

## 1.7 Crença conspiratória e paranoia

Os paranoicos estão entre nós, segundo Quinet (2002), em *Na mira do outro, a paranoia e seus fenômenos*. Embora o diagnóstico de paranoia não vigore mais entre os manuais da psiquiatria, não significa, de maneira alguma, que ela não exista. De acordo com Quinet (2002), os sujeitos paranoicos não estão apenas nas clínicas e nos hospitais psiquiátricos, mas também estão em nossa vida cotidiana. O paranoico é aquele que interpreta a realidade sobre sua própria ótica, ou seja, ele é o centro das atenções. Tudo ocorre e conspira contra ele. Nada acontece por acaso. Segundo o autor,

Freud a chamava de psicose intelectual, podendo se apresentar com discretos fenômenos de interpretações delirantes e mesmo grandes construções fantásticas e megalomaníacas de redenção do mundo, e a descreveu de acordo com três formas clássicas: o delírio de perseguição, a erotomania, o delírio de ciúmes. Em todas elas, o paranoico elege um Outro do qual é um objeto especial: o perseguidor, aquele que o ama e aquela que o trai (Quinet, 2002, p. 3).

Aqui, não se trata de afirmar que a paranoia seja uma psicose, ao contrário, é um conjunto de sentidos que, no fim das contas, dirige-se contra o sujeito. Seu narcisismo é absoluto, não admitindo o erro e a falta. Entre as características presentes, encontra-se a megalomania, pois os paranoicos enxergam-se no centro do mundo: todos falam sobre ele, miram nele, o odeiam e o amam. A conspiração é imanente, há espiões em todo lugar. Não obstante, segundo Quinet (2002), existem paranoicos entre fundadores de seitas, grupos partidários, etc., cuja organização se dá em torno de um líder carismático que, com suas certezas, consegue angariar um grande número de pessoas. Para convencê-las, ele parte de visões de mundo por vezes verossímeis e chega a conclusões delirantes (Quinet, 2002). Suas certezas convencem os neuróticos, que, em sua condição de desamparados, buscam respostas para questões acerca da vida, da morte e do sexo.

Atualmente, na nossa sociedade comandada pelo olhar da vigilância e do espetáculo, assim como pelo ideal da transparência, a razão paranoica se expressa no cogito 'sou visto, logo existo', fazendo de cada sujeito um observador observado pela televisão do Outro. 'Sorria, você está sendo filmado' (Quinet, 2002, p. 4).

De acordo com Safatle (2015), nossa sociedade liberal é estruturada pela noção de indivíduos mediados pela lógica capital de consumo. Essa lógica produz a imagem do outro como um invasor em potencial, que ameaça a "minha liberdade" ou a "minha visão de mundo". Encontramos, então, o germe da sociedade pautada pelo conhecimento paranoico, isto é, uma sociedade sob ameaça, na qual o medo é o afeto político principal.

Em seu livro *The Paranoid Style of American Politics* (O estilo paranoico na política americana), Hofstadter (1966) propõe que a paranoia se origina em um conflito social que gera medos e ansiedades, o que leva a lutas de *status* entre grupos opostos.

Hofstadter (1966) tem o cuidado de não chegar muito perto do conceito clínico de paranoia. Ele distingue o “paranoico clínico”, um diagnóstico puramente psicanalítico, do “estilo paranoico”. Enquanto o paranoico clínico “vê o mundo hostil e conspiratório no qual ele se sente vivendo como dirigido especificamente contra *ele*”, o estilo paranoico “encontra-o [o mundo conspiratório] dirigido contra uma nação, uma cultura, um modo de vida cujo destino afeta não a si mesmo, mas milhões de outros” (p. 66).

Esse estilo paranoico é o projeto, a prole a partir da qual o teórico da conspiração opera. A diferença da visão de mundo da paranoia clínica está no aspecto político de sua crença. O indivíduo não se sente sozinho em um mundo hostil, onde “todos querem pegá-lo” e que ele não pode “confiar em ninguém”; em vez disso, o teórico da conspiração reconhece e saúda o fato de que há uma comunidade que compartilha suas opiniões e que está “do seu lado” contra as forças de um mal supremo. Dessa forma, o autor refere-se ao termo “paranoico” para aludir ao estilo retórico das teorias da conspiração, e não para fazer um diagnóstico clínico. Hofstadter (1966), em sua obra, estava interessado em analisar as maneiras de expressão paranoicas que compactuam com a paranoia clínica, como a suspeita e a agressão excessiva, bem como o medo de perseguição. O ensaio de Hofstadter, mais do que apenas uma obra descritiva sobre o estilo paranoico do conspirador, foi uma crítica bem construída de um aspecto da cultura americana que ele acreditava ser desequilibrado (Byford, 2011). Portanto, a paranoia é um termo precioso para estabelecer as crenças, os sentimentos ou os comportamentos associados ao “estilo paranoico”, como em algum sentido irracional e disfuncional (Byford, 2011, p. 10).

O termo “paranoia”, de acordo com Byford (2011), quando utilizado nos estudos sobre as teorias conspiratórias, tende a ficar na fronteira entre a metáfora e o seu significado clínico. Entretanto, o que podemos chamar de paranoia? E como ela está relacionada com a crença em teorias conspiratórias?

### 1.7.1 *Psicanálise, paranoia e conspiração*

No seu texto sobre paranoia, conhecido como “Manuscrito H”, Freud a apresenta ao lado das ideias obsessivas, como uma psicose intelectual. Sua origem nasce devido a um conflito afetivo, diferentemente do que os psiquiatras da época, que atribuíam à loucura “eventos mentais desagregadores” (Freud, 1895/2016, p. 155).

A paranoia, na referida obra, consiste em um modo patológico de defesa, assim como a histeria, a neurose obsessiva e a confusão alucinatória. Na paranoia, diferentemente da

neurose obsessiva e da histeria, há uma particularidade: a autocensura da ideia recalçada é expelida para o exterior e passa a ser compreendida como algo estranho ao Eu. Segundo Freud, ao dar um exemplo sobre um caso clínico acerca da paranoia:

*O conteúdo objetivo permaneceu, portanto, inalterado, mas algo se alterou na posição da coisa toda. Antes era uma repreensão interna, agora é um desaforo vindo de fora. O julgamento sobre ela fora desalojado para fora. As pessoas diziam aquilo que normalmente ela teria dito para si mesma. Ganhou-se algo com isso. O julgamento vindo de dentro, ela teria de aceitar. O que vinha de fora, ela podia recusar [Ablehnen]. Dessa forma, o julgamento, a recriminação, era afastado do Eu. (Freud, 1895/2016, p. 17).*

Esse mecanismo, que é comum na vida normal, segundo Freud, chama-se *projeção*. Sempre quando ocorre uma alteração interna, sua causa pode ser tanto interna quanto externa. Quando algo nos impede a derivação interna, então procuramos por algo que esteja fora. Dessa forma, podemos observar, de acordo com Freud, que nossos estados interiores se mostram emocionalmente aos outros sujeitos. Assim, teremos a formação da paranoia com a “supervalorização daquilo que as pessoas sabem a nosso respeito e daquilo que as pessoas nos fizeram” (Freud, 1885/2016, p. 157). Trata-se, pois, da projeção para fins da defesa (Freud, 1885/2016), e a projeção é uma característica fundamental em todos os casos de paranoia.

O paranoico querelante não suporta a ideia de ter feito algo errado ou de que precisa se separar de seus bens. Em consequência, o julgamento não é legalmente válido, ele não está errado, e assim por diante. O caso é claro demais, talvez não de todo evidente, mas mais simples de resolver. A grande nação não pode reconhecer a ideia de que pode ser vencida na guerra. *Ergo*, ela não foi vencida, a vitória não vale; ela dá o exemplo de uma paranoia de massa e inventa o delírio da traição.

O alcoólatra nunca admitirá a si mesmo que ficou impotente por causa da bebida. Ele tolera esse tanto de álcool, mas não tolera saber sobre isso. Portanto, a mulher é a culpada – delírio de ciúme, e assim por diante.

O hipocondríaco vai se debater um bom tempo até encontrar a chave para suas sensações de estar gravemente doente. Ele não admitirá a si mesmo que elas têm a ver com a sua vida sexual, mas o que lhe traz a maior satisfação é seu sofrimento não ser endógeno, segundo Moebius, mas exógeno, e em consequência encontra-se envenenado.

O funcionário preterido numa promoção precisa do complô de perseguição e de ser espionado em sua sala, do contrário ele teria de admitir seu fracasso. (Freud, 1895/2016, p. 19).

Existem também casos em que a paranoia aparece não como um delírio de perseguição, mas, sim, como uma megalomania. Em ambas as situações, sua característica é manter afastada do Eu uma ideia perniciosa.

É o caso da cozinheira que perdeu seus atrativos e que deveria se acostumar à ideia de que está excluída da felicidade do amor. Esse é o momento certo para o senhor da casa em frente, que claramente quer casar-se com ela e lhe dá a entender de um modo notavelmente tímido, mas, mesmo assim, inconfundível. Em todos os casos a *ideia delirante* é mantida com a mesma energia com que o Eu se defende de alguma outra ideia penosamente insuportável. (Freud, 1886/2016, p. 20).

Essas ideias delirantes são mantidas com a mesma carga energética com que outra ideia foi expelida pelo Eu. “Assim, essas pessoas amam seus delírios como amam a si mesmas. É esse segredo.” (Freud, 1886/2016, p. 20). A paranoia é similar às alucinações dos estados confusionais, pois elas afirmam exatamente o oposto do fato que foi rejeitado. Dessa forma, a referência a si mesmo sempre prova a correção da projeção.

É importante frisar que, no “Manuscrito K”, Freud (1886/2016) apresenta a histeria, a neurose obsessiva e algumas formas de paranoia com várias características comuns, que ocorrem em estados afetivos psíquicos normais: de conflito, autocensura, mortificação e luto. Nesse texto, a paranoia aparece como semelhante à neurose obsessiva. O recalque emerge após a lembrança desprazerosa. O desprazer ocorrido é atribuído aos sujeitos que se relacionam com ele segundo a fórmula da projeção. Seu sintoma primário é a desconfiança. Sendo assim, o sujeito em estado paranoico se nega a crer na autocensura (Freud, 1886/2016). Existem outras formas em que a paranoia pode emergir

quando apenas o afeto é reprimido por projeção, ou quando, juntamente com o afeto, também o conteúdo da experiência é recalcado. Logo, mais uma vez, o que retorna pode ser simplesmente o afeto aflitivo, ou também a lembrança. No segundo caso, que é o que conheço melhor, o conteúdo da experiência retorna sob a forma de um pensamento que ocorre ao paciente como alucinação visual ou sensorial. O afeto reprimido parece retornar invariavelmente nas alucinações auditivas. (Freud, 1886-1889/2016, p. 170).

Em seu texto “Observações adicionais sobre as psiconeuroses de defesa” (1893-1899/1996), Freud trabalha mais profundamente com essa forma de paranoia que contém alucinações auditivas e sensoriais, consideradas como uma psicose crônica ou de defesa. Nesse mesmo artigo, de acordo com Freud (1886-1889/1996), há uma diferença entre as alucinações visuais na paranoia e na histeria. Se na histeria há uma repetição dos símbolos mnêmicos sem alteração; na paranoia, as alucinações mnêmicas sofrem uma mudança semelhante à neurose obsessiva; assim, “uma imagem moderna toma o lugar da que foi recalçada” (Freud, 1893-1899/1996, p. 182).

Se num primeiro momento existem semelhanças na paranoia e na neurose obsessiva, em que a defesa primária é da autoacusação, no momento seguinte

os sintomas da defesa secundária [...] não [podem] estar presente como tal na paranoia, porque nenhuma defesa pode valer contra os sintomas de retorno aos quais, como sabemos, liga-se uma crença. Em lugar disso, encontramos na paranoia uma outra fonte para a formação de sintomas. As representações delirantes que chegam à consciência através de uma formação de compromisso (os sintomas do retorno do recalcado) fazem exigências à atividade de pensamento do ego, até que possam ser aceitas sem contradição. Visto que elas próprias não são influenciáveis, o ego precisa adaptar-se a elas; e assim, o que aqui corresponde aos sintomas da defesa secundária, na neurose obsessiva é uma formação delirante combinatória – *delírios interpretativos* que terminam por uma *alteração do ego*. (Freud, 1893-1899/1996, pp. 182-183).

Nesses primeiros escritos acerca da paranoia, Freud a percebe como uma neurose de defesa que ocorre na vida normal dos sujeitos; porém, em alguns casos, ela também aparecerá numa configuração psicótica. Em ambas as situações, sua principal característica é o mecanismo da projeção, que aparece como uma defesa contra a autocensura.

Posteriormente, mais precisamente em *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia* (1911/2010), mais conhecido como o “Caso Schreber”, Freud apresenta um quadro mais amplo acerca dos mecanismos que operam sobre a paranoia. O autor destaca que, na paranoia, existe uma fixação do Eu em seu narcisismo primário, uma regressão à homossexualidade latente, e a projeção em que aquilo que foi excluído retorna de fora. A projeção será descrita por Freud (1911/2010) juntamente com a repressão (retorno do reprimido) dos mecanismos fundamentais na paranoia, embora a projeção não apareça “somente na paranoia, mas também em outras condições da vida psíquica, e inclusive tem uma participação regular em nossa atitude para com o mundo externo” (p. 57). E mais: “os paranoicos trazem uma fixação no narcisismo, e dizemos que o recuo da homossexualidade sublimada ao narcisismo indica o montante da regressão característica da paranoia.” (p. 63).

O que irá determinar a paranoia dos sujeitos neuróticos e do psicótico será a radicalidade com que o recalcado opera. Freud (1911/2010) irá considerar a paranoia como um tipo clínico autônomo, ainda que ela apareça frequentemente em sujeitos esquizofrênicos. Portanto, em todos os sujeitos existem traços paranoicos, pois esse traço faz parte da constituição do Eu. De acordo com Melman (2015), em *Questões acerca da paranoia*, baseando-se em Lacan:

Todo ponto de partida de Lacan se dá em torno dessa concepção, que consiste em mostrar que o Eu do ser falante se constitui à imagem de um outro e que, a partir de então, cada um desses seres falantes vai passear com esse pequeno outro em si, integrado sob a forma do eu. A patologia vai nos mostrar que esse pequeno outro, identificado como eu, é capaz, em certas circunstâncias, de reencontrar sua autonomia inicial, inaugural; e que todos se acham assim expostos a experimentar sua identidade mais íntima como organizada por um duplo, um duplo estrangeiro, um duplo

heterogêneo, capaz de se revelar em sua dimensão de alteridade, em certas circunstâncias afinal muito banais. (Melman, 2015, p. 23).

### 1.7.2 Sobre o conhecimento paranoico

Lacan (1932/2011) reflete acerca das psicoses, mais precisamente em 1932, quando o psicanalista defendeu sua tese de doutorado sobre o “Caso Aimée”, em que analisou a história de uma mulher e sua tentativa de assassinar uma atriz francesa quando esta estava indo a uma peça de teatro.

Ao se debruçar sobre esse caso, Lacan concluiu que Aimée sofria de uma paranoia de autopunição, na qual ela apresentava delírios de grandeza e perseguição por ter medo de que seu filho sofresse algum mal por parte de seus “perseguidores”. Para o psicanalista francês, Aimée, ao cometer o delito, estaria punindo a si mesma, pois, durante sua prisão, ficaria constatada a reprovação e o abandono por parte de todos que a cercam, em virtude do seu ato. E mais: durante os dias encarcerada, a paciente reconheceu que, ao tentar cometer o assassinato, “atingiu a si mesma”, algo que é analisado por Lacan: “paradoxalmente é apenas então que ela sente o alívio afetivo (choros) e a queda brusca do delírio que caracterizam a satisfação da obsessão passional” (1932/2011, p. 247). Nesse instante, de acordo com Lacan, Aimée curou-se instantaneamente do delírio, algo que pode ser observado em outros casos semelhantes de sujeitos acometidos de delírios passionais. De acordo com Miller (1997), em *Lacan Elucidado*, no caso do delírio passional e sua passagem ao ato,

Lacan disse que tinha vinte casos como aquele, mas fez a monografia, escolhendo trabalhar não com a generalidade, com traço comum aos trinta casos, mas, pelo contrário, no particular, no mais preciso, considerando que Lacan publicou os escritos da paciente nos quais estão expressos seus delírios (Miller, 1997, p. 132).

Foi a passagem ao ato que fez com que Aimée se curasse, ou seja, seu desejo de autopunição. Essa cura pode ser entendida como um retorno do paranoico à realidade que, em parte, foi rejeitada por ele. Entretanto, nesse retorno, ele cria para si uma nova realidade. Como podemos observar em Freud (1924/2020),

A psicose procura compensar a perda de realidade, não às custas de uma limitação do Isso – como a neurose fazia às custas de uma ligação real –, mas por outro caminho, mais autocrático, através da criação de uma nova realidade, que não apresenta mais o mesmo embate da realidade abandonada (p. 281).

Conforme Freud (1924/2020), se na neurose há a fuga de uma parte da realidade, na psicose a realidade é reestruturada. Na psicose, a reelaboração da realidade acontece através de sedimentos psíquicos, dos vínculos mantidos com ela, ou seja, por meio dos traços

mnêmicos, das representações e dos julgamentos que obteve da realidade. Contudo, esse laço nunca foi completado, e, dessa forma, ela é enriquecida e alterada por novas percepções que irão compor a nova realidade erguida pela via das alucinações e dos delírios. Vale destacar que Freud (1924/2020) também afirma que é “‘normal’ ou ‘saudável’ [grifo nosso] uma conduta que reúna determinados traços de ambas as reações: que recuse tão pouco a realidade como a neurose, mas que se esforce, como a psicose, para modificá-la” (p. 282).

Como podemos observar em Freud, todos os sujeitos têm traços tanto psicóticos quanto neuróticos no que tange à percepção da realidade. Talvez seja nesse sentido que Julien (2009) reforça, em *Psicose, perversão, neurose: a leitura de Jacques Lacan*, que Lacan, a partir do caso Aimée, desvinculou a psicose da paranoia e introduziu o conceito de “conhecimento paranoico” para distingui-la do delírio psicótico.

Em *Percurso de Lacan: uma introdução*, Miller (1987) apontou a diferença entre o conhecimento paranoico e a paranoia oriunda da psicose:

O que quer dizer que a relação do homem com seu objeto é paranoica? Quer dizer que o objeto o interessa na medida em que o outro está disposto a tirar-lhe. Isto dá conta do caráter histórico do desejo humano, que é sempre fundamentalmente desejo do outro (Miller, 1987, p. 12).

Segundo Julien (2009), o conhecimento é fundamentalmente da ordem da visão; a bipolaridade vidente-viso é de ordem “paranoica”, ou seja, o Eu se forma por identificação graças à visão do objeto e conforma a mesma bipolaridade. Nesse sentido, o Eu tem uma estrutura paranoica. O conhecimento não representa a verdade, tampouco é a demonstração de um saber. De acordo com Julien (2009), Heidegger, filósofo com o qual Lacan nutria uma amizade, reconheceu essa tradicional afinidade do conhecimento com o especular, o espetáculo, o especulativo. Dizia que os gregos conceberam o conhecer como uma espécie de visão e de contemplação. “É porque ‘ser’ enuncia presença e consistência que a visão, o fato de ver é particularmente próprio a elucidar a percepção da presença e da consistência.” (Heidegger *apud* Julien, 2009, p. 13).

Julien (2009), diante dessa intuição filosófica, afirma que há uma bipolaridade entre o “olho do espírito” e o objeto visto. No entanto, existe primeiramente a atividade do objeto,

ele toca, ele impressiona a *tabula rasa* do espírito que recebe. Mas *em retorno* ver é objetivar, colocar diante, lá, à distância, no quadro do mundo. Não é absorver, assimilar, mas acolher objetando: registro como *fora* de mim a presença do objeto que se revela a meus olhos (pp. 13-14).

Segundo Freud (1911/2010), em sua obra sobre o “Caso Schreber”, a paranoia está ligada ao narcisismo. O desenvolvimento da paranoia “deve estar no trecho entre

autoerotismo, narcisismo e homossexualidade” (p. 53). Lacan, por sua vez, introduz o registro do imaginário com base no momento citado por Freud, na passagem do autoerotismo para o narcisismo primário em sua obra *Sobre o narcisismo: uma introdução*.

No tocante à primeira questão, posso ressaltar que estamos destinados a supor que uma unidade comparável ao Eu não pode existir no indivíduo desde o começo; o Eu tem de ser desenvolvido. As pulsões autoeróticas, contudo, ali se encontram desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao autoerotismo – uma nova ação psíquica – a fim de provocar o narcisismo (Freud, 1914/1996, p. 142).

Essa ação psíquica será desenvolvida por Lacan quando ele elaborar a teoria do estágio do espelho e, por conseguinte, a ideia sobre o conhecimento paranoico. Esse conhecimento paranoico aparece nas obras de Lacan no final da década de 1940, nos textos sobre os estágios do espelho, *Formulações sobre a causalidade psíquica e Agressividade em psicanálise*. O conhecimento paranoico está sob a égide do imaginário e tem a ver com o desconhecimento, com o “saber desconhecido” que, por ser imaginário, engana-nos e nos faz crer nele.

Quais foram os caminhos que Lacan trilhou para chegar a essa conclusão? A ideia de conhecimento paranoico aparece em Lacan por meio da teoria do estágio do espelho, que diz sobre um momento da vida psíquica da criança que, em seu processo de maturação, vive uma experiência de identificação e conquista a imagem de seu corpo. Essa identificação irá produzir um Eu por meio da percepção da unidade do seu corpo, que, até então, era um corpo esfacelado. Ela é também responsável por situar “a instância do eu, desde antes de sua determinação social, numa linha de ficção” que jamais se unirá de fato ao devir do sujeito, ainda que ele seja bem-sucedido em resolver, dialeticamente, “na condição de [Eu], sua discordância de sua própria realidade” (Lacan, 1949/1998, p. 98).

O fundamento paranoico como forma de conhecimento é observado por Lacan devido ao fato de a eleição dos objetos no sujeito acontecer através do Eu, do ponto de vista do imaginário, em um caráter virtual, cuja função de desconhecimento é constitutiva. Ou seja, é pelos outros que conhecemos o mundo e, portanto, desconhecemos que somos um outro. Instante transitivista da fundação do Eu, matriz de onde surge a dialética do devir ser, conforme observa Lacan,

Todo conhecimento humano se origina na dialética do ciúme, que é uma manifestação primordial da comunicação. Trata-se aí de uma noção genérica observável, behaviouristicamente observável. O que se passa entre criancinhas comporta esse transitivismo fundamental que se exprime no fato de que uma criança que bateu numa outra pode dizer: o outro me bateu. Não que ela minta – ela é o outro, literalmente (Lacan, 1955-1956, p. 50).

Como foi mostrado anteriormente, o Eu, no estágio do espelho, é um ser fragmentado e alienado no outro e no transitivismo, pois a separação do objeto ainda não ocorreu totalmente, uma vez que a criança, embora se distinga do outro, ao mesmo tempo se confunde com ele. Assim, a criança poderia participar, num transe completo, do tombo de seu colega, ou igualmente acreditar, sem que se trate de mentira, ter recebido dele o golpe que aplicou (Lacan, 1946, p. 81-82).

Voltemos ao início do estágio do espelho, no qual o corpo da criança está esfacelado e fragmentado pelas pulsões autoeróticas. Sua unidade é concebida pela imagem do outro, em que as pulsões parciais convergem para a imagem do corpo tomado por um outro, sendo essa imagem aquela com a qual o sujeito se identifica para constituir o seu eu. Segundo Quinet (2012), em *Os Outros em Lacan*, “essa imagem é o Eu ideal, formado pela imagem do outro que se identifica para constituir seu eu” (p. 7). Essa prefiguração da unidade corporal é acompanhada de uma “assunção jubilatória de sua imagem especular” (Lacan, 1949/1998, p. 97) de saber-se um corpo. O Eu é formado por essa imagem que se corporifica, ou seja, que se torna um corpo humano. Assim, de acordo com Freud, O Eu, no entanto, “é, primeiro e acima de tudo um Eu corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é ele próprio a projeção de uma superfície” (Freud, 1923/1996, p. 84).

Segundo Quinet (2012), a noção visual do corpo é a base do imaginário e da identificação especular. A unidade do Eu é imaginária. A percepção visual é própria do Eu, sendo ele mesmo constituído pelo espelho – o que faz da visão o apanágio do registro imaginário (p. 8). De acordo com Lacan (1949/1998),

Para as imagens – cujo rostos velados é nosso privilégio ver perfilaram-se em nossa experiência cotidiana e na penumbra da eficácia simbólica –, a imagem especular parece ser o limiar do mundo visível, a nos fiarmos na disposição especular apresentada na alucinação e no sonho pela imago do corpo próprio, quer se trate de seus traços individuais, quer de suas faltas de firmeza ou suas projeções objetais, ou ao observarmos o papel do aparelho especular nas aparições do duplo em que se manifestam realidades psíquicas de outro modo heterogêneas (p. 98).

O mundo visual é da ordem do narcisismo: o panorama do mundo visual é o espelho do sujeito (Quinet, 2012). Segundo Lacan (1949/1998, p. 100), “o estágio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação.”. Assim, o estágio do espelho, além de ser uma tomada de consciência, é um momento de inscrição. O *insight* dá o caráter narcísico ao conhecimento do Eu, que é, no fundo, um desconhecimento, pois ele se origina da projeção da imagem de si no mundo (Quinet, 2012).

Lacan conserva o termo “conhecimento” para se referir a essa vista dos objetos pela consciência do eu, apontando que o conhecimento é sempre imaginário, ou melhor,

paranoico, na medida em que nada mais é senão a projeção da consciência sobre os objetos (Quinet, 2012, p. 8).

O conhecimento não equivale ao saber; sendo este da ordem do simbólico, implica elaboração e não está na dependência do ponto de vista do eu,

a imagem do próprio corpo é enganosa e a consciência é a instância do desconhecer. Essa ilusão é ela mesma não reconhecida, pois não vemos que a imagem engana e que a consciência é, por si, fonte de desconhecimento. Assim, o eu, conhecendo os objetos e as pessoas através do olho do espelho, caracteriza-se mais como uma instância de desconhecimento do que como um aparelho de percepção-consciência que conheceria a realidade. [...] Instância de engano, o Eu vê o mundo como um espelho que reflete seu ponto de vista, sua visão de mundo. E vê o outro como um reflexo de si mesmo (Quinet, 2012, p. 9).

Lacan descreve o que ocorre na subjetividade da criança, como o complexo de intrusão, quando nasce um irmão. Ela o sente como um intruso que vem apropriar-se do lugar que o pequeno sujeito imagina ocupar no desejo da mãe (que representa outra alteridade, o grande Outro). Mas o sujeito identifica-se com este Outro, o irmão, de modo imaginário, e o Outro se torna indissociável do Eu e, pior, o Eu é indissociável do Outro. Essa bipolaridade caracteriza o registro imaginário e constitui a infelicidade do homem, pois o Outro, quando não é objeto de desejo, é um estorvo, um inferno. Um Eu nunca vem sozinho – ele está sempre acompanhado do Outro, seu Eu ideal. Eis por que a instância do Eu é fundamentalmente paranoica (Braga, 2016).

Verificamos que nosso conhecimento é marcado primordialmente pela relação com o Outro no mundo. Essa primeira inserção deixa uma marca agressiva sempre passível de ser atualizada das mais diversas maneiras pelo fato de que o Eu se constitui a partir desse Outro. Dessa maneira, sempre constituímos nossa realidade a partir de um dentro ou fora, de um Eu e não-eu a partir da intrusão deste outro. Segundo Lacan, essa relação com a realidade é o conhecimento paranoico.

A respeito do conhecimento paranoico, Lacan o chama mais precisamente de desconhecimento paranoico. Isto quer dizer que constituirei o mundo dos meus objetos a exemplo dessa primeira imagem, que foi a minha, apreendida no espelho como eu (*moi*) e como objeto do desejo da mãe. Na medida em que essa imagem é a imagem de um outro, minha própria imagem no espelho é a imagem de um outro, não somente porque ela é invertida, mas também porque ela é sustentada por um desejo, o desejo da mãe, que é Outro. Eu descubro, enfim, no espelho aquilo que minha mãe deseja e que é esse que eu (*moi*) sou, sendo a partir desse eu (*moi*) que eu organizarei meu conhecimento do mundo, quer dizer, a partir do que já é essa intrusão primeira. Quando eu encontro esse eu (*moi*) sob a forma do coleguinha ou do irmão, minha primeira reação é de querer fazê-lo cair (Melman, 2008, pp. 47-48).

De acordo com Freud (1921/2020), o Eu se constitui na relação com o outro, sendo que este é identificado “como modelo, como objeto, como auxiliar e como adversário” (p. 137). No campo social, podemos dizer que a paranoia ocorre através da identificação do grupo com um ideal e com o amor que os une, sendo sua agressividade voltada para os que não pertencem ao grupo ou que se rivalizam com ele, apaziguando, assim, a tensão narcísica.

O sentimento social, assim, se baseia na inversão daquilo que a princípio constituiu um sentimento hostil em uma ligação da tonalidade positiva, da natureza de uma identificação. Na medida em que, até aqui, pudemos acompanhar o curso dos acontecimentos, essa inversão parece ocorrer sob a influência de um vínculo afetivo comum com uma pessoa fora do grupo (Freud, 1921/2020, p. 131).

Parece que existe sempre uma delimitação daquilo que consideramos bom, em contraste com aquilo que consideramos mau, que é projetado para fora, no Outro, como maneira de unificar o grupo por meio da identificação amorosa. E, aqui, as teorias conspiratórias exercem seu papel fundamental, como dissemos anteriormente, de criar inimigos que podemos combater. Na crença em uma teoria conspiracionista, na qual um grupo distinto apareça como inimigo, podemos encontrar nele também elementos projetivos paranoicos. De acordo com Hofstadter (1966),

esse inimigo parece estar em muitos pares uma projeção do eu: tanto o aspecto ideal quanto o inaceitável do eu são atribuídos a ele. Um paradoxo fundamental do estilo paranoico é a imitação do inimigo. O inimigo, por exemplo, pode ser o proletariado cosmopolita, mas o paranoico o superará no aparato da erudição, até mesmo do pedantismo. O Ku Klux Klan imitava o católico a ponto de vestir vestes sacerdotais, desenvolvendo um ritual elaborado e hierarquizado (Hofstadter, 1996, p. 32-33).

O conspiracionista é alguém que se interessa pelo mundo e, ao percebê-lo alterado em relação à sua crença, constrói uma narrativa com base em uma única premissa explicativa: existe um Outro que quer me fazer mal.

Vejamos a ideia do projeto *Escola sem partido*. Segundo esse projeto, as escolas estão sendo usadas para fins de “doutrinação comunista”. Esse movimento foi criado em 2004, pelo procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, cuja motivação seria uma preocupação com o grau de contaminação político-ideológica nas escolas brasileiras.<sup>16</sup> Diante desse medo paranoico, recentemente houve uma investigação da imprensa sobre o crescimento de escolas militares mirins. No *site* Congresso em foco,<sup>17</sup> a repórter Lippelt diz: “Curiosamente, as ‘escolas’ são dirigidas por pessoas sem formação militar, porém próximas a militares da reserva e políticos bolsonaristas, que não escondem seu alinhamento com o atual governo”. Assim, além

<sup>16</sup> [Escola sem partido.](#)

<sup>17</sup> [Deputado pede audiência para investigar escolas paramilitares mirins. \(2022\). Uol.](#)

da paranoia, encontramos elementos identificatórios. Para Bogéa (2021), o ex-presidente Bolsonaro não ganhou apenas nas urnas, apesar das atrocidades que pensa e fala, mas, sobretudo, ganhou porque uma grande parcela da população se identifica com seus discursos violentos, autoritários e conspiratórios. Ele seria um Eu ideal que ocupou o cargo máximo da república.

Bolsonaro não está lá “apesar” de todas as atrocidades que diz e representa. Ele está lá *por causa de* todas as atrocidades que diz e representa. Está lá porque soube – ou souberam para ele – capturar e capitalizar em cima das forças agressivas e violentas que, por um lado, construíram a história extremamente agressiva e violenta do nosso país. As mesmas forças agressivas e violentas que, por outro lado, pelo cultivo de uma imagem idealizada e ilusória de humano associada a uma educação baseada em repressão, seguiram “proliferando no escuro”, famintas por expressão. Ele é a voz dessas forças (Bogéa, 2021, p. 30).

Esses são exemplos nítidos do que Hofstadter escreveu em 1966, e nos quais encontramos elementos projetivos paranoicos. A paranoia, em sua forma conspiracionista, desnuda-se assim na atualidade. A segregação decorre da exclusão radical do outro para que toda identidade possa se manter homogênea e para que as regras sejam iguais para todos. Entretanto, o que mais podemos dizer sobre a identidade e qual seria sua relação com a teoria conspiratória?

### **1.8 Crença conspiratória, identificação e narcisismo das pequenas diferenças**

Acreditamos que o conceito de identificação seja muito importante para compreendermos a questão dos laços sociais, assim como também os processos de segregação e de hostilidade. Vale ressaltar que o conceito de identificação é marcado pelo narcisismo como polo de oposição ao reconhecimento da diferença.

Segundo Dunker (2019), em seu texto “Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático”, em alguns fenômenos, como no apaixonamento ou nas massas, o sujeito perde sua capacidade de uso autônomo da razão. Nessas situações, a crença na palavra como portadora de mediação de conflitos se perde e, com isso, resistimos à escuta do outro, o que nos leva a ações impulsivas, que têm a função de suspender o trabalho da lembrança e do pensamento.

No estado de massa somos tomados por uma espécie de amnésia e de falsa coragem, e dizemos e fazemos coisas que nunca nos autorizaríamos se estivéssemos sozinhos, com nossa consciência. Suspendemos a hipótese de que os outros são sujeitos como nós e os tratamos como objetos ou instrumentos de nossas crenças e interesses, destituindo-lhes a inclusão em nosso paradigma de humanidade. Dessa forma, transformam-se em estrangeiros que não falam nossa língua, em monstros que não

seguem nossas leis e animais destituídos de nossa racionalidade (Dunker, 2019, p. 96-97).

Em toda relação com o outro, produzimos sentimentos de hostilidade que podem aparecer sob o manto da ambivalência afetiva, para com aqueles que amamos, e da manifestação narcísica aversiva, em relação aos estranhos para nós, ou de um “narcisismo das pequenas diferenças”, que se manifestam nas relações de proximidade.

Em um primeiro momento, Freud utilizou a noção de narcisismo das pequenas diferenças para pensar a respeito da polaridade tolerância/intolerância, seja no plano individual, seja no coletivo. Essa noção nos permite compreender um pouco sobre o laço social constituído por um ideal narcísico que, ao mesmo tempo que fornece a sensação de pertencimento ao grupo, só pode continuar coeso na medida em que uma parcela de agressividade seja posta para fora ao atacar outros grupos.

Em *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921/2020), Freud mostra que o grupo humano se constitui por meio da identificação de um ideal, o qual, através do amor, é compartilhado pelos membros da comunidade, desde que a hostilidade possa ser projetada aos que não pertencem ao grupo. Para Freud, em toda relação existe sempre um vestígio de agressividade, mesmo nas mais insuspeitas.

As provas da psicanálise demonstram que quase toda relação emocional íntima entre duas pessoas que perdura por certo tempo – casamento, amizade, as relações entre pais e filhos – contém um sedimento de sentimentos de aversão e hostilidade, o qual só escapa à percepção em consequência do recalque. Isso se acha menos disfarçado nas alterações comuns entre sócios comerciais ou nos resmungos de um subordinado em relação ao seu superior. A mesma coisa acontece quando os homens se reúnem em unidades maiores. Cada vez que duas famílias se vinculam por matrimônio, cada uma delas se julga superior ou de melhor nascimento do que a outra. De duas cidades vizinhas, cada uma delas é a mais ciumenta rival da outra; cada pequeno cantão encara os outros com desprezo. Raças estreitamente aparentadas mantêm certa distância uma da outra; o alemão do sul não pode suportar o alemão setentrional, o inglês lança todo tipo de calúnias sobre o escocês, o espanhol despreza o português. Não ficamos mais espantados que diferenças maiores conduzam a uma repugnância quase insuperável, tal como a que o povo gaulês sente pelo alemão, o ariano pelo semita e as raças brancas pelos povos de cor (Freud, 1921/1996, p. 112).

Nas relações com o outro, há sempre um juízo de atribuição. Determinamos o que é bom ou mau e, por meio desse juízo, definimos o valor do outro. Ou seja, identificamo-nos positivamente ou não com o outro quando percebemos nele o que consideramos como positivo ou negativo.

É nessa compreensão que Freud (1930/2020), em seu livro *O mal-estar na cultura*, alerta sobre a impossibilidade de o sujeito cumprir o mandamento bíblico “amarás o teu próximo como a ti mesmo”; pois, para o pai da psicanálise, o amor além de ser um bem

precioso, exige uma parcela de sacrifícios. Sendo assim, aquele que o recebe necessita merecer, de alguma forma, o amor que lhe é dispensado. Tal merecimento pode emergir tanto na semelhança, sob o formato de amar a nós mesmos no outro, ou em uma relação de superioridade, que nos inspire o amor ao ideal de nós mesmos. O “amar como a ti mesmo” só é possível na semelhança, ou melhor, na identificação do semelhante e na exclusão daquele que não o seja. Dessa forma, não é possível o amor entre próximos sem a rejeição ao diferente.

Uma vez, ocupei-me com o fenômeno de que justamente comunidades vizinhas e até próximas umas das outras em outros aspectos atacam-se e ridicularizam-se, como os espanhóis e os portugueses, os alemães do norte e os do sul, os ingleses e os escoceses, etc. Dei a esse fenômeno o nome de “narcisismo das pequenas diferenças”, o que não traz muitas explicações para sua explicação. Passamos a reconhecer nele uma satisfação conveniente e relativamente inofensiva da tendência à agressão, através do qual é facilitada a coesão dos membros da comunidade (Freud, 1930/2020, p. 366-367).

Ainda nessa obra, o pensamento de Freud (1930/2020) acerca do “narcisismo das pequenas diferenças” já não está ligado somente à unificação de um grupo, mas, sim, à exclusão – à exclusão do outro e à pulsão que a ele é destinada. De acordo com Freud, “sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade” (Freud, 1930/ 2020, p. 366). Assim, o outro passa a ser um receptor da pulsão de morte.

O ser humano não tem uma natureza pacata, ávida de amor, e que no máximo até consegue defender-se quando atacado, mas que, ao contrário, a ele é dado o direito de também incluir entre as suas habilidades pulsionais uma poderosa parcela de inclinação para a agressão. Em consequência disso, o próximo não é, para ele, apenas um possível colaborador e um objeto sexual, mas é também uma tentação, de com ele satisfazer a sua tendência à agressão, de explorar a sua força de trabalho sem uma compensação, de usá-lo sexualmente sem o seu consentimento, de se apropriar de seus bens, de humilhá-lo, de lhe causar dores, de martirizá-lo e de matá-lo (Freud, 1930/2020, p. 363).

Uma leitura feita pelo autor Philippe Julien, em seu livro *O estranho gozo do próximo*, diz que o ódio emerge na suposição de um saber sobre o gozo do Outro, pois enxergamos nele um privador, e não um semelhante com o qual possamos nos identificar.

O Outro, no pleno gozo em que o suponho, provavelmente não pensa em mim nem por um segundo. No entanto, irredutivelmente, vivencio seu gozo como ligado à intenção de me privar: ah! Que sorte que ele de ser feliz assim, tão à vontade consigo mesmo, e de aproveitar tanto a vida [...] Porém, mais ainda, ele tem a desfaçatez de me deixar ver isso, de mostrá-lo a mim sem vergonha. De mostrá-lo! Eis aí a privação (Julien, 1996, p. 45).

Para Adorno, Freud interpreta esse fenômeno em termos da transformação dos sujeitos em membros de uma “horda fraterna” psicológica. Sua coerência é uma formação de reação contra o ciúme primário mútuo, forçada a servir à coerência do grupo. No Brasil, para Dunker (2019), o grande risco em que nos encontramos atualmente está na emergência de discursos que produzem ódio segregativo. Entre eles, temos inúmeras teorias conspiratórias com objetivo de desumanizar o Outro.

Aqui, a mera existência do Outro, que não experimenta os mesmos valores e não goza da mesma maneira que “nós”, torna-se uma ofensa perturbadora. É assim que ele deixa de ser um indivíduo singular e passa a valer pelo grupo ao qual pertence e, naturalmente, se desumaniza na massa informe (Dunker, 2019, p. 105).

Consoante a Barkun (2003), pessoas com crenças conspiratórias veem o mundo fantasiosamente como uma luta entre o bem e o mal e, para elas, o âmago das crenças conspiratórias está em tentar compreender o mal. Enxergam, por sua vez, a história regulada por poderes malignos, em que o mal não está na comunidade, mas nos outros, os quais são definidos como bárbaros e que, muitas vezes, aparecem disfarçados de inocentes. Dessa forma, a crença conspiracionista, além de revelar uma luta entre o bem e o mal, demonstra uma crença, tal como já dissemos, em uma organização formada por pessoas que agem para atingir uma meta maligna. Essa identificação do mal dá aos que creem nas teorias da conspiração “a clara identificação do mal, um inimigo definível contra o qual lutar, dotando a vida de propósito” (Barkun, 2006, p. 4). Esse mal, muitas vezes, é um outro grupo, identificado como conspirador, e esses conspiradores gozam de algo que o primeiro grupo não tem ou privam o gozo daquele.

Assim, cada grupo identitário sedimenta-se diante do ataque de outro grupo, depósito projetivo de todos os males e de suposto detentor do gozo. Os problemas do mundo são atribuídos à ação incompetente ou malévola do grupo adversário. Damos forma antropomórfica ao vazio e ao infortúnio, não nos afirmamos diante de alguém diferente, mas, sim, de semelhantes, e atacamos no Outro o que não suportamos em nós. “Em princípio, o que é mau, o que é alheio ao Eu e o que se encontra fora dele lhe é idêntico” (Freud, 1925/2020, p. 307).

Aqui, sugerimos outro elemento de suma importância para propormos uma leitura psicanalítica adequada no que tange às crenças conspiratórias, que é o elemento da projeção. As crenças conspiratórias são carregadas de elementos projetivos que constituem um outro, identificável ou não, como conspirador. A definição de projeção e o que Freud comunica a respeito desse mecanismo serão vistos a seguir.

## 1.9 Crença conspiratória e projeção

Em seus primeiros escritos a respeito da paranoia, no “Manuscrito H”, Freud (1895/2016) analisa o caso de uma mulher que sofre de um transtorno paranoico. Nessa análise, o autor afirma que a paranoia tem como propósito “se defender de uma representação intolerável para o Eu, projetando seu conteúdo no mundo exterior” (Freud, 1895/2016, p. 17). Dessa forma, a projeção seria o mecanismo com o qual o paranoico lida com as censuras inconscientes incompatíveis com seu ego, colocando-as não mais como internas, mas como externas a si, como forma de defesa. Segundo Laplanche e Pontalis, “a projeção aparece sempre como uma defesa, como a atribuição a outro – pessoa ou coisa – de qualidades, sentimentos, desejos que o indivíduo desconhece ou recusa em si” (Laplanche & Pontalis, 2012, p. 379). É importante ressaltar que Freud deixa claro, desde o início, que a projeção não é exclusiva da paranoia, mas que ela também atua dentro da normalidade psíquica.

Trata-se do abuso de um mecanismo psíquico utilizado com frequência dentro do normal: a transposição ou projeção. Em qualquer alteração interior temos a opção de supor uma causa interna ou externa. Quando algo nos aparta do andamento interior, naturalmente recorreremos ao exterior. Em segundo lugar, estamos habituados a que nossos estados interiores (através da expressão das emoções) sejam revelados aos outros. Isso tem como resultado o delírio normal de ser notado e a projeção normal. É normal, com efeito, enquanto permanecemos conscientes de nossa própria alteração interior. Se a esquecemos, só nos resta a premissa do silogismo que se conduz ao exterior, e então temos a paranoia, com a supervalorização daquilo que se sabe a nosso respeito e daquilo que nos fizemos. Aquilo que se sabe a nosso respeito e que absolutamente não sabemos não podemos admitir. *Portanto, um abuso do mecanismo de projeção para fins defensivos.* (Freud, 1885/2016, p. 18).

No capítulo 12 do livro *A psicopatologia da vida cotidiana*, de 1901, que diz respeito às superstições, Freud conta que, ao ir de carruagem para a casa de sua paciente idosa, o cocheiro errou o caminho e parou em frente à casa de mesmo número, só que em uma rua diferente. No livro, Freud questiona-se sobre o que um supersticioso pensaria a respeito desse ocorrido. O pai da psicanálise afirma que dificilmente entenderia esse acontecimento como um presságio ou um sinal do destino anunciando o último ano de vida de sua paciente. Para ele, tal fato não passaria de algo corriqueiro, exceto se ele tivesse ido a pé.

De acordo com Freud (1901/1996), a diferença entre um supersticioso e um não supersticioso é que o primeiro acredita que existem causalidades psíquicas. Ele desconhece a motivação de seus atos causais e de seus atos falhos, e isso o induz a atribuir a causalidades externas a fonte de suas ações e a considerar que tais causalidades são predeterminadas por algo que lhe escapa ao entendimento, algo oculto e com sentido definido:

São duas as diferenças entre mim e o supersticioso: primeiro, ele projeta para fora uma motivação que eu procuro dentro; segundo ele interpreta mediante um acontecimento o acaso cuja origem atribuo a um pensamento. Mas o oculto para ele corresponde ao que para mim é inconsciente, e é comum a nós dois a compulsão a não encarar o acaso como acaso, mas a interpretá-lo (Freud, 1901/1996, p. 260).

A gênese da superstição está no desconhecimento das causas inconscientes quando a causa consciente também não é referenciada. Em busca de uma explicação, dá-se valor a uma terceira via, que é a projeção, resultado de um deslocamento para o exterior dos desejos inconscientes. Daí, explica-se, também, a construção de crenças. A crença, podemos dizer, nada mais é do que o resultado do inconsciente projetado no mundo exterior.

Tal como o supersticioso, acreditamos que os que creem em teorias conspiratórias, diante de um acontecimento de difícil explicação ou diante do acaso, criam, a partir da projeção, uma explicação alternativa sobre a realidade como forma de atenuar a falta de uma resposta.

Mais à frente, em *O mal-estar na cultura*, Freud (1930/2020) diz que todos nós nos comportamos de maneira análoga ao paranoico, em que, através da formação do desejo, corrigimos um aspecto intolerável da realidade, caindo, assim, num delírio para nos afastarmos do sofrimento.

### 1.9.1 A falsa projeção

A obra freudiana sobre o infamiliar esclarece como conteúdos recalcados e que são, portanto, desconhecidos pelo sujeito, o conduzem a uma representação perversa do outro, que é visto como alguém ameaçador e que deve ser eliminado. Tudo isso não passa de uma falsa projeção, conceito construído por Adorno e Horkheimer (1944/2011) na obra *A dialética do esclarecimento*. A falsa projeção é a mimese que foi recalcada.

talvez o traço caracterial patológico em que está se sedimenta. Só a mimese se torna semelhante ao mundo ambiente; a falsa projeção torna o mundo ambiente semelhante a ela. Se o exterior se torna para a primeira o modelo ao qual o interior se ajusta, o estranho tornando-se o familiar, a segunda transpõe o interior prestes a saltar para o exterior e caracteriza o mais familiar como algo de hostil. Os impulsos que o sujeito não admite como seus e que, no entanto, lhe pertencem são atribuídos ao objeto: a vítima em potencial. (Adorno & Horkheimer, 1944/2011, p. 47).

Não há escolha livre para o paranoico, pois ele se compromete com as leis da sua doença. No fascismo, esse comportamento é acolhido pela política. O conjunto alucinatório torna-se um costume na pólis, e, o desvio, a neurose. O mecanismo que a ordem totalitária coloca a seu trabalho é tão velho quanto a civilização. Os mesmos impulsos sexuais que os seres falantes reprimiram souberam se conservar e se impor num sistema maquiavélico, tanto

no interior dos sujeitos quanto dos povos, na metamorfose imaginária do mundo ambiente. O sujeito obcecado em seu desejo de eliminar o outro de forma paranoica viu na vítima o perseguidor que o forçava a uma desesperada e legítima defesa, e os outros sempre viam o vizinho mais debilitado como uma ameaça insuportável, antes de cair sobre eles. (Adorno e Horkheimer, 1944/2011).

A racionalização era uma finta e, ao mesmo tempo, algo de compulsivo. Quem é escolhido para inimigo é percebido como inimigo. O distúrbio está na incapacidade de o sujeito discernir no material projetado entre o que provém dele e o que é alheio. (Adorno e Horkheimer, 1944/2011, p. 47).

Para os autores (1944/2011), o mecanismo da projeção das impressões dos sentidos faz parte da nossa Pré-História. A projeção é um mecanismo cuja função é o da proteção e da obtenção de comida, “o prolongamento da combatividade com que as espécies animais superiores reagiam ao movimento, com prazer ou desprazer e independentemente da intenção do objeto. A projeção está automatizada nos homens.” (Adorno e Horkheimer, 1944/2011, p. 34). Na comunidade humana, assim como na vida intelectual, quando a vida afetiva se mostra diferente na formação do sujeito, há necessidade de um controle cada vez maior da projeção. Cabe ao sujeito aprender, ao mesmo tempo, a refiná-la e a inibi-la.

O patológico nas teorias conspiratórias não é tanto o comportamento projetivo, pois ele faz parte da nossa estrutura, mas a ausência da reflexão que o caracteriza.

como não reflete mais o objeto, não reflete mais sobre si e perde assim a capacidade de diferenciar. Ao invés de ouvir a voz da consciência moral, ele ouve vozes; ao invés de entrar em si mesmo, para fazer o exame de sua própria cobiça de poder, ele atribui a outros os “Protocolos dos Sábios de Sião”. (Adorno & Horkheimer, 1944/2011, p. 50).

Ele infla e se atrofia ao mesmo tempo. O sujeito compreende ilimitadamente o mundo exterior de tudo aquilo que se encontra nele mesmo; todavia, aquilo que ele dota “é o perfeito nada, a simples proliferação dos meios, relações, manobras, a práxis sinistra sem a perspectiva do pensamento.” (Adorno & Horkheimer, 1944/2011, p. 50).

Assim, acreditamos que aproximamos o mecanismo da projeção ao conceito de *ilusão*, que é a crença motivada pelo desejo. Diante do imponderável, eu crio/projeto outra explicação (ilusória), que confere sentido a determinada realidade, tal como fazem os que possuem uma visão conspiracionista. Sendo assim, cabe a pergunta: o que é ilusão e qual relação ela exerce sobre a crença conspiratória?

### **1.10 Crença conspiratória e ilusão**

Ceccarelli (2014), em seu artigo “A mentira como organizador social”, cita Enriquez, que afirma que o termo “ilusão”, criado por Freud em sua obra *O futuro de uma ilusão*, tem despertado pouco interesse nos psicanalistas, a ponto de o vocábulo não ser citado no célebre *Dicionário de Psicanálise*, de Laplanche e Pontalis, como se ele não fosse um importante conceito. “A ilusão é uma noção chave (senão um conceito) na arquitetura do pensamento freudiano sobre o social” (Enriquez *apud* Ceccarelli, 2014, p. 100).

Em *O futuro de uma ilusão*, Freud (1927/2020) radicaliza a posição central da ilusão nos agrupamentos humanos e sustenta que toda organização social só acontece quando apoiada em torno de um ser ou de um ideal maior. Para Freud (1927/2020), a ilusão é uma crença motivada por um desejo infantil, e sua força reside na necessidade de proteção diante do desamparo, enquanto a realização desse desejo é a força motriz na ilusão, na qual a realidade é totalmente desconsiderada.

O que permanece característico da ilusão é a derivação de desejos humanos [...] a ilusão não precisa ser necessariamente falsa, isto é, irrealizável, ou estar em contradição com a realidade. Uma ilusão não é a mesma coisa que um erro; ela também não é, necessariamente, um erro. Chamamos, então, uma crença de ilusão quando, em sua motivação, a realização de desejo passa para o primeiro plano, e, assim fazendo, desistimos de sua relação com a realidade, da mesma forma como a própria ilusão renuncia às suas comprovações. (Freud, 1927/2020, p. 263-264).

A necessidade de proteção, de acordo com Freud, permanece inalterada mesmo quando nos tornamos adultos.

Quando, então, a pessoa em crescimento percebe que está destinada a ser sempre uma criança, que jamais pode prescindir da proteção contra as forças superiores desconhecidas, ele atribui a elas os traços da figura paterna [...] A defesa contra o desamparo infantil empresta à reação contra o desamparo que o adulto tem. (Freud, 1927/2020, p. 255-256).

Freud ainda vai mais longe ao indagar se a organização social não poderia ser também uma ilusão:

Assim que reconhecemos as doutrinas religiosas como ilusões, surge imediatamente a seguinte pergunta, a de saber se outro patrimônio cultural, que temos alta estima e pelo que deixamos dominar nossa vida, não seria também de natureza semelhante. Se os pressupostos que regulam os nossos dispositivos estatais não teriam igualmente chamados de ilusões? (Freud, 1927/2020, p. 267).

De acordo com Freud (1927/2020), com o enfraquecimento dos laços religiosos, que outrora produziram os mais diversos tipos de violência e crueldade, não podemos concluir que hoje exista uma suavidade nos costumes humanos. Ele afirma que existe uma grande

possibilidade de que divergências entre opiniões científicas podem chegar a patamares de violência e agressão que, em outro momento, alcançaram as divergências religiosas.

Se hoje a intolerância não mais se apresenta tão violenta e cruel como em séculos anteriores, dificilmente podemos concluir que ocorreu uma suavização nos costumes humanos. A causa deve ser antes achada no inegável enfraquecimento dos sentimentos religiosos e dos laços libidinais que deles dependem. Se outro laço grupal tomar o lugar do religioso – e o socialista parece estar obtendo sucesso em conseguir isso –, haverá então a mesma intolerância para com os profanos que ocorreu na época das Guerras de Religião, e, se diferenças entre opiniões científicas chegassem um dia a atingir uma significação semelhante para grupos, o mesmo resultado se repetiria mais uma vez com essa nova motivação. (Freud, 1921/2020, p. 172).

Acreditamos que a crença nas teorias conspiratórias seja apenas mais um dos inúmeros mecanismos ilusórios do qual lançamos mão para fugirmos do desamparo. Em outras palavras, “as teorias conspiratórias pretendem oferecer uma maneira de amenizar o sentimento de impotência” (Van Prooijen & Van Lange, 2014, p. 223). O sujeito bolsonarista não sofre de desinformação, ao contrário, ele possui informações em excesso. E essa é a tática da extrema direita: que nenhuma pergunta ou dúvida fique sem resposta. Sempre haverá uma teoria conspiratória para ocupar o lugar vazio do desamparo. Esse é um dos motivos de as redes digitais bolsonaristas inundarem o sujeito com “informações” e respostas fáceis para fenômenos complexos. É preciso manter o sujeito na ilusão de que tudo está em ordem e, caso não esteja, é porque existe algum inimigo conspirando contra ele ou contra a nação.

Se, para além dessas considerações – que colocam em evidência os aspectos imaginários –, podemos supor a existência de outros elementos que atuam efetivamente proporcionando a adesão às teorias da conspiração, além da identificação, da projeção e da ilusão, a pergunta que trazemos é: Por que cremos em teorias conspiratórias, ainda que elas nos apresentem clara evidência de que estamos equivocados? Esse será o ponto que investigaremos a seguir.

### **1.11 Crença conspiratória como recusa**

O termo “recusa” foi introduzido nas obras de Freud a partir de suas investigações sobre o *fetichismo* (1927/2016). Para o autor, o fetiche reside na recusa em tomar o saber da falta do pênis na mulher como desagradável. O fetiche, dessa forma, apresenta-se como uma resolução diante do efeito traumático da castração feminina.

a percepção permaneceu e que foi empreendida uma ação muito enérgica para sustentar a sua recusa da realidade [*ihre Verleugnung*]. Não está correto que a criança,

após sua observação da mulher, tenha salvado, sem modificações, a crença no falo da mulher. Ela a conservou, mas também a abandonou; no conflito entre o peso da percepção indesejada e a força do desejo contrário, ela chegou a um compromisso, tal como só é possível sob o domínio das leis inconscientes de pensamento: o processo primário. Sim, para a criança em seu psiquismo, a mulher tem, ainda assim, um pênis, mas esse pênis não é mais o mesmo de antes. Outra coisa tomou o seu lugar, pode-se dizer que ela foi nomeada para ser seu substituto, que agora é o herdeiro do interesse anteriormente dirigido ao primeiro. (Freud, 1927/2016, p. 317-318).

Embora a recusa se apresente primeiramente relacionada ao mecanismo da perversão, podemos observar, mais adiante e nessa mesma obra, que Freud relata sua análise feita com dois homens jovens que, quando meninos, de dois e de dez anos, escotomizaram a morte do pai amado sem que nenhum deles desenvolvesse uma psicose, e conclui: “Portanto, é certo que uma importante parte da realidade foi recusada [*Verleugnet*] pelo Eu, como o faz o Eu do fetichista com o fato desagradável da castração da mulher. (Freud, 1927/2020, p. 320). E continua:

Ficou evidente que os dois meninos haviam “escotomizado” a morte do pai tanto quanto um fetichista escotomiza a castração da mulher. Apenas uma corrente em sua vida psíquica não reconhecia a morte do pai; havia outra que se dava plena conta desse acontecimento; a corrente ligada ao desejo e a ligada à realidade coexistiam uma ao lado da outra. No caso de uma das crianças, essa cisão [*Spaltung*] se tornou a base de uma neurose obsessiva moderada; em todas as situações de sua vida ele oscilava entre duas proposições: uma em que o pai ainda está vivo e impede sua atividade e outra oposta, em que ele tem o direito de se considerar o sucessor do pai morto. Portanto, posso manter a expectativa de que, no caso da psicose, a corrente ligada à realidade teria realmente desaparecido. (Freud, 1927/2016, p. 320-321).

Essa presença paralela entre duas crenças simultâneas e contraditórias implicará a divisão do ego. No texto intitulado *Cisão do Eu no processo de defesa* (1938/2014), Freud relata o caso de uma criança que, ao ser seduzida e observar os genitais de uma menina mais velha, adquire o hábito de masturbação contínua. Todavia, com a ameaça da castração, a criança, segundo Freud, poderia ceder à masturbação ou abdicar desta parcialmente. Entretanto, a criança encontra outra solução: criou um substituto do pênis nas mulheres, ou seja, criou um fetiche. Por meio da recusa de ameaça de castração, a criança salvou seu pênis e a credibilidade da perda deste não encontrou mais sua força. Esse ato (recusa da realidade) poderia se caracterizar como psicose, mas, de acordo com Freud,

O menino não contrariou simplesmente sua percepção e alucinou um pênis naquele lugar onde não existia, mas apenas empreendeu um deslocamento de valor: transferiu a importância do pênis para outra parte do corpo, ainda que – de uma maneira que aqui não pode ser elucidada – com o auxílio do mecanismo de regressão. Certamente esse deslocamento aplica-se apenas ao corpo da mulher, nada se alterando quanto ao seu próprio pênis. (Freud, 1938/2014, p. 154).

Esse modelamento da realidade não está presente somente na psicose. De acordo com Freud, em *A perda da realidade na neurose e na psicose* (1924/2016), toda neurose perturba a relação do sujeito com a realidade e, em casos mais graves, pode representar uma fuga da vida real.

A neurose, na qual o Eu, a serviço da realidade, empreende o recalçamento de uma moção pulsional. Mas essa ainda não é a neurose de fato. Ela consiste muito mais nos processos que fornecem uma compensação para a parte prejudicada do Isso, portanto, na reação contra o recalçamento e no fracasso deste. O afrouxamento do vínculo com a realidade é, então, a consequência desse segundo passo na formação da neurose, e não deveria nos surpreender se o exame detalhado mostrasse que a perda de realidade diz respeito exatamente àquela parte de realidade a partir de cuja exigência ocorreu o recalçamento da pulsão. (Freud, 1924/2016, pp. 279-280).

Neurose e psicose são uma representação de sua insurreição do “Isso” contra o mundo externo diante da inabilidade de se adequar à necessidade real. Na neurose, um aspecto da realidade é afastado, enquanto na psicose ele é remodelado (Freud, 1924/2016).

a neurose não recusa [*Verleugnet*] a realidade, apenas não quer saber nada sobre ela; a psicose a recusa e procura substituí-la. Chamamos de normal ou “saudável” uma conduta que reúna determinados traços de ambas as reações: que recuse tão pouco a realidade como a neurose, mas que se esforce, como a psicose, para modificá-la. (Freud, 1924/2016, pp. 281-282).

Freud (1924/2016) argumenta que a diferença fundamental na relação entre neurose e psicose é diminuída, pois em ambas há uma tentativa de substituição da realidade por uma em mais acordo com o desejo. No dicionário de Freud comentado do alemão, segundo Hanns (1996), “a rigor não se pode considerar a *Verleugnung*, em Freud, um mecanismo exclusivo da perversão: Freud o emprega num sentido genérico de negar uma evidência intolerável” (p. 312). E também nem mesmo podemos admitir a recusa como exclusiva da psicose. A partir dos textos freudianos, podemos admitir que a recusa é um tipo específico da negação, ou seja, segundo Cossi (2010), em *Transexualismo e psicanálise: considerações para além da gramática fálica normativa*,

é uma tentativa de negar algo afirmado ou admitido outrora, como se o sujeito soubesse que o objeto rejeitado existe, mas continua a negar sua presença (o material rejeitado não é definitivamente eliminado, exigindo um esforço contínuo para manter a negação). [...] O uso da *Verleugnung* é vasto e pode ser atrelado ao funcionamento psicótico, ao fetichismo e mesmo ao funcionamento psíquico normal (p. 216).

Chreim e Cintra (2020), em seu artigo “A recusa e as crenças: a dimensão narcísica da não admissão da castração”, indicam que, em *O Infamiliar*, Freud (1919/2019) diferencia o

retorno do recalçado e o retorno das antigas certezas abandonadas, que voltam como infamiliar no sujeito. A negação, para Freud (1925/2016), refere-se a uma condição do sujeito em que ele não aceita que um conteúdo recalçado que surgiu corresponda ao seu desejo. Na recusa, o que ocorre é a não aceitação da realidade compartilhada em prol da crença. “O retorno do recalçado se expressa por meio da negação, enquanto o retorno do que foi alvo da recusa se dá pela sensação de *Unheimliche*, a partir da reafirmação de crenças outrora superadas.” (Chreim & Cintra, 2020, p. 173). De acordo com Freud, as crenças infantis, como a onipotência de pensamentos, retornam no adulto como *Unheimliche*.

Hoje, não acreditamos mais nisso, *superamos* esse modo de pensar, mas não nos sentimos inteiramente seguros acerca dessas novas convicções, as antigas ainda sobrevivem em nós e estão à espera de uma confirmação. Na medida em que algo *acontece* em nossa vida, que parece encontrar uma confirmação nessas antigas e abandonadas convicções, podemos complementar o sentimento *infamiliar* com a seguinte avaliação: “É realmente verdade que se pode matar alguém apenas com um simples desejo, que os mortos ressuscitam e se tornam visíveis nos antigos lugares de suas atividades” e assim por diante. (Freud, 1919/2019, p. 101-103).

Temos aqui o estabelecimento que Freud faz entre as crenças e o infamiliar, embora ele não afirme nada sobre a recusa. Contudo, segundo Mannoni (1991), em seu livro *Eu sei, mas mesmo assim*, as crenças e as convicções que não cedem diante do teste de realidade são sustentadas pela recusa.

Em análise, vemos frequentemente reações ou efeitos inesperados revelarem crenças irracionais, “superstições”, de que o sujeito não tem consciência, mas que não estão recalçados; não podemos torná-las manifestas triunfando sobre uma resistência, elas são, antes, inconsistentes, fugidias, inacessíveis (1969/1991, p. 195).

As crenças sempre exercem a função de preservar o narcisismo de tudo que pode ameaçar o sujeito e, dessa forma, sobrevivem até a fase adulta, sobretudo diante da ameaça da castração. Em situações de fragilidade e desamparo, as crenças geram um alívio momentâneo do sofrimento que a realidade nos impõe (Chreim & Cintra, 2020).

Diante do exposto, propomos que as crenças conspiratórias (ou qualquer outra crença), mantêm sua força na “recusa” da realidade, ou seja, acreditamos em conspirações ainda que sejamos confrontados com uma forte evidência de que estamos equivocados. A defesa ferrenha do uso de cloroquina e a recusa em se vacinar por grande parte dos sujeitos bolsonaristas durante a epidemia da covid-19, e que perdura até atualmente, em 2024, mesmo com fortes evidências da eficácia da vacinação, escancara a recusa da realidade compartilhada. Todas as evidências que demonstram os crimes cometidos pelo ex-presidente Bolsonaro são transformadas pela extrema direita brasileira em *fake news*, acusando os veículos de imprensa de serem comunistas e de estarem em conluio com a esquerda. As

teorias conspiratórias criam uma nova crença, ou melhor, uma nova realidade na qual os sujeitos possam se defender mediante a recusa. Para defender as lideranças bolsonaristas e preservar seu narcisismo, as massas da extrema direita passam a acreditar em qualquer conspiracionismo, por mais absurdo que ele possa parecer. Além de criar um inimigo imaginário, as teorias conspiratórias nos oferecem uma explicação simples diante da fragilidade institucional e da desconfiança que os sujeitos possuem na política. Tudo isso se dá, na nossa opinião, diante da nossa condição de *desamparo*.

### 1.12 Crença conspiratória e desamparo

No interior da elaboração freudiana, a palavra “desamparo” [*Hilflosigkeit*] traduz o estado de total dependência em que se encontra o recém-nascido para a satisfação de suas necessidades.

Em *Inibições, sintomas e ansiedade* (1925-1926), de acordo com Freud, o desamparo orgânico tem sua gênese quando o bebê necessita de uma assistência alheia, de um outro que o ajude a aliviar a tensão do organismo, uma vez que ele não é capaz de diminuir essa tensão. Daí, surge a primeira experiência: a de satisfação. Todavia, quando a necessidade de alimento ressurge, uma primeira ilusão acontece: a de satisfação alucinatória. Essa ilusão decorre do reinvestimento de traços da primeira experiência de satisfação, tornando insuportável esperar pelo objeto de satisfação (a nutrição), para, assim, evitar o desamparo orgânico. Simultaneamente, ocorre o desamparo psíquico, pois o bebê não sabe, ou melhor, não é capaz de enfrentar as exigências filogeneticamente herdadas, já que até o momento não possui um aparelho psíquico capaz de responder às demandas pulsionais.

Diante do desamparo psíquico e da necessidade de alimento, outras necessidades também aparecem, como de amor, de afeto e de palavra. É a partir disso que Eros entra em ação, no intuito de causar investimentos libidinais que tragam imaginariamente conforto ao ego em constituição. Desse modo, uma nova forma de dependência surge: a psíquica (Ceccarelli, 2014).

Com choro e gritos, o recém-nascido suplica atenção àquele sujeito pelo qual é cuidado, e esse Outro aparece no imaginário do bebê como um ser onipotente. Diante disso, dizemos sobre a afirmativa freudiana que “o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais”. Esta é a principal implicação do desamparo: a realidade exterior será apreendida com aquele que o colhe. Assim, o desamparo dará vida psíquica ao bebê e, por meio desse Outro, o bebê cria a ilusão de que será sempre protegido e amado. Tardiamente, esse Outro será substituído por deuses ou por figuras que nos remontam à ilusão de proteção. Mas não para por aqui, os destinos dessas dependências podem ser vários – entre eles as crenças conspiratórias, por exemplo, uma vez que elas, por

se caracterizarem como teorias totalizantes, criam a ilusão de que tudo está sob controle, assim como outrora criamos, imaginariamente, com aquele Outro que nos acolheu e protegeu em nossa terna infância.

Em nossa percepção, o desamparo pode criar o desejo do fascismo. Segundo Reich (1933/1972), as massas não foram iludidas ou enganadas, elas ansiaram pelo fascismo. Para o autor, o líder é a personificação da nação. E só se consegue estabelecer uma identificação com o líder se ele incorporar a nação em acordo com o sentimento nacional das massas. Caso ele consiga

despertar os laços afetivos da família, nos indivíduos das massas, ele será também uma figura do pai autoritário. Ele atrai todas as atitudes emocionais que foram, num dado momento, devidas ao pai, severo, mas também protetor e poderoso (poderoso na visão da criança). (Reich, 1933/1972, p. 67).

A identificação das massas com o líder pode ocorrer pelo viés do desamparo. E quanto mais desamparado o sujeito se sente, mais acentuada é sua identificação com o líder, isto é,

mais a necessidade infantil de proteção é disfarçada sob a forma de um sentimento em relação ao *Führer*. Esta tendência à identificação constitui a base psicológica do narcisismo nacional, isto é, a autoconfiança que cada homem individualmente retira da “grandeza da nação (Reich, 1933/1972, p. 67).

O fascismo esconde as misérias emocional, sexual e econômica de cada sujeito pela exaltação de pertencimento a uma massa que defende o país, a família, a liberdade e os valores cristãos e de ter um líder que “luta por nós”, “de tal modo que deixa de perceber, com o passar do tempo, quão profundamente se deixou reduzir a uma posição insignificante de cega submissão” (Reich, 1933/1972, p. 67). Essa fórmula do fascismo escamoteia o sentimento de desamparo e, por isso, esse discurso não permite dúvidas e incertezas.

A tentativa de fuga do sentimento do desamparo acontece em todos os sujeitos e, nesse sentido, todos nós corremos o risco de cair nas rédeas do fascismo. Diante do desamparo, criamos ilusões alucinadas em relação à realidade, com o objetivo de nos protegermos dela. De acordo com Foucault, ao escrever o prefácio do livro *O anti-Édipo*, de Deluze e Guattari:

Não somente o fascismo histórico de Hitler e Mussolini – que soube tão bem mobilizar e utilizar o desejo das massas, mas também o fascismo que está em todos nós, que ronda nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz gostar de poder, desejar essa coisa mesma que nos domina e explora.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> [Foucault – O anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. \(2016\). Escola Nômade.](#)

O desamparo como fundante do psiquismo humano pode ser um espaço para geração de criatividade, mas, também, pode causar fraturas éticas. Essas fraturas estão condicionadas a uma quebra de confiança e com a espera pela mente de um outro, condição *sine qua non* de amparo para ampliação das possibilidades psíquicas em face do desamparo. “A aliança com o pensar fascista é a expressão da desesperança em relação ao outro, como alteridade, mas ocorre quando, pela impotência, busca-se a onipotência.”<sup>19</sup> (Trinca, 2019, §9). Nesse sentido, trata-se de uma falsa proteção narcísica, que pode ser rastreada como comportamento político em qualquer ideologia.

---

<sup>19</sup> [O “pensamento” fascista e a função po-ética da psicanálise. \(2018\). SBPSP.](#)

## CAPÍTULO 2

### A propaganda fascista e a retórica do ódio

O fascismo é uma manifestação do caráter humano organizada politicamente, ou seja, é uma estrutura, não um privilégio de algumas nações e partidos. Para Reich (1933/1972), “o fascismo é a atitude emocional básica do homem oprimido da civilização autoritária da máquina, com sua maneira mística e mecanicista de encarar a vida” (p. 11). É esse temperamento mecanicista e místico do sujeito que cria partidos fascistas, não o contrário. Para o autor, em todos os sujeitos reside, em sua estrutura, elementos do pensamento e do sentimento fascistas. O fascismo é uma manifestação, ou melhor, é antes uma ocorrência psíquica muito anterior à apropriação da política e de fatores econômicos. Ele se diferencia dos outros movimentos reacionários por ser sustentado e defendido pelas massas e também por uma combinação de sentimento de revolta e ideias sociais conservadoras.

A criação do inimigo é um elemento fundamental, e suas respostas são sempre simplórias diante de fenômenos altamente complexos, pois costumam rejeitar tudo aquilo que não seja espelho. Para Bolsonaro, por exemplo, no início do seu governo, a solução econômica do país era a venda do nióbio. Na pandemia, o “nióbio” passou a ser a cloroquina. Para o problema da segurança pública, o policiamento ostensivo e a pena de morte. Para o problema da corrupção, eliminar todos os partidos de oposição. O fascismo, segundo Reich (1933/1972), observa todos os problemas apenas pela ótica ideológica ou “sob a forma dos uniformes oficiais” (p. 14). O fascismo nunca é revolucionário, ou seja, nunca atende a uma revolta racional contra situações insustentáveis de determinada sociedade, “o desejo racional de ‘ir a fundo, à raiz de todas as coisas’ (‘radical’, ‘raiz’), para melhorá-las” (Reich, 1933/1972, p. 12). O fascismo, em sua origem, de acordo com o autor, reside na transformação de um sentimento revolucionário em ilusão, pelo horror à verdade.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> É certo que o bolsonarismo não é revolucionário no que tange ao que propõe Reich (1933/1972), pois sua lógica é apenas ideológica e nunca de aprofundar-se e debruçar-se para compreender determinados fenômenos para, assim, propor algum projeto para a nação, seja de médio, seja de longo prazo. Contudo, o bolsonarismo objetiva uma revolução com *sinais invertidos*, segundo Safatle (2022), em entrevista para o *Uol*. O bolsonarismo, durante todo o governo Bolsonaro, passou a imagem de ser um movimento contra o Estado e contra os poderes oligárquicos com o objetivo de construir um país mais livre, com menos intervenção do Estado na economia e com amplos projetos de privatização na segurança, na saúde e na educação, ou seja, uma verdadeira revolução neoliberal. “Assim, a escola passa para os indivíduos (através do *home schooling*), a saúde passa para os indivíduos (como vimos na pandemia, quando o Estado deu auxílios emergenciais em vez de consolidar o sistema SUS), a segurança passa para os indivíduos (que podem e devem andar armados)” (Safatle, §8). Restou para esquerda política apenas uma espécie de gestora de crises do capitalismo, onde se perdeu sua luta acerca da igualdade radical e soberania popular. A esquerda, segundo Safatle, tornou-se simplesmente “a expressão de um impasse. Um impasse de um lado e, do outro, todo um sistema desesperado de conseguir organizar um bloco alternativo à extrema direita através do medo. Ficamos reduzidos a essa condição.” As propostas bolsonaristas podem ser vistas como revolucionárias apenas do ponto de vista invertido, ou seja, como uma *farsa* revolucionária, pois sua luta contra as oligarquias não é pelo entendimento de que elas exploram e oprimem historicamente o povo brasileiro, mas apenas porque

O fascismo é um produto do ódio racial e sua expressão é politicamente organizada (Reich, 1933/1972). Por não existir uma única forma de fascismo, ele se revela sob diversas faces. No Brasil, se mostra pelo medo do comunismo; na Europa, o medo é do imigrante. A índole perversa e sádica da ideologia da raça revela-se também diante da religião. O fascismo não é seu inimigo; ao contrário, é a expressão máxima do misticismo religioso, apoiando a religiosidade oriunda da perversão sexual, e transformando o caráter masoquista da velha “religião patriarcal do sofrimento numa religião sádica. Em resumo, transpõe a religião, do ‘campo extraterreno’ da filosofia do sofrimento, para o ‘domínio terreno’ de assassínio sádico” (Reich 1933/1972, p. 13).

No que tange à sua mentalidade, o fascismo assume a personalidade do “zé-ninguém”. O zé-ninguém é um ser medíocre, que foge das responsabilidades, aprisionado por seus temores, necessitando sempre que o outro diga o que ele deve fazer. O zé-ninguém transforma homens irrelevantes em opressores. Cobiçador de autoridade e, ao mesmo tempo, revoltado. Todos os ditadores fascistas nascem do ambiente reacionário do zé-ninguém (Reich, 1933/1972).

O fascismo tende a surgir em uma sociedade, ainda que ela se diga democrática, a partir da frustração social. Esse desencanto social, somado à falta de gratificação narcísica, faz com que a classe média, ao ter sua identidade ameaçada, torne-se um dos seus porta-vozes. O apelo dessa classe ao fascismo é uma característica histórica.

uma das características típicas dos fascismos históricos tem sido o apelo às classes médias frustradas, desvalorizadas por alguma crise econômica ou humilhação política, assustadas pela pressão dos grupos sociais subalternos. Em nosso tempo, em que os velhos “proletários” estão se transformando em pequena burguesia (e o lumpesinato se autoexclui da cena política), o fascismo encontrará nessa nova maioria o seu auditório (Eco, 2018, p. 40).

A primeira resposta fascista é encontrar bodes expiatórios. No caso do Brasil, o perigo comunista. E quem são esses comunistas? São os partidos de esquerda e todos os sujeitos que se declaram progressistas ou são contrários a pautas reacionárias. Esses estão sempre numa conspiração, planejando, por meio da guerra cultural, transformar o país em uma sociedade comunista através da imposição, no caso do nosso país, da “ideologia de gênero”, da “doutrinação nas escolas” e do “politicamente correto”. “Assim, na raiz da psicologia Ur-Fascista está a obsessão da conspiração. Os seguidores têm que se sentir sitiados. O modo mais fácil de fazer emergir uma conspiração é fazer apelo à xenofobia.” (Eco, 2018, p. 40).

A ideia do “cidadão de bem” é uma das faces do fascismo. Ele não pode deixar de pregar um certo “elitismo popular”. Os que se identificam com o bolsonarismo se sentem mais

---

atrapalham seu processo de perpetuação no poder. Isso pode ser muito bem observado no dia 8 de janeiro de 2023, em que houve a tentativa de golpe no Brasil.

ilibados, mais honestos, e suas atrocidades são moralmente justificadas. Não à toa, um dos lemas bolsonaristas é ser anticorrupção, defender “Deus, pátria e família”. Existe sempre o “nós contra eles”.

O sujeito bolsonarista é do tipo que Adorno (1950/2019) chama de “autoritário”. Ele, ao contrário do fanático tradicional, é um sujeito que tem habilidades e ideias típicas de uma sociedade moderna industrializada, com crenças irracionais. “Ele é ao mesmo tempo esclarecido e supersticioso, orgulhoso de ser individualista e com medo constante de não ser como todos os outros, zeloso de sua independência e inclinado a se submeter cegamente ao poder e à autoridade.” (Adorno, 1950/2019, p. 29).

Por serem mais etnocêntricos e, portanto, xenófobos, racistas e tradicionalistas, Adorno (1950/2019) os caracteriza como pseudoconservadores, pois eles deturpam as características do conservadorismo em nome de seus desejos antidemocráticos, pregando uma sociedade duramente estratificada, em que há o mínimo possível de mobilidade econômica e na qual “os grupos ‘certos’ estão no poder e os *outgroups* estão subordinados”. Nesse sentido, “o termo reacionário se encaixa melhor nessa ideologia” (Adorno, 1950/2019, p. 47).

O bolsonarismo, para que obtenha êxito como movimento político, necessita ter uma massa como base e precisa da cooperação ativa dela, sobretudo através das mídias sociais. É necessário, então, criar constantemente teorias conspiratórias, a fim de nutrir no imaginário da massa um constante “nós” *versus* “eles”, utilizando sempre artifícios da guerra cultural. Sem essas premissas, o bolsonarismo não se sustenta, pois não tem nada efetivamente para mostrar. “Ele precisa, portanto, fazer apelo, acima de tudo, não ao interesse racional, mas às necessidades emocionais – frequentemente aos medos e desejos mais primitivos e irracionais.” (Adorno, 1950/2019, p. 88). Mas porque a propaganda fascista consegue enganar milhares de sujeitos, fazendo-os acreditar que suas vidas irão melhorar? Adorno (1950/2019) supõe algo que vai ao encontro da nossa hipótese inicial: alguns sujeitos têm padrões de expectativas e aspirações, medos e angústias há muito cristalizados, que os dispõem a certas crenças e os tornam resistentes a outras. Ou seja, o bolsonarismo é anterior ao Bolsonaro.

Para usufruir do medo e da angústia dos sujeitos a seu favor, o bolsonarismo fará da propaganda sua melhor ferramenta e sua melhor técnica e, portanto, é um erro chamar sua retórica de irracional. Adorno (1946/2015) escreve que “o termo irracionalidade é vago demais para descrever suficientemente um fenômeno psicológico tão complexo. [...] a propaganda fascista, com toda sua lógica enviesada e distorções fantásticas, é conscientemente planejada e organizada” (p. 143).

A função da propaganda fascista fica facilitada dependendo do nível em que potenciais movimentos antidemocráticos coexistem dentro de determinada massa. Num país como o

Brasil, onde sua democracia é voltada apenas para uma pequena oligarquia, a propaganda fascista encontra um terreno fértil para prosperar.

## 2.1 A propaganda fascista

Adorno, em sua obra *Antissemitismo e propaganda fascista* (1946/2015), analisa as propagandas antidemocráticas por meio de transcrições taquigráficas de palestras radiofônicas de alguns, segundo ele, agitadores fascistas. Sua análise baseia-se no aspecto psicológico da propaganda, e não no seu conteúdo objetivo.

As propagandas têm como objetivo convencer o sujeito manipulando seus afetos, não através de argumentos e ideias. A oratória dos demagogos fascistas, segundo Adorno (1946/2015), é de natureza ilógica e pseudoemocional. Assim, “programas políticos positivos, postulados ou quaisquer ideias políticas concretas desempenham um papel menor quando comparados aos estímulos psicológicos direcionados à audiência” (Adorno, 1946/2015, p. 138). Aqui, vale uma ressalva: o que o autor descreve é o que hoje chamamos de *fake news*, ou seja, os apelos emocionais têm muito mais força que os fatos. Como dissemos anteriormente, as *fake news* são um fenômeno novo enquanto conceito. No entanto, como técnica, elas sempre estiveram presentes. Adorno (1946/2015) indica que essa forma de estímulo de encaminhamento de informações, cujos conteúdos são vagos, é uma técnica utilizada pelos fascistas. O autor descreve três características desse tipo de abordagem psicológica de propaganda:

- 1) A propaganda é personalizada e essencialmente não objetiva. O propagador fascista gasta parte do seu tempo falando de si mesmo ou sobre suas audiências, apresentando-se como sujeito altruísta e infatigável e divulgando suas intimidades, reais ou fictícias, sejam dele, sejam de sua família. Ele se identifica com seus admiradores e enfatiza ser tanto homem pequeno e modesto quanto líder de grande calibre. Segundo Adorno, “provavelmente essa técnica está intimamente relacionada à substituição de um imaginário paterno por um ego coletivo” (1946/2015, p. 139). Podemos identificar nitidamente, com a fala do autor, que essa técnica foi utilizada pelo ex-presidente Bolsonaro, que aparece em inúmeras fotos e vídeos mostrando uma imagem em que sugere ser “mais um do povo”, seja comendo churrasquinho na barraquinha, seja sentado em uma pilha de sacos de cimento, seja jogando futebol em um campo de terra.
- 2) O propagador fascista substitui os fins pelos meios. No nosso caso, fala-se muito sobre a ameaça comunista e que apenas através de Deus, da pátria e da família essa ameaça será vencida, e, conseqüentemente, com sua derrota serão realizadas grandes obras no país. Contudo, de acordo com Adorno (1946/2015), os agitadores fascistas raramente dizem alguma coisa sobre o que se pretende realizar, para qual fim a organização é boa ou que o misterioso renascimento pretende alcançar através do seu plano de governo. O fim, segundo o autor, citando a transcrição de um agitador fascista da Costa Oeste dos EUA, remete de forma impressionante aos discursos que temos escutado no Brasil atual: “que nós possamos demonstrar ao mundo que existem patriotas, homens e mulheres

cristãos tementes a Deus, que ainda estão dispostos a dar suas vidas à causa de Deus, ao lar e à pátria” (Adorno, 1946/2015, p. 140).

- 3) O conteúdo da propaganda funciona como um tipo de realização de desejo. Os sujeitos são convidados a participarem do movimento político, são recebidos com confiança e tratados como se fossem parte de uma elite que merece conhecer os mistérios obscuros e desconhecidos por quem está de fora. Aqui, nitidamente, trata-se do conhecimento de inúmeras teorias conspiratórias nas quais os sujeitos que dela se orientam acreditam ter um conhecimento que o restante da população desconhece. Segundo Adorno, constantemente “se contam histórias escandalosas, a maioria fictícias, particularmente de excessos sexuais e atrocidades; a indignação com a obscenidade e a crueldade nada mais é, entretanto, do que uma fina racionalização, propositalmente transparente, do prazer que essas histórias proporcionam ao ouvinte” (1946/2015, p. 140). Um caso recente é o da atual senadora eleita Damares Alves, que, num culto, relatou supostas atrocidades sexuais realizadas com crianças, mas não apresentou uma única evidência que provasse o que disse.<sup>21</sup> Isso não indica que não exista tráfico e abuso sexual de crianças no Brasil; entretanto, por meio de seus inúmeros relatos sobre tais crimes, a atual senadora não divulga uma ação dirigida ao combate desses crimes.

Segundo Adorno (1946/2015), todos esses padrões podem ser explicados de maneira racional. Poucos propagadores fascistas confessariam abertamente seus objetivos nefastos e antidemocráticos pois, por razões de censura política e tática psicológica, o fascista está muito mais restrito quanto ao que pode falar. Além disso, sua imprecisão relativa aos fins políticos é inerente ao próprio fascismo. “Isto se deve em parte a sua natureza intrinsecamente não teórica, em parte ao fato de que seus seguidores acabarão trapaceados, e que, assim, os líderes precisam evitar qualquer formulação que posteriormente tenham que reafirmar”. (Adorno, 1946/2015, p. 141).

Em relação às medidas repressivas e de terror, o fascismo vai além do que é dito. Ele desconhece limites e não permite nenhuma pausa para conquistar e eliminar o inimigo escolhido. Podemos observar que a midiosfera bolsonarista precisa estar permanentemente mobilizada através de *fake news* e teorias conspiratórias, criando, ao longo do tempo, uma série de inimigos imaginários para que se mantenha estimulada. Sem essa técnica, o ex-governo poderia ter se desmanchado, pois ele não tem nada efetivamente construído para divulgar à população. Para Adorno (1946/2015), os sujeitos nas massas fascistas devem ser tratados como meros objetos de medidas administrativas, ensinados a se anularem e a obedecerem a ordens.

A sobriedade cínica é, provavelmente, mais característica da mentalidade fascista do que a intoxicação psicológica. Nenhum sujeito que tem a oportunidade de observar atitudes fascistas poderá negligenciar o fato de que até mesmo aqueles estágios de euforia coletiva, o que se denomina “hipnose de massa”, possuem um elemento de manipulação consciente,

---

<sup>21</sup> [Damares diz que denúncia de tráfico de crianças se baseou em “conversas com o povo na rua”. \(2022\). G1.](#)

tanto pelo líder quanto pelo sujeito, o que faz com que dificilmente possamos falar do resultado de um contágio meramente passivo. Adorno trata desse tema: “falando psicologicamente, o Eu desempenha um papel grande demais na irracionalidade fascista para que pudesse admitir uma interpretação do suposto êxtase como uma mera manifestação do inconsciente” (1946/2015, p. 142).

Contudo, podemos descartar o papel do inconsciente nas massas, pois é justamente nele que o sujeito sofre uma alteração profunda de sua atividade anímica. Existem, nas massas, um aumento do afeto e a inibição do pensamento. Fatores racionais não explicam os fenômenos mencionados. O que está por trás dessa força identificatória entre os indivíduos numa massa se encontra no conceito de “libido” freudiano (Freud, 1921/2020). “A massa é claramente mantida coesa por alguma espécie de força. Mas a que outra força poderíamos atribuir essa realização se não Eros?” (p. 164). Quando o sujeito na massa desiste de sua singularidade e se deixa influenciar pelos outros, ele o faz por uma necessidade de estar em conformidade com eles, e não em sua oposição. Assim como na igreja ou no exército, o líder é a causa principal de ligação afetiva entre os sujeitos, pois eles abdicam dos seus ideais do Eu e os projetam naquele que os lideram. A perda do líder, em qualquer sentido, levaria à irrupção do pânico e ao desaparecimento das ligações recíprocas dos sujeitos na massa (Freud, 1921/2020).

Outro ponto importante e que não podemos deixar de destacar é que o ódio, seja a uma pessoa, seja a um grupo, é fundamental para a produção unificante entre os membros da massa. Nesse sentido, sabemos que tanto a libido quanto as identificações, “a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva com uma outra pessoa” (Freud, 1921/2020, p. 178), são processos inconscientes fundamentais para compreendermos o fenômeno de massa.

O discurso fascista, segundo Adorno (1946/2015), almeja alcançar seu objetivo não pela racionalidade, ou seja, pelo nível argumentativo, mas pela afetividade que o discurso provoca. A propaganda fascista elege um inimigo imaginário, seja ele o imigrante, no caso da Europa, seja ele o comunista, no caso do Brasil, sem prestar atenção em como esse imaginário se relaciona com a realidade. O ódio ao outro é a causa da identificação e da ligação libidinal entre os membros da massa. Outro aspecto que Adorno (1946/2015) cita é sobre a lógica discursiva, ou seja, as exibições oratórias. A relação entre as premissas e as inferências é trocada por vínculos de ideias baseadas em mera similaridade, regularmente através de associação, ao empregar a mesma palavra característica em duas proporções que são logicamente desconexas. “Este método não apenas se furta ao mecanismo de controle do exame racional, como também torna psicologicamente mais fácil para o ouvinte ‘seguir’.” (Adorno, 1946/2015, p. 143).

É preciso salientar que esses padrões de propaganda fascista não podem ser classificados apenas como irracionais. Sua propaganda, como toda lógica distorcida e até

mesmo fantástica, é conscientemente planejada e organizada. “Se ela deve ser chamada de irracional; então, é uma irracionalidade aplicada, mais do que uma espontânea, um tipo de psicotécnica reminescente do efeito calculado.” (Adorno, 1946/2015, p. 143). Isto é, ela é imbuída de ilusões. A ilusão, para Freud (1927/2020), não é o mesmo que erro. Ora, um erro pode ser corrigido com uma verdade objetiva. A ilusão não, pois ela é decorrente dos nossos desejos, o que não significa que seja falsa, irrealizável ou que esteja em contradição com a realidade. A grande questão da ilusão é quando sua motivação atinge o campo dos desejos, fazendo-nos desistir da realidade. Dito de outra forma, na ilusão, diferentemente do erro, há uma renúncia às suas comprovações. Por isso, não se trata de falta de educação formal e/ou de informação. Na propaganda fascista, o que importa são as ligações e as identificações que ela produz, bem como suas ilusões. Tudo é uma questão de afeto. Os fascistas, do tipo histérico ou paranoico, “a partir da vasta experiência e do exemplo de Hitler, [sabem] como utilizar suas próprias disposições neuróticas ou psicóticas para fins totalmente adaptados ao princípio de realidade” (Adorno, 1946/2015, p. 144).

Para o autor (1946/2015), os agitadores fascistas são habitualmente notáveis “vendedores” de seus próprios “defeitos” psicológicos. Isso só se torna possível devido a uma similaridade estrutural geral entre a massa e o líder, e o objetivo da propaganda é estabelecer um compromisso entre eles em vez de dirigir à audiência quaisquer ideias ou emoções que não fossem dos próprios seguidores desde o começo. Nesse sentido, podemos dizer que o bolsonarismo não é um fenômeno novo. É só lembrarmos que o Brasil foi, depois da Alemanha, o país que teve maior adesão ao nazismo, com 2.900 integrantes durante 10 anos e atuando em 17 estados brasileiros (Dietrich, 2007). No plano político, segundo a autora (2007), os policiais brasileiros foram treinados pela Gestapo para reprimir o chamado “perigo vermelho” (comunismo). Foi também criado o maior movimento fascista, denominado integralismo, que se expandiu e despertou entusiasmo na comunidade teuto-brasileira, com inúmeras adesões na década de 1930.

Adriana Dias, pesquisadora da Unicamp e doutora em antropologia, dedicou vinte anos de sua pesquisa sobre a história e o movimento de grupos neonazistas brasileiros. A autora aponta para uma conexão entre o bolsonarismo e o neonazismo. Além disso, a ascensão de Bolsonaro coincide com seu crescimento: de 2019 a 2022 houve um aumento de 270% de núcleos extremistas.<sup>22</sup> O Brasil, que sempre foi visto como um país cordial, de democracia racial; na verdade, nunca existiu. O país, por não ter perlaborado<sup>23</sup> seu passado, sofre com o

<sup>22</sup> [Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos; estudiosos temem que presença online transborde para ataques violentos. \(2022\). G1.](#)

<sup>23</sup> O termo *perlaborar* aparece no texto freudiano de 1914, intitulado *Lembrar, repetir e perlaborar*. Nessa obra, Freud (1914/2016) reflete sobre a importância do papel da transferência e da repetição no manejo clínico do analisando. Quanto maior for a resistência do paciente durante o processo de tratamento, maior será sua atuação (repetição), ao invés de recordar determinado conteúdo recalçado.

bolsonarismo uma espécie de retorno do recalcado. Adorno (2020), em sua obra *Aspectos do novo radicalismo da direita*, fala sobre algo que se encaixa diretamente no atual contexto do nosso país: “Poderíamos caracterizar os movimentos fascistas como as feridas de uma democracia que até hoje não faz jus a seu próprio conceito” (p. 51). O perigo comunista que até hoje se propaga em nosso país assumiu um caráter mítico justamente porque é anacrônico. “Seu conceito se tornou completamente abstrato, e esse peculiar caráter abstrato faz que, de novo, simplesmente tudo que de alguma forma não convém é subsumido a esse conceito elástico de comunismo e é rechaçado enquanto comunista.” (Adorno, 2020, p. 60).

### 2.1.1 O líder fascista e o ritual propagandista

Adorno (1946/2015) chama atenção para o tipo de propaganda que funciona como uma gratificação. Podemos compará-la ao fenômeno social da novela.

Assim como a dona de casa, que apreciou os sofrimentos e as boas ações de sua heroína favorita durante quinze minutos de transmissão, sente-se impelida a comprar o sabão vendido pelo patrocinador, assim também age o ouvinte da propaganda fascista: após obter prazer com ela, aceita a ideologia representada pelo seu locutor como forma de gratidão pelo *show* (Adorno, 1946/2015, p. 144-145).

Em relação aos líderes fascistas, segundo Adorno (1946/2015), esses são costumeiramente conhecidos como histéricos. Sua construção é autoestilizada, uma *performance* reminescente do teatro, do esporte e do que ele chama de “renascimento religioso”. É típico dos demagogos fascistas se vangloriarem por terem sido atléticos em sua juventude. Eles refletem seus ouvintes na maioria dos aspectos; entretanto, diferem num ponto importante: não conhecem limites ao se exprimirem. “Eles atuam de forma vicária por seus ouvintes desarticulados ao fazer e dizer o que os últimos gostariam, mas não conseguem ou não se atrevem a tal” (Adorno, 1946/2015, p. 145). Esses líderes violam tabus que a classe média determinou sobre qualquer comportamento expressivo por parte do “cidadão de bem”.

---

A transferência também influencia no modo como o analisando se comporta durante a análise. Se ela for positiva, o paciente autoriza o aprofundamento de sua lembrança, mas, se ela tornar-se hostil imediatamente, o lembrar dará lugar ao atuar. “O analisando não se *lembra* de mais nada do que foi esquecido e recalcado, mas ele *atua* com aquilo. Ele não o reproduz como lembrança, mas como ato, ele *repete* sem, obviamente, saber que o repete.” (p. 109). Não basta, segundo Freud (1914/2016), informar para o analisando sobre suas resistências durante o processo analítico. Nomear a resistência não tem como consequência necessariamente o seu término. É necessário dar tempo ao paciente para que ele mergulhe em sua resistência e possa perlaborá-la. Ou seja, a *perlaboração* é o tempo necessário de que o analisando necessita para integrar e compreender uma interpretação e superação das resistências que ela desperta para que, assim, possa construir um saber sobre si mesmo. “Seria uma espécie de trabalho psíquico que permitiria ao sujeito aceitar elementos recalcados e libertar-se da influência dos mecanismos repetitivos” (Laplanche; Pontalis, 2001, p. 339).

O Líder assume o papel do pai da horda primeva, em que as leis não se aplicam a ele. Um pai gozador que tudo pode. Um pai que reedita fantasias e engendra encarnações. A ânsia pela resposta e por um caminho a ser seguido oriunda do pai e é típica do neurótico. Esse lugar ocupado por alguém que representa esse ideal, que encarna o mestre, como podemos verificar nos paranoicos, acaba arrastando consigo as massas, fazendo-as compartilhar seus delírios conspiracionistas e a temer golpes. Em sua obra *Minima Moralis*, de acordo com Adorno (1951/2019), o narcisismo do líder fascista é elevado aos níveis da paranoia.

Os indivíduos da massa (primeva) eram tão ligados como hoje, mas o pai da horda originária era livre. Seus atos intelectuais eram, mesmo no isolamento, fortes e independentes através do outro. Consequentemente supomos que seu Eu era pouco ligado libidinalmente, ele não amava ninguém além dele, e só amava os outros na medida em que serviam suas necessidades. Seu Eu não cedia nada que sobrasse aos objetos (Freud, 1921/2020, pp. 200-201).

No Brasil, temos o exemplo típico desse pai. Bolsonaro, durante a pandemia de covid-19, nada fez em seu governo para combater ou minimizar os efeitos dessa mortal doença. Pelo contrário, adiou ao máximo a compra das vacinas, foi contra o *lockdown* e ainda debochou daqueles que morriam por falta de oxigênio. Entretanto, dentro do seu clã, nada foi modificado, nem mesmo a adoração dos seus fies seguidores e, se alguém saísse, estava fadado a sofrer toda sorte de ataques e *fake news*.

Outro aspecto importante sobre o líder fascista que Adorno (1943/1975) cita em sua obra *A técnica psicológica das palestras radiofônicas de Martin Luther Thomas*, é que sua propaganda pessoal é uma espécie de truque confessional. Embora em alguns momentos ele possa se vangloriar; antes de chegar ao poder, ele prefere dizer que é um sujeito como qualquer um, ou seja, um sujeito tão comum e humilde como seus simpatizantes. As noções de força e autoridade não são suficientes para explicar o apelo da liderança fascista. O fundamental é que o fraco pode tornar-se forte caso ele entregue sua vida à causa, ao movimento, à cruzada ou a qualquer outra coisa. Reportando-se a si próprio de forma sempre ambivalente, ou seja, como homem e super-homem, fraco e forte, próximo e distante, o líder fascista consegue personificar cada atitude que ele procura firmar em seus seguidores.

Adorno (1943/1975) disse que Martin Luther Thomas<sup>24</sup> tanto conhecia inteiramente as técnicas de Hitler como sabia manipular o próprio Eu com finalidades propagandistas. Assim,

---

<sup>24</sup> Martin Luther Thomas (1892-1953) foi um pastor e veterano da Primeira Guerra Mundial e um proeminente pregador de rádio americano. Ele se tornou conhecido nacionalmente nos Estados Unidos durante a década de 1930 por seus programas de rádio, onde combinava sermões religiosos com discussões sobre questões políticas e sociais da época. Embora não tenha sido tão influente quanto algumas outras figuras religiosas de sua época, ele conseguiu atrair uma audiência significativa e foi uma das primeiras figuras a usar o rádio como meio principal para disseminar suas mensagens. Ele

frequentemente, teria adaptado essa técnica da revelação e da confissão para o contexto americano e para as necessidades emocionais da massa para a qual ele se dirigia. A partir dessas técnicas usadas por Thomas, é possível citar também o contexto brasileiro da extrema direita. Seguem alguns exemplos de como ela fala sobre si mesma.

A) “Lobo solitário”

Hitler sempre verbalizou, acerca de si e de alguns solitários companheiros de partido, sobre o fato de que os outros detinham o controle da imprensa e do rádio – que estes possuíam tudo, e ele, nada. Bolsonaro passou por sete partidos políticos e se preocupou, quase sempre, em defender seus próprios interesses. Nos anos que passou como parlamentar, praticamente não teve nenhum projeto aprovado. Disse, em sua defesa, que se preocupou mais em evitar que certas medidas fossem votadas do que suas batalhas fossem vencidas. Tentou, ainda, passar a imagem de um “lobo solitário”, ou seja, um *outsider*, um sujeito que não tem padrinhos políticos, um alguém que constrói sua dinastia familiar na política. Esse discurso antipolítica fortalece a ideia de que suas falas são espontâneas e que, portanto, não tem “rabo preso” com ninguém, pois suas declarações ainda não são dirigidas por organizações monopolíticas. Seus discursos anticorrupção servem para acusar seus adversários políticos de desvios, bem como para atacar quem lhe acusa de peculato.<sup>25</sup> O raciocínio é o seguinte: se ele ataca com tamanha violência a rapina, poucos acreditarão que ele seja um saqueador. Casualmente, aparece aqui uma das mais notáveis características dos propagandistas fascistas e antisemitas: eles culpam suas vítimas de maneira quase compulsória pelas coisas que eles mesmos fazem ou esperam fazer (Adorno, 1943/1975, §8).

B) “Liberação emocional”

O emocionalismo enfático, segundo Adorno (1943/1975), faz parte da técnica fascista. Bolsonaro, em vários de seus discursos, mistura proselitismo religioso com pavor ao comunismo:

Tudo para nós é ensinamento. Nada tememos, nem a morte – a não ser a morte eterna. Isso nos leva aos mártires que nos ajudam a solidificar a nossa fé. Toda manhã me levanto e faço algo que me dá forças para vencer: rezo um Pai Nosso e peço a

---

também tentou, sem sucesso, se eleger para cargos políticos, incluindo uma tentativa para o Senado dos Estados Unidos. Suas transmissões eram caracterizadas por uma retórica anticomunista e uma defesa fervorosa dos valores cristãos tradicionais.

<sup>25</sup> [Vida e ascensão do capitão Bolsonaro. \(2019\). \*El País Brasil\*.](#)

Deus que o nosso povo, vocês, brasileiros, não experimentem as dores do comunismo.<sup>26</sup>

Em outro momento, Bolsonaro disse: “Peço a Deus que continue me dando força, coragem e sabedoria. Preciso agradecer por esse mandato. Não é fácil. Mas uma coisa que me conforta é saber que na cadeira presidencial não senta um comunista, ladrão e safado”;<sup>27</sup> “Temos um mal pela frente, um capeta que quer impor o comunismo no nosso Brasil”; “Uma pessoa que foi liderança mundial em corrupção, que nada deixou de bom para o nosso país. Lá atrás um ex-presidente que nunca respeitou a família brasileira.”<sup>28</sup>

Esses discursos têm como objetivo criar um modelo de pensamento e de conduta que ele deseja que seja imitado e, posteriormente, desenvolvido e disseminado nas redes sociais por seus seguidores, gerando sentimentos de ódio e fúria em relação aos seus opositores. Segundo Adorno, “quanto mais o locutor encoraja os ouvintes a derrubarem as barreiras do autocontrole, mais facilmente eles deixam se sujeitar a sua própria vontade em favor da do locutor e podem seguir cegamente para onde ele deseje que eles se dirijam” (1943/1975, §12).

### C) “O inocente perseguido”

Bolsonaro, assim como Thomas, reclama possuir qualidades. No caso de Bolsonaro, através de suas redes sociais, constrói a imagem de um homem simples, honesto e íntegro. Nada é dito acerca das suas qualificações pessoais, e isso tudo faz parte da técnica fascista, pois “a vaguidade de sua própria imagem” serve como “uma câmara de projeção de quaisquer fantasias da audiência” (Adorno, 1943/1975, §16). Por meio do mecanismo da fantasia, essa imagem opaca pode ser reescrita pelas mais contraditórias concepções pelos ouvintes. Não à toa, vemos parte de grupos minoritários, como negros, LGBTQIA+ e mulheres defenderem Bolsonaro apesar de todas as suas declarações contra esses grupos. Ele pode ser imaginado como um homem honesto, que não é contra as pautas homossexuais, mas, sim, contra o ativismo *gay*; que ele não é contra as mulheres, apenas se posiciona contra a “ideologia de gênero” e o aborto, etc.

A vaguidade sobre sua própria personalidade é um meio de integração correlato à vaguidade de seus objetivos políticos. Ambas servem para manter reunidos os diferentes tipos de ouvintes que, quanto menos sabem exatamente quem ele é e o que ele representa, mais cegamente estão dispostos a segui-lo. Determinado

---

<sup>26</sup> [Bolsonaro: “Peço a Deus que brasileiros não experimentem dores do comunismo”. \(2022\). \*Correio Brasiliense\*.](#)

<sup>27</sup> [Bolsonaro: “Na cadeira presidencial não senta comunista, ladrão e safado”. \(2022\). \*Estado de Minas\*.](#)

<sup>28</sup> [Bolsonaro volta a mentir e acusa Lula de querer “impor o comunismo no Brasil”. \(2022\). \*Carta Capital\*.](#)

abstracionismo, mesclado com umas poucas referências concretas à vida cotidiana, é uma das características-padrão do agitador fascista (Adorno, 1943/1975, §16).

Um traço decisivo que ocorre de maneira constante é a reiteração de sua própria inocência. O agitador fascista, por tentar mostrar que sua imagem é ilibada, está sujeito a constantes conspirações e ataques de seus opositores (Adorno, 1943/1975). Ainda segundo o autor, “o expediente do inocente perseguido serve a um duplo propósito. Em primeiro lugar, ele permite que se interprete as ameaças ao líder como ameaças a todos e, ainda, que se racionalize a agressividade, convertendo-a em autodefesa” (Adorno, 1943/1975, §17).

Podemos observar esse fenômeno a respeito do que os bolsonaristas reclamam sofrer de censura ao não poder denunciar a “fraude” da eleição. Mesmo que Bolsonaro não pudesse falar abertamente sobre a suposta fraude após sua derrota, pois estaria “sofrendo uma censura do STF”, ele deu aos seus seguidores indícios, nos seus discursos no YouTube, com códigos que pudessem ser interpretados, como o pedido de ajuda às Forças Armadas.

#### D) “O laborioso”

Assim como Thomas, que poucas vezes, de acordo com Adorno (1943/1975), esquece de falar sobre sua infatigabilidade, Bolsonaro relata que nunca tira férias:

Fizemos coisas fantásticas ao longo desses dias que dificilmente outro governo estaria fazendo. Um presidente não tem férias. É maldoso quem fala que estou de férias. Eu dou minhas fugidas de *jet ski*, dou lá meus cavalos de pau num carro. Fizemos muitas coisas. Continuamos trabalhando e volto à minha normalidade. Agora trabalho 100% e vamos em frente.<sup>29</sup>

Esse tipo de técnica serve também para fomentar a infatigabilidade dos seus opositores. Para Bolsonaro e seus seguidores, existe sempre uma conspiração comunista, seja ela oriunda do STF, sejam das escolas e universidades, sejam dos partidos opositores, etc., pronta para implementar sua ideologia política. Em dezembro de 2022, Bolsonaro disse que as Forças Armadas “são o último obstáculo para o socialismo”.<sup>30</sup>

As implicações psicológicas são muitas e não totalmente consistentes. Acima de tudo, existe o desejo de “provocar”, que pode ser visto como o arquétipo de toda a agressividade e é um dos impulsos centrais de que se vale o fascismo para real e ideologicamente perpetuar a necessidade de trabalhar duro e, assim, obter justificativa para a disciplina e opressão (Adorno, 1943/1975, §18).

<sup>29</sup> [Bolsonaro diz que um presidente nunca tira férias: “dou minhas fugidas”. \(2022\). \*Gazeta do Povo\*.](#)

<sup>30</sup> [“Forças Armadas são último obstáculo para o socialismo”, diz Bolsonaro. \(2022\). \*Estado de Minas\*.](#)

Podemos verificar que, dentre os bolsonaristas presos, muitos relatam “querer evitar o comunismo no Brasil”.<sup>31</sup> Os inúmeros discursos conspiratórios de Bolsonaro sobre a ameaça iminente comunista, somados à sua derrota na última eleição, culminaram nos acampamentos de seus seguidores em frente aos quartéis por mais de sessenta dias, mostrando aos seus opositores sua fidelidade à ideologia da extrema direita. Para Adorno,

a infatigabilidade funciona com uma espécie de narcótico. Exatamente porque se espera que o seguidor adormeça e aja enquanto estiver adormecido, conta-se a ele, um sem número de vezes, que ele deve estar acordado e que ele não deve dormir. A relação entre cair no sono e ser incansável é pois altamente ambivalente, e os agitadores dela se alimentam. Aquele que está prestes a cair no sono e ouve que tem de ser incansável e que é incansável, pode oferecer muito menos resistência à vontade de seu líder do que o faria de outra maneira. Assim, ele pode ser levado a crer que está vacinado contra o próprio contágio que o ameaça. (Adorno, 1943/1975, §21).

#### E) “Pequeno grande homem”

Segundo Adorno (1943/1975), o pequeno grande homem transforma o líder fascista em um homem, ao mesmo tempo, fraco e forte. Fraco ao ponto de cada membro da massa poder identificá-lo como “um de nós”; forte como um líder, na medida em que representa a coletividade da massa a que se dirige. Essa imagem que ele expõe sobre si mesmo tem contornos daquele que caminha os mesmos caminhos de cada um da massa, mas que, no final, revela-se uma liderança. Essa imagem é cuidadosamente fabricada por seus seguidores do alto escalão ao postar fotos dele comendo pão com leite condensado e churrasquinho na rua, postando vídeos de seus aposentos simples, fazendo motociatas, etc. Tudo isso gera um processo que analisaremos mais à frente, chamado por Freud (1921/2020) de *identificação*.

As massas, ao que parece, são estruturadas dentro do que Lacan (1969/2008) chama de “discurso do mestre”, que se caracteriza pelo seu significante, de uma palavra que dá norte e organiza. Discurso que se impõe como vontade e domínio, que causa coesão social por meio de uma miríade de regras. O pai primevo é o ideal da massa que, assumindo o lugar ideal do Eu, o domina. “A hipnose tem todo direito de ser caracterizada como uma massa a dois: para sugestão, resta definição de ser uma convicção que não se baseia na percepção nem no trabalho do pensamento, mas na ligação erótica.” (Freud, 1921/2020, p. 206).

Para Adorno (1946/2015), os intelectuais têm dificuldade em compreender o efeito dos discursos de Hitler, pois eles são demasiadamente insinceros e não genuínos. Entretanto, segundo o autor, é um engodo acreditar que as massas tenham propensão pelo que é sincero e genuíno e desprezem o que é falso. As massas nunca anseiam pela verdade. Elas precisam acreditar que o líder ama a todos igualmente. “Tudo depende desta ilusão.” (Freud,

<sup>31</sup> [Bolsonarista presa diz à PF querer evitar “comunismo no Brasil”; leia depoimento. \(2022\). CNN Brasil.](#)

1921/2020, p. 166). Como dissemos, sua ligação é erótica, não cognitiva. Hitler foi aceito não *apesar de* suas bizarrices baratas, mas *por causa* delas. O fingimento é uma imitação barata de sentimentos reais, frequentemente consciente e com certa autocomplacência. Esse caráter fictício, de acordo com Adorno (1946/2015), é o elemento vital das *performances* da propaganda fascista, o qual ele chama de ritual.

O caráter falso da oratória, o hiato entre a personalidade do líder e o conteúdo de suas afirmações são atribuíveis ao papel cerimonial que dele se espera.

Essa cerimônia, entretanto, é meramente uma revelação simbólica da identidade que ele verbaliza, uma identidade que os ouvintes sentem e pensam, mas não podem exprimir. Isso é de fato o que eles querem que ele faça, e não serem convencidos, mas sim terem suas mentes reveladas. (Adorno, 1946/2015, p. 146).

Não é à toa que grande parte dos seguidores de Bolsonaro são machistas, racistas e homofóbicos; pois Bolsonaro apenas ecoa o que seus seguidores realmente são. Tudo isso produz uma gratificação que eles obtêm desse líder, não importando quão longe ela vá, visto que “é uma espécie de redenção institucionalizada do próprio caráter inarticulado dos ouvintes através da verbosidade do locutor” (Adorno, 1946/2015, p. 146). Isso é decisivo nesse ritual propagandístico, que podemos chamar de “identificação coletiva”. Todo esse ritual compõe uma série de características que Adorno (1946/2015) expõe e que veremos a seguir:

A) Existe uma estereotipia em todo material de propaganda fascista

Seus agitadores repetem sempre os mesmos padrões e clichês, sendo o mais importante a criação do inimigo. No caso do nosso país, o grande inimigo é a esquerda, mas não só ela. Toda ideia progressista é vista como uma ameaça em potencial. Assuntos e atitudes banais sofrem recortes, virando *memes*, vídeos e notícias falsas. Os agitadores, em diferentes países, empregam as mesmas afirmações com suas especificidades, por exemplo, que suas vidas estão sendo ameaçadas e que seus seguidores saberão quem é o responsável se a ameaça for cumprida – “um incidente que nunca acontece” (Adorno, 1946/2015, p. 148).

B) É bastante comum que os seguidores fascistas apresentem uma atitude religiosa

“O que permanece da antiga religião, neutralizado e desprovido de qualquer conteúdo específico, é colocado a serviço da atitude ritualística fascista.” (Adorno, 1946/2015, p. 148). Linguagem e características religiosas são utilizadas para fornecer a impressão de um ritual sancionado. Bolsonaro apropriou-se de determinados grupos religiosos, especialmente os neopentecostais e os católicos conservadores, e utilizou da linguagem bíblica para realizar

seus discursos reacionários, que demonizavam os que não faziam parte do seu grupo e estimulavam uma luta do bem contra o mal.

O conteúdo religioso e político é substituído por algo que Adorno (1946/2015) denomina de “culto do existente”.

Os agitadores direcionam seus ouvintes a seguir o conselho dos seus líderes. Glorifica-se a liderança como tal, desprovida de qualquer ideia ou objetivo visíveis. Fetichizar a realidade e as relações de poder estabelecidas é o que tende, mais do que qualquer outra coisa, a induzir o indivíduo a abdicar de si mesmo e a entrar na onda do futuro (p. 149).

Isso se demonstra muito claramente aos apoios incondicionais de inúmeros pastores neopentecostais e padres católicos do segmento carismático à ideologia da extrema direita e, conseqüentemente, a Bolsonaro no que tange às falas sobre vacina, “ideologia de gênero”<sup>32</sup>, “ameaça comunista”<sup>33</sup>, defesa da posse de armas<sup>34</sup>, “fraude nas urnas”<sup>35</sup>, etc.

#### C) A insinuação é uma outra característica

A lei e as convenções morais da nossa sociedade, por exemplo, proíbem afirmações abertas em favor de nazismo, racismo, antissemitismo, homofobia, etc. Entretanto, o orador que pretende expor tais ideias necessita recorrer a métodos indiretos. É o famoso “apito de cachorro” – suas frequências se situam acima da capacidade humana, mas podem ser ouvidas pelos cães. Da mesma forma, certas insinuações indiretas pelo orador fascista podem ser compreendidas por seus seguidores. Um exemplo clássico foi o vídeo produzido por Roberto Alvim, quando exercia o cargo de Secretário Especial da Cultura do governo Bolsonaro, utilizando do “apito de cachorro” ao se apresentar num cenário parecido com o do ministro da propaganda nazista Joseph Goebbels em seus discursos.<sup>36</sup>

#### D) Por último, temos o que Adorno intitula de “*performance ritualística*”

Se há uma vinculação entre a neurose obsessiva e o comportamento ritualístico, o ritual fascista de revelação funciona como um substituto para a gratificação sexual. Grande

<sup>32</sup> [Silas Malafaia no Twitter: “Você sabe o que é ideologia de gênero? Nós, cristãos, não podemos aceitar essa estratégia que visa destruir a família e erotizar as nossas crianças. Posicione-se contra a ideologia de gênero! \(2021\). \*Twitter\*.](#)

<sup>33</sup> [Jornal: Igreja Presbiteriana quer orientar contra fiéis de esquerda. \(2022\). \*Uol\*.](#)

<sup>34</sup> [A inacreditável benção de pastores a um arsenal; veja o vídeo. \(2022\). \*Veja\*.](#)

<sup>35</sup> [Após Defesa não achar fraude, Malafaia ataca urnas e sugere censura. \(2022\). \*Uol\*.](#)

<sup>36</sup> [Roberto Alvim copia discurso do nazista Joseph Goebbels e causa onda de indignação. \(2020\). \*O Globo\*.](#)

parte das histórias de atrocidades que abundam nos discursos de propaganda fascista são projeções dos desejos de seus líderes e seguidores. “Todo ato simbólico de revelação celebrado em cada discurso de propaganda exprime, por mais que se oculte, o assassinato sacramental do inimigo escolhido” (Adorno, 1946/2015, p. 150). Isso pode ser visto claramente na demonização da esquerda em diversos púlpitos de igrejas, dos discursos sobre a luta do bem contra o mal, da guerra espiritual contra o comunismo, etc.

Nas guerras culturais, ainda que se sustente no discurso da batalha espiritual, ressalta-se a necessidade de engajar-se politicamente no mundo. Agora as ações demoníacas promovidas pelo Diabo têm como ajudantes os ativistas que não se afinam politicamente com as pautas religiosas. Como já foi colocado, todas as pessoas, querendo ou não, são soldados nesta guerra. Diante dos riscos, os cristãos são convocados a se apresentar no exército de Deus, engajando-se como cabos eleitorais ao lado do bem. (Dutra & Pessoa, 2021, p. 241).

A narrativa bélica é direcionada a alguém que se encontra no outro espectro político. Esse outro é visto como um “soldado das trevas”, cuja função é destruir as famílias, promover o aborto, liberar as drogas, as depravações sexuais e as imoralidades (Dutra & Pessoa, 2021). O derramamento de sangue se faz necessário, pois o mundo foi redimido pelo sangue de Cristo. “Toda propaganda fascista é simplesmente um sistema de símbolos” (Adorno, 1946/2015, p. 152).

## 2.2 Psicologia das massas bolsonaristas: uma leitura a partir de Adorno e Freud

Segundo Adorno (1951/2015), o conteúdo das propagandas e dos discursos fascistas utiliza como técnica, na maioria das vezes, a falácia *ad hominem*, ou seja, o que é atacado é o sujeito opositor e não suas ideias. Essa técnica serve para criar uma atmosfera de agressividade emocional, irracional e paranoica nas massas, bem como incitá-las à ação violenta do tipo “pogrom”.<sup>37</sup> Adorno (1951/2015), em seu artigo “Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista”, recorre à obra *Psicologia das massas e análise do Eu*, de Freud (1921/2020), como texto base para expor suas ideias.

A oposição entre a psicologia individual e a psicologia das massas é bastante opaca, e somente em ocasiões esporádicas ela estará em posição de ignorar as relações do sujeito com os outros. Tratando-se da vida psíquica do indivíduo, o Outro é considerado “modelo, [...] objeto, [...] auxiliar e [...] adversário, e por isso a psicologia individual é também, de início, simultaneamente psicologia social” (Freud, 1921/2020, p. 137).

---

<sup>37</sup> O termo “pogrom” é usualmente atribuído à perseguição deliberada a um grupo de minoria étnica ou religiosa, sendo aprovado ou tolerado pelas autoridades locais. Historicamente, o termo “pogrom” é utilizado para se referir a ataques organizados contra os judeus.

De acordo com Freud, a questão da psicologia das massas está intrinsicamente relacionada ao novo tipo de sofrimento psicológico que, por razões sociais e econômicas, testemunha o declínio do sujeito e, conseqüentemente, seu enfraquecimento (Adorno, 1951/2015). A questão do sujeito nas massas, para Freud (1921/2020), é tentar compreender que em determinada condição ele age e pensa de maneira completamente diferente do que se estivesse fora dela.

Freud (1921/2020), no início da sua obra, extrai algumas teses do livro *A psicologia das massas* (1895), de Le Bon, para iniciar sua investigação psicanalítica sobre o sujeito inserido numa massa.

O método do livro de Freud constitui uma interpretação dinâmica de Le Bon sobre a mentalidade de massa e uma crítica de alguns poucos conceitos dogmáticos – palavras mágicas, por assim dizer – que são empregadas por Le Bon e outros psicólogos pré-analíticos como se fossem chaves para alguns fenômenos surpreendentes. (Adorno, 1951/2015, p. 158).

Para Le Bon (1895), os sujeitos na massa são dotados de uma espécie de alma coletiva. Essa alma faz com que se comportem de maneira completamente diferente do que se estivessem isolados. Na massa, seguindo o raciocínio de Le Bon, para Freud (1921/2020), a estrutura psíquica que progrediu de forma tão diversa nos sujeitos é removida, debilitada, e o fundamento inconsciente, similar em todos, torna-se operante. “Na massa, encontra-se colocado sob condições que lhe permitem se livrar dos recalcamientos de suas moções pulsionais inconscientes” (p. 142).

Segundo Freud (1921/2020), Le Bon caracteriza o sujeito numa massa como se estivesse num estado hipnótico, algo que ocorre devido ao contágio e à alta sugestibilidade que a massa oferece. A sugestão, para Adorno (1951/2015), exerce uma função importante como uma ferramenta auxiliar na explicação popular sobre o encantamento exercido, por exemplo, por figuras como Hitler e outros líderes autoritários. Em relação à caracterização da alma da massa feita por Le Bon, Freud (1921/2020) não apresentará nenhuma divergência de seu pensamento: na massa não há espaço para dúvidas. Nela operam a intolerância e a credulidade na autoridade, a rejeição ao progresso e o respeito à tradição; há, ainda, um imperativo ao princípio do prazer, um sentimento de onipotência, além da paranoia, da devoção em relação a um ideal e da exigência de ilusões das quais não se pode renunciar. “O que o distingue de Le Bon é, antes, a ausência do tradicional desprezo pelas massas, que é o *thema probandum* da maioria dos psicólogos mais antigos” (Adorno, 1951/2015, p. 158).

Embora Freud (1921/2020) não discorde das características das massas definidas por Le Bon, segundo o autor, existem outras manifestações de formações grupais que atuam de

maneira diversa. Para Freud, outros autores já afirmaram que, em situações ocasionais, é possível surgir na coletividade o fenômeno de entusiasmo que torna possíveis as mais grandiosas realizações das massas, como criações intelectuais formidáveis, tais como a canção popular e o folclore. O autor (1921/2020) também questiona a referência de Le Bon e outros autores, como no caso de Sighele e McDougall, às massas como algo transitório. Não que elas não existam, mas há agrupamentos estáveis nos quais os sujeitos permanecem por toda sua vida, como no caso das igrejas, por exemplo. McDougall, de acordo com Freud (1921/2020), encontra sua solução sobre as massas permanentes por meio de seu caráter organizacional. O objetivo consiste em prover a massa através das qualidades do sujeito que nele foram apagadas pela formação coletiva não organizada.

No que tange à formação das massas, a hipótese trazida por Trotter, de um instinto gregário, é rejeitada por Freud (1921/2020) – pois, para ele, essa suposição traz mais problemas do que uma solução. De acordo com Trotter, os fenômenos anímicos descritos sobre a massa derivam do instinto gregário, que é atribuído de forma inata ao sujeito, bem como às outras espécies de animais. Freud (1921/2020), por sua vez, afirma que, ao levar em conta essa hipótese, o fundamento da massa não seria mais compreensível, pois seria negligenciado o papel do líder.

O instinto gregário não deixa absolutamente nenhum espaço para o líder; este só é adicionado ao rebanho acidentalmente, e, em relação a isso, há o fato de que, a partir dessa pulsão, nenhum caminho leva a uma necessidade de Deus; falta o pastor do rebanho. (Freud, 1921/2020, p. 195).

E mais: o medo da criança quando fica sozinha, que é a justificativa que Trotter utiliza para validar sua hipótese, sugere para Freud outra versão: o medo da criança que é deixada sozinha não é aliviado pela visão de qualquer pessoa “do rebanho”, “ele é antes provocado pela chegada de um desses ‘estranhos’” (Freud, 1921/2020, p. 196). Já para Adorno, a comparação direta dos surgimentos das massas modernas com fenômenos biológicos tampouco pode ser considerada válida,

[...] uma vez que os membros das massas contemporâneas são, pelo menos *prima facie*, indivíduos, os filhos de uma sociedade liberal, competitiva e individualista, e condicionados a se manterem como unidades independentes e autossustentadas; eles são continuamente advertidos para serem “robustos” e prevenidos contra a rendição. (Adorno, 1951/2015, pp. 158-159).

Ainda que possamos assumir que sobrevivam nos sujeitos pulsões primitivas e pré-individuais, teríamos que explicar por que os sujeitos modernos retornam a padrões de comportamento que contrariam seu próprio nível racional e o presente estágio da civilização

tecnológica esclarecida (Adorno, 1951/2015). É nessa linha que Freud busca encontrar as forças psicológicas que transformam os sujeitos em massa.

Para os autores citados por Freud (1921/2020), essas forças encontram-se na sugestionabilidade e no prestígio do líder. Entretanto, para o autor, isso não é suficiente, pois será necessário saber qual é a fonte da tal sugestionabilidade. “Se os indivíduos da massa estão ligados em uma unidade, então deve haver alguma coisa que os liga uns aos outros, e esse elo poderia ser justamente aquilo que é característico da massa.” (Freud, 1921/2020, p. 141). Essas indagações freudianas correspondem a um problema fundamental da influência fascista, visto que o demagogo fascista que necessita alcançar o apoio de multidões para seus objetivos “altamente incompatíveis com seu próprio autointeresse racional, somente pode fazê-lo ao criar o *vínculo* que Freud está procurando” (Adorno, 1951/2015, p. 159). Se a estratégia do demagogo é realista, podemos ter como hipótese que seu sucesso advém do mesmo vínculo que ele tenta produzir de maneira artificial; “na realidade, ele é o princípio unificador por detrás de seus vários dispositivos.” (Adorno, 1951/2015, p. 159). Freud, por meio do conceito de libido, trará uma nova hipótese sobre a vinculação que integra os sujeitos numa massa.

Libido é uma expressão que provém da doutrina da afetividade. Chamamos assim a energia considerada como grandeza quantitativa – mesmo que por ora não seja mensurável – dessas pulsões que têm a ver com tudo aquilo que podemos abranger na ordem do amor. (Freud, 1921/2020, p. 162).

Freud (1921/2020) parte da premissa de que as relações amorosas (ligações sentimentais) são, por excelência, a alma das massas, e a sugestão encontra-se imbuída nessa relação. Nessa perspectiva, Freud se apoia em duas hipóteses. Primeira: a massa é mantida unida e coesa pela libido; segunda: na massa o sujeito desiste da sua individualidade e se permite suggestionar pelos outros, pois há nele uma necessidade de estar “em acordo”, e não “em oposição”, “talvez, portanto, ‘por amor a eles’” (Freud, 1921/2020, p. 164).

Para Adorno (1951/2015), Hitler estava consciente da natureza libidinal das massas ao atribuir características femininas e passivas aos seus seguidores nos encontros, e assim também realçou o papel da homossexualidade inconsciente na psicologia da massa. Sobre essa questão, Freud afirma que:

Nas grandes massas artificiais, Igreja e Exército, não há lugar para a mulher como objeto sexual. O amor pela mulher rompe as ligações grupais de raça, o isolamento nacional e a organização social de classes, produzindo, com isso, importantes realizações culturais. Parece assegurado que o amor homossexual concilia-se muito melhor com as ligações de massa, mesmo quando ele surge como anseio sexual não inibido. (Freud, 1921/2020, pp. 222-223).

Segundo Adorno (1951/2015), a parte mais importante da introdução do conceito de libido na psicologia das massas é que os traços geralmente atribuídos a elas perdem seu caráter “ilusoriamente primordial e irreduzível, refletindo pela construção arbitrária de instintos de massa ou de grupos específicos” (p. 161). Aqui, faremos uma ressalva: as massas artificiais citadas por Freud, como a igreja e o exército, não perdem seu caráter ilusório, ao contrário, conservam-no.

Na igreja – podemos, com vantagem, tomar a Igreja Católica como modelo –, bem como no Exército, por mais distintos que ambos possam ser, *vale a mesma simulação (ilusão)* de que está presente um superior que ama cada um dos indivíduos da massa com amor igual. (Freud, 1921/2015, pp. 165-166).

Essa ilusão é fundamental para a coesão das massas. Caso ela, a ilusão, desintegrasse, somente uma coerção externa poderia manter a unidade da massa. O que é peculiar, algo que concordamos com Adorno (1951/2020), ao comentar a obra freudiana, é que o sujeito pertencente a uma massa não apresenta uma qualidade nova, mas manifestações que estavam ocultas e que lhe permitem se livrar dos recalcamientos de suas moções pulsionais inconscientes.

No que se refere ao amor, de acordo com Adorno (1951/2015), nas massas fascistas ele é completamente excluído. Hitler não assumiu o papel do tradicional pai amoroso, ao contrário, incorporou o pai “integralmente pelo negativo da autoridade ameaçadora” (p. 63). O amor concebido por Hitler foi transferido pelo amor à Alemanha, em que esse amor obteve um círculo de hostilidade contra aqueles que estão fora dele. O *slogan* do seu governo era: “*Ein Volk, ein Reich, ein Führer*” (um só povo, uma só nação, um só líder). Seu amor era partilhado entre os povos germânicos de origem ariana que tinham o nazismo como uma visão de mundo. É nesse ponto que discordamos do autor parcialmente: não acreditamos que nas massas fascistas a questão do amor esteja abandonada.

Se em Hitler há uma incorporação pelo negativo da autoridade ameaçadora, há de se considerar que esse negativo é somente para aqueles que não se sentem pertencentes à sua massa de seguidores. Já vimos em *Totem e Tabu* que o pai originário, ao assumir apenas o papel de autoridade, inflamou seus filhos a conspirarem contra ele. Atualmente, tanto o governo italiano de Giorgia Meloni quanto o ex-governo Bolsonaro adotaram como *slogan* “*Deus, Pátria e Família*”. Bolsonaro incorpora, por meio da ilusão amorosa, assim como Hitler e Meloni, todos aqueles que se sentem agregados pelo seu *slogan*, ou seja, no caso brasileiro, os cristãos, os “ultranacionalistas” e os reacionários. Para eles, Bolsonaro, ao querer o bem do Brasil, automaticamente quer o bem deles e, portanto, os amam – ainda que esse amor se manifeste pela incorporação da autoridade em relação ao pai bondoso. Com “*Brasil acima de tudo*”, outro *slogan* do ex-governo que é claramente uma alusão ao “*Deutschland über alles*”

(Alemanha acima de tudo), usado por Hitler, o ex-governo reforçava o desejo de “reunificar o país” através da eliminação dos “comunistas”, no caso do Brasil, e da eliminação dos judeus, no caso da Alemanha nazista. É exatamente essa ilusão que mantém o grupo unido e obediente, por isso o fator ilusório é tão importante.

Essa predominância da vida de fantasia e da ilusão trazida pelo desejo não realizado é determinante para a psicologia das neuroses. Na atividade anímica da massa o exame da realidade retrocede diante da força das moções de desejo investidas afetivamente”. (Freud, 1921/2020, p. 150).

Para o sujeito, não é a realidade dos fatos que importa, mas sua realidade psíquica. Caso essa ilusão seja anulada, corre-se o risco de o pânico adentrar na massa. E esse pânico poderá levar ao relaxamento na estrutura libidinal da massa, provocando sua desintegração. Talvez seja por isso que o governo passado, mesmo diante de todas as suas atrocidades, sobretudo na pandemia, conseguiu manter mobilizado um grande número de sujeitos, pois eles não podem abdicar dessa ilusão.

O princípio libidinal do fascismo e toda sua técnica utilizada pelos seus líderes são autoritários. Para Adorno (1951/2015), é exatamente nesse ponto que as técnicas dos líderes e do hipnotizador coincidem com o mecanismo psicológico em que os sujeitos são levados a se submeter a meros membros da massa.

Através das medidas que toma o orador fascista, ele desperta no indivíduo uma parte de sua herança arcaica, que também foi subjugada aos pais e que experimentou uma reverência individual em relação ao(à) genitor(a): o despertar da representação de uma personalidade poderosa e perigosa com a qual só era possível se colocar de maneira passivo-masquista, em que sua vontade era mantida à parte, e estar sozinho com ela parecia demasiadamente ameaçador (Freud, 1921/2020).

O caráter opressivo da formação das massas que se apresenta em seus fenômenos de sugestão pode ser remontado à fonte da horda primeva (Freud, 1921/2020). O líder da massa continua representado como o pai primevo, temido, e a massa continua a desejar ser dominada por um poder irrestrito em grau extremo, ansiando por autoridade e tendo sede por submissão. “O pai primevo é o ideal da massa, que, no lugar do Ideal do Eu, domina o Eu.” (Freud, 1921/2020, p. 206). Essa certeza não se baseia na racionalidade e na cognição, mas, sim, na sua vinculação erótica.

Essa afirmação chave da teoria de Freud sobre a psicologia do grupo explica, de forma incidental, uma das mais decisivas observações sobre a personalidade fascista: a externalização do Supereu. O termo “Ideal do Eu” é a expressão inicial de Freud para o que ele determinou posteriormente Supereu. Sua substituição por um “eu do grupo” é exatamente o que ocorre às personalidades fascistas. Elas fracassam em desenvolver uma consciência autônoma independente e a substituem por uma

identificação com a autoridade coletiva que é tão irracional quanto Freud a descreveu: heterônoma, rigidamente opressiva, altamente alienada em relação ao pensamento do próprio indivíduo. (Adorno, 1951/2015, p. 164).

Podemos ver essa manifestação em busca de autoritarismo extremo e submissão nas manifestações ocorridas no dia da Independência de 2021, em que o jargão era “eu autorizo”. Mas o que isso significa? O “eu autorizo”, na visão bolsonarista, seria a permissão dada pelo “povo” a Bolsonaro, lançando mão do artigo 142<sup>38</sup> da Constituição Federal, que, para eles, permitiria a famigerada “intervenção do Estado” contra a “ditadura do judiciário”. Entretanto, nada nesse artigo implica a possibilidade de tal “intervenção” (golpe) que a massa bolsonarista tanto ecoava.

Isso na verdade define a natureza e o conteúdo da propaganda fascista. Ela é psicológica por causa de seus objetivos irracionais e autoritários, que não podem ser alcançados por meio de convicções racionais, mas somente através do despertar habilidoso de “uma parte da herança arcaica do sujeito. (Adorno, 1951/2015, p. 165).

A agitação fascista está centralizada na ideia do líder. Não importa se ele lidera ou se é apenas um representante de interesses de grupos, porque somente a imagem psicológica do líder é capaz de reanimar a ideia do pai primitivo onipotente e ameaçador (Adorno, 1951/2020). Segundo Freud (1921/2020), em acordo com Le Bon, a massa nunca tem o discernimento sobre o que é verdade ou o que é mentira, ela apenas crê na autoridade. Ela, em ocasiões muito esporádicas, deixa-se influenciar pela bondade. Contudo, isso significa uma fraqueza.

O que ela exige de seus heróis é a força, até mesmo a violência. Ela quer ser dominada e reprimida e temer seu mestre. No fundo inteiramente conservadora, ela tem uma profunda aversão por todas inovações e progressos e um respeito ilimitado pela tradição (p. 148).

Esse trecho é tão atual que é inevitável não pensarmos nos movimentos das massas bolsonaristas. Massas essas que são homofóbicas, racistas, misóginas e minadas de inúmeras teorias conspiratórias, sobretudo das chamadas pautas morais e anticomunistas, associadas à retórica de defesa da família, do autoritarismo, do patriotismo, do armamentismo e contendo elementos neofascistas, do negacionismo científico e do culto à personalidade do ex-presidente alcunhado de “mito”. De acordo com Adorno (1951/2015), a formação do imaginário de uma figura paterna onipotente (ultrapassando em muito o pai individual e, dessa

---

<sup>38</sup> Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (Brasil, 1988).

forma, apta a ser engrandecida em um “eu da massa”) é a única maneira para apregoar a atitude passivamente masoquista a alguém que deverá se render, uma atitude tanto mais requerida “do seguidor fascista quanto mais seu comportamento político se torna irreconciliável com seus próprios interesses racionais como pessoa privada, bem com aqueles do grupo ou classe à qual ele atualmente pertence.” (p. 166). Esse tipo de enamoramento radical de natureza libidinal só poderá ser compreendido através do que Freud chama de “mecanismo de identificação”.

Para Freud (1921/2020), a identificação é a manifestação mais arcaica de uma ligação afetiva com o outro. Ela desempenha um papel na pré-história do complexo de Édipo e é ambivalente desde a tenra infância, expressando tanto ternura quanto desejo de eliminação. A identificação tem como desejo configurar o próprio Eu de maneira semelhante ao Outro, tomando-o como modelo. “A identificação surgiu no lugar da escolha do objeto; a escolha do objeto regrediu para identificação.” (Freud, 1921/2020, p. 180). Ela é parcial e muito limitada, tomando emprestado apenas um traço único. O autor ainda revela que a solidariedade só surge da identificação, ou seja, um Eu percebeu no Outro a mesma disposição afetiva (Freud, 1921/2020).

Podemos resumir do seguinte modo: em primeiro lugar, que a identificação é a forma mais originária de ligação afetiva com um objeto; em segundo, que, por via regressiva, ela se torna o substituto de uma ligação libidinal de objeto, mediante a introjeção, por assim dizer, do objeto no Eu; e terceiro, que ela pode surgir a cada vez que é percebido um novo elemento em comum com uma pessoa que não é objeto das pulsões sexuais. (Freud, 1921/2020, p. 181).

A ligação afetiva com o líder perpassa por essa identificação em comum nas massas. Contudo, existem outras formas de identificação nas quais o outro é introjetado, assim como nos casos acerca da homossexualidade e da melancolia. Nesse último, o Eu torna-se dividido e uma parte se enfurece com a outra. A parte que se autodeprecia é aquela em que o objeto perdido fora introjetado. Essa instância do Eu que age de maneira raivosa inclui também a consciência moral, só que, diferentemente da melancolia, ela não é tão implacável e injusta. Tal instância, denominada por Freud de “Ideal do Eu”, será conhecida mais tarde como “Supereu” (Freud, 1921/2020).

[...] ela a herdeira do narcisismo originário, no qual o Eu infantil se bastava a si mesmo. Pouco a pouco, ela retiraria das influências provenientes do ambiente as exigências que este faz ao Eu e à altura das quais o Eu nem sempre pode estar, de maneira que o ser humano, sempre que não estiver satisfeito com seu Eu, pode encontrar sua satisfação no Ideal do Eu, diferenciado a partir do Eu. (Freud, 1921/2020, p. 184).

Dito isso, o papel fundamental do narcisismo em relação às identificações em jogo na formação das massas fascistas é reconhecido no que Freud concebe como idealização. O objeto é tratado como o próprio Eu, e, no processo do enamoramento, uma quantidade maior de libido narcísica transborda sobre o objeto. Em algumas escolhas de objeto, é perceptível que ele serve como substituição do Ideal do Eu próprio; contudo, não alcançável. O objeto é amado devido às ilusões das perfeições que se deseja para o próprio Eu para a satisfação do próprio narcisismo (Freud, 1921/2020).

É essa idealização sobre o Eu que o líder fascista tenta fomentar em seus seguidores. Não é à toa que o ex-presidente, no dia da Independência do Brasil, em 2022, ecoou o coro “imbrochável”, “imorrível” e “incomível”, bem como famosos líderes religiosos enalteceram suas condutas e sua personalidade. Seus seguidores geralmente sofrem de um conflito característico entre uma instância do Eu racional e autoconservador, e o constante fracasso em satisfazer as demandas do próprio Eu. Esse conflito gera fortes impulsos narcísicos que somente podem ser absorvidos e satisfeitos através da idealização por meio da transferência da libido narcísica ao objeto. Isso coincide a imagem do líder com o engrandecimento do sujeito (Adorno, 1951/2015).

Ao fazer do líder seu ideal, ele ama a si mesmo, por assim dizer, mas se livra das manchas da frustração e mal-estar do seu próprio Eu empírico. Este padrão de identificação através da idealização, caricatura da solidariedade verdadeira e consciente, é, entretanto, coletiva. (p. 169).

Isso se torna possível, pois seus seguidores, ao idealizá-lo, não se identificam apenas com o líder, mas com os outros seguidores. “Uma massa primária como essa é uma quantidade de indivíduos que colocaram o mesmo objeto no lugar de seu Ideal do Eu e, em consequência disso, identificaram-se uns com os outros em seu Eu.” (Freud, 1921/2020, p. 192). Bolsonaro é um Eu idealizado que está no poder e, sendo assim, ocupa um lugar de Ideal do Eu para seus seguidores. Como dissemos na introdução, Bolsonaro vocifera apenas o que seus seguidores identificam. Na verdade, não há uma conversão do indivíduo tal qual acontece nas religiões, mas, sim, uma identificação. Nesse sentido, o bolsonarismo precede ao Bolsonaro.

A força coletiva da massa e sua onipotência projetada na imagem do líder provêm da horda originária. As caracterizações de Freud sobre o líder são adequadas à ilustração de Bolsonaro. O “mito”, como ele é clamado por seus seguidores, acontece pela identificação narcisista com o ex-presidente, e ele deve parecer absolutamente narcisista. Ele pode todas as coisas. As inúmeras evidências de corrupção, tanto do ex-governo quanto do próprio ex-presidente, para seus seguidores, não passam de *fake news* ou perseguição política da “mídia

esquerdista”. Para qualquer outro, tais crimes imputados são um escândalo. *Vide* as comparações entre Lula e Bolsonaro na questão dos imóveis, por exemplo.

[...] a exigência de igualdade da massa vale apenas para os seus indivíduos, e não para o líder. Todos os indivíduos devem ser iguais uns aos outros, mas eles todos querem ser dominados por um só. Muitos iguais que conseguem identificar-se entre si e um único, superior a todos eles, essa é a situação que vemos realizada na massa capaz de sobreviver. (Freud, 1921/2020, pp. 198-199).

Segundo Adorno (1951/2015), uma das características aparentes das falas dos agitadores é a falta de qualquer programa afirmativo e projeto social que eles pudessem oferecer, como também o paradoxal predomínio de ameaça e recusa. Isso é assim explicado: “o líder somente pode ser amado se ele mesmo não amar”. Aqui, reside um perigo no qual a falta de amor do líder aos seus seguidores pode levá-los a se revoltarem contra o líder, tal como ocorreu no mito da horda.

[...] o pai da horda originária era livre. Seus atos intelectuais eram, mesmo no isolamento, fortes e independentes, sua vontade não precisava do fortalecimento através do outro. Consequentemente, supomos que o *seu Eu era pouco ligado libidinalmente*, ele não amava ninguém além dele, e só amava os outros na medida em que serviam às suas necessidades. Seu Eu não cedia nada que sobrasse aos objetos [...] o pai originário *havia inviabilizado* aos seus filhos a satisfação de seus anseios sexuais diretos; ele obrigou-os à abstinência e, *em consequência disso, também às ligações afetivas com ele e entre eles, que podiam surgir dos anseios com meta sexual inibida*. Ele os obrigava, por assim dizer, à psicologia da massa (Freud, 1921/2020, pp. 201-202, grifo nosso).

Foi nesse contexto que filhos se juntaram, conspiraram contra o pai e o mataram. Se a natureza das massas é libidinal, o amor do líder (ainda que ilusório) para com os seus se torna fundamental para sua coesão. Caso contrário, os laços libidinais podem ser enfraquecidos e levarem à desintegração das massas. O líder necessita parecer forte e, ao mesmo tempo, uma pessoa comum. As imagens fabricadas de Bolsonaro comendo churrasquinho, frango com farofa, sentado em uma pilha de cimento e constantemente vestido com blusas de times de futebol, por exemplo, simbolizam um Eu que consegue chegar à presidência e, portanto, torna-se, consequentemente, um Eu idealizado.

Segundo Adorno (1951/2015, p. 172), “um dos dispositivos básicos da propaganda fascista personalizada é o conceito do ‘pequeno grande homem’, uma pessoa que sugere tanto onipotência quanto a ideia de que é apenas mais um do povo.”. Há também sujeitos em que o ideal do Eu não se adequaria na pessoa do líder sem alguns ajustes. Entretanto, eles são aliciados pela identificação. “Os outros, cujo Ideal do Eu não teria normalmente se incorporado sem correção em sua pessoa, são depois arrastados “sugestivamente”, isto é, por identificação.” (Freud, 1921/2020, p. 208). É nesse sentido que dissemos, anteriormente,

que o bolsonarismo é anterior ao Bolsonaro. Conhecemos pessoas que, embora não saibamos nada sobre suas preferências políticas atuais, apenas por meio de suas ideias e seus comportamentos identificamos sua predileção ideológica – e dificilmente erraremos. O problema é que antes nos faltava a linguagem, ou seja, a ligação entre o significante e a coisa. “Assim, até mesmo os impressionantes sintomas de inferioridade do líder, suas semelhanças com atores canastrões e psicopatas associais são antecipados na teoria de Freud” (Adorno, 1951/2015, p. 171). A imagem do líder desempenha dois desejos dos seguidores: de obedecer a autoridade e ser ele mesmo a autoridade.

Bolsonaro disse, mais de uma vez, que as minorias têm que se curvar às majorias, ou seja, as leis servem para proteger as majorias e, portanto, as minorias têm de se adequar. Um conceito distorcido de democracia. Com base nessa fala, seus seguidores se sentem legitimados a praticar toda sorte de agressões e perseguições, que se manifestam de forma tão óbvia tanto com relação às minorias quanto aos que estão de fora desse bojo ideológico.

Como disse o vice-presidente Pedro Aleixo ao presidente Costa e Silva, quando assinou o Ato Institucional-5, em 1968, durante a ditadura: “O problema é o guarda da esquina”. Freud indica que “o ódio contra determinada pessoa ou instituição poderia, da mesma forma, ter um efeito unificante e produzir ligações afetivas semelhantes, tal como a dependência positiva” (1921/2020, p. 173). Aqui, chegamos a um ponto decisivo para compreendermos a massa bolsonarista, algo que Freud apresentou de maneira genial. É o ódio que mantém a massa bolsonarista unida, uma vez que o governo não tem absolutamente nenhum projeto para a nação. Para manter a massa bolsonarista mobilizada e inflamada, é necessário que sejam criados, compulsoriamente, por meio de redes sociais, teorias conspiratórias e inimigos em série, tais como a esquerda, o STF, as urnas, os cientistas, as vacinas, o “*kit gay*”, a mamadeira erótica, etc. Sem a ideia do inimigo, seja ele interno, seja ele externo, o governo ficaria injustificável. A propaganda serve “para manter as massas engajadas” (Adorno, 2020, p. 67), já que ela é pobre em conteúdo. “A propaganda é, portanto, sobretudo uma técnica de psicologia de massas.” (p. 67).

O ganho narcísico ao criar inimigos pela propaganda fascista bolsonarista é evidente. Ela propõe que os seguidores, por pertencerem a essa ideologia da extrema direita, são melhores e superiores em relação àqueles que estão de fora. Ao mesmo tempo, qualquer questionamento ou crítica em relação a esse espectro ideológico é sentido como uma perda narcísica por parte do sujeito, gerando, portanto, a fúria. Simultaneamente, a hostilidade que poderia existir dentro da massa bolsonarista é eliminada e, sem ela, a relação de um sujeito seria, de certa forma, altamente ambivalente (Adorno, 1951/2015).

essa intolerância desaparece, temporária ou permanentemente, através da formação de massa e na massa. Enquanto a formação de massa se mantém, ou até onde ela

se estende, os indivíduos se conduzem como homogêneos, toleram a singularidade do outro, igualam-se a ele e não experimentam nenhum sentimento de repulsão por ele. Uma restrição como essa do narcisismo, de acordo com os nossos pontos de vista teóricos, só pode ser produzida por um fator, pela ligação libidinal com outras pessoas. (Freud, 1921/2020, pp. 175-176).

Adorno (1951/2015) escreve que essa é a linha perseguida pelo “truque de unidade” padrão dos fascistas. Eles ressaltam que não são iguais em relação aos que estão fora do espectro político deles e minimizam as diferenças dentro da sua própria massa. Quanto mais eles desejam que a estrutura social permaneça, mais eles verborreiam sobre justiça social; dizendo que, por exemplo, o sistema de cotas é racista, que as políticas de renda, como o Bolsa Família e o Auxílio Reclusão, servem para sustentar vagabundos, etc.

Para os fascistas, justiça social não é política de correção de determinada desigualdade social, mas, sim, um privilégio. E, por considerarem-na privilégio, são contra essas políticas. “Igualitarismo repressivo em vez da realização da verdadeira igualdade através da abolição de repressão é parte e parcela da mentalidade fascista.” (Adorno, 1951/2015, p. 178). Freud (1921/2020) interpreta esse fenômeno a partir da ideia da “inveja original”, que posteriormente será convertida em “espírito coletivo”.

A criança, vendo o nascimento do seu irmão, sente-se ameaçada em relação ao amor dos genitores e, desse modo, fará de tudo para afastá-lo dos pais. Entretanto, sua atitude hostil, seu ciúme, não irão trazer nenhum benefício para si mesma, pelo contrário, somente prejuízos. Dessa forma, ela será forçada não somente com seu irmão, mas também com todas as crianças, à identificação, gerando, assim, um sentimento de comunidade que será experimentado tanto na escola quanto, posteriormente, na sociedade.

Contudo, a primeira exigência dessa formação reativa é a de justiça, ou seja, todos devem ser tratados de maneira igualitária (Freud, 1921/2020). “O sentimento social, portanto, repousa na transformação de um sentimento antes hostil em uma ligação acentuadamente positiva da natureza de uma identificação.” (p. 198). A mentalidade fascista é infantilizada e percebe qualquer reivindicação de justiça social como um privilégio para poucos, liberando, assim, os sentimentos de ódio e fúria para com aqueles depositários dessa justiça.

Esse “truque da unidade” é fundamental para o funcionamento das massas, sejam elas na igreja, no exército e no fascismo, pois somente assim conseguem “identificar-se entre si através desse amor igual pelo mesmo objeto” (Freud, 1921/2020, p. 197). A propaganda fascista, como dissemos anteriormente, antes de ser estereotipada como um delírio coletivo, é uma técnica que pode ser ensinada e disseminada. Entretanto, parece-nos que Bolsonaro não tem qualificações suficientemente elaboradas para utilizar essas técnicas incluídas na propaganda fascista, algo proposto por Adorno como “conhecimento dos mecanismos inconscientes” e mostrado por Freud na *psicologia das massas*, para que pudesse lançar mão

de tais artifícios e criar esse fenômeno no Brasil. Sendo assim, como ele obteve sucesso? Aqui, voltamos à hipótese da identificação: o bolsonarismo é anterior ao Bolsonaro. Este último apenas reflete aquilo que seus seguidores já pensavam. Contudo, encontraram nele uma espécie de liderança por sua capacidade de expor suas ideias reacionárias sem inibição.

Sem saber disso, ele é assim capaz de falar e agir de acordo com a teoria psicológica pela simples razão de que a teoria psicológica é verdadeira. Tudo o que ele precisa fazer para a psicologia de sua audiência funcionar é explorar astuciosamente sua própria psicologia. (Adorno, 1951/2015, p. 182).

Outro fator do sucesso da extrema direita em nosso país é sua padronização, tal como ocorre em alguns *slogans* publicitários. “Ela teve muito tempo para testar a efetividade de seus vários apelos, e, através do que pode ser chamado de seleção natural, somente os mais atraentes sobreviveram” (Adorno, 1951/2015, p. 182). Essa padronização concilia o pensamento estereotipado daqueles vulneráveis com a propaganda e com seu desejo infantil pela repetição interminável (Adorno, 1951/2015). No Brasil, o *slogan* “*Deus, Pátria, Família*”<sup>39</sup> era usado pela Ação Integralista Brasileira (AIB), representada pelas camisas verdes, que tinham como orientação política valores cristãos e defendiam a liberdade de empreender, a valorização do modelo mononuclear de família e o catolicismo cristão como bases da sociedade brasileira, bem como se opunham a todas as ameaças comunistas (Almeida, 2022). Mais do que uma mera coincidência, parece que esses apelos ainda exercem uma grande força e atratividade no Brasil.

De acordo com Adorno (1951/2015), a propaganda fascista, diferentemente de outros fenômenos de massa, necessita ser orientada psicologicamente a fim de mobilizar processos inconscientes e regressivos. E seu trabalho fica muito mais facilitado pelo aspecto mental das classes sociais, que sofrem constantemente frustrações sem sentido – portanto, fortalecendo uma mentalidade mesquinha e irracional.

Pode muito bem ser o segredo da propaganda fascista que ela simplesmente tome os homens pelo que eles são: verdadeiros filhos da cultura de massa padronizada de hoje, em grande parte subtraídos de sua autonomia e espontaneidade, em vez de se colocar metas cuja realização transcenderia o *status quo* psicológico não menos que o social. (Adorno, 1951/2015, p. 184).

---

<sup>39</sup> *Deus dirige os destinos dos povos* [grifo nosso] [...] O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da *Família, da Pátria e da Sociedade* [grifo nosso] [...] toda superioridade provém de uma só superioridade que existe acima dos homens: a sua comum e sobrenatural finalidade. Esse é um pensamento profundamente brasileiro, que vem das raízes cristãs da nossa História e está no íntimo de todos os corações. (Manifesto de Plínio Salgado de 7 de outubro de 1932).

Para que o fascismo se expanda, não se faz necessário que haja alguma mudança social: é preciso apenas que se reproduza a mentalidade para seus próprios propósitos. Ele encontra apoio em cada traço particular do caráter autoritário que é produto de uma internalização dos parâmetros irracionais da sociedade moderna. Sob condições ideais, sua irracionalidade se torna “racional”, no sentido da economia pulsional; pois, “se o *status quo* é tomado como aceito e petrificado, precisa-se de um esforço muito maior para se ver através dele do que a ele se ajustar e obter pelo menos alguma gratificação graças à identificação com o existente.” (Adorno, 1951/2015, p. 185).

Ou seja, numa sociedade em que a democracia é deficiente, servindo apenas a uma pequena oligarquia, o fascismo sempre estará à espreita. De acordo com Brecht, “a porca do fascismo está sempre no cio”. Numa sociedade dita democrática, na qual os sujeitos não encontram nenhuma gratificação narcísica, a “substituição do narcisismo individual pela identificação com as imagens do líder, aponta na direção do que poderia ser chamado de apropriação da psicologia de massas pelos opressores.” (Adorno, 1951/2015, p. 186). Essa identificação torna as massas fascistas impiedosas e, talvez, inalcançáveis.

### **2.3 A ascensão e a dinâmica das massas digitais bolsonaristas**

A dinâmica da comunicação da extrema direita no Brasil poderá nos fazer compreender as massas digitais bolsonaristas. Primeiramente, o discurso da extrema direita, de acordo com Cesarino ao explorar as mídias sociais em sua obra *O mundo do avesso: verdade e política na era digital* (2022), definirá dois eixos metalinguísticos: eixo da diferença (que compõe nos discursos uma visão antagonística de “amigo” *versus* “inimigo”, e eixo de equivalência (uma ideia de líder e povo). A partir dessa linguagem discursiva, outros elementos emergem para garantir a eficiência do discurso da extrema direita e manter os sujeitos nela identificados, como a mobilização constante dos usuários através de notícias alarmistas e conspiratórias; a devolução de acusações que a autora (2019) chama de “espelho invertido do inimigo” e, por fim, a comunicação direta e exclusiva do líder e/ou das lideranças. Ora, tudo isso não tem um efeito menos nocivo, fazendo com que cada sujeito construa sua própria visão de mundo e se apegue a ela como única imagem válida. Já sabemos que, segundo Freud (1917, 1921, 1924), o que é decisivo para o sujeito não é a realidade objetiva e, sim, os afetos e as fantasias que operam nela.

Diante de uma realidade angustiante, o sujeito a corrige com a paleta dos seus desejos. Uma das maneiras de corrigir determinado aspecto dessa realidade inquietante é através da negação, alegando que a imagem do outro está sendo manipulada por forças ocultas, ou seja, por explicações conspiratórias. “Nos conspiracionismos, o colapso de

contextos entre fato e ficção leva a uma bifurcação entre dois mundos invertidos onde a ficção engloba o fato.” (Cesarino, 2022, p. 114).

A extrema direita no Brasil foi catapultada através da comunicação direta com seus seguidores, por meio das redes digitais, pela sua compreensão do funcionamento dos algoritmos para melhor formatar seus discursos e, dessa forma, atingir os anseios específicos para cada sujeito. As plataformas digitais são atualmente um poderoso instrumento para convencimento e formação de massas. No que tange ao Brexit,<sup>40</sup> por exemplo, Empoli (2020) escreveu:

cada categoria de eleitores recebeu uma mensagem sob medida: para os animalistas, uma mensagem sobre as regulamentações europeias que ameaçam os direitos dos animais; para os caçadores, uma mensagem sobre as regulamentações europeias que, ao contrário, protegem os animais; para os libertaristas, uma mensagem sobre o peso da burocracia de Bruxelas; e para os estatistas, uma mensagem sobre os recursos desviados do Estado de bem-estar para a União. Graças a todas as versões possíveis dessas mensagens, os físicos de dados puderam identificar as mais eficazes, da formulação do texto ao aspecto gráfico. Puderam também otimizar continuamente, em função dos cliques registrados em tempo real. (p. 151).

Em nosso país, essa semelhança com o que ocorreu no seio britânico não é mera coincidência. As mídias digitais têm se tornado o principal instrumento de polarização e alienação social, gerando, com isso, a desestabilização das democracias. Para a extrema direita, as estruturas das redes sociais são perfeitas para a disseminação de teorias conspiratórias e *fake news* e, ao mesmo tempo, servem para colapsar conhecimentos até então reconhecidos como produtores de verdade e informação, como o jornalismo e a ciência. (Tavares, 2019).

Aparentemente democratizadoras, as redes sociais estão presas a um “modelo de negócio” que aprofunda desigualdades e gera falsas equivalências entre informação e mentiras. A difusão de conteúdos falaciosos como “marxismo cultural” e “ideologia de gênero” são um risco à democracia, mas muito lucrativos para os donos das plataformas de redes sociais. (Tavares, 2019, p. 71).

As plataformas atuais, para gerar engajamento, não necessitam produzir conteúdos, precisam apenas movimentar informações geradas pelos sujeitos, pela imprensa e pelos influenciadores digitais. O objetivo das redes sociais é produzir um aparato cibernético que “prenda” a atenção dos usuários. A essa fórmula, Cesarino (2022) denominou de *economia de atenção*. No início do século XIX, o jornal *New York Sun* utilizou-se de uma ferramenta

---

<sup>40</sup> A palavra *Brexit* vem da junção das palavras inglesas “*Britain*” (Bretanha) e “*exit*” (saída). A expressão é usada para caracterizar o processo de desligamento do Reino Unido da União Europeia, iniciado com o referendo de 23 de junho de 2016. Nessa data, os britânicos escolheram deixar o bloco econômico e político europeu.

para gerar dinheiro invertendo a lógica até então vigente. Em vez de vender produtos de qualidade para seus leitores, que eram capazes de pagar por eles, o jornal começou a comercializar conteúdos e mercadorias de baixa qualidade por um valor baixo para o maior número de leitores possíveis. Dessa forma, a empresa não obtinha seus fundos por causa do conteúdo, mas pela venda da atenção desses leitores para anunciantes. Matérias sensacionalistas sobre crimes, violências e fofocas eram as que mais vendiam. Na atualidade, “num regime social baseado na competição entre redes sempre emergentes, verdade passa a ser ‘o que quer que venda’, num sentido amplo do termo vender” (Cesarino, 2022, p. 112).

Nas mídias digitais, essa economia da atenção é de ordem temporal, ou seja, as redes utilizam um clima constante e permanente de crise, que lançam para os sujeitos, em seu cotidiano, conteúdos que demandam atenção e reação, seja através de uma curtida, seja por meio de um comentário e que, pouco a pouco, através dos afetos neles produzidos, alcançam-se os efeitos identificatórios pretendidos. “A valência do conteúdo interessa menos que o simples fato do engajamento: para os algoritmos, é indiferente se a expressão for de amor ou de ódio” (Cesarino, 2022, p. 109). Outro resultado dessa atmosfera de crise é a experiência que o sujeito passa ter em relação à imediatividade, ou seja, ele passa a compreender como verdadeiro aquilo que seu *smartphone* entrega em tempo real (Cesarino, 2022). Seu acesso à realidade sujeita-se à entrega ininterrupta e direta de eventos pelas mídias sociais:

as “*breaking news*”, os vídeos de celulares e câmeras de segurança, os testemunhos de pessoas comuns, os relatos em primeira mão. Visto que cada usuário recebe dos algoritmos uma internet personalizada, é de se esperar que o “mundo real” em que cada um vive se torne também personalizado”. (Cesarino, 2022, p. 110).

Em relação aos algoritmos e ao seu método de segmentação de públicos, eles juntam perfis com atitudes que compreendem ser similares: o conteúdo do comportamento interessa menos que seus padrões formais. Sujeitos interessados em parto domiciliar ou em alimentação natural podem ser discretamente direcionados pelos algoritmos para conteúdos antivacina; pode acontecer também de “comunidades *gamer* [passarem] a ressoar juntos a ecossistemas de direita” (Cesarino, 2022, p. 113).

Os algoritmos são agentes invisíveis, porém cruciais, nesses processos de realinhamento da experiência levando à segmentação de públicos e indivíduos nas chamadas “bolhas” e, no limite, à personalização de mundos. Os influenciadores que ajudam a delimitar as bolhas algorítmicas também se tornam mediadores centrais, ainda que indiretos, na reorganização cognitiva dos usuários comuns. (Cesarino, 2022, p. 130).

### 2.3.1 Os algoritmos e o perigo democrático

De acordo com Silveira (2019), em sua obra *Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão manipulando comportamentos e escolhas políticas*, o algoritmo é um método para resolver determinado problema. Ele depende de instruções inequívocas, de regras logicamente encadeadas e de informações iniciais. “Algoritmos tratam os dados de entrada que serão processados conforme os procedimentos definidos e geram resultados expressos em outros dados ou informações.” (Silveira, 2019, p. 17).

Contudo, esse conjunto de instruções iniciais que irá desencadear as sequências das etapas é programado por um sujeito. Ainda que inteligências artificiais como *deep learning* e *machine learning* façam com que o algoritmo se modifique, a etapa inicial de programação ainda está sujeita ao que o programador propôs. Nesse sentido, a primeira coisa a se observar é que não existe neutralidade algorítmica. Uma vez que foi criada e programada por alguém, ela possui um viés. Dessa forma, podemos dizer que os algoritmos podem estar beneficiando determinada ideologia política, permitindo que suas postagens estejam inseridas num maior número de *timelines* que as dos seus adversários, interferindo diretamente no processo democrático de determinado país.

Os algoritmos podem alterar as justas condições de debate democrático pelo controle da distribuição de conteúdos nas plataformas *online*, mas também pela hierarquização dos resultados das consultas realizadas nos mecanismos de busca. O sistema algorítmico do Google define qual a relevância de um determinado anúncio ou *link* para alguma pessoa que busca adquirir um produto. Os primeiros resultados apresentados têm maior chance de serem vistos. Os algoritmos montam uma espécie de *ranking* e ordenam do mais relevante para o menos relevante os resultados da consulta. (Silveira, 2019, p. 53).

Um dos maiores escândalos envolvendo uma empresa de consultoria política e uma rede social foi o caso “*Facebook – Cambridge Analytica*”. Ele foi responsável pelo roubo da privacidade de milhões de usuários do Facebook com objetivo de influenciar eleições, como a de Donald Trump (Silveira, 2019). Essa empresa britânica teve como vice-presidente Steve Bannon, que também foi o principal assessor de Trump nos primeiros meses de seu governo. Um dos proprietários da Cambridge Analytica era um cientista da computação chamado Robert Leroy Mercer, apontado como peça fundamental que levou sua empresa para a campanha do Brexit, organizando e fazendo análise de dados para um líder conservador britânico, Nigel Farage, o que levou Christopher Wylie, principal fonte do escândalo, a dizer que “O ‘Brexit’ não teria acontecido sem a Cambridge Analytica” (Silveira 2019).

A questão das redes sociais e dos mecanismos de busca na internet não pode ser desconsiderada se quisermos debater sobre a democracia, a construção de preferências políticas e da opinião pública.

O modelo de negócios das corporações proprietárias das plataformas está baseado na coleta de dados de cada um de seus usuários. O objetivo é alimentar bancos que serão tratados por algoritmos de aprendizagem de máquina ou por diversas soluções que compõem o chamado *big data*. (Silveira, 2019, p. 50).

As bases algorítmicas estão a serviço de quem tiver recursos financeiros para a obtenção de diferentes amostras de segmentos e perfis de usuários com os padrões ditados pelos compradores; o que pode afetar diretamente a democracia de determinado país. Outro fator que dificulta o debate democrático é a falta de transparência com a qual os algoritmos são distribuídos. Redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram têm sido fundamentais para a formação da opinião política em muitos países. Contudo, nessas sociedades, pela falta de transparência, não se consegue saber se a interferência algorítmica tem determinada visão política programada na condução dos debates e na disseminação de mensagens.

Os mecanismos de busca, através dos seus algoritmos, nos conduzem para mensagens compatíveis com nossas crenças, pessoais ou políticas. Isso reforça nossas convicções e nos insere em bolhas. Pariser (2012), em seu livro *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*, chama essas bolhas de “bolha de filtro”, que são mecanismos algorítmicos de previsão que, com base em curtidas, buscas, comentários e páginas seguidas nas redes sociais, criam um universo de informações exclusivo para cada um de nós. Mas, porque não conseguimos “furar” essa bolha algorítmica? O sujeito fica “preso” nesse pequeno universo digital, construído por ele mesmo, em que, através dos algoritmos, encontra somente conteúdos em acordo com seu viés, não deixando espaço para contradições e no qual tudo que o agrada encontra seu lugar fixo e acessível.

Nesse sentido, mais que a criação de uma bolha digital, preferimos chamar de criação de uma *Weltanschauung*<sup>41</sup> digital personalizada. Segundo Freud (1933/1996), em *A questão de uma Weltanschauung*, uma *Weltanschauung* “simplesmente não pode ser tolerante, não admite conciliações ou limitações e deve exercer uma crítica incessante se algum outro poder tenta arrebatá-la alguma parte.” (p. 107). Essas visões de mundo digitais personalizadas podem colocar em risco determinada democracia, pois a própria ideia de democracia exige que os sujeitos enxerguem as coisas pelo ponto de vista dos outros, e espera que nos baseemos em fatos compartilhados (Pariser, 2012). Se, para Freud, em *A psicologia das massas e análise do eu* (1921/2020), a libido e a identificação são a argamassa que une os sujeitos, em sua obra posterior intitulada *A questão de uma Weltanschauung* (1933/1996), a

---

<sup>41</sup> Para Freud (1933/1996), *Weltanschauung* é “uma construção intelectual que soluciona todos os problemas de nossa existência, uniformemente, com base em uma hipótese superior dominante, a qual, por conseguinte, não deixa nenhuma pergunta sem resposta e na qual tudo o que nos interessa encontra seu lugar fixo. Facilmente se compreenderá que a posse de uma *Weltanschauung* desse tipo situa-se entre os desejos ideais dos seres humanos. Acreditando-se nela, pode-se sentir segurança na vida, pode-se saber o que se procura alcançar e como se pode lidar com as emoções e interesses próprios da maneira mais apropriada” (p. 106).

razão ou o intelecto está entre as forças sobre as quais mais se espera exercer uma influência unificadora sobre os sujeitos difíceis de manter unidos e de governar. “Pode-se imaginar como seria impossível existir a sociedade humana, se cada pessoa simplesmente tivesse a sua tabuada particular para multiplicar e suas próprias medidas para aferir comprimento e peso.” (p. 115).

As redes sociais alteraram de modo irreversível as democracias. A comunicação digital, por um lado, permitiu que os sujeitos se expressassem mais; mas, por outro, não asseguraram que eles fossem ouvidos. As manifestações de junho de 2013 mostraram o desgaste dos partidos tradicionais, a crise de representação política, bem como os limites da democracia diante dos graves dilemas sociais, juntamente com a expectativa da população. Se nas manifestações podemos visualizar, através das redes sociais, um grande potencial para a organização de eventos e de diversas ações no espaço urbano, ao mesmo tempo essas articulações democráticas serviram também para a criação de massas e discursos antidemocráticos e neofascistas (Silveira, 2019).

Nas eleições brasileiras de 2018, o uso de sofisticadas técnicas de segmentação da publicidade eleitoral, principalmente da reunião de grandes quantidades de dados de diferentes origens para definir microssegmentos do eleitorado com a finalidade de disseminar desinformação, boatos e notícias falsas, trouxe dúvidas se a democracia conseguirá sobreviver à destruição de parâmetros da realidade que anulam o debate. (p. 32).

Nas eleições de 2018 e 2022, o uso das técnicas de publicidade digital que se valeram de grandes quantidades de dados de diferentes origens para buscar microssegmentos do eleitorado bolsonarista disseminaram enorme quantidade de teorias conspiratórias e *fake news*, que nos levam a questionar se a democracia conseguirá sobreviver num futuro sem sequelas à destruição de parâmetros da realidade que liquefazem o debate e substituem-no pelo confronto. No Brasil, sistemas algorítmicos “sofisticados foram utilizados para encontrar as pessoas ou os grupos de WhatsApp que poderiam ser sensíveis a determinada informação, mesmo que falsa, exagerada ou totalmente fabricada.” (Silveira, 2019, p. 32-33).

Em 2022, uma pesquisa realizada pelo comitê gestor da internet no Brasil constatou que, dos brasileiros conectados à internet, 93% utilizam aplicativos de mensagens instantâneas, como WhatsApp e Skype; 80% têm perfis nas redes sociais, como Facebook, Instagram ou TikTok; e, 10% se comunicam pelo Twitter. Isso demonstra que as mídias digitais envolvem milhões de sujeitos nos debates públicos e de maneira alguma podem ser desconsideradas atualmente quando pretendemos discutir acerca da força democrática em nosso país.

A vitória de Bolsonaro em 2018, assim como a de Trump em 2016, tem gerado no debate democrático sobre o uso da internet uma desconfiança na enorme quantidade de

participação dos sujeitos na replicação das mensagens de cunho político nas redes sociais. Essa preocupação advém da velocidade em que é possível disseminar conspiracionismos e *fake news*, cujo objetivo é manipular a opinião pública. Tanto que, no final de 2017, a justiça eleitoral brasileira chegou a propor uma força-tarefa com o objetivo de combater as *fake news*.

Em 2018, o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luiz Fux, chegou a afirmar que a justiça eleitoral poderia anular a eleição caso seu resultado fosse conquistado mediante a difusão maciça de *fake news* (Silveira, 2019). Porém, com o crescimento e a possibilidade de vitória do então candidato Bolsonaro, que contava com o maior apoio dos setores financeiros, das Forças Armadas e de membros do judiciário, a justiça eleitoral nada fez em relação ao combate às *fake news*, ainda que mediante a inúmeras denúncias e indícios de montagem de grupos distribuídos e pagos ilegalmente para espalhar teorias conspiratórias e notícias falsas (Silveira, 2019).

Contudo, temos que salientar que só a disseminação de conteúdos falsos pode não ser o fator determinante para convencer os sujeitos, embora seja um fator que não pode ser desprezado. A disputa democrática depende de as possibilidades dos diversos coletivos em disputa conseguirem acesso a todos os sujeitos.

A restrição dos discursos políticos pode gerar ignorância e desconhecimento de proposições e tornar menos visíveis determinados grupos políticos. Pode criar mais ou menos inação, desânimo, irritação, entorpecimento ou revolta, a depender das mediações realizadas. Enfim, os algoritmos dos mecanismos de busca podem interferir na formação das condições necessárias à existência da democracia controlando a visualização dos resultados a partir do ordenamento seletivo e engajado. (Silveira, 2019, p. 55).

O controle algorítmico, sua mediação na distribuição de mensagens nas redes sociais e o ordenamento dos resultados de busca sem a devida transparência podem interferir de modo negativo nas condições de disputa entre as forças políticas numa democracia, criando assimetrias invisíveis e desequilíbrios completamente antidemocráticos (Silveira, 2019).

A estrutura digital, sua facilidade de acesso e a manipulação dos algoritmos possibilitaram uma nova estrutura de grupos familiares que passaram a funcionar sob a forma discursiva de massas, em que as dimensões públicas e privadas estão em permanente oscilação (Dunker, 2019). A regressão do grupo ao funcionamento das massas impossibilita qualquer diálogo por meio de fatos e argumentos, independentemente da apresentação de fatos objetivos. O que importa é se determinada informação ou teoria satisfaz nossos desejos e alimenta nossas ilusões, aliviando nossa angústia. É o triunfo da fantasia sobre a realidade.

No interior de uma batalha discursiva, o uso de *fake news*, de forma intencional ou ingênua, é bastante facilitado. Os interlocutores repetem monólogos com crescente agressividade. A regressão ao funcionamento de massa, com sua estereotipia e

certeza dogmática, produziu um extenso sentimento de divisão social, rompendo laços e dissociando relações. (Dunker, 2019, p. 101).

A democracia brasileira encontra-se sob ameaça em decorrência das transformações que passamos no período de 2013 a 2018, no qual as massas digitais emergiram com maior força com sua nova economia de identificações. Essas massas ofertaram um novo tipo de idealização política que permitiu que o líder político confrontasse, no plano do discurso, a institucionalidade que chamamos de antipolítica, representada pelos candidatos antissistema (Dunker, 2019).

No estado de massa, somos tomados por certa coragem e, com isso, dizemos e fazemos coisas que nunca faríamos se estivéssemos sozinhos, com nossa consciência. Na massa,

suspendemos a hipótese de que os outros são sujeitos como nós e os tratamos como objetos ou instrumentos de nossas crenças e interesses, destituindo-lhes a inclusão em nosso paradigma de humanidade. Dessa forma, transformam-se em estrangeiros que não falam nossa língua, em monstros que não seguem nossas leis e animais destituídos de nossa racionalidade. (Dunker, 2019, p. 96-97).

A dificuldade com nossa democracia pode advir de três predisposições, com aquilo que Freud propôs em *A psicologia de massas e análise do Eu*: identificação de massa, figura do líder como ideal do eu e formas segregativas e regressivas de amor.

Quando nossas referências grupais passam a funcionar no modo de massas digitais e quando o líder se torna o ideal do nosso eu, os afetos assumem uma dinâmica segregativa. A ação desses movimentos colocou um projeto político de marginalização do outro eleitoralmente vencedor. Bolsonaro venceu a eleição de 2018 e quase venceu a eleição de 2022, cuja plataforma era o ódio ao comunista (entende-se ódio à esquerda), no qual seu projeto era governar para as majorias, excluindo, assim, as minorias, no intuito claro de que a democracia não é para todos (Dunker, 2019).

As massas bolsonaristas emergiram a partir das manifestações de junho de 2013 e da reeleição da presidenta Dilma, quando o “lavajatismo” e a crise econômica assolaram seu governo. E sabemos que qualquer constituição de grupo envolve, em sua base, uma rivalidade periódica ou permanente com outros coletivos.

O aumento do consumo, da mobilidade social e do acesso à linguagem digital trazem consigo uma redefinição de ideais. Toda vez que nos aproximamos dos nossos ideais, pela via financeira, educacional ou do lazer, é necessário vivenciar o luto e deixar de lado uma vida que foi superada para acomodarmos novos anseios diante de um novo cenário. Essa distância entre ideias e objetos é fundamental para que os ideais cumpram sua função simbólica organizativa do desejo. Entretanto, nas redes sociais essa experiência parece ser reduzida e

todos parecem ter atingido aquilo que sempre desejaram, tanto do ponto de vista do sucesso, da felicidade quanto da beleza (Dunker, 2019).

Essa ilusão de adequação induz dolorosos efeitos de descompressão narcísica. Quando passamos abruptamente da experiência digital, com sua velocidade e aceleração típica, para a vida real, o choque com camadas sobrepostas de preconceito, com dificuldades inesperadas e injustiças comparativas se torna muito mais doloroso e eventualmente traumático. (p. 101-102).

É possível que a revelação do afastamento entre aquilo que acreditamos como democracia ideal e real tenha sido experimentada como algo angustiante. Somado a isso estão os inúmeros casos de corrupção e de ineficiência governamental que, para muitos, justificaram o impedimento da presidenta Dilma, em 2016. Tudo isso, do ponto de vista social, abriu um conflito agudo de transformação de ideais e de reconhecimento de novos atores políticos, “não mais definidos pela hierarquia representativa, mas por gênero, raça, idade, afinidade estética ou moral, particularmente de natureza religiosa.” (Dunker, 2019, p. 102). Diante desses conflitos, começaram a surgir em nosso país movimentos *antiestablishment* ou antissistema, como forma de luta contra o sistema corrupto que não atende às expectativas da sociedade e que, portanto, não mais representa o povo.

## **2.4 A ascensão da extrema direita no Brasil**

As manifestações de junho de 2013 até a vitória de Bolsonaro, em 2018, foram um período em que o discurso antipetista e a operação Lava Jato se fortaleceram, com apoio massivo da mídia *mainstream* ou convencional. Esse asco à esquerda teve como origem uma série de acusações de casos de corrupção sistêmica (que sempre existiu no Brasil, e em todos os partidos) e fez com que, sobretudo, a classe média se voltasse contra esse espectro político juntamente com a elite política e econômica que nunca foi excluída pelos governos petistas, mas que financiou a derrocada do governo Dilma (Vasconcelos, 2021).

Quando Dilma tomou posse, em janeiro de 2015, uma de suas primeiras medidas foi a implementação de um projeto de austeridade fiscal, o qual não estava em seu plano de governo durante a campanha. Diante disso, movimentos sociais e sindicais deram início a uma série de protestos contra a austeridade, fazendo com que setores mais conservadores ganhassem força no que já defendiam: o impedimento da presidenta. Esses protestos foram potencializados por meio de campanhas digitais promovidas por entidades que nasceram em 2013, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o “Vem pra Rua”. Em março de 2015, ocorreu o primeiro grande ato pedindo o *impeachment* de Dilma, com manifestações em todo o Brasil, repetindo-se em abril e em agosto do mesmo ano (Vasconcelos, 2021).

O fracasso da governabilidade petista, segundo Freixo e Machado (2019) em *Dias de um Futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso*, somado à insatisfação das bases tradicionais do partido com a austeridade fiscal, culminaram no isolamento político da presidenta Dilma, assim como resultaram na

continuidade e [no] aprofundamento da chamada Operação Lava Jato, com novas denúncias sobre pagamento de propinas e outras irregularidades na Petrobras, a clara postura oposicionista dos principais meios de comunicação do país, a piora da crise econômica e os inúmeros equívocos da articulação política do governo Dilma agravariam ainda mais esse quadro. (Freixo & Machado, 2019, p. 13).

Somado a tudo isso, começaram a surgir movimentos *antiestablishment* de base digital encabeçados pela extrema direita que, rapidamente, obtiveram êxito como força tecnopolítica, seja pelo pioneirismo, seja, posteriormente, por uma sequência notável de vitórias eleitorais. Essa direita se dispunha como uma “nova” alternativa a revolucionar o espectro político como um todo (Cesarino, 2022). No Brasil, a crise econômica e a operação Lava Jato formaram uma “tempestade perfeita” para a ascensão do bolsonarismo. Outro personagem fundamental para a ascensão e a vitória do bolsonarismo foi Olavo de Carvalho. Suas ideias construíram o verniz intelectual que constitui as bases da extrema direita até hoje.

#### 2.4.1 O guru do bolsonarismo

De acordo com Calil (2021), em seu trabalho *Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita*, o guru é conhecido no Brasil desde o final da década de 90, quando era colunista de diversos jornais e revistas de grande circulação. Contudo, somente a partir da projeção de Bolsonaro no cenário social e sua vitória na eleição de 2018 que sua influência política, ideológica e cultural começou a ser observada pelos cientistas sociais (Calil, 2021).

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o ideólogo ministrou diversas palestras e cursos sobre astrologia, felicidade e filosofia e, além disso, publicou mais de uma dezena de livros que o ajudaram a consolidar-se como colunista político de direita. Nessa época, Carvalho desenvolveu uma série de obras que o alçou como intelectual conservador, tais como *O jardim das Aflições e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antônio Gramsci* (1994), *O jardim das Aflições: de Epicuro à ressurreição de César: ensaio sobre o materialismo e a religião civil* (1995) e *O imbecil coletivo: atualidades intelectuais brasileiras* (1996). Segundo Calil (2021, p. 67), essas “três obras assentam as bases da posição que seria assumida e mantida por Carvalho desde então, com destaque para a teoria conspiratória que desenvolve sobre o *gramscismo*.”.

A década de 1980 foi marcada pelo avanço da condenação do pensamento gramsciano em diferentes partes do mundo, como França, Estados Unidos e América Latina. Esse “movimento assumia características distintas, do catolicismo tradicionalista (Argentina) à proposição de que a direita deveria passar a se organizar de uma forma análoga a que Gramsci propôs aos comunistas (França).” (Calil, 2021, p. 68). Carvalho sustentava seu pensamento no qual propunha uma ideia de gramscismo petista desde 1987. No entanto, foi a partir de sua obra *A nova era e a Revolução Cultural* (2014 [1994]), que passou a definir a filosofia de Gramsci como um pensamento diabólico que interpretava e dava sentido ao mal (Calil, 2021). Para Aires (2020), em seu artigo “O gramscismo cultural: a ideologia neofascista brasileira”, a obra de Carvalho é bastante superficial e frágil em sua análise da teoria gramsciana. Já para Bianchi e Mussi (2020), em seu trabalho *Os inimigos de Gramsci*, Carvalho acreditava que a filosofia de Gramsci, por ser um conjunto de atitudes mentais, colocaria o planeta e os valores cristãos em risco, o que implicava na tentativa de colocar a esquerda dentro do aparelho de Estado.

Na versão peculiar de Carvalho, a hegemonia é a aparente negação da política: “nada de política, nada de pregação revolucionária”. A hegemonia atuaria em um nível pré-político, com o propósito de “operar um giro de 180 graus na cosmovisão do senso comum, mudar os sentimentos morais, as reações de base e o senso das proporções”. Isso é o que seria imperdoável em Gramsci e o tornaria o inimigo número um da direita conservadora: estabelecer as concepções de mundo como um campo em disputa, colocando em risco os valores da civilização cristã-ocidental. (Bianchi & Mussi, 2020, §29).

Para Calil (2021), a ideia de um comunismo à espreita no Brasil é recorrente em nossa história.

A construção de um *comunismo* sorrateiro e ardiloso é recorrente na história brasileira. Na década de 1930, o comunismo era associado à conspiração e infiltração estrangeira em grandes campanhas jornalísticas. No contexto da Guerra Fria, distintas vertentes políticas disputavam a primazia do anticomunismo, com destaque para os integralistas, que extremavam as teorias conspiratórias e as denúncias de *infiltração comunista* (p. 69).

Segundo Carvalho, o gramscismo seria uma ideia que corroeria as bases cristãs e morais da sociedade e, assim, abriria caminho para revolução comunista. Para conquistar seu objetivo, criaria uma guerra cultural através da promoção do aborto, da homossexualidade e da liberdade sexual (Calil, 2021).

Nos anos 2000, Carvalho lançou o *Mídia sem Máscara*<sup>42</sup> que, por mais de uma década, foi o principal instrumento do “filósofo” para unificar e organizar a “direita fascistizante”.

---

<sup>42</sup> O *Mídia Sem Máscara*, de acordo com o próprio *site*, é destinado a publicar ideias e notícias que são

Através desse *site*, bancado pela publicidade da Livraria Cultura, por meio de doações do Instituto Brasileiro de Humanidades, uma Organização Não Governamental (ONG), e da Associação Comercial de São Paulo, Carvalho se colocava como protetor das classes dominantes diante dos ataques do marxismo. Esse *site* funcionava, e ainda funciona, como uma espécie de observatório da imprensa cuja ideia elementar é denunciar que os principais veículos de comunicação do Brasil são comunistas ou infiltrados por eles (Calil, 2021). “Entre 2002 e 2005, Carvalho conciliava contraditoriamente [essa] crítica com a condição de articulista destes mesmos veículos, o que lhe permitiu tornar-se nacionalmente conhecido.” (p. 70).

O *site* Mídia sem Máscaras permitiu que Carvalho se firmasse como referência intelectual da extrema direita, embora ele contasse com outros colunistas. Na época, uma de suas principais críticas era referente ao Foro de São Paulo e, para combatê-lo, impulsionou a “fundação do *Foro do Brasil*, que reunia 28 entidades para propagar o anticomunismo, a defesa da propriedade, a *moral judaico-cristã* e a *educação clássica*, com destaque para entidades era vinculada a grupos militares de extrema direita” (Calil, p. 71).

Quando se mudou para os Estados Unidos, Carvalho criou outros instrumentos para continuar propagando seus pensamentos. Em 2006, iniciou o programa radiofônico semanal True Outspeak; em 2010, criou o The Inter-American Institute for philosophy, government and social thought, cujo objetivo era estreitar os laços com lideranças da extrema direita dos Estados Unidos e da América Latina, traduzindo seus textos para o inglês e o espanhol. Em 2009, seus seguidores fundaram o Instituto Olavo de Carvalho, no qual ofereciam cursos *online* de filosofia por ele ministrado.

O anticomunismo, base da construção intelectual de Carvalho, fundamentou-se em um alargamento conceitual do campo da esquerda e do comunismo. Esse alargamento se justificou para que a pauta anticomunista encontrasse espaço nos dias atuais. Segundo Carvalho, os comunistas teriam criado o “politicamente correto” para gerar conflitos, assim como conflitos étnicos supostamente fomentados pelas cotas raciais (Calil, 2021). Além disso, essa ampliação do conceito de esquerda foi fundamental para que a “ameaça comunista” parecesse iminente, e ele chegava a rotular o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Democratas (DEM) como partidos de esquerda, assim como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de esquerdista.

Com essa linha de argumentação, deslegitimava a maior parte de seus oponentes integrantes do próprio campo conservador, em especial aqueles vinculados ao liberalismo conservador. Com isto, reforçava a primazia de suas posições extremistas no interior da direita. Nesta lógica, também seria um mero disfarce *gramscista* a

---

sistematicamente escondidas, desprezadas ou distorcidas em virtude do viés esquerdista da grande mídia brasileira.

transformação do PT em um partido moderado e reformista, que governou em aliança com partidos conservadores e implantou programa econômico liberal. (Calil, 2021, p. 73).

Essas explicações arbitrárias, irrealistas e simplórias criaram uma base supostamente intelectualizada, fortalecendo os laços libidinais entre seus membros. A legião de seguidores que ele angariou foi tamanha que seu livro *O mínimo que você precisa saber para não ser idiota* (2013) vendeu mais de 200 mil exemplares, comprovando sua influência na extrema direita brasileira; assim como, em 2015 e 2016, no contexto das manifestações de rua em defesa do impedimento da presidenta Dilma, o slogan “Olavo tem razão” foi vociferado por milhares de “cidadãos de bem”.

Isto foi possível porque oferecia uma explicação adequada aos propósitos de vastos grupos sociais e porque Carvalho sustentava-se em uma vasta cadeia de aparelhos privados de hegemonia, construídos desde que criou MSM até a atualidade. No início de junho de 2021, Carvalho detinha 574.364 seguidores no Facebook e 1,03 milhão de inscritos em sua conta no YouTube, além de contar com um sítio eletrônico, um *blog* e a estrutura física e digital que mantém seus cursos. (Calil, 2021, p. 73).

No que tange aos integrantes da família Bolsonaro, a relação pessoal entre eles começou seis anos antes da vitória de Jair. Durante essa relação, Carvalho recebeu a medalha Tiradentes de Flávio Bolsonaro, na Virgínia, EUA. Essa honraria é dada a personalidades do estado do Rio de Janeiro que prestaram serviços ao Estado. Em relação a Jair Bolsonaro, ambos comungavam o mesmo desprezo pela mídia e pelas universidades, e mantiveram contato frequente desde 2014. Eduardo Bolsonaro, em um programa do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), sintetiza sua relevância, e deve-se concordar que “[...] talvez Olavo nem seja exatamente o guru do Bolsonaro, mas é certamente o guru do bolsonarismo (Carvalho & Bugalho *apud* Calil, 2021, p. 74).

As ideias de Carvalho dotaram o bolsonarismo de um verniz intelectual, de uma filosofia e de uma visão mais articulada e totalizante, que oferecem sentido à sua ação política. Foi esse movimento que permitiu ao bolsonarismo “intervir nas manifestações contra o governo de Dilma Rousseff em 2015 e 2016, disputando com setores liberal-conservadores seus rumos e seu significado e constituindo-se como alternativa eleitoral” (Calil, 2021, p. 74). O movimento olavista contribuiu para o fortalecimento da estrutura libidinal dos diferentes grupos de extrema direita através de discursos anticomunistas, ataques à população negra, às mulheres e aos LGBTQIA+, além da criminalização de movimentos sociais, das críticas aos direitos humanos, entre outros e, também, por meio de inúmeras teorias conspiratórias que consolidaram uma visão de mundo. Dentre as quais, destacam-se

duas teorias conspiratórias, constitutivas da visão difundida pelo escritor Olavo de Carvalho e que lhe servem de referência: A primeira é a teoria da hegemonia esquerdista no mundo, que postula que os valores da esquerda teriam se espalhado pela sociedade e pelas instituições e dominariam o planeta. [...] A segunda teoria é a do globalismo, que denuncia uma elite global que controlaria o mundo com base em seus valores. (Valle, 2021, p. 6).

A estratégia comunicacional de Carvalho, imbuída de teorias conspiratórias com tons ridículos, é eficiente e de fácil compreensão, pois reduz ideias complexas a uma dicotomia do amigo *versus* inimigo, facilitando o discurso de ódio através de uma linguagem fácil e de utilização de imagens capazes de atrair a atenção pelo medo e pela repulsa (Tavares, 2019).

O governo Bolsonaro resulta de um conjunto de processos, e a construção política e ideológica estruturada em torno de Carvalho é parte elementar desse processo. Antônio Gramsci demonstrou que a direita constantemente se reinventa e se reorganiza à luz das transformações do capitalismo. Ainda que Carvalho tenha, de modo contínuo, desqualificado o comunista italiano, apreendeu um dos elementos centrais de sua reflexão: a grande importância da constituição de uma rede de organizações (ou aparelhos privados de hegemonia) que funcionem como casamatas na guerra de posições como os *think tanks* ultraliberais (Calil, 2021).

#### 2.4.2 Os *think tanks*: uma *Weltanschauung* neoliberal

Os *think tanks* são instituições de pesquisa e/ou de divulgação cujos objetivos são divulgar ideias que buscam informar e influenciar a opinião pública e as instâncias governamentais no que se refere à adoção de determinadas políticas públicas. Grande parte da extrema direita foi formada política e ideologicamente a partir dos anos 2000, com base nessas organizações, que tinham como meta criar um arsenal teórico e um treinamento político com o intuito de conquistar cada vez mais adeptos (Rocha, 2017).

O modo de atuação dos *think tanks* costuma ser pautado por sua localização em um espectro que vai do “profissionalismo politicamente desinteressado” em um extremo ao “ativismo ideologicamente orientado” em outro. Nesse sentido, estariam mais próximas do primeiro polo instituições de viés mais acadêmico, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e mais próximas do extremo oposto os *think tanks* liberais e ultraliberais que atuam no país. (Rocha, 2017, §2).

Os primeiros *think tanks* liberais brasileiros foram criados na década de 1980, como o Instituto Liberal do Rio de Janeiro e o Instituto de Estudos Empresariais, que reuniam intelectuais e empresários com formação em universidades estadunidenses e tinham como finalidade influenciar os rumos do país após a redemocratização. Nessas organizações,

“circulavam membros das elites empresariais e intelectuais do país próximos do então Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), mas que tinham certa desconfiança em relação ao PSDB por conta de sua origem progressista” (Rocha, 2017, §3). Contudo, após a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, economistas liberais que participaram do seu governo criaram, em 2006, no Rio de Janeiro, após a reeleição de Lula e do escândalo do Mensalão, outro *think tank* chamado Instituto Millenium (IMIL), que tinha a preocupação de difundir o liberalismo econômico para outros públicos que não apenas as elites acadêmicas, políticas e empresariais (Rocha, 2017).

Entre seus fundadores estão Antônio Carlos Pereira (editor de opinião do jornal *O Estado de S. Paulo*), o jornalista Guilherme Fiuza (colunista da revista *Época* e mantém o *blog* NoMínimo), Luiz Eduardo Vasconcelos (diretor-geral de mídia impressa e rádio das Organizações Globo), Rodrigo Constantino (conhecido colunista de direita que já trabalhou nos mais diversos veículos de mídia, como revista *Veja*, jornal *Valor Econômico* e *Jovem Pan*), além de Giancarlo Civita (Grupo Abril) e João Roberto Marinho (filho de Roberto Marinho, presidente do Conselho Editorial e vice-presidente das Organizações Globo). (Vasconcelos, 2021, p. 127).

Além dos fundadores, fazem parte do Instituto Millenium: José Carlos de Salles Gomes Neto (presidente do grupo Meio & Mensagem), Nelson Sirotsky (do Grupo RBS, afiliada da TV Globo em Santa Catarina) e figuras conhecidas como Paulo Guedes (ministro da Economia de Bolsonaro), Gustavo Franco (ex-presidente do Banco do Brasil) e Henrique Meirelles (ex-ministro da Fazenda, ex-presidente do Banco Central e atual secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo). Entre os colaboradores, alguns nomes influentes, como Carlos Alberto Sademberg, Pedro Bial, Denis Rosenfeld, Luiz Felipe Pondé, Pedro Malan, Merval Pereira, Fernando Gabeira, Nelson Motta, Ali Kamel, José Padilha e o escritor peruano Mário Vargas Llosa (Vasconcelos, 2021).

O IMIL tem como prioridade a defesa da democracia, da economia de mercado, do Estado de Direito e da liberdade de expressão, o que fez do instituto um produtor de consenso a partir das ideias neoliberais. São ainda bandeiras da entidade a garantia da propriedade privada e a reconfiguração do papel do Estado, a partir de valores pautados em concepções que valem para a iniciativa privada, como “eficiência” e “meritocracia”, em oposição à suposta “ineficiência” e “patrimonialismo” que seriam marcas do setor público. (Vasconcelos, 2021, p. 128).

Dentro de sua estrutura, o IMIL possui especialistas que escrevem para jornais como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Diário de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta Mercantil*, *O Dia*, *Jornal da Tarde*, *A Tribuna*, *Zero Hora*, *Hoje em Dia*, *Última Hora*, *Brasil Econômico*, *Digesto Econômico*, *Jornal Imprensa*, *Jornal da Cultura*, *Jornal do Comércio*, *Jornal da Orla*, *Jornal Brazilian Administration Review*, *Veja*, *Isto É*, *Época*, *Exame*, *Valor Econômico*, *Revista Brasileira de Economia*, *Realidade*, *Forbes Brasil*, *Voto*. Também

têm importantes nomes citados anteriormente que fazem parte de programas jornalísticos nas mídias convencionais, seja da televisão aberta, seja da fechada (Vasconcelos, 2021).

O IMIL, seguindo uma tendência mundial dos *think tanks* mais relevantes, além de deter o poder econômico das frações das elites que o representam, possui também um poderoso capital simbólico para a produção de consenso ao ligar-se às mídias convencionais, como Globo, Bandeirantes, Record e SBT, assim como também aos meios acadêmicos (Casemiro, 2018).

Os think tanks mais importantes participam massivamente nos meios de comunicação a qualquer hora; por exemplo, no rádio e na televisão. 80% dos locutores que aparecem na televisão americana são conservadores, muitos deles pertencentes a esses *think tanks*. Todos possuem amplo treinamento no manejo da mídia e também no uso da linguagem. Há casos em que metade do orçamento de um desses grandes institutos pode ser dedicado à divulgação de suas ideias na mídia. Existem também agentes contratados para colocar pesquisadores deste ou daquele instituto em programas de rádio e televisão, bem como para publicar seus livros. (Serrano, 2009, p. 38-39).

Com o surgimento de redes sociais, como o Orkut, a partir de 2004, jovens universitários e profissionais de diversas áreas criaram, por meio dessa rede, comunidades liberais e promoveram encontros virtuais para discussão de ideias liberais em diferentes locais do mundo. “Em poucos anos se formaram na rede social grupos mais coesos que compartilhavam o mesmo entusiasmo por uma versão radical do que o liberalismo defendido pelos *think tanks* existentes até então: o libertarianismo, ou ultraliberalismo.” (Rocha, 2017, §4).

Na visão dos ultraliberais, existem duas correntes ideológicas que disputam a hegemonia na sociedade brasileira: a social-democracia e o liberalismo, ou neoliberalismo.

Os ultraliberais, ainda que apoiem pragmaticamente os neoliberais, se diferenciariam por defenderem a abolição de uma série de políticas defendidas pelos últimos, entre as quais o monopólio da moeda; a existência de um Banco Central, de órgãos de defesa da concorrência (antitruste) e de agências reguladoras; investimentos estatais em infraestrutura essencial como estradas e portos; educação e saúde básicas públicas; e políticas de renda mínima. (Rocha, 2017, §5).

Desde a criação das redes sociais, nomes importantes do libertarianismo vêm ocupando espaço na esfera digital, como Rodrigo Constantino, presidente do conselho do Instituto Liberal e autor do livro *A esquerda caviar* (2013); Cibele Bastos, fundadora do maior grupo de estudos ultraliberal no Brasil, conhecido como Dragão do Mar; Juliano Torres, criador da organização Estudantes pela Liberdade; e Hélio Beltrão e Fernando Chiocca, fundadores do Instituto Mises Brasil (IMB) (Rocha, 2017). O IMB se destaca por ser o *think tank* mais ortodoxo do pensamento libertário por conceber a concepção do Estado nacional atual como

um grande entrave no que tange à prosperidade material e a liberdade individual. A supremacia do mercado defendida pelo Instituto Mises “cobra a redução de direitos dos trabalhadores e a privatização em todas as áreas, inclusive os setores de educação e saúde.” (Vasconcelos, 2021, p. 129).

Com o crescimento dos *think tanks* ultraliberais, no final de 2010, embora tenha fracassado, tentou-se criar um partido no Brasil denominado Líber (abreviação de libertário), liderado por Fernando Chiocca, Bernardo Santoro e Juliano Torres. O Líber foi uma das sementes do nascimento da “nova” direita ou extrema direita no Brasil. Os jovens que faziam parte dessa tentativa de projeto de partido eram muito ativos no meio digital, tendo canais no YouTube e páginas nas redes sociais dedicadas à divulgação de suas ideias. Além disso, esses jovens começaram a se organizar em grupos de estudos, criarem chapas para centros acadêmicos em suas respectivas universidades e organizar protestos de rua. Ao contrário do que ocorria com os *think tanks* liberais existentes até 2005, os “novos *think tanks* ultraliberais passaram a abrigar pessoas mais jovens, normalmente universitários de classe média, com um perfil militante, que atuam de forma mais horizontal e descentralizada.” (Rocha, 2017, §11).

Contando com pouco financiamento proveniente de empresários brasileiros, esses *think tanks* arrecadam recursos por meio de editais disponibilizados nos sites de organizações libertarianas estrangeiras, como Cato e Atlas, norte-americanas e a alemã *Frederich Naumann*. Essas organizações atuam no país por meio de diversos programas de treinamento. Os novos *think tanks* ultraliberais brasileiros, embora não tenham profissionais contratados nem sede própria, com exceção do Instituto Mises, mantêm seus adeptos libidinalmente engajados na divulgação de suas ideias “e dispostos, em suas próprias palavras, a disputar hegemonia na sociedade brasileira conquistando corações e mentes.” (Rocha, 2017, §11).

Essa rede ultraliberal, além de organizar a extrema direita brasileira, consolidou o discurso antipetista e antiesquerdista, sustentando ideias do ultraliberalismo econômico somado às pautas morais reacionárias e às teorias conspiratórias, como o “marxismo cultural”, que culminaram na eleição de Bolsonaro em 2018. Segundo Marques e Vargas (2022), em *Os think tanks liberais no Brasil e a educação*,

esse alinhamento da Nova Direita se deu, a partir de 2014, mediante uma “estratégia política incisiva”, pautada num discurso “deliberadamente reacionário e violento”, numa “produção em massa de conteúdos compartilhados e replicados nos mais diferentes aparelhos, desdobrando-se na mídia de forma geral, em *blogs* e, mais recentemente, em redes sociais e aplicativos móveis” numa forma “sofisticada, extremamente complexa, difusa e eficiente de produção de consenso” tendo o Fórum da Liberdade como um importante canal. (Vargas & Marques, 2022, §5).

Esses *think tanks* ultraliberais exerceram forte influência em Bolsonaro e em seus filhos, os quais, após a eleição, direcionaram as ações de suas políticas em vários campos, como saúde, educação, economia, relações exteriores, etc. Se Carvalho criou a base intelectual do bolsonarismo, os *think tanks* criaram uma *Weltanschauung* política e econômica ultraliberal que, a partir da década de 2010, e com a reeleição de Dilma, em 2014, juntamente com a crise econômica e a operação Lava Jato, impulsionaram no país um grande movimento antipolítica ou antiestrutural.

### 2.4.3 Os movimentos antiestruturais

De acordo com Cesarino (2022), em 2018 um filme produzido pelo Brasil Paralelo,<sup>43</sup> intitulado *O teatro das tesouras*, denunciava um complô da classe política pós-1988 para persistir no poder simulando diferenças internas. Esse e outros movimentos oriundos do bolsonarismo, como o olavismo, são evidências da dinâmica antiestrutural em nosso país.

No Brasil, esses movimentos antiestruturais tinham como grande lema, nas manifestações de 2013, “O gigante acordou”, o qual foi retomado em 2018, com a versão bolsonarista, ou seja, “o gigante – o povo brasileiro soberano – sempre esteve lá, porém adormecido, misturado ao pano de fundo, sendo pisoteado por elites corruptas, hipócritas e sem real representatividade” (Cesarino, 2022, p. 158). Com as manifestações pró-*impeachment* da então presidenta Dilma, somadas aos protestos anticorrupção, o gigante teria se levantado, impondo uma inversão antiestrutural. “O terreno estava pronto para a propagação de discursos populistas que colocavam os fracos como os fortes, o povo como elite, a verdade sufocada como um grito de liberdade.” (Cesarino, 2022, p. 158).

Essa questão antiestrutural surgiu no campo da extrema direita tendo o bolsonarismo assumido uma forma, nos seus dizeres, de antipolítica. Assim, ele encontra condições “de possibilidade na própria infraestrutura técnica: é a suposta neutralidade tecnocrática dos algoritmos e métricas que empresta legitimidade para a alegação de que eles à superfície a autêntica vontade do povo” (Cesarino, 2022, p. 158). O bolsonarismo utiliza de um discurso metapolítico que se considera acima da política convencional e que está ancorado por valores, como família, Deus, Forças Armadas e livre mercado. Enquanto público antiestrutural, o bolsonarismo fraciona-se em três escalas essenciais: ambiente (sistema algorítmicos), ação

---

<sup>43</sup> A Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A, mais conhecida por seu nome fantasia, Brasil Paralelo, é uma empresa brasileira fundada em 2016, em Porto Alegre, que produz vídeos sobre política e história. É frequentemente descrita como tendo um viés de extrema direita e neoliberal. Surgiu no contexto da onda conservadora no Brasil, na década de 2010. A produtora se coloca como uma “conexão com uma realidade paralela” e se propõe a produzir conteúdo dissonante das perspectivas de mundo *mainstream* entre intelectuais e jornalistas brasileiros, os quais considera dominados pela esquerda. Suas produções apresentam conteúdos que defendem valores da direita política, do cristianismo e de teorias conspiratórias.

tática de influenciadores e grupos organizados, e, por fim, usuários comuns. De acordo com Cesarino (2022b, p. 164), “os públicos bolsonaristas se formaram a partir de demandas latentes dos usuários, mobilizando afetos de ressentimento e exaltação do senso comum”. A atual base de organização das mídias sociais proporciona um meio apropriado para que ecossistemas bolsonaristas, rotulados de conspiratórios, pseudocientíficos, negacionistas, neoliberalistas e populistas ganhem repercussão entre elas. As atuais infraestruturas de “mídia têm, de fato, uma ‘política’, porém menos no sentido convencional do termo do que no modo como elas introduzem vieses favoráveis a certos tipos de subjetividades, socialidades e afetos.” (Cesarino, 2022b, p. 166).

Do ponto de vista psicanalítico, Dunker (2018), citando Freud (1921/2020), argumenta que nosso problema com a democracia pode, em situação de instabilidade política, como dissemos anteriormente, derivar de três disposições psíquicas: a identificação de massa, a colocação do líder como ideal do eu e a emergência de formas regressivas e segregativas de amor.

Quando nossos grupos de referência passam a funcionar ao modo de massas digitais e quando a idealização do líder torna cada um de nós um herói em potencial, os afetos assumem uma dinâmica segregativa. A ação conjunta desses movimentos redundou na explicitação de um programa político, eleitoralmente vencedor, baseado no ódio antipetista, que acena para um modelo de democracia exclusiva ou excludente e requer a consequente redução do sujeito democrático. (Dunker, 2019, p. 98).

Bolsonaro, até então um deputado sem expressão, começou a ganhar notoriedade através da mídia *mainstream*, ao se colocar como porta-voz do *antiestablishment*. Seu carisma foi construído numa ideia de que o deputado “falava o que pensava abertamente, com coragem e os meios para revelar o que as elites esconderiam do ‘povo’.” (Cesarino, 2022, p. 159).

Jesse Souza (2016), em seu livro *A Radiografia do Golpe*, defende que todo esse movimento encontrou seus tentáculos e teve um largo apoio da grande mídia que, até então, já havia colocado no centro de suas notícias a pauta da Lava Jato, que passava a colonizar e a dominar o espaço público com a criminalização do PT e de sua base de apoio (Souza, 2016). Depois de sucessivas derrotas eleitorais, as camadas conservadoras negaram o resultado da eleição de 2014, quando entrou em cena “o complexo jurídico-policial do Estado” (Souza, 2016, p. 116).

As instituições que servem para proteger a democracia passaram a atacá-la. Agindo num complô com a mídia conservadora e servindo como base motivadora para o nascedouro da extrema direita, o poder judiciário que comandava o combate à corrupção seletiva, tornou-se elemento fundamental para compreensão do *impeachment* de Dilma e da eleição, em 2018, de Bolsonaro (Souza, 2016). Levitsky e Ziblatt (2018), em sua obra *Como as*

*democracias morrem*, comentam que não são necessários tanques e generais para destruir um país democrático. A democracia pode ser corroída gradualmente dentro da própria legalidade por meio de iniciativas e propostas de leis constitucionais, utilizando-se de um discurso de aperfeiçoamento da própria democracia. De acordo com os autores (2018), desde o final da Guerra Fria, grande parte das falências democráticas se deu sob a justificativa de sua defesa.

Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos [...] que subvertem o próprio processo que os levou ao poder. [...] porém, as democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis. (Levitsky & Ziblatt, 2018, p. 12).

Com a não aceitação dos resultados eleitorais de 2014, o *impeachment* da presidenta Dilma e a prisão do ex-presidente Lula, através das práticas ilegais da Lava Jato, juntamente com o levante de forças ultrarreacionárias e, com ele, o avanço de pautas conservadoras, pesquisadores de diversas áreas entraram em debate acerca da nossa democracia, culminando na tese de que ela estava sob ameaça (Vasconcelos, 2021). Casara, em seu livro *Sociedade sem lei: pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie*, ao dizer que nosso país vive (ou viveu?) num momento pós-democrático, revela que

o significativo “democracia” tornou-se vazio. Em nome de uma democracia de fachada praticam-se atos de violação aos valores democráticos. Em países, como o Brasil, lançados em uma tradição autoritária, onde mais da metade da população sempre foi vítima de arbítrios enquanto o restante da população naturalizou a violação dos limites democráticos, a pós-democracia instalou-se docilmente. Em um país construído a partir da escravidão e da correlata naturalização da hierarquização das pessoas, com alguns indivíduos desde sempre percebidos como descartáveis, a pós-democracia, a mercantilização das relações sociais e o egocentrismo do homem econômico adentraram sem dificuldade na sociedade. (Casara, 2018, p. 8).

A Lava Jato foi um desses casos de quase sucesso da falência do Estado democrático de direito, em que o então juiz Sergio Moro, condutor da operação, foi alçado pela mídia como herói nacional e o maior combatente da corrupção, juntamente com o ex-promotor Deltan Dellagnol. Vale lembrar que o próprio juiz da operação, diante das manifestações pró-impedimento de Dilma, declarou apoio a elas, demonstrando claramente a parcialidade da Lava Jato. Devemos a eles,

inclusive, o fato de a direita brasileira ter saído do armário e ter, finalmente, não apenas se assumido enquanto tal, mas também conseguido construir um discurso tão poderoso quanto o combate à desigualdade que havia se tornado a bandeira invencível da esquerda. (Souza, 2016, p. 130).

Os constantes ataques da Lava Jato a Lula e à esquerda política, pela imprensa, assim como as publicações de escutas ilegais e seletivas que culminaram na condução coercitiva do ex-presidente, em março de 2016, mostraram o caráter partidário da operação. Criminalizar Lula era o objetivo para deslegitimar, também, os setores sociais que ele representava.

As manifestações passaram a ser encabeçadas pela classe média mais conservadora e contraprotostos populares – organizados por manifestantes desqualificados pela mídia como “militantes partidários”, como se os camisas amarelas não o fossem – passaram também a ganhar as ruas. (Souza, 2016, p. 139).

Assim como em todos os movimentos autoritários, os movimentos de extrema direita se perceberiam como legítimos defensores da nação. De acordo com Souza (2016), as manifestações de 2013 e os movimentos bolsonaristas foram apenas uma reconstrução mascarada e turbinada de algo velho e bem conhecido em nossa história:

uma parte não pequena da classe média moralista e conservadora, que sempre desprezou e odiou os pobres, representantes da maioria da população brasileira. É essa fração que torna as manifestações verdadeiros “fenômenos de massa” a partir do dia 19 de junho, quando a mídia já se preocupa em separá-la cuidadosamente da minoria de “vândalos” (Souza, 2016, p. 110).

Essas manifestações passaram a ser chamadas, sobretudo no *Jornal Nacional*, de “grande festa democrática”, apresentando uma nova estética e uma “nova moral” (Souza, 2016). A ideia da camisa da seleção brasileira e da bandeira nacional, que ninguém até o momento conseguiu desvincular desses movimentos de ultradireita, passam a mensagem de apartidarismo e luta pela nação, mas que, ao mesmo tempo, não tolera a diversidade e se coloca como único representante legítimo. Esse movimento protofascista foi, acima de tudo, estimulado pela grande imprensa. “O *Jornal Nacional* sugeria em suas coberturas que os ‘amarelinhos’, quando iam às ruas, reagiam espontaneamente, enquanto os ‘vermelhos’ eram militantes profissionais sectários.” (Souza, 2016, p. 111).

Segundo o autor (2016), esses símbolos e os componentes morais que os abarcavam obtiveram êxito e parte da classe média passou a ser vista como representante do interesse nacional, a qual lutava por um país melhor para todos. Esse protagonismo, na verdade, foi um mero instrumento de manipulação das elites e da mídia, com ajuda do *Jornal Nacional*.

Essa fração se via agora como “poderosa”, dada sua transformação midiática de mera massa de manobra e tropa de choque em suposto protagonista, e, mais importante, legitimada naquilo que tanto por horizonte cognitivo quanto afetivo sempre havia defendido. As críticas ao “populismo petista” e aos seus programas de governo deixaram de soar, de uma hora para outra, como reclamação ilegítima de fração privilegiada. (Souza, 2016, p. 111).

O ponto culminante da derrocada da presidenta Dilma ocorreu quando ela tentou nomear o presidente Lula como ministro da Casa Civil, o que garantiria a ele imunidade parlamentar, sendo impedido, nesse caso, de ser julgado por Moro. Nesse momento, o ex-juiz e atual senador, ilegalmente, divulgou o grampo de uma conversa telefônica entre Dilma e Lula, na qual ela dizia que mandaria um termo de posse para o ex-presidente assinar. Esse fato foi imediatamente divulgado pela mídia, o que provocou grande manifestação e revolta popular. “Muita gente saiu às ruas para protestar contra a nomeação de Lula. Mais uma vez, as redes de televisão pararam a programação para transmitir ao vivo os protestos contra a nomeação de Lula e divulgar, repetidas vezes, os áudios dos petistas.” (Vasconcelos, 2021, p. 111).

Assim, estava criada a base social da extrema direita e do golpe de 2016: uma fração desapontada com a política por causa das sucessivas derrotas eleitorais de seus representantes seria designada, de forma repentina, como porta-voz do bem, da nacionalidade e da moralidade pública (Souza, 2016).

Essa base moral é o terreno de assimilação tanto psíquica quanto afetiva do mundo, sobretudo para os setores sociais médios. Como a realidade é sempre complexa, sua interpretação sob a égide da moralidade torna o mundo inteligível, ou seja, separar o mundo entre sujeitos bons e maus, numa oposição simplista e binária, mas de fácil entendimento. A mídia passa a ser a “instância que torna esse julgamento e separação entre as pessoas boas e más possível e crível, simplesmente ampliando o horizonte interpretativo das novelas e repassando-o à.” (Souza, 2016, p. 112).

Sabemos que os sujeitos tendem, através da negação, a construir uma realidade que ateste seu viés de confirmação. Freud (1938/1996), em *O Moisés e o monoteísmo*, enuncia que nosso intelecto não possui bom faro para a verdade. A mentalidade humana não dispõe de qualquer aptidão singular para reconhecê-la, pelo contrário, nossa inteligência “facilmente se extravia sem qualquer aviso, e que nada é mais facilmente acreditado por nós do que aquilo que, sem referência à verdade, vem ao encontro de nossas ilusões carregadas de desejo.” (p. 82). A negação nos encoraja a afirmar nossas convicções e a agir conforme aquilo que desejamos projetar na realidade (Dunker, 2018).

## **2.5 As massas digitais bolsonaristas**

O discurso da mídia *mainstream* converteu a classe média em seu *ideal de eu*, ou seja, transformou-a em guardiã da moralidade, patriota e defensora da família tradicional cristã. Se a mídia convencional teve um papel preponderante para a criação da base bolsonarista, é importante também destacar que, desde 2013, essa mesma mídia vem perdendo espaço privilegiado da informação frente às mídias digitais. No processo de *impeachment* de Dilma,

as redes sociais tiveram um lugar de destaque e foram canais eficientes de comunicação rápida e de conteúdos não raramente falsos (Vasconcelos, 2021). “A base do novo populismo de direita foi se construindo nas manifestações pró-*impeachment* e em apoio à operação Lava Jato, mas também fora das ruas, na rede social e fundamentalmente no Facebook” (Gallego, 2017, p. 201). De acordo com Moraes (2016), em seu livro *Crítica da Mídia & Hegemonia Cultural*, as formas de ocupação das tecnologias para uso social são um avanço enorme, pois permitem

diversificar os modos de expressão, de criação, de sociabilidade, de participação, de informação e de entretenimento. A convergência da internet com a comunicação móvel descentraliza os fluxos informativos e intensifica intercâmbios entre pessoas, grupos e comunidades. Novas práticas de organização comunitária e ativismo sociopolítico se desenvolvem a partir da utilização de ferramentas e espaços digitais (Moraes, 2016, p. 129).

Esses grupos ganharam pauta, relevância e, sobretudo, dinheiro, monetizando seus canais e avançando em narrativas com a técnica da *economia da atenção*, que contaminam com facilidade o ambiente digital. Esses movimentos prometem “trazer o novo, quebrar tabus, liberar o que se encontrava sufocado, revelar verdades que alguma elite “não quer que você conheça” (Cesarino, 2022, p. 148). Seus influenciadores ganham notoriedade e uma base de fãs por parecerem genuínos e falarem sem medo do que pensam. A questão político-ideológica passa a ser completamente tecnológica e mercadológica, ou seja, é uma indústria e um mercado em que as plataformas digitais transformam teorias conspiratórias, *fake news* e ódio à esquerda numa mercadoria altamente atraente. Assim como “o McDonald’s vende sanduíches com sabores variados, o mercado do ódio vende misoginia, racismo, xenofobia, capacitismo, anti-intelectualismo, culto à ditadura militar e defesa de seu retorno, subserviência aos EUA, culto à falta de direitos e as mais diversas formas de preconceito” (Tiburi, 2021, p. 99).

Temos a predisposição de reagir a um conjunto bastante específico de estímulos – se uma notícia for sobre sexo, poder, fofoca, violência, celebridade ou humor, provavelmente iremos lê-la primeiro. Esse é o tipo de conteúdo que entra com mais facilidade na bolha dos filtros. É bastante fácil clicarmos em “curtir” a postagem de um amigo sobre algum filme ou um artigo instrutivo sobre como preparar brigadeiro, o que acabará aumentando sua visibilidade. No entanto, é mais difícil clicarmos no botão “curtir” em um artigo intitulado “Islândia tem o mês mais frio deste ano”. “Num mundo personalizado, questões importantes, porém complexas ou desagradáveis – como o crescimento da população carcerária ou o número de desabrigados nas ruas, têm menos probabilidade de atrair a nossa atenção.” (Pariser, 2012).

A dinâmica permanente de crise disseminada nas redes deslegitima estruturas de produção de verdades oficiais, como a imprensa e a academia, isolando seus seguidores em bolhas digitais fechadas, em “uma relação de mimese inversa onde o inimigo aparece como espelho invertido da identidade líder-povo” (Cesarino, 2022, p. 149). Essa tensão gera antagonismos e abre uma camada de comunicação entre o líder e seus seguidores. A eleição de 2018 foi forjada na esteira da crise financeira de escala global que refletiu pelo mundo uma década antes e acentuou tanto a insatisfação popular como o processo de criação de mídias de notícias e conteúdos digitais, bem como correntes de disseminação de notícias via WhatsApp. A estrutura cibernética das mídias sociais introduz uma dinâmica favorável para a desestabilização da democracia liberal, da ciência, da imprensa, da educação, etc.; pois, por meio dela, acirram-se o desgaste da confiança social e suas legitimidades (Cesarino, 2022b).

A promissora democracia digital, com seus milhões de novos participantes, sofreu um duro golpe quando as instâncias que detêm a mediação simbólica, ou seja, aqueles que cuidam da palavra e do conflito, como imprensa, Judiciário, artistas e intelectuais, sofreram abalos consideráveis em termos do seu autofinanciamento e de sua reputabilidade social. (Dunker, 2019, p. 104).

É necessário ressaltar que não se trata de afirmar que as mídias sociais foram a causa da ascensão desses movimentos de ultradireita. O que ocorreu foi um conjunto de contingências que, por razões não aleatórias, mas indeterminadas, foi sendo apropriada por segmentos que orbitavam em torno do que chamamos de bolsonarismo (Cesarino, 2022).

Em 2014, ano que marca a ascensão da operação Lava Jato, o então deputado Bolsonaro, além de possuir um baixo capital simbólico, o Partido Liberal (PL), do qual fazia parte, não tinha estrutura nem capital econômico suficientes. Bolsonaro era visto pela grande mídia como um político de “baixo clero”, sendo considerado “excêntrico” por suas posturas reacionárias e radicais, mas que, até então, não representavam perigo político. De acordo com Mendes e Silva (2022), em *O populismo no Brasil: as estratégias utilizadas por Bolsonaro para chegar ao poder*, ele sempre apareceu na mídia tradicional como um “parlamentar polêmico, agressivo, excêntrico, militar estatizante com uma pauta de costumes conservadora”; e, nas mídias digitais, busca trabalhar “uma imagem de quem defende os valores da família e da sociedade” (Mendes & Silva, 2022, p. 86).

Ele utilizou, ao longo dos anos, um discurso agressivo e populista, no qual convenceu o “cidadão de bem” de que acabaria com os corruptos e os comunistas. Esse discurso acerca do *inimigo da esquerda* contribuiu de maneira decisiva para sua vitória em 2018, uma vez que a crise econômica instalada no país gerou uma grande insatisfação popular conhecida como “velha política”. “Este termo era expressão que já há vários anos vinha sendo sistematicamente acionada, a cada novo período eleitoral, para se referir à atitude dos

políticos que utilizam seus cargos visando favorecer os próprios interesses, em detrimento do benefício coletivo” (Mendes & Silva, 2022, p. 83). Tal percepção, como vimos anteriormente através da operação Lava Jato, que culminou no “assassinato” da reputação de diversos atores políticos, sobretudo da esquerda, bem como a prisão de Lula, foi um dos fatores decisivos para a eleição de Bolsonaro em 2018.

No início de sua carreira política, Bolsonaro tinha como principais apoiadores os militares e conservadores não religiosos, e sua pauta política contemplava a “defesa da família e dos bons costumes” contra os ataques a grupos LGBTQIA+ e feministas. Além disso, muitos nutriam um asco ao comunismo ou a qualquer pauta associada à esquerda e associava, principalmente ao PT, governos da Venezuela, Bolívia e Cuba. E, para finalizar, Bolsonaro tinha um apoio significativo de sujeitos que consideravam a Ditadura Militar de 1964 como um período próspero e de ausência de corrupção. Esses apoiadores do “ex-capitão” acusavam a esquerda de “glamourizar” o socialismo e construir uma narrativa negativa sobre a importância dos militares no Brasil. Os mais radicais defendiam a intervenção militar e a volta da ditadura como a melhor solução para viabilizar o país.” (Mendes & Silva, 2022, p. 88).

Utilizando das plataformas anticorrupção, defensor da família e contra a doutrinação comunista, Bolsonaro, através das redes digitais, engajou os usuários e dominou as conversas digitais, liderando os três principais meios digitais durante os 50 dias de campanha no primeiro turno. O então deputado conseguiu 42,9% de todo o engajamento no Facebook, 60,4% das menções no Twitter e 69,3 das buscas no Google, mostrando que boa parte de seus eleitores foi conquistada ou fidelizada por meio das redes sociais digitais (Mendes & Silva, 2022).

O discurso populista que contém determinados aspectos da lógica das mídias *mainstream* e digitais, como personalização, dramatização de acontecimentos mundiais, emocionalismo e espetacularização da linguagem e de eventos políticos, garantem a esses típicos políticos de caráter populista uma cobertura midiática considerável. Bolsonaro consolidou sua imagem pública utilizando-se desses discursos se valendo principalmente das redes sociais.

Estima-se que o intenso investimento na construção de redes sociais com intenção política começou no Brasil a partir de junho de 2013, ano das manifestações de diferentes segmentos sociais em todo o Brasil e da projeção de movimentos políticos conservadores como o #VemPraRua e o Movimento Brasil Livre (MBL), posteriormente, apoiadores de Bolsonaro na eleição de 2018. (Mendes & Silva, 2022, p. 94).

Foi nesse período que o filho de Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, começou a supervisionar e a trabalhar na montagem da estrutura digital de apoio ao seu pai e, em junho de 2013, em seu perfil no Facebook, passou a divulgar suas opiniões e críticas ao governo

Dilma. Ao mesmo tempo, centenas de páginas nessa rede foram criadas por seus seguidores, que o consideravam um político honesto e corajoso e o único capaz de combater a esquerda e, principalmente, o PT (Mendes & Silva, 2022).

Em 2014, Bolsonaro era o político do Rio de Janeiro com maior número de interações nas redes sociais, chegando a 2018 com seu posicionamento consolidado. Durante as operações da Lava Jato, somadas à crise econômica, ao impedimento de Dilma e à prisão de Lula, a *hashtag* #Bolsonaro2018 ganhou enorme força. Durante o pleito de 2018, sua campanha alcançou, em uma única transmissão nas mídias digitais, mais de um milhão de interações e mais de seis milhões de visualizações. Em sua campanha, fez uso de interações por meio de grupos no WhatsApp, distribuindo *fake news* de forma evidente. Toda essa estratégia fez com que Bolsonaro fosse considerado um político de extrema direita e um líder desse espectro político (Mendes & Silva, 2022).

Em 2018, a divisão da sociedade entre apoiadores do PT e aqueles que eram radicalmente contra esse partido era espelhada nas redes sociais. Esses dois grupos na internet, acabaram se tornando bem coesos e refratário um ao outro. Além disso, nessas bolhas, os enquadramentos veiculados e as verdades enunciadas eram vividos como “legítimos”, contribuindo para a homogeneização das opiniões. (Mendes & Silva, 2022, p. 97).

A polarização auxiliou a vitória de Bolsonaro e sua idealização teve como efeito o aumento da agressividade entre os sujeitos. Distinguir-se do “inimigo comunista” cria uma espécie de negação da democracia recém-alcançada. Por isso, o bolsonarismo conquistou um sentimento social contra todo aquele que não fosse espelho, como intelectuais, artistas e políticos de esquerda (Dunker, 2019).

Outro fator importante é que, através dos algoritmos, Bolsonaro conseguiu se pronunciar nessas massas antiestruturais heterogêneas, mantendo sua individualidade e harmonia do ponto de vista de cada sujeito. Sua imagem foi algorítmicamente particularizada para cada comunidade que completava esse significativo vazio (Bolsonaro) com seus próprios significados (Cesarino, 2022). Somente dessa forma podemos entender que grupos como Movimento Gays com Bolsonaro e Movimento Conservador Cristão, por exemplo, possam coexistir no mesmo espectro político. Os conteúdos produzidos preenchem um enorme conjunto de possibilidades, atendendo desde os mais radicais aos moderados.

Se em junho de 2013 as manifestações tinham caráter heterogêneo e diversas pautas, em 2018, Bolsonaro conseguiu condensar essas pautas distintas, dando um único corpo “contra tudo que está aí”, embora no período *pró-impeachment*, entre 2015 e 2016, o coro anticorrupção tivesse ganhado força.

Para se eleger presidente, Bolsonaro se associou às esferas mais conservadoras da sociedade, como igrejas neopentecostais, uma fração do agronegócio, lavajatistas e

antipetistas. Bolsonaro se aliou a esses setores considerados como um novo conservadorismo. Esse neoconservadorismo brasileiro (também na Europa e na América), é ligado diretamente à extrema direita, onde se privilegia a atuação do Estado no enxugamento de suas dívidas, e não em investimentos sociais, requer que o Estado seja punitivista, o que acaba penalizando os mais pobres, sobretudo a juventude negra.

Saudosista de regimes militares, privilegia a segurança nacional frente aos direitos humanos, possui um foco nas questões reprodutivas e sobre a família tradicional, discrimina gays e lésbicas e tem como objetivo restabelecer o patriarcado heterossexual. “O neoconservadorismo, portanto, é um ideário conservador e de direita, e sua peculiaridade reside na centralidade que atribui às questões relativas à família, à sexualidade e à reprodução e aos valores cristãos.” (Lacerda, 2018, p. 39). O neoconservadorismo vem se consolidando no Brasil através da extrema direita bolsonarista, com a ascensão cada vez maior de políticos da religião evangélica, valendo-se de discursos conspiratórios, morais e bíblicos para conquistar cada vez mais corações e mentes dos sujeitos, prometendo uma verdadeira cruzada no intuito de uma implementação teológica na política. Esse neoconservadorismo foi também crucial para a eleição de Bolsonaro em 2018.

## 2.6 De Bolsonaro a “mito”

O êxito da extrema direita nas eleições e, conseqüentemente, de Bolsonaro, também se deve ao atentado sofrido por ele em setembro de 2018, que afetou as mediações no campo digital. Segundo Cesarino (2019), esse fenômeno foi conhecido como “corpo digital do rei”, fazendo uma analogia à teologia clássica medieval, em que o corpo do rei sobrepunha-se ao corpo glorioso divino.

Ter sobrevivido ao controverso atentado também possibilitou a Bolsonaro alimentar a narrativa, sustentada por ele e seus apoiadores no início da campanha, de que fora escolhido por Deus para realizar uma missão: livrar o Brasil do PT e da corrupção. A narrativa começou a ser construída ainda em 2014, quando foi a Israel para ser batizado, no rio Jordão, pelo pastor Everaldo, presidente do PSC, então partido de Bolsonaro. (Mendes & Silva, 2022, p. 100).

Com o afastamento de Bolsonaro devido ao episódio da facada, seu corpo machucado foi alterado por um corpo digital formado por seus seguidores, que fizeram campanha em seu lugar, o que ficou notoriamente conhecido como “marqueteiros do Jair”, “robôs do Bolsonaro” e “exército do Jair”. Se, como notou Cesarino em seu artigo “Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal” (2019), citando Mazzarella, o populismo se alimenta da “plenitude radical do corpo do líder no qual as pessoas podem encontrar uma imagem palpável da sua própria substância”

(p. 533). Em termos psicanalíticos, Bolsonaro é um ideal do Eu, e os sujeitos, por via da identificação, ligam-se a ele. O que os sujeitos enxergam em Bolsonaro é o engrandecimento de sua própria imagem, em detrimento das frustrações do seu próprio Eu.

No que tange ao corpo digital de Bolsonaro, encontramos semelhanças com o pai morto, como vemos na obra freudiana *Totem e Tabu* (1913/2012), que se transforma num pai idealizado e conservado como significante. No caso de Bolsonaro, um significante esvaziado. Assim como o pai primevo, que morto se converte num totem, o corpo mutilado de Bolsonaro se transveste num corpo digital, convertendo-se num mito. Seu caráter messiânico se consolidou simbolicamente ao morrer e ressuscitar.

O atentado sofrido gerou o que Marx certa vez proferiu: “*A história se repete primeiro como tragédia, depois como farsa*”. Tragédia por um lado, pois o ato da facada tornou Bolsonaro um mito para extrema direita, regulando aquilo que conhecemos como bolsonarismo; e, tragédia, por outro lado, ao ser uma paródia de Hitler e Mussolini, estabelecendo um inimigo em comum e operando um discurso de extrema violência.<sup>44</sup> O êxito eleitoral de seu corpo digital foi evidente: “imediatamente após a facada, o candidato saiu com grande fôlego da marca dos 20% em que vinha se mantendo até então, para a partir daí chegar progressivamente aos 56 milhões de votos que lhe garantiriam a vitória.” (Cesarino, 2019, p. 533).

Segundo a autora (2019), situações de crise são requisitos fundamentais para que uma irrupção populista tenha sucesso, pois o líder carismático surge como alguém fora do *establishment* reivindicando a pureza indispensável para reintroduzir a ordem em um sistema corrompido.

---

<sup>44</sup> O golpe que o governo Bolsonaro pretendia dar não se fundaria nos moldes clássicos de um golpe de Estado, valendo-se das Forças Armadas, como em 1964; mas, através de medidas, como ele dizia, “jogar dentro das quatro linhas” da Constituição, ou seja, coberta com verniz democrático e avalizada por instituições democráticas cooptadas por vassalos fanatizados que buscariam, em nome de um suposto “combate à corrupção”, diminuir as limitações de instâncias governamentais de controle, como Procuradorias e Cortes de Justiça, bem como a construção permanente de discursos polarizadores que buscariam, através de *fake news* e de teorias conspiratórias, minar seus opositores. Sabemos, no entanto, que tudo isso era uma farsa, e toda conduta do seu ex-governo, que teve como tentativa prejudicar as eleições, acusando o sistema eleitoral de fraude, acabou culminando na tentativa fracassada de golpe no dia 8 de janeiro de 2023. Além disso, todo esse movimento golpista foi responsável por manietar, sobretudo o poder judiciário ao longo dos seus quatro anos de governo, e nunca teve como alvo buscar melhores condições para o povo brasileiro, mas, sim, pretendia perpetuar-se no poder. Como não enfrentamos e punimos os militares responsáveis pelo golpe de Estado em 1964, pelo contrário, anistiamos todos a partir da Lei da Anistia, em 1979, o Brasil não teve condições de perlaborar esse período brutal e acabou criando, em parte considerável da população brasileira, a “lembrança encobridora” de uma ditadura branda ou até mesmo necessária para combater uma suposta ditadura comunista. Bolsonaro é a repetição dessa parte trágica da nossa história, mas que agora se repete como farsa de que, em seu governo, em prol do combate à corrupção, à doutrinação marxista nas escolas, à sexualização das crianças, etc., pretendia manipular os Três Poderes como forma de eliminar seus opositores e manter-se no poder.

Os anos que precederam as eleições de 2018, desde as Jornadas de 2013, passando pela ascensão da Lava Jato e o movimento anticorrupção e *pró-impeachment*, conformam um contexto desse tipo – ainda que tenha havido também a produção de uma atmosfera de caos (principalmente moral) por mídias diversas, notadamente o próprio WhatsApp. (Cesarino, 2019, p. 534).

No atentado, a faca que consumou Bolsonaro na figura do corpo digital e como liderança política estabeleceu uma relação de equivalência largamente baseada na simbologia da nação brasileira – “tornaram-se metáforas um do outro: o corpo (Bolsonaro, o Brasil) foi ferido e está sob ameaça; é preciso união e pronta ação para defendê-lo do inimigo comum (a corrupção, a esquerda, etc.)” (Cesarino, 2019, p. 534).

A quantidade massiva e constante de informações alarmistas e conspiratórias, principalmente pelo WhatsApp e pelo YouTube, proporcionou que o “corpo digital do rei” mantivesse sua plenitude durante todo processo eleitoral e manteve-o inabalável em vista das ameaças que vinham do exterior através da mídia e dos adversários políticos. Dito de outra forma, Bolsonaro conseguiu erguer e consolidar uma organização “de redução de complexidade capaz de reduzir praticamente tudo o que vinha do entorno aos seus próprios termos” (Cesarino, 2019, p. 535). Dessa forma, qualquer sujeito que aparecesse para contradizer os conteúdos da extrema direita era reduzido à função do inimigo.

As redes sociais são um tipo de mediação que gera o efeito paradoxal de ausência de mediação (líder e povo). Segundo a autora (2019), em suas pesquisas

esse efeito é claro na expectativa, comum entre apoiadores do atual presidente, de que seja possível acessá-lo diretamente: com sorte, uma mensagem sua no WhatsApp ou Twitter pode viralizar a ponto de chegar no *smartphone* do próprio Jair. “Compartilhe até chegar no presidente” (ou em algum de seus filhos, ministros ou políticos do seu partido) é um gatilho comum nas redes bolsonaristas. O presidente toma o cuidado de alimentar regularmente essa expectativa, por exemplo, ao tuitar que tal ou qual medida (por exemplo, a redução do imposto de importação de videogames) foi tomada após ouvir pessoalmente pedidos de eleitores feitos em suas redes sociais. (p. 535).

A formação de identificações de massa insere a política no campo dos afetos que renovam a discussão sobre as psicologias das massas que estavam em alta no século XX; porém, havia sido suspensa dada a hegemonia da teoria política liberal de base individualista e racionalista (Cesarino, 2019). As ligações libidinais que decorrem do populismo digital não são conscientes. Como vimos na seção anterior, segundo Freud em *a Psicologia das massas e análise do Eu*, as massas são extremamente sugestionáveis e vivem num estado de livre fantasiar sem nenhuma mediação com a realidade. Na massa há “um aumento do afeto e a inibição do pensamento” (Freud, 1921/2020, p. 159). Para Dunker (2018), o objetivo do bolsonarismo

consiste em fazer crescer o número de concordantes, aumentando com isso o sentimento de verdade, o que reassegura a identificação do sujeito com o grupo. Nesse ponto, o processo democrático brasileiro confrontou três afetos distintos no campo conservador: a indiferença, o ódio ambivalente e o ódio segregativo. (p. 105).

Distante de fundir numa identidade coerente, o bolsonarismo passou a ressoar numa estrutura de afetos. Essas massas mantêm-se unidas por oposição a um inimigo comum. Dessa maneira, significantes vazios do bandido, corrupto, comunista, feminista, entre outros, davam a tônica para cada eleitor bolsonarista personalizar e escolher um inimigo a quem combater, assim como símbolos vagos, como povo, Deus, família, comunismo, etc. tinham e têm significados diferentes, a depender do seu eleitorado, “ao mesmo tempo que os articulavam em torno de um corpo coletivo comum, ‘o corpo digital do rei’” (Cesarino, 2022, p. 164). Outros significantes vazios (globalismo, marxismo cultural, gramscismo) fizeram parte do plano de governo do candidato. Com a proximidade da eleição de 2018, esse tipo de linguagem passou a ser ofertada para um público maior, principalmente através de *memes*, textos, áudios e vídeos curtos circulados pelo WhatsApp. Todos esses significantes serviram para, além da identificação do inimigo, consolidar a massa através de narrativas conspiratórias. Todos esses significantes já haviam desempenhado um papel central na gramática das manifestações pró-*impeachment* da presidenta Dilma; porém, foram eles que alçaram Bolsonaro no cenário nacional juntamente com as pautas morais e de anticorrupção consolidadas pela Lava Jato.

Como vimos em Freud (1921/2020), o ódio tem poder unificante e também produz laços afetivos. Assim como na religião, o bolsonarismo precisa expelir aqueles que não pertencem a ela. Para sua sobrevivência, é necessário ser intolerante para com qualquer diversidade ou qualquer perigo que possa provocar o relaxamento em sua estrutura libidinal.

Um exemplo da narrativa típica neste sentido foi um vídeo bastante compartilhado na época, produzido pelo empresário catarinense Luciano Hang [...] Ali, ele explicava aos eleitores como, a partir de Antônio Gramsci, a esquerda mundial havia decidido abandonar o projeto de apropriação dos meios de produção por vias revolucionárias. Descrevia o conceito gramsciano de hegemonia, e denunciava o processo pelo qual a esquerda, através de intervenções posteriores como a Escola de Frankfurt, haveria logrado consolidar uma hegemonia cultural no ocidente: daí a centralidade do “marxismo cultural”, por vezes também referido como “gramscismo”. A partir daí, o vídeo estendia a cadeia de equivalência do inimigo de Gramsci para Hugo Chávez, Lula, PT, globalistas, etc., numa poética de livre-associação recorrentemente utilizada por Bolsonaro e seus apoiadores. (Cesarino, 2019, p. 539).

Para além de seu carisma construído como alguém espontâneo, que fala o que pensa e com coragem para falar a verdade, Bolsonaro construiu também sua imagem através de sua saga contra o “politicamente correto”, defensor de “bandidos”, “comunismo”, “ideologia de gênero”, etc., além de ser um saudosista da Ditadura Militar. Esse duplo carisma pode ser

encontrado na mimética anterior à sua candidatura para o pleito presidencial, por meio de *slogans* como “Direitos humanos: esterco da vagabundagem” e o símbolo – naquele momento chocante para alguns, mas fascinante para outros – da arminha com a mão.” (Cesarino, 2019, p. 541).

Em seu perfil pessoal, podemos encontrar compatibilidade importante com o que a cultura digital entende como “*troll*”: sujeitos que obtêm influência e engajamento através de declarações absurdas e ultrajantes. A ação digital do *troll* gera um enorme engajamento, seja por sua fascinação, seja pela repercussão negativa por parte de quem é alvo: “nas mídias sociais, o velho adágio ‘façam mal, mas façam de mim’ adquire uma outra dimensão, inclusive algorítmica.” (Cesarino, 2019, p. 541). Essa questão é importante, pois as “trollagens” de Bolsonaro foram um fator fundamental para sua escalada nacional, alimentadas por ele (e pela esquerda) durante o processo eleitoral (Cesarino, 2019).

Como vimos anteriormente em Adorno (2015), a propaganda fascista, mais do que uma dissonância cognitiva (termo usado por Rocha (2023), em sua obra *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico*), é uma técnica de persuasão e manipulação na qual a própria esquerda gera engajamento ao seu opositor pelo fenômeno conhecido como *Efeito Streisand*.

Esse fenômeno social ocorre quando há tentativa de denunciar ou censurar uma publicação no meio digital e, ao invés de esse conteúdo ser extinto, ele rapidamente recebe uma extensa publicidade e passa a ser intensamente procurado pelos usuários digitais, gerando maior engajamento.

A popularidade de Bolsonaro como alguém misógino, racista e homofóbico descreve, ponto a ponto, os marcadores da diferença entre “privilegiados” pelas políticas de identidade no Brasil: gênero, raça e orientação sexual. Em sua campanha, a propaganda bolsonarista tratou todos esses como inimigos. Contudo, houve cautela para não traçar o limite da oposição branco/negro, homem/mulher e hetero/*gay*, mas, sim, considerou inimigos o movimento negro, o movimento feminista e a militância LTGTQIA+ (Cesarino, 2019).

Assim, brasileiros negros, pardos, *gays* ou mulheres que não tinham um investimento especial na gramática identitária das políticas de reconhecimento (podemos supor, uma maioria) puderam ter seu pertencimento mobilizado pela cadeia de equivalência do bolsonarismo, que operou com significantes vazios como “brasileiros”, “trabalhadores”, “cidadãos de bem” ou “patriotas”. Já a frente antagonística do aparato trabalhava com padrões discursivos semelhantes àqueles mais gerais direcionados ao antipetismo, associando a militância à figura do bandido, da ameaça ou da elite hipócrita e corrupta. Como condensado em uma frase circulada no WhatsApp após a eleição: “Os esquerdistas praticam *ativismo*, enquanto os conservadores de direita praticam o *patriotismo*”. (Cesarino, 2019, pp. 541-542).

Segundo a autora (2019), foi possível acompanhar a técnica populista no que tange ao voto feminino em meio às manifestações do #EleNão realizadas em todo país. Após os atos, a autora (2019) observou no WhatsApp e no Facebook, e em outras plataformas, uma enorme quantidade de conteúdos valendo-se da técnica do espelho invertido, associando o feminismo na função do inimigo. Palavras de ordem, como “Lute como uma mulher – de verdade”, orientavam conteúdos que se referenciavam também pelas *hashtags* #ElasNão ou #EleSim. Outro exemplo da técnica do espelho invertido: se o governo Bolsonaro era visto por seus seguidores como liberal na economia e conservador nos costumes; a esquerda política era caracterizada como “socialista” na economia e liberal nos costumes.

Inúmeros *memes* binários dividiam a população feminina entre direita e esquerda, associando as primeiras à pureza, beleza, inteligência, partes corporais altas (cérebro), higiene, civilidade e o verde-e-amarelo; e as segundas, à bandidagem, feiura, ignorância, partes corporais baixas (vagina, ânus, urina), sujeira e animalidade. Parte do conteúdo direcionado à militância LGBT nessa época seguiu um padrão semelhante: por exemplo, *memes* contrapondo um Pablo Vittar feio e sem maquiagem ao maquiador Agustín Fernandez, apoiador de Bolsonaro (“até os *gays* de direita são mais bonitos”) (Cesarino, 2019, p. 542).

Segundo Dunker (2018), em *A psicologia das massas digitais*, a tensão agressiva e imaginária das massas bolsonaristas de inversão do conteúdo geraram um fenômeno que ele denominou de “espelho regressivo”, corroborando Cesarino (2019). “Se você pode ser feminista, eu posso ser machista; se você pode defender a causa dos negros, eu defenderei a branquitude; se pode haver passeata LGBT, por que não uma dedicada ao orgulho hétero?” (Dunker, 2018, p. 104). O que se nega nessas narrativas, ou melhor, nesse eixo de equivalência, é que causas, como direitos LGBTQIA+, direitos feministas, etc., têm como objetivo incluir sujeitos que, de fato, estão à margem da democracia – ao que as massas bolsonaristas defendem uma democracia exclusiva (Dunker, 2018). Basta lembrar que, em julho de 2022, já presidente, Bolsonaro disse que a democracia serve para proteger as majorias e que as minorias têm que se adequar, uma clara técnica de inversão.

Essas técnicas binárias têm como objetivo atuar no plano dos afetos, gerando efeitos identificatórios por um grupo e repulsa pelo outro. Esses afetos são evocados por imagens e símbolos simples ou palavras de ordem, como podemos observar, por exemplo, na oposição entre vermelho e verde-e-amarelo, ou através de letras musicais, como na do MC Reaça, que diz: “As mina de direita, são as *top* mais bela / Enquanto as de esquerda têm mais pelo que cadela” (Cesarino, 2019). Outro exemplo está no discurso “Minha cor é o Brasil”, em que, propositalmente, por meio de vídeos postados nas plataformas digitais, pessoas negras e indígenas, como Hélio Negão e Ysani Kalapalo, numa tentativa óbvia de contestar a representatividade dos movimentos negros e indígenas e passar uma imagem de “todos são

iguais”. Essa técnica da inversão do espelho gerou outra criação: o vitimismo. Movimentos negros, indígenas, feministas e LGBTQIA+ eram culpados por trazer divisão e ódio na sociedade brasileira. De acordo com Cesarino (2019), numa associação também característica do populismo,

o líder era colocado do lado do povo como alguém simples e honesto, “forjado no quartel, lugar de gente decente, honesta, trabalhadora e cheio de negão!” – como colocado por Flávio Bolsonaro em uma postagem na época da campanha. O totemismo líder : povo :: inimigo : elite se propagou através de símbolos simples e recorrentes como o relógio Casio e a caneta Bic de Bolsonaro, contrapostos à caneta Montblanc banhada a ouro de Lula e ao suposto relógio suíço de Fernando Haddad. (Cesarino, 2019, p. 543).

Comumente escutamos dizer que o ódio é o principal afeto reivindicado e cultivado pelo bolsonarismo. Embora essa conclusão não esteja totalmente equivocada, ela não nos parece abranger a totalidade desse campo. Os públicos bolsonaristas também operam com afetos positivos, como esperança, justiça, patriotismo ou Deus, conforme apresentamos acima. Afetos positivos e negativos afloram-se na mesma base de equivalência e diferença. (Cesarino, 2022).

Kehl (2020), em seu artigo “O ressentimento chegou ao poder?”, propõe que a principal base afetiva do bolsonarismo é o ressentimento. Ressentimento, de acordo com Kehl (2020), é uma paixão triste em que o sujeito neurótico sempre tentará culpar alguém por suas frustrações. Esta é a principal característica do ressentido: a necessidade de eleger culpados “a quem acusar quando a barra pesa. Ou quando a vida fica besta. Eu sofro: alguém deve ser culpado por isso.” Esse seria, para Nietzsche, o *leitmotiv* do ressentimento: procurar um culpado por ter causado suas frustrações.” (Kehl, 2020, §5). Contudo, se o objeto do ressentimento pode variar para cada sujeito, a depender da trajetória de cada um, ele pode ser coletivizado, ou melhor, gerar identificações. O bolsonarismo, a partir do ressentimento, mobiliza cada sujeito a encontrar seu “malvado preferido”, como o comunista, a feminista, o movimento *gay*, o cotista, o bolsista, etc.

Na mesma lógica do ressentimento, Jessé Sousa (2019), em seu artigo “O que significa Bolsonaro no poder”, afirma que o apoio a Bolsonaro pelas camadas mais pobres se dá uma vez que parte desse público é formada por setores mais conservadores do público evangélico, os quais ganham um baixo salário, que ele chama de pobre remediado. De acordo com o autor (2019), essa parte da sociedade que odeia o pobre e idealiza o rico e o anticomunismo

tem o efeito de irmanar este pobre remediado com o rico, já que é uma oportunidade de se solidarizar com o inimigo de classe que o explora e não com seu vizinho mais pobre com quem não quer ter nada em comum. Isso o faz pensar que ele, em alguma

medida, também é rico – ou em vias de ser –, já que pensa como ele. (Souza, 2019, §10).

O anti-intelectualismo também está presente na classe média. Sua relação com o “conhecimento é ambivalente: ela inveja e odeia o conhecimento que não possui, daí o ódio aos intelectuais, à universidade, à sociologia ou à filosofia. Este é o público verdadeiramente cativo de Bolsonaro e sua pregação.” (Souza, 2019, §11). Dessa forma, ao ecoar ressentimentos, Bolsonaro faz com que o sujeito ressentido fortaleça seus laços libidinais por via da identificação com outros sujeitos também ressentidos.

Seguindo essa lógica de ressentimentos, opera também o universo gramatical bolsonarista que, embora seja volumoso, é bastante simplório. Existe nele um componente neoliberal. Essa gramática remete tanto ao eixo da equivalência, em termos genéricos de mérito e liberdade individual, quanto a uma estrutura da diferença, através de fundamentos como privilégio, corrupção ou coletivismo. Segundo Cesarino (2019), um dos termos que vinculou de maneira mais eficaz nos eixos de redistribuição e reconhecimento foi o significante vazio da palavra *mamata*. Durante todo o processo eleitoral, esse significante traçou uma equivalência entre a necessidade de reconhecimento através de políticas de diferença e grupos que alimentavam privilégios provenientes dos impostos para quem de verdade trabalha. Outro termo utilizado foi *corrupção*, que era direcionado à classe política e ao funcionalismo público, em contraste com a iniciativa privada, que era descrita como transparente e honesta.

Exemplos de figuras da “mamata” mobilizadas nos *memes* incluem a atriz feminista que desvia verbas públicas, o militante do movimento negro que vive de “mamar nas tetas” do Estado, o estudante esquerdista de universidade pública que explora os pais idosos, os homossexuais que “querem se valorizar por isso”, como indicado no texto de Carlos Bolsonaro acima. O significante vazio da “bolsa” foi bastante mobilizado, em *memes* alertando que “Haddad fez o bolsa travesti e deixou 100 mil crianças sem creche”, ou que presidiários, drogados e prostitutas ganhariam benefícios do Estado em valores muito superiores ao salário mínimo do trabalhador honesto. Outras variantes da “mamata” ou “boquinha” frequentes durante a campanha foram o “BNDES” e a “Lei Rouanet” – esta última colocada como real razão por trás da oposição de parte significativa da classe artística e da grande mídia ao nome de Jair Bolsonaro. (Cesarino, 2019, p. 544).

Além disso, a centralidade da família que firma o acordo entre os neoliberais e conservadores demonstrada pela notória crítica feminista nos últimos anos também se refletiu na relevância político-eleitoral que as disputas em torno da “ideologia de gênero” têm adquirido no país.

O Escola sem Partido e a eleição de evangélicos para conselhos tutelares são exemplos de uma reação à incidência não apenas da militância identitária, mas do

próprio Estado secular, em domínios considerados pelos conservadores (em especial, cristãos) como jurisdição exclusiva da família, como a sexualidade e a educação moral. (Cesarino, 2019, p. 544).

Outro componente neoliberal é a transformação da lógica da luta de classes historicamente fundamentada pela oposição “capital” *versus* “trabalho”. Na extrema direita, trabalhadores e microempreendedores são posicionados ao lado do mercado e dos grandes empresários – cuja representação de destaque, como dito anteriormente durante o processo eleitoral, foi o dono das lojas Havan – em oposição a outro significativo vazio ligado ao inimigo, que é o termo comunismo.

Nessa dupla articulação, constrói-se uma ampla equivalência entre sociedade e mercado, segundo a qual este último aparece como contemplando os interesses do “povo”, articulada com um antagonismo segundo o qual o aparato do Estado de Bem-Estar (e, no limite, qualquer forma de regulação estatal à “livre iniciativa”) representaria interesses escusos (por exemplo, ONGs estrangeiras ou o globalismo) e/ou a hipocrisia de grupos que desejariam apenas manter seus privilégios (como a universidade pública ou o funcionalismo de modo geral). (Cesarino, 2019, p. 545).

A ideia de que existe uma equivalência entre a sociedade e o mercado perpassa também pelo significativo *empreendedor*, no entendimento de que o trabalhador se torne *patrão de si mesmo*, trocando a solidariedade horizontal por essa figura híbrida, fazendo com que os grandes monopólios, como o mercado financeiro, desapareçam no centro das discussões sobre a economia e, conseqüentemente, da cena política. A extrema direita, utilizando-se dessa técnica de equivalência de sujeitos, passa a ideia de que as “elites” gozam de privilégios obtidos à custa do trabalhador, que foram enganadas por ele, e que algo lhes foi injustamente retirado. (Cesarino, 2019).

Essa gramática, que é fundamentalmente relacional, permite que mesmo setores que nos parecem privilegiados – como a classe média alta, um dos bastiões do bolsonarismo – sintam-se enganadas, ressentidas e lesadas “pelo PT”. Nesse contexto, nos termos de Mazzarella (2019: 50), “a nova ativação política das classes médias outrora privilegiadas, e recentemente precárias, se arrisca a apagar [...] histórias mais longas de violência sofridas por afrodescendentes, indígenas e moradores das periferias. (Cesarino, 2019, p. 545).

De acordo com Cesarino (2019), empregos com estabilidade, como funcionalismo público ou qualquer outro que garanta benefícios, aos olhos da mentalidade bolsonarista, são vistos como privilégios. A precarização do trabalho, gerada pela austeridade neoliberal, sobretudo nas classes médias, faz com que estas, não tendo um lugar de reconhecimento, enxergue o outro que goza de algum direito como inimigo, tal como a criança mais velha enxerga seu irmão mais novo gozando da exclusividade do amor dos pais e, assim, a coloca

numa posição de rival e tenta privá-la dos direitos desse gozo, como vimos na ideia da inveja original em Freud (1921/2020), no capítulo anterior. Dessa forma,

o ódio é consequência do obstáculo julgado intransponível à obtenção do que é desejado, e o obstáculo é constituído justamente pela comparação, na qual as capacitações e condições do sujeito são julgadas insuficientes ou são denegridas. Contudo, o ódio tem em mira remover ou destruir a fonte da comparação, que é o beneficiário do que é desejado, de onde aparentemente provém o sofrimento do sujeito. (Trinca, 2009, p. 53).

O efeito desse jogo de narrativas é a estagnação das políticas de identidade em nosso país, em que muitos se sentiram excluídos desse processo que é visto como forma de privilégio por uma parcela minoritária. No discurso bolsonarista, essas minorias passaram a ser vistas como “opressoras”, sendo associadas a termos como “ditadura *gay*” ou “feminazi”. O bolsonarismo não só rotulou as minorias, mas deu para seus seguidores uma base de reconhecimento, liberdade e direitos. Entre eles,

o direito de não ter de assumir uma identidade militante (mas que, num segundo momento, pode se tornar uma, só que no outro lado do espectro político); o direito de expressar abertamente o que era proibido pelo politicamente correto; o direito de não se sentir diminuído por não saber falar ou escrever corretamente; o direito de reivindicar conhecimento derivado da experiência e da trajetória de vida pessoais (“eu sei como foi a ditadura, pois eu vivi”) contra os ditames incompreensíveis de elites de especialistas; o direito de se sentir representado politicamente por alguém que parece ser igual a você, etc. (Cesarino, 2019b, p. 546).

O apelo populista da extrema direita, embora profundamente em oposição de conteúdo, num plano estrutural, assemelha-se em muitos aspectos com a esquerda identitária. De acordo com Cesarino (2019), citando Mirowski, a extrema direita pode ter se espelhado de modo parcial na esquerda, na gramática e na oposição entre neoliberais e socialistas durante o século XX. Nos últimos anos, essa estrutura e gramática vêm sendo compartilhadas e ensinadas por meio das plataformas digitais à população. Assim,

WhatsApp, YouTube e outras plataformas têm operado como ferramentas pedagógicas centrais neste sentido (Mirowski, 2019). Nelas são frequentes, por exemplo, conteúdos explicando às pessoas, de forma bastante simples e com exemplos concretos, o que é ser de direita ou conservador. Essa pedagogia quase sempre vem acompanhada de explicações igualmente detalhadas sobre o que a direita *não* é: seu espelho invertido, a “esquerda”. (Cesarino, 2019, p. 546).

Por meio das mídias digitais, o bolsonarismo, valendo-se de conteúdos neoliberais e conservadores, tem conseguido o que os setores progressistas ainda lutam: produzir hegemonia através da mobilização bivalente, ou seja, que atravessa o eixo do

reconhecimento (conservador) com o da redistribuição (neoliberal). O Brasil, por meio de uma narrativa alternativa construída pela extrema direita perante fatos objetivos e informações oficiais oriundas da imprensa e da ciência convencional, vem numa crescente divulgação de *fake news* através dos meios digitais utilizados diariamente por grande parte dos sujeitos “para acessar informação e ‘se educar’, como o YouTube e o WhatsApp, e pode ser encontrada ecoando em falas de usuários comuns no Facebook e Twitter.” (Cesarino, 2019, p. 547).

Os processos identitários que se desenvolvem no meio do bolsonarismo e que formam uma massa se articulam e ganham escala a depender de sua eficácia mobilizatória em múltiplas camadas de cadeias de equivalência, ou seja, de identificação. Na eleição de 2018, Bolsonaro teve grande sucesso ao se valer das plataformas digitais na sua posição de líder, para estreitar os laços libidinais entre seus seguidores, ainda que de segmentos diferentes, e produzir uma identificação com eles. Esses diferentes perfis de apoiadores de Bolsonaro, de acordo com Kalil (2018), em seu artigo “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro”, se valerão da figura caleidoscópica para realçar esse caráter comunicacional de sua campanha. Segundo Kalil (2018),

a estratégia de comunicação do candidato Jair Bolsonaro, até a realização do primeiro turno eleitoral se baseou em segmentar as informações para os diferentes perfis de potenciais eleitores. Para quem acompanha a trajetória de Bolsonaro parece haver uma série de contradições e incoerências em seus discursos. Esta forma de se comunicar e se posicionar sobre assuntos polêmicos gerou uma reação do campo progressista que passou a identificar nele elementos como a falta de coerência, baixa capacidade de articulação política ou ainda a presença de posicionamentos desprovidos de sentido. (p. 6).

Essa comunicação bem construída e planejada foi decisiva para a vitória de Bolsonaro, e as redes sociais tiveram um papel determinante para que ela ocorresse. As mensagens e os conteúdos produzidos por seu grupo eram encaminhados para os usuários através de disparos de WhatsApp e, a depender do conteúdo, elas eram espalhadas “espontaneamente” para cada segmento de seguidores. Essas mensagens não tinham que ser coerentes entre si, pois não era esse o objetivo, mas, sim, realizar identificações através dos interesses, dos medos e de outros afetos

da dona de casa preocupada com a integridade moral dos filhos ao pai de família inseguro com a criminalidade urbana; do jovem de periferia acuado pela precarização do trabalho, crise de masculinidade, e frustrado na cultura do consumo a que havia sido introduzido em governos anteriores, ao homem branco de classe média atraído pelo antipoliticamente correto; a negros, mulheres e homossexuais que, por diferentes razões, não se reconheciam na “esquerda lacradora”. (Cesarino, 2019, p. 550).

Esse arranjo caleidoscópico favoreceu ligações parciais e horizontais e propiciou o fortalecimento das ligações afetivas entre seus adeptos, o que culminou na formação da massa bolsonarista ou no corpo digital do rei, em que todas essas especificidades converteram-se numa unidade – ou a diferença, em equivalência. Essas particularidades de equivalência-diferença provocaram, de acordo com Cesarino (2019),

uma unidade virtual no “topo”, incorporada na figura do líder e contraposta a um inimigo comum. Essa visão segmentar e fractal da identidade ajuda a esclarecer o aparente paradoxo da afinidade entre o hiperindividualismo das mídias sociais e o “espírito comunitário do populismo” notada por Gerbaudo (2018: 748). Talvez poderíamos dizer, nos termos de Sapir (2012), que o populismo digital gera um tipo “espúrio” de comunitarismo: é uma busca por autenticidade num contexto de ansiedades profundas quanto a mediações. Onde as mediações estabelecidas não funcionam mais como deveriam (Brown, 2019), as pessoas passam a buscar diretamente aquilo que é “realmente real” (Cesarino, 2019, p. 550).

A eleição de Bolsonaro foi vista por seus apoiadores como a esperança de restauração da ordem por meio de uma transformação radical possível apenas num momento prévio, quando as estruturas são temporariamente suspensas. “Um elemento tabu é assim elevado a ente sagrado, único capaz de purificar um sistema corrompido e reconstruir a integridade do grupo em bases radicalmente novas” (Cesarino, 2019, p. 538). Bolsonaro convenceu muitos de que apenas sua presença na presidência era o suficiente para acabar com a corrupção no país. Seus feitos sempre prometeram afastar algo que não existe (país virar comunista), mas que poderia acontecer. Sua função seria, nesse sentido, impedir que as coisas piorassem; embora, na prática, estivessem de fato piorando, sobretudo na esfera econômica.

## **2.7 A teologia do domínio bolsonarista**

Pereira (2023), em seu artigo “Teologia do domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico-política do bolsonarismo”, afirma que a eleição de Bolsonaro foi o resultado da exploração dos afetos de seu eleitorado, principalmente o medo, utilizando o discurso da segurança pública, da “ditadura comunista” e do pânico moral, como liberação do aborto e “ideologia de gênero”. Seguindo essas duas narrativas, Bolsonaro conseguiu atrair o eleitorado evangélico, assim como muitos católicos, como nenhum candidato conseguiu. Isso, a nosso ver, se deve a um processo do crescimento dos neopentecostais na política, sobretudo a partir da década de 2010, assumindo uma posição importante no cenário político brasileiro.

Uma vez que os evangélicos não são um grupo homogêneo, seja do ponto de vista teológico, seja do político, parece-nos que essas diferenças e contradições se uniram a partir

da teologia do domínio, criando, assim, um ponto de convergência. A teologia do domínio não se refere a um conjunto de princípios que norteiam o sujeito evangélico, mas uma visão de mundo. De acordo com Pereira (2018), essa teologia deriva da interpretação particular da leitura da bíblia, sobretudo do livro Gênesis 1:28, o qual menciona “dominar a terra”, e é interpretado pelos evangélicos como se eles fossem os únicos capazes de reconstruir o mundo frente às forças malignas. Essa reconstrução se dará a partir das ideias de Rushdoony,<sup>45</sup> o qual propõe reconstruir a nação e transformá-la, em todos os aspectos, a partir dos valores cristãos. Nesse sentido, Cunha (2020), em seu artigo “Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação”, define a teologia do domínio como

a busca da reconstrução da teocracia na sociedade contemporânea, no cumprimento da predestinação dos cristãos/ãs ocuparem postos de comando no mundo (presidências, ministérios, parlamentos, lideranças de estados, províncias, municípios, supremas cortes) – o domínio religioso cristão – para incidirem na vida pública. (p. 18).

Os reconstrucionistas ou denoministas assimilaram também as teologias da prosperidade e da guerra espiritual em suas bases, tendo como apoio o neoliberalismo, com o oferecimento de fundamento religioso e uma visão de mundo cristã sustentando, assim, a conquista de poder por parte de líderes religiosos, sobretudo na política (Cunha, 2020).

A partir do neoliberalismo, que começou a regular a sociedade, passou-se a pregar que aqueles que desejam ser incluídos na lógica do consumo devem ser fieis a Deus materialmente e espiritualmente. A meritocracia, ou seja, o esforço individual e o ganho de capital, diante da grande competição social, serão vistos como “bênção de Deus”. Esses “escolhidos de Deus” darão seu testemunho por meio do acúmulo de bens materiais e do sucesso profissional. Ainda, passou-se a pregar o combate às “forças do mal”, as quais impossibilitam que os “filhos de Deus” conquistem as bênçãos da prosperidade. Dessa forma, devem invocar todo poder que lhes é de direito para combater as “potestades do mal”, representadas “no imaginário evangélico, principalmente pela Igreja Católica Romana, pelas religiões de povos originários e de tradição africana, pelos movimentos feministas e LGBTQI+” (Cunha, 2020, p. 18).

---

<sup>45</sup> Rousas John Rushdoony (1916-2001) foi um teólogo, historiador e filósofo americano amplamente considerado um dos fundadores do movimento teocrático reconstrucionista cristão. Foi uma figura influente na promoção da educação em casa (*homeschooling*) e na redefinição das responsabilidades governamentais e civis à luz de princípios bíblicos. Rushdoony é talvez mais conhecido por seu livro *The Institutes of Biblical Law* (Os institutos da lei bíblica), onde argumenta que a lei moral bíblica deveria ser a base para a legislação civil. Ele defendeu uma visão de mundo em que todas as áreas da vida são governadas por princípios religiosos, o que teve impacto significativo sobre vários movimentos conservadores nos Estados Unidos.

A formação dessas massas religiosas heterogêneas é aglutinada por meio do pânico moral e da retórica do medo para gerar insegurança e mais medo. Se, em Freud (1921/2020), o pânico desintegraria a massa, pois causaria um relaxamento na estrutura libidinal, nas massas evangélicas ocorre o contrário. Segundo Freud (1921/2020), o que causaria a fragmentação da “massa religiosa não é medo, para o qual falta a ocasião, mas impulsos implacáveis e hostis contra outras pessoas, que até então não tinham podido se manifestar graças ao amor igual de Cristo” (p. 171). Por isso, o pânico moral é tão importante, pois ele oferece para a massa religiosa a oportunidade de projetar seus impulsos hostis a um inimigo imaginário. De acordo com Cunha (2020),

pânicos morais são fenômenos que emergem em situações nas quais sociedades reagem a determinadas circunstâncias e a identidades sociais que presumem representarem alguma forma de perigo. São a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos e, ao se sentirem ameaçados, tendem a concordar que “algo deveria ser feito” a respeito dessas circunstâncias e dessas identidades sociais ameaçadoras. (p. 31).

O pânico moral se caracteriza pela preocupação aumentada de maneira desproporcional em vista do perigo que, geralmente, é imaginário. Ele servirá como laço libidinal que unirá os sujeitos em torno da “defesa da família” frente à sua ameaça por parte da inclusão de políticas progressistas, sobretudo no que se refere às crianças. Projetos como Escola sem Partido e *homeschooling* ganharam força no Brasil, principalmente no governo Bolsonaro, como frente à “ameaça comunista”.

Para manter o pânico moral, as massas religiosas utilizam o recurso das mídias digitais e tradicionais para divulgar *fake news* com o intuito de disseminar discursos de ódio contra os movimentos sociais. Seus inimigos gravitarão entre a esquerda política que, durante anos de governo, concedeu amplo espaço ao direito e à dignidade de minorias sociais e aos movimentos feministas e LGBTQIA+. A negação científica será outra característica poderosa e, por meio dela, são criadas informações alternativas, rejeitando conhecimentos especializados. Movimentos antivacina e a utilização do termo “ideologia de gênero” são um forte exemplo dessa negação.

Essa ligação dos evangélicos ao bolsonarismo começa a partir de 2010, conforme dissemos acima, com o crescimento da bancada evangélica na política. Contudo, passando pela crise econômica, pelo *impeachment* de Dilma e pela operação Lava Jato, somados ao pânico causado pela promoção de políticas de cunho progressistas, como o projeto da Escola sem Homofobia, ocorreu uma guinada de grande parte do segmento evangélico à extrema direita. Essa guinada também ganhou força através da então assessora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica, Damares Alves que, em 2013, visitou igrejas do Brasil denunciando

os projetos de educação sexual do PT, estimulando, assim, propostas de educação doméstica (*homeschooling*) e a Escola sem partido (Pereira, 2023). Ela também foi responsável por aproximar Bolsonaro da bancada evangélica, o que culminou em resultados eleitorais imediatos. Na eleição de 2014, Bolsonaro obteve quatro vezes mais votos em relação a 2010, para deputado federal, em decorrência de sua ligação com os evangélicos.

Bolsonaro, a partir de 2014, vendo os ganhos que obteve, mudou sua atuação parlamentar, assumindo a defesa das pautas morais, batizando-se no rio Jordão pelo pastor Everaldo Pereira, presidente do Partido Social Cristão (PSC) e, na época, importante nome da igreja Assembleia de Deus. Bolsonaro, além de visitar várias igrejas para receber orações e citar versículos bíblicos, acabou forjando o *slogan* “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” (Pereira, 2023). Em um dos seus discursos de campanha, Bolsonaro disse que “O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. As minorias têm que se curvar para as maiorias” (IstoÉ, 2018). Toda essa manobra foi muito bem-sucedida, o que o ajudou a alcançar a presidência da república, em 2018, e a dar um amplo espaço à bancada evangélica em seu governo, consolidando, assim, uma extrema direita cristã no Brasil.

O enfoque dessa extrema direita cristã passou a ser dominionista e sua missão era impor a moral cristã utilizando a mídia e os poderes políticos numa tentativa de criar uma espécie de supremacia cristã, que seria a dominação cristã do Estado e da vida privada (Pereira, 2023). Ao mesmo tempo, essa tentativa de supremacia criou uma “guerra cultural” a ser travada contra toda manifestação e comportamento considerados contrários aos valores cristãos. Vimos essa tentativa de criar uma supremacia no governo Bolsonaro, ao colocar neopentecostais em cargos de poder ministerial, como Damares Alves (Ministra da Família) e André Mendonça, no STF, chamado por Bolsonaro de ministro “terrivelmente evangélico”.

Segundo Pereira (2023), os dominionistas, em geral, têm uma visão negativa do Estado, por “isso o querem mínimo, restrito às funções de segurança e justiça. Eles criticam as políticas sociais como uma espécie de idolatria do Estado. É como se dissessem ‘ruim com o Estado mínimo, pior ainda com o Estado máximo’” (p. 166). No sonho dominionista, o Estado deixaria de existir e os sujeitos seriam governados diretamente por Deus. Como isso não é viável, os dominionistas propõem que os cristãos ocupem os poderes do Estado.

Nesse sentido, Bolsonaro aproximou-se muito dos dominionistas, sendo um governo de viés explicitamente teocrático composto por sujeitos que pensam políticas públicas do ponto de vista religioso, chegando ao ponto de se referirem ao ex-presidente como o “ungido” de Deus, cuja missão é combater o mal. Para que esse mal seja combatido, é necessário conquistar esferas estratégicas da sociedade, como artes e entretenimento, mídia e comunicação, governo e política, economia e negócios, educação e ciência, família, igreja e

religião. Toda essa estratégia é propagada pela doutrina dos Sete Montes<sup>46</sup> e fomentada pelos livros dos pastores Fernando Guillen, André Torres e Marcelo Bigardi. Essa doutrina também é disseminada por meio de cursos e eventos ofertados por diversas igrejas, como a Lagoinha, por exemplo (Pereira, 2023).

Goulart e Gracino (2024), em seu artigo “A teologia do domínio”, relembram uma entrevista do pastor Silas Malafaia à *BBC*, em 2016, onde ele relatou um “Ato profético pelo fim da corrupção e da crise econômica no Brasil”, num evento em Brasília, com “profecias sobre o fim da corrupção após a era PT”; segundo Malafaia, o evento teria como objetivo “declarar que a corrupção vai acabar, que toda a bandalheira vai ser exposta”. Sendo uma fala que poderia vir a falhar, a jornalista o questionou e ele argumentou: “Quando Israel vivia períodos de crise, levantava um profeta que dizia que viriam tempos de paz e prosperidade. E aquilo tudo mudava. Então nós conhecemos essa prática”. E quem viria a ser esse “profeta” no Brasil? Bolsonaro. É nessa gramática que o bolsonarismo e parte do segmento evangélico se uniram.

No evento do dia 25 de fevereiro de 2024, antes de passar a palavra para o ex-presidente, o locutor disse: Deus não evitou que Golias enfrentasse Davi. Em seguida, ele disse “e agora eu chamo o mito Jair Messias Bolsonaro”. Nesse momento, houve implicitamente uma comparação entre Davi e Bolsonaro, ou seja, Davi, mesmo sendo um pecador, foi ungido por Deus, igual a Bolsonaro. É sob essas bases que funciona a teologia do domínio.

Trump é Davi, Bolsonaro é Davi, Milei é Davi. Porque Davi aqui é privilegiado, não é o menino que derrota Golias, que vence a força bruta com a inteligência e a astúcia. Aqui é o rei Davi, um modelo do pecador ungido, porque ele é o senhor das armas, ele é o rei de batalhas, ele é o senhor de um império, mas depois ele se arrepende, torna-se outro. Davi é abraçado pela teologia do domínio. Em outras palavras, Trump, Milei e Jair Bolsonaro, pouco importa os pecados que cometam, eles são ungidos. (Rocha, 2024, §18).

---

<sup>46</sup> O dominismo dos Sete Montes, também conhecido como “Mandato dos Sete Montes” ou “Teoria das Sete Esferas”, é uma estratégia de transformação cultural promovida por alguns movimentos cristãos, especialmente dentro do cristianismo evangélico e carismático. A ideia central é que, para transformar a sociedade e estabelecer o reino de Deus na Terra, os cristãos devem influenciar e dominar sete áreas ou esferas principais da cultura. Essas sete montanhas são: 1. Religião: influenciar e reformar instituições religiosas e promover a espiritualidade cristã; 2. Família: fortalecer valores familiares baseados em princípios bíblicos; 3. Educação: reformar os sistemas educacionais para refletir uma cosmovisão cristã; 4. Governo: participar da política e influenciar a legislação e governança de acordo com valores cristãos; 5. Mídia: controlar e criar meios de comunicação para divulgar mensagens cristãs e valores morais; 6. Artes e Entretenimento: impactar a cultura popular através de artes, filmes, música e outras formas de entretenimento; 7. Negócios: promover práticas comerciais e econômicas baseadas em princípios bíblicos de ética e justiça. Essa abordagem defende que, ao exercer influência nessas áreas, os cristãos podem transformar a sociedade de maneira abrangente, alinhando-a a valores bíblicos e à visão cristã do mundo.

Dessa forma, não importa quantas provas materiais, vídeos ou documentos apareçam como evidência dos crimes cometidos por Bolsonaro. Ele é como o rei Davi, que admite ser pecador e, ainda assim, é ungido por Deus. Por isso, seu capital eleitoral entre os neopentecostais até o presente momento continua o mesmo. Existe em todos os sujeitos, mas em especial no sujeito neopentecostal, uma relação intrínseca entre seu desamparo e o masoquismo moral que o leva a assujeitar-se à autoridade, ainda que tirânica. Sabemos que o sujeito, ao renunciar suas pulsões agressivas, potencializa outras demandas que reivindicam amor e proteção do outro, a fim de se sentir protegido diante dos perigos da vida. De acordo com Freud (1930/2020), em *O mal-estar na cultura*,

tendo em vista que a própria sensibilidade não teria levado o ser humano pelo mesmo caminho, ele tem de ter um motivo para se submeter a essa influência desconhecida. Esse motivo é fácil de descobrir em seu desamparo e em sua dependência dos outros, e pode ser mais bem caracterizado como medo [*Angst*] da perda de amor. Se ele perde o amor do outro, de quem é dependente, então ele também perde a proteção contra diversas espécies de perigo. (Freud, 1930/2020, p. 378).

O medo de perder o amor do outro, vivenciado pelo sujeito devido à renúncia da agressividade, pode levá-lo a se submeter a uma posição de servidão em relação a este outro, desde que seu sentimento de desamparo seja acolhido e amenizado. Dessa forma, ele se expõe, sobretudo,

ao perigo de esse outro superpotente lhe provar sua superioridade na forma de punição. O mal é, portanto, inicialmente, aquilo através do qual somos ameaçados com a perda do amor; por medo dessa perda, temos, necessariamente, de evitá-lo. É por isso que também faz pouca diferença se já fizemos o mal ou se apenas queremos fazê-lo; em ambos os casos, o perigo só surge quando a autoridade o descobre, e em ambos os casos esta iria se conduzir da mesma maneira. (Freud, 1930/2020, pp. 378-379)

O sujeito, diante de seu mal-estar e desamparo, sempre manterá uma relação com o outro com o qual pode assumir uma posição servil e de assujeitamento que nos leva à questão do masoquismo. De acordo com Gonçalves e Paravidini (2009), no artigo “Neopentecostalismo: desamparo e condição masoquista”, o masoquismo deve ser compreendido em sua proximidade com a condição do desamparo. Quando o sujeito se descobre com sua condição faltante, busca ligar-se ao outro como maneira de solucionar seu desamparo. Essa busca por proteção, no masoquista, o leva a se atrelar ao outro por meio da servidão. Em vez de encarar seu desamparo manifestado em suas mais diversas formas e, com isso, procurar a construção de alternativas ou possibilidades de driblar essa condição, “o sujeito escolhe percorrer os caminhos nos quais se prende à negação da castração. Por essas vias, ele se aferra ao único sabor possível, o gozo.” (Gonçalves; Paravidini, 2009, p. 1.195).

Em *O problema econômico do masoquismo*, Freud (1924/2011) explicita três formas que o masoquismo pode assumir: erógeno, feminino e moral. O masoquismo erógeno, ou seja, o prazer na dor, está ligado ao campo erótico e constitutivo do sujeito. Uma vez que a libido exerce a tarefa de anular os poderes destrutivos da pulsão de morte, desviando parte dessa pulsão para o exterior, outra parte dessa pulsão continua retida no organismo, originando um encontro dela com a libido. A partir dessa tensão entre eros e a pulsão de morte, se produz uma experiência de dor que, ao mesmo tempo, é prazerosa e erótica.

Contudo, o que nos interessa aqui são os masoquismos feminino e moral que, mais do que promover a associação entre prazer e dor, segundo Freud (1924/2011), apresentam uma relação de servidão com o outro: “o verdadeiro masoquista sempre oferece a face quando vê perspectiva de receber uma bofetada” (p. 173). O assujeitamento diante do outro se revela como uma possibilidade de saída do desamparo. Segundo Gonçalves e Paravidini (2009), essa forma de masoquismo se encontra presente não somente nas “relações mais estreitas vividas pelo sujeito. É possível observar também que as instituições reproduzem a lógica da servidão nas relações interpessoais, sobretudo quando se evidencia os cenários de crise nos quais se encontra o sujeito na atualidade.” (p. 1.196).

Diante das crises subjetivas e dos adoecimentos provocados pelo neoliberalismo, as igrejas neopentecostais irão se apropriar de discursos com promessas de cura e felicidade, desde que o sujeito adeque sua vida aos princípios bíblicos dirigidos por determinada liderança religiosa. Essa servidão é potencializada na esperança de desmentir a condição humana do desamparo.

De acordo com os discursos religiosos neopentecostais, a prevalência das marcas do mal-estar subjetivo deve ser considerada como resultado da falta de fé do fiel. Se ele ainda não gozou da plenitude da promessa divina é porque ainda deve percorrer as trilhas que conduzem a uma fé vitoriosa, e esse percurso será realizado na medida em que ele cada vez mais se esvaziar de si mesmo e docilmente se entregar a Deus. Noutras palavras, por essas trilhas o sujeito se vê permanentemente potencializando demandas. Porque a promessa não se cumpre é que ele é convocado a se colocar ininterruptamente em movimentos de busca, regido pela medida do assujeitar-se sempre um pouco mais. (Gonçalves; Paravidini, 2009, p. 1.197).

É nesse caldeirão que a extrema direita encontra seus seguidores mais fidelizados. Uma vez que o sujeito neopentecostal esteja “domesticado” por sua religião, subjugado por sua liderança e alimentado pelo medo infligido do pânico moral, essa mesma liderança religiosa, ao apontar Bolsonaro como o ungido e escolhido de Deus, não terá nenhuma dívida em identificar-se a ele e a transformá-lo num “mito”. Nesse sentido, o espaço de afirmação e de “promoção das diferenças dos outros é negado porquanto se constitui como experiência de ameaça à estabilidade e à integridade das massas que sustentam identidades homogeneizadas e fixas.” (Gonçalves; Paravidini, 2009, p. 1.198).

## CAPITULO 3

### O “cidadão de bem” e a extrema direita

#### 3.1 “Cidadão de bem”: a construção de um discurso

Em seu artigo “Quem é o ‘cidadão de bem’?”, Costa (2021) escreve que a noção desse personagem é um tipo de estratégia discursiva ideológica que expressa uma patologia na sociedade brasileira. Uma vez que a noção de cidadania exige a generalização de determinado *status* político (“cidadão”), o complemento (“de bem”) pressupõe uma hierarquia moral que nega a universalização dos direitos para todos, ou seja, o direito e a cidadania serviriam apenas a determinados tipos de sujeitos, os considerados “de bem”. Aqueles identificados nessa classificação, sentem-se politicamente e moralmente superiores em relação aos outros que estão à margem dessa categoria. O elemento comum dos discursos do “cidadão de bem” é o da criminalização de determinadas condutas consideradas imorais, como o dia da Visibilidade Trans, a Parada LGBTQIAP+, a Marcha das Mulheres, etc. Tudo isso se traduz numa tentativa de exclusão da cidadania a determinados segmentos, ao mesmo tempo que esse grupo não deveria receber o mesmo tratamento público que seria dispensado ao “cidadão de bem”.

O cidadão de bem é aquele que merece a cidadania, a política pública, o tratamento educado do policial, o que tem o direito de participar. Aquele que não faz parte dessa categoria representa um elemento perigoso, que vem de espaços marginais, polui e contamina. (Bueno *et al.*, 2016, p. 348).

O “cidadão de bem”, dessa forma, corresponderia a uma parcela da população que, possuindo uma cidadania relativa, reivindica sua plenitude de maneira autoritária e reacionária, por intermédio de um líder capaz de libertá-los dos grilhões. Jesus (2019), no artigo “A ideologia do ‘cidadão de bem’”, exprime que esse “personagem promoveria uma incursão para restituir os seus valores morais fundamentais e impô-los ao conjunto da sociedade, a restituir a ‘*ordem*’ das coisas.” (Jesus, 2019, p. 12).

O termo “cidadão de bem” é uma tradução oriunda da pós-crise econômica da década de 1980, da categoria “trabalhador”. Se durante a década de 1980 vigorava o binômio “trabalhador” *versus* “vagabundo”, ou seja, aquele que trabalhava de maneira honesta contra aquele que, em vez de procurar trabalho, ficava nas ruas cometendo crimes ou mendigando, atualmente o termo “cidadão de bem” se transformou numa expressão mais abrangente, não se restringindo apenas ao trabalhador, mas incluindo todo aquele que defende a família, Deus e a pátria – e, por outro lado, a alcunha de “vagabundo” passou a incluir todos aqueles que não seguem determinados valores sociais, não apenas a pessoa em situação de rua ou o

criminoso (Bueno *et al.*, 2016). Nessa categoria, entraram também os considerados “comunistas”, “esquerdistas”, “petistas”, bem como os movimentos identitários, de direitos humanos, etc. Aqui, encontraremos um forte elemento narcísico que serve como argamassa libidinal para distinguir o Eu dos Outros. Segundo Maitino (2020), em “Populismo e bolsonarismo”,

a esquerda e o comunismo passam, então, a ser associados a qualquer ação tida como imoral ou negativa. A desconfiança popular em relação à política, porém, é generalizada – trata-se, afinal, de um terreno de corrupção e mentira. Se a direita é o moral e a política é imoral, também partidos de direita podem ser chamados comunistas. (Maitino, 2020, p. 15).

No artigo “Adolescência e ato infracional: violência institucional e subjetividade em foco”, Azevedo (2017) revela que a concepção do “cidadão de bem” opera no plano discursivo como demarcador moral de relações objetivas de segregação social e de violências, sobretudo a violência policial, que se reflete na aceitação pública da violação e da humilhação contra corpos de sujeitos considerados “suspeitos”, ou seja, corpos de jovens negros e pobres das periferias (Azevedo *et al.*, 2017). Contudo, o que devemos ter sempre em mente é que o termo “cidadão de bem” não se refere a um sujeito concreto, mas, sim, a um fenômeno discursivo com o qual vários sujeitos, independentemente da classe pertencente, possam se identificar. Esse discurso confere legitimidade a determinadas práticas sociais ao mesmo tempo que reforça preconceitos e posições de poder.

A violência do “cidadão de bem” atua a partir desse saber, que classifica de maneira arbitrária aquele que é considerado “cidadão” em relação a quem é considerado “inimigo”. Essa violência institucional encontrou, desde a redemocratização brasileira na década de 1980, na figura do “cidadão de bem”, um modo de ancoragem e sobrevivência. Se por um lado a cidadania, de maneira discursiva, é amparada legalmente, com todos os cidadãos brasileiros pertencentes efetivos de uma comunidade política, ao mesmo tempo e contraditoriamente ela permanece sendo negada no cotidiano em formas de violência e marginalização social.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu primeiro artigo, a cidadania e a dignidade da pessoa humana como fundamentos do Estado brasileiro; todavia, isso não significou a concretização de práticas sociais de generalização da cidadania e do respeito a todos os brasileiros (Bueno *et al.*, 2016). A democracia brasileira ainda possui contornos geográficos (Silva, 2010; Souza, 2012). A efetivação real da cidadania depende de uma adesão social que confere, a todos, determinados direitos e deveres, liberdades e restrições, poderes e responsabilidades que são reguladores das sociedades modernas (Costa, 2021).

Os efeitos práticos dessa ruptura social, no que tange à cidadania, dificultam políticas públicas no que diz respeito à universalização dos direitos humanos. Frases que atravessam nosso cotidiano, como “bandido bom é bandido morto”, “direitos humanos para humanos direitos”, entre outras, são exemplos práticos de como a violência ganha eficácia simbólica a partir da dicotomia “cidadão de bem” *versus* “inimigos”, expressa-se em linchamentos públicos e tem a conveniência e os aplausos de uma parcela nada pequena da população em relação a operações policiais homicidas (Costa, 2021).

Além do mais, a expressão “cidadão de bem” retira da cidadania sua eficácia simbólica, mantendo formas de dominação e segregação em que a cidadania é vista operante para alguns e não efetivada para outros. Isso fica demonstrável na tentativa discursiva de o “cidadão de bem” argumentar e justificar uma violência ou uma desigualdade social utilizando frases como “o governo desarmou o ‘cidadão de bem’, mas protegeu a bandidagem”, “se fosse um ‘cidadão de bem’, não teria sido abordado pela polícia”, “o pessoal dos direitos humanos não quer saber da família do ‘cidadão de bem’” (Costa, 2021, p. 6), etc.

Utilizamos sempre “cidadão de bem” entre aspas, pois não existe cidadania efetiva adjetivada. Contudo, esse termo retira sua força precisamente das relações concretas de dominação que se estabeleceram em nossa sociedade. E isso nunca ou, raramente, é debatido no espaço público. Induzido pelo narcisismo, o “cidadão de bem” necessita dessa classificação “do bem” para continuar justificando sua opressão sobre os demais (Costa, 2021).

Para realizar as devidas críticas quanto ao termo “cidadão de bem”, temos que ir além do mero jogo acusatório do sujeito extremista reacionário e demagogo. Seu surgimento nos leva a fazer uma avaliação sobre como compreendemos a efetivação da cidadania em nosso país como um ideal civilizatório (Costa, 2021).

Nas manifestações de 2013 e de 2015/2016, que continham setores democráticos insatisfeitos com a gestão petista, também se observavam grupos antidemocráticos declaradamente favoráveis ao retorno do autoritarismo no poder. Nesse momento, o discurso ideológico do “cidadão de bem” ganhou mais força ao se denominar um sujeito político defensor da moralidade pública, do combate à corrupção e de um suposto resgate do patriotismo, com os dizeres “o gigante acordou”. E isso ocorreu concomitantemente à associação de símbolos nacionais, como o hino e a bandeira nacional.

Outros movimentos sociais que detinham diferentes pautas definidas passaram a ser considerados contrários ao “cidadão de bem” e, portanto, inimigos da pátria. As massas do campo conservador e liberal, através da utilização desses símbolos, conseguiram condensar seus anseios distintos, como a defesa liberal da propriedade privada, até o extremo conservadorismo nos costumes, mesmo que o preço fosse a eliminação de seus adversários considerados “comunistas”. Segundo Costa, “assim, em situações de conflito, passa a ser

próprio do uso retórico do “cidadão de bem” defender publicamente o extermínio de seus inimigos” (2021, p. 7).

No nosso contexto político, a ascensão dos populismos de extrema direita, que possuem características beligerantes, expressa-se pelo fenômeno bolsonarista. A figura do “cidadão de bem” está ligada a um tipo de patriotismo ufanista e reacionário, evidenciado pelo *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Tal discurso, contudo, não significa necessariamente um genuíno “amor ao país”, mas uma expressão da figura do “cidadão de bem” ao nível das relações internacionais, uma vez que envolve tanto um ataque cego e insistente aos países considerados inimigos (tais como: Venezuela e Cuba, por exemplo) como a idealização de países considerados amigos (como EUA e Israel). (Costa, 2021, p. 7).

A noção de “cidadão de bem” fez surgir o ódio como afeto político e, com isso, a impossibilidade de uma implementação cidadã plena e efetiva na vida democrática brasileira. O casamento do neoliberalismo econômico e as tendências fascistas têm gerado, não só no Brasil, mas em todo o mundo, um sistema necropolítico que persegue obstinadamente os direitos humanos, ameaçando e fragilizando o Estado de direito. A existência do “cidadão de bem” contribui com a não efetivação da cidadania e mantém o *status quo* de privilégios antigos da elite brasileira que, nesse caso, representa uma ameaça à democracia (Costa, 2021).

O “cidadão de bem” seria a resultante de fatores que impossibilitam a configuração plena da cidadania brasileira. Ou seja, a ausência de um sentido público, restos da escravidão, da indolência, do patrimonialismo, estamento, compadrio, cordialidade, coronelismo, populismo, ou seja, todos os elementos que impediram a emergência do povo como agente político e permitiu o predomínio do poder privado, do individualismo, do corporativismo que assegurou poderes ao estamento militar, a oligarquia agrária e ciclos de tirania como o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985). (Jesus, 2019, p. 12).

Outra questão relevante é que vivemos sob a égide do discurso capitalista, no qual os imperativos impõem o acúmulo de capital por meio da produção e do consumo. Além disso, esse modelo favorece políticas neoliberais, nas quais o sujeito é condenado e comandado pelo que produz por meio dos saberes tecnológico e científico – preso num fluxo repetitivo em que, quanto mais consome, mais insatisfeito fica. Por outro lado, se o discurso capitalista enfraquece os laços sociais, o neoliberalismo atua juntamente com o neoconservadorismo, criando a argamassa libidinal entre os sujeitos e elaborando uma “nova” categoria de “cidadão de bem” que defende os valores cristãos, a família tradicional, a criminalização do aborto, o controle das questões sexuais, o não reconhecimento de direitos dos grupos minoritários, etc. Tudo isso para compensar a falta de coesão produzida pelos ideais dessa política.

### 3.2 O neoliberalismo e a lógica do condomínio

O neoliberalismo surgiu na década de 1930, a partir de trabalhos realizados por cientistas políticos, economistas e filósofos, dentre os quais destacaram-se o austríaco Von Hayek e o estadunidense Milton Friedman. Esse grupo de intelectuais era contrário à implementação do Estado de bem-estar no período do pós-guerra, alegando que esse tipo de política acabaria com a liberdade das pessoas e a competição dos mercados, que são, segundo estes pensadores, fundamentais para a prosperidade dos sujeitos e da nação. Essa força política, de acordo com Chauí (2020), em seu artigo “O totalitarismo neoliberal. Anacronismo e Irrupción”, criou mais tarde a chamada Escola de Chicago.

No entanto, essas ideias permaneceram engavetadas até a crise capitalista dos anos 1970, o que gerou baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação. Os pensamentos de Hayek e Friedman começaram a ser escutados nesse período, pois eles ofereciam uma explicação para a crise econômica. Segundo eles, o colapso econômico havia sido causado pelo grande poder de que detinham os sindicatos e os movimentos operários, que cobravam por aumento dos salários e exigiam do Estado incremento dos encargos sociais. Dessa forma, esses movimentos teriam arruinado os lucros obtidos pelas empresas e provocado processos incontroláveis na inflação. Tendo feito o diagnóstico, Friedman e Hayek propuseram as seguintes soluções: um Estado forte cuja função seria dar estabilidade monetária e incentivo a investimentos privados, para minar o poder sindical e os movimentos trabalhistas, visando ao corte de investimentos sociais. Com isso, seriam reduzidos os impostos sobre o capital e as fortunas e, ao mesmo tempo, os impostos sobre a renda individual, o comércio e o consumo aumentariam, deixando que a regulação da economia fosse realizada pelo próprio mercado, com sua própria lógica. Dessa maneira, o neoliberalismo

dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais, de sorte que a privatização tanto de empresas quanto de serviços públicos tornou-se estrutural. Disso resulta que a ideia de direitos sociais como pressuposto e garantia dos direitos civis ou políticos tende a desaparecer por que o que era um direito converte-se num serviço privado regulado pelo mercado e, portanto, torna-se uma mercadoria a que têm acesso apenas os que tem poder aquisitivo para adquiri-la. Numa palavra: o neoliberalismo é o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado. (Chauí, 2020, p. 312).

Essa nova forma de controle de capital, segundo a autora (2020), gera uma série de impactos, como:

- A) desemprego estrutural, resultando, assim, no desenvolvimento da pobreza e no consequente aumento da polarização de classes;

- B) terceirização do trabalho, gerando precarização e perda de direitos com a fragilização dos sindicatos; polarização entre bolsões de miséria absoluta e riqueza opulente num mesmo país, substituindo a polarização entre países “de primeiro” e “de terceiro” mundo;
- C) transnacionalização da economia, em que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial operam com um único dogma: estabilidade econômica e corte do déficit público, conduzindo a formas clássicas do imperialismo (colonialismo político-militar, geopolítica de áreas de influência, etc.);
- D) novo poder planetário de vigilância e de controle que suplanta os Estados nacionais e as particularidades sociais pelo uso das novas tecnologias de informação, possibilitando a formação de consórcios empresariais regionais/globais, que, por meio do Internet Protocol, detém o monopólio de todos os endereços mundiais e controlam todo o sistema informativo/comunicativo da humanidade.

Diante de todas essas características, compreendemos porque o Estado mínimo é uma peculiaridade do neoliberalismo. A partir desse modelo, a privatização de empresas e serviços estatais torna-se um dos princípios fundamentais. Nesse sentido, os direitos sociais transformam-se em serviços privados, regulados pelo mercado e usufruídos apenas para quem tem condições financeiras para pagá-los. De acordo com Medina (2022), em “Neoliberalismo e conservadorismo: quem são os ‘cidadãos de bem’ ressentidos?”, o neoliberalismo atua também para além do campo econômico, criando novas formas de interações sociais, formas de vida, de subjetividades e também de sofrimento (Medina *et al.*, 2022). No contexto neoliberal, por meio do sofrimento do trabalhador ou do cidadão em geral, pode-se extrair mais produção e mais gozo (Dunker *et al.*, 2021).

Encontrar o melhor aproveitamento do sofrimento no trabalho, extraindo o máximo de cansaço com o mínimo de risco jurídico, o máximo de engajamento no projeto com o mínimo de fidelização recíproca da empresa, torna-se regra espontânea de uma vida na qual cada relação deve apresentar um balanço e uma métrica. (pp. 9-10).

É por essa razão que o neoliberalismo não pode ser observado apenas como uma teoria sobre o funcionamento da economia, mas também como um modo de vida definido por uma política para a nomeação do mal-estar e por uma estratégia específica de intervenção com relação ao estatuto social do sofrimento (Dunker *et al.*, 2021).

Essa forma de vida articula moral e psicologia, economia e direito, política e educação, religião e teologia política, propondo um tipo de individualização baseado no modelo da empresa. Uma vida que deve ser apreendida, dirigida e avaliada como se o faz com uma empresa. (p. 9).

Como o neoliberalismo molda nossos desejos, ele também incide sobre a produção do nosso sofrimento, determina como e se devemos falar ou silenciar, reconhecer ou criticar modalidades específicas de sofrimento, recodifica identidades e valores pelos quais os sujeitos são modificados diante do outro e do social (Dunker *et al.*, 2021).

Essa tomada de espaço em todas as áreas do sujeito pela lógica neoliberal enfraquece os laços sociais, produzindo sujeitos hiperindividualistas reduzidos ao consumo, à acumulação de riqueza e à produção. Por isso, segundo Chauí (2020), o neoliberalismo é um novo formato de totalitarismo. Nas experiências totalitárias, o Estado absorve a sociedade; no neoliberalismo, ocorre o contrário. A lógica empresarial transforma o Estado em empresa e

mascara o desemprego estrutural com a uberização do trabalho; o indivíduo não é mais visto como membro de uma classe social, mas como um empreendimento, “empresário de si mesmo”; a concorrência que guia os comportamentos sociais, é denominada de meritocracia; o salário é tido como renda individual; a educação é um investimento para ensinar crianças e adolescentes a se comportarem de forma competitiva. Essa orientação para a concorrência é fonte de ódios, ressentimentos e violência, especialmente, dirigidos aos grupos vulneráveis, o que inviabiliza o sentimento de solidariedade social. (Medina *et al.*, 2022, p. 11).

De acordo com Medina *et al.* (2022), quando o Estado se fantasia de empresa ocorre, juntamente com essa transformação, a privatização dos direitos sociais. A consequência disso é a deterioração da democracia e a fratura da cidadania.

Em conformidade com Dardot e Laval (2016), na obra *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, a abrangência neoliberal é tão enorme que evapora a separação entre a esfera privada e a esfera pública, corroendo, assim, os fundamentos da democracia liberal, tais como a primazia da lei como ato do Legislativo e a subordinação do poder Executivo ao poder Legislativo, a delimitação do direito público e do privado, a relação do sujeito com o “bem público” e sua valorização em sua participação no que tange à existência da comunidade política e uma certa irredutibilidade da política e da moral ao econômico.

A racionalidade neoliberal, de acordo com os autores (2016), no entanto, conseguiu a dissolução do direito público em benefício do direito privado, a submissão da ação pública aos critérios da rentabilidade e da produtividade, o fortalecimento dos poderes da polícia sobre o controle judicial, a promoção do “cidadão-consumidor”, encarregado de arbitrar entre “ofertas públicas concorrentes”, demonstrando, assim, o esgotamento da democracia liberal como base política.

Assim, desaparece o cidadão, como sujeito de direitos, e, numa visão estritamente individualista, entra em cena o “homem empreendedor”, a quem a sociedade não deve nada, que “tem que se esforçar para conseguir o que quer”, pois não há “nada de se

falar em direitos se não houver uma contrapartida”. Essa ação pública orientada de forma gerencial afronta a lógica democrática da cidadania social, reforçando lógicas de exclusão e criando um número crescente de “subcidadãos” ou “não cidadãos”. (Medina *et al.*, 2022, p. 12).

Essa racionalidade neoliberal, pouco a pouco, passa a contestar os direitos sociais que encontram-se intimamente ligados a práticas dos fundamentos culturais, morais e jurídicos. Quando o desempenho se torna o único critério de uma política, os princípios morais e jurídicos da democracia liberal perdem o sentido. As leis e as normas se transformam em instrumentos de valor relativo. O cinismo, a ignorância, o menosprezo, a arte e a cultura, juntamente com a arrogância do dinheiro e a brutalidade da dominação, viram títulos para governar em nome de uma suposta “eficácia”. “Nesse sentido, não estamos lidando com um simples ‘desencantamento democrático’ passageiro, mas com uma mutação muito mais radical, cuja extensão é revelada, à sua maneira, pela dessimbolização que afeta a política.” (Dardot & Laval, 2016, p. 375).

O que a lógica neoliberal traz com a transformação do Estado em empresa é a exclusão crescente de determinados grupos de sujeitos à condição de cidadãos, bem como a indistinção entre a coisa pública e o privado, algo que Dunker sinalizou como a *lógica do condomínio*. Para Dunker (2016), o Brasil não conseguiu construir, ao longo de sua história, uma cultura que tornasse a diferença um valor positivo. Para localizar esse sintoma social da impossibilidade de o sujeito lidar com as diferenças, Dunker (2016) escolheu fazer uma analogia com a lógica do condomínio.

O condomínio brasileiro tem uma aceitação oriunda das capitanias hereditárias, com a função de defesa. Os primeiros foram construídos em São Paulo, em 1973, e se espalharam no restante do país, ligados por um mesmo tipo de financiamento sócio aos *shopping centers*. Tanto os condomínios quanto os *shoppings* nasceram no mesmo momento e seguem a mesma lógica. O condomínio tem muros que, ao mesmo tempo, são materiais e simbólicos; e têm um síndico, cuja função é instrumentalizar a lei. O muro é, além de uma estratégia de invisibilização do outro, uma forma de dar margem para as nossas fantasias inconscientes. Ora, quando nos fechamos para o outro, começamos a ser habitados por este outro, que se torna uma figura que nos ameaça. Nesse sentido, criamos uma mentalidade paranoica, achando que esse outro que está além do muro pode nos atacar caso consiga ultrapassá-lo. Por outro lado, há uma multiplicação de todo tipo de pequena concorrência, de exibição, de um laço social baseado na inveja, tal qual numa sociedade neoliberal impera (Dunker, 2016).

Outra característica dessa lógica perpassa pela figura simbólica do síndico. Ele é o mediador, alguém que deveria representar a lei e, com isso, estabelecer a ponte de diálogo entre o público e o privado, o Estado e a sociedade civil. Todavia, o que ocorre a partir da lógica do condomínio é que ele se autonomiza e vira uma forma de poder, instrumentalizando

e hiperinflacionando leis, criando mais leis contraditórias entre si, dando espaço para a corrupção dentro dessas leis, etc. (Dunker, 2018).

Na Lava-Jato, há uma espécie de mutualismo entre o governo e a empresa, a demissão do Estado, a transferência do seu funcionamento para um síndico. Esse síndico é o cara que administra o repasse de verbas, que é o cara que produz e nem é propriamente político. É uma figura intermediária de autoridade e de poder. Você tem dentro do Estado, condomínios. São figuras difíceis de situar. São do público ou do privado? Uma forma de falar do condomínio é que se trata de uma patologia da relação entre o público e o privado. (Dunker, 2016, §5).

Outro traço da lógica de condomínio é o sofrimento. De acordo com Dunker (2018), são sofrimentos baseados em dois afetos fundamentais: o medo e a inveja, os quais estão ligados à ideia do objeto invasor.

Quando se pergunta para a pessoa “por que você sofre?”, ela geralmente responde “porque há um objeto a mais na minha vida”. Porque tem droga, porque tem bebida, porque tem gente que não é como a gente. Logo, a solução é excluir esse objeto. Nesse sentimento generalizado de insegurança, erguem-se muros, precisa-se de mais câmeras, catracas, mais vigilância, mais polícia, mais leis, e mais aplicação das leis. (§7).

A lógica do condomínio, para além da incapacidade de demonstrar a dificuldade do sujeito em lidar com a diferença, é uma alusão a sociedades neoliberais baseadas na expansão da concorrência, na mesma identidade e na exclusão do diferente. “Ele estabelece uma gramática do tipo ‘iguais até aqui, diferentes depois daqui’.” (Dunker, 2016, §9). Partindo dessa lógica, o sujeito vai constituindo políticas, alianças, adversários e inimigos.

Na realidade brasileira, o governo Bolsonaro levou ao extremo a escola neoliberal e a lógica do condomínio, ou seja, construiu muros cada vez maiores e, assim, acentuou as diferenças entre os sujeitos. A política foi reduzida à mesma “lógica do condomínio”, em que elegemos cada vez mais síndicos e menos políticos. O bolsonarismo continuou sendo, em 2023, um fenômeno da extrema direita de grande força nacional. Mesmo com a derrota de Bolsonaro, o bolsonarismo saiu vitorioso da eleição de 2022, se comparado ao campo progressista, elegendo vários governadores, senadores e deputados federais e estaduais.

No campo político, discursos acerca de privatizações de estatais, redução de direitos sociais e fim de ações afirmativas, somados a um conservadorismo moral, reacionário, conspiratório e autoritário ainda exercem uma sedução em parte significativa da população brasileira, mesmo depois de inúmeras crises, polêmicas, escândalos de corrupção, desvalorização da moeda, aumento das taxas de desemprego, fragilização das leis trabalhistas, mortes preveníveis durante a pandemia de covid-19, pela inexistência de uma política nacional de controle da epidemia, etc. – marcas do governo anterior.

Diante disso, porque alguns sujeitos continuam cativados a um sistema político que os oprime? Acreditamos que a recompensa narcísica, ancorada no neoconservadorismo e em suas pautas morais, dará ao “cidadão de bem” uma forma de compensação diante do mal-estar gerado pela política neoliberal.

### 3.2.1 *Neoconservadorismo e laço social no neoliberalismo*

O neoliberalismo encontrará, através do neoconservadorismo, a estrutura libidinal que aglutinará os “cidadãos de bem” em torno das pautas morais. A falta de solidariedade e o desmonte das políticas públicas no neoliberalismo resultaram no enfraquecimento dos laços sociais. “O que [...] preenche [essa falta], no discurso neoconservador, são os valores religiosos e a defesa da família ‘natural’, de um lado, e, para aqueles que não se ajustam, a punição rigorosa via sistema criminal.” (Lacerda, 2018, p. 19).

A intelectualidade neoconservadora se organizou durante o período da Guerra Fria, criando um movimento baseado no liberalismo econômico, no tradicionalismo moral e no anticomunismo (Lacerda, 2018).

O neoconservadorismo é um movimento político que forjou um ideário privatista (defende o predomínio do poder privado da família e das corporações), antilibertário (a favor da interferência pública em aspectos da vida pessoal), neoliberal (contra a intervenção do Estado para a redução das desigualdades), conservador (articula-se em reação ao Estado de bem-estar, ao movimento feminista e LGBT) e de direita (se opõe a movimentos reivindicatórios que buscam maior igualdade de direitos). (Lacerda, 2018, p. 69).

O neoconservadorismo, nesse sentido, tem uma mentalidade, um corolário de preferências que coaduna idealismo punitivismo externo e interno, livre mercado, valores da direita cristã, além de apoio ao movimento sionista e de regimes militares. Sua base linguística é privatista, “seja no sentido de garantir o total livre mercado, livre de ingerências estatais; seja no sentido de se manter intocado o poder patriarcal” (Lacerda, 2018, p. 69).

Sua especificidade reside na atenção às questões sexuais e reprodutivas. A defesa da família tradicional e dos valores religiosos será a argamassa libidinal que ligará essa mentalidade ao neoliberalismo. Dessa forma, o fortalecimento das famílias e dos papéis convencionais de gênero se tornam necessários para que os sujeitos não dependam de políticas públicas. Em relação à pobreza, a linguagem tanto neoconservadora quanto neoliberal seria o punitivismo, ou seja, o rigor penal (Lacerda, 2018). “Atuaram em nome da expansão da palavra de Deus, do combate ao comunismo, em uma guerra espiritual do bem contra o mal.” (p. 69).

De acordo com Kalil (2020), em “Políticas antiderechos em Brasil: neoliberalismo y neoconservadorismo em el gobierno de Bolsonaro”, a história recente do Brasil alude a um processo em que a aliança entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo conduziu Bolsonaro à presidência da república. Para que possamos compreender melhor esse fato, temos de voltar um pouco ao nosso passado próximo, que se inicia com o processo de redemocratização pós-Ditadura Militar.

O Brasil iniciou esse processo através da Constituição de 1988, que se traduziu na criação de uma série de políticas públicas, legislações e projetos de direitos humanos. Durante esse período, foram criados o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Unificado de Assistência Social (SUAS). O país também começou a seguir e a ratificar as decisões das conferências internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), como parte da expansão dos direitos humanos, e um dos resultados desse processo foi a criação do Primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos, em 1996, e, depois da participação na Conferência dos Direitos Humanos de Viena, o Segundo Plano Nacional de Direitos Humanos, criado como forma de revisar o primeiro (Kalil, 2020).

Durante a década de 2000, marcada pelo governo petista, houve a criação de programas sociais de transferência de renda que reduziram as desigualdades sociais, bem como a formulação de políticas de gênero e sexualidade e de combate ao racismo. A Secretaria de Direitos Humanos e das Mulheres, que estava sob a tutela do Ministério da Justiça, ganhou estatuto ministerial e autonomia. Além disso, também foi criada a Secretaria Nacional de Promoção e Igualdade Racial (Kalil, 2020).

No final dos anos 2000, foram feitos amplos debates com a participação da sociedade para a elaboração do Terceiro Plano de Direitos Humanos, que incluía a igualdade de gênero como premissa fundamental. Direito à liberdade de orientação sexual, combate à homofobia, direitos das famílias homoafetivas e ampliação das políticas do SUS para o atendimento de sujeitos transexuais foram algumas das ações. Também se reconheceu o direito à memória e à verdade dos crimes cometidos durante a Ditadura Militar e a necessidade de ações afirmativas para a inclusão de negros e indígenas nas universidades, entre outras ações (Kalil, 2020).

Embora as reações contra o terceiro plano de direitos humanos não tenham sido visíveis nas ruas ou em outras formas de mobilização popular, a resistência conservadora na legislatura brasileira durante a década de 2010 está estritamente relacionada com os temas deste plano. (Kalil, 2020, p. 39).

Contudo, os anos de 2010 foram marcados pela contraofensiva neoconservadora, que se mostrava contrária à secularidade do Estado e favorável à posse de armas, oposta à diversidade de orientação sexual e de gênero, bem como sua discussão nas escolas, oposta

às políticas de cotas, mas de acordo com uma possível intervenção militar e com o Estado mínimo, entre outros temas. Foi nessa época que Bolsonaro começou a ganhar holofotes nacionalmente, participando de programas de auditório e se tornando uma das principais vozes da bancada religiosa no Congresso Nacional. Dessa contraofensiva neoconservadora que, através da expansão dos direitos das mulheres e da discussão sobre diversidade sexual nas escolas, foi criado, pejorativamente, o chamado “*kit gay*”, que seria uma das plataformas que iriam alçar a eleição de Bolsonaro à presidência em 2018, juntamente com a criminalização do PT, exaustivamente explorada pela mídia tradicional através da Lava Jato.

A eleição de Bolsonaro só foi possível a partir da coalizão entre neoliberalismo e neoconservadorismo, que dividiu a sociedade em dois grupos: os “cidadãos de bem” e os “comunistas”, cuja principal ação do governo é realizar uma limpeza ideológica, social e política no campo da esquerda.

Do primeiro lado, situam-se patriotas e produtores, ou seja, os que não dependem das redes de seguridade do Estado para se ter acesso à saúde, à educação e à segurança, ou seja, os ricos. Estes, valem-se de uma guerra semiótica para desqualificar todo aquele que se encontra na outra ponta. São eles designados de “parasitas”. (Almeida & Carvalho, 2022, p. 5).

Essa segregação entre os “cidadãos de bem” e os “comunistas” reveste narcisicamente o sujeito da extrema direita, que, mesmo estando em situação de vulnerabilidade social, considera-se “não pertencente à classe dos esquerdistas”. O “cidadão de bem” mais fragilizado socialmente, na ilusão de estar defendendo seus próprios interesses, não percebe que sua subjetividade foi moldada para proteger “a voz oculta dos donos das riquezas”, pondo em “marcha da ilusão detrativa contra a sua própria condição” (Almeida & Carvalho, 2022, p. 5).

Essa ligação entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo se assenta nas bases do funcionamento de produção de novas identificações regressivas, e busca segurança na massa por meio da idealização projetiva ao líder como forma de encontrar proteção diante de seu desamparo em relação à degradação das redes de proteção social. Assim, podemos dizer que o neoliberalismo opera concomitantemente com o neoconservadorismo no intuito de manter sua acumulação de capital. Nesse sentido, é importante considerar tal perspectiva por meio da

ordem capitalista das coisas monotéistas, monoenergética, monossignificante, monolibidinal, em suma, radicalmente sem beleza, onde nada pode evoluir a não ser com a condição de que tudo permaneça no seu devido lugar. As produções subjetivas (as subjetividades) são compelidas a se submeter a esses axiomas de equilíbrio, de equivalência, de constância, de eternidade. (Guattari *apud* Almeida & Carvalho, 2022, p. 9).

Segundo Almeida e Carvalho (2022), no artigo “Neoconservadorismo e arcaísmos no neoliberalismo: implicações para a corrosão da inclusão escolar”, a palavra “mono” expressa valor único, ou seja, uma demanda por identidade homogênea, que sequestra a multiplicidade, permitindo a naturalização de violências contra o outro não pertencente a essa homogeneidade. É isso que Freud (1921/2020) forjou, considerando o fator regressivo do Eu como um mecanismo de defesa diante dos desafios e das adversidades que a realidade nos impõe. As massas, nesse sentido, agirão na mesma proporção que “o hipnotizador desperta no sujeito uma porção da herança arcaica” (Freud, 1921/2020, p. 205), ou seja, na sua necessidade de proteção, de ser acolhido por seus genitores e de ter suas necessidades satisfeitas. E continua: “A hipnose tem todo o direito de ser caracterizada como uma massa a dois; para a sugestão, resta a definição de ser uma convicção que não se baseia na percepção nem no trabalho do pensamento, mas na ligação erótica”, completa Freud (1921/2019, p. 206).

Diante da ansiedade provocada pelas imposições monoteístas neoliberais, o sujeito, movido pelo medo de não pertencer a uma ligação com os outros, encontra na massa uma forma de suspender essa angústia. A massa, com seus efeitos regressivos, reprime nos sujeitos sua consciência e seus efeitos de julgamento, discernimento e distinção entre realidade e fantasia. A força da massa é semelhante ao enamoramento em suas mais desenvolvidas formas que “chamamos de fascinação, de servidão apaixonada” (Freud, 1921/2020, pp. 188-189).

Com os arcaísmos, os vínculos com a vida social encerram-se na ilusória destruição do que justamente permitem os vínculos com a vida social: a alteridade, as diferenças e as singularidades humanas, os lugares-experiências-outros da produção material, a multiplicidade das culturas e de suas expressividades e, ao que concerne nosso interesse, a tecnoplasticidade somática como eficiência idiossincrática, heterogênea e aberta às polivocidades de sentido. (Almeida & Carvalho, 2022, p. 10).

Com os efeitos arcaicos da massa, a agressividade torna-se o efeito unificante. De um lado, situam-se sujeitos marginalizados socialmente que estão fora do espectro do delírio da massa, mas que são extremamente necessários para os processos identificatórios dela; por outro lado, estão os “cidadãos de bem”, que se associam através da “servidão apaixonada” por Deus, pátria, família, partido e líder, um substituto do pai primevo, que engendra fantasias de proteção (tão conhecidas e estudadas por Adorno e outros autores), algo tipicamente encontrado nos líderes fascistas e nazistas. Diante desse regressismo das massas, fica fácil compreender que, para os sujeitos a ela pertencentes, segundo Mbembe, em *Políticas da inimizade* (2017),

não há nem culpa, nem remorso, nem reparação. Tampouco existem injustiças que devemos reparar, ou tragédias que possamos evitar. Para unir, é preciso necessariamente dividir; e cada vez que dizemos “nós”, devemos a todo custo excluir alguém, despojá-lo de alguma coisa, proceder algum tipo de confisco (p. 70).

Os marginalizados socialmente escancaram de forma “pornográfica” a falência do neoliberalismo, por isso, nesse sentido, devem ser atacados e ter seus direitos suprimidos. São vistos como parasitas que dependem exclusivamente do Estado para manter seus “privilégios”, pois não têm vontade de alcançar o sucesso por meio de seus próprios méritos. Dessa forma, o neoconservadorismo, por intermédio das massas, é a argamassa que liga as conveniências neoliberais e seus valores, uma vez que “são formas de justificar o injustificável, de dar fé à má-fé, de abraçar o inexplicável como única forma aceitável dos delírios massificados” (Almeida & Carvalho, 2022, pp. 10-11).

Os “cidadãos de bem” não se dão conta das contradições do neoliberalismo e, conseqüentemente, de suas próprias desgraças. Eles necessitam do inimigo para a manutenção do seu *status quo* de superioridade, como se não houvesse outras formas de vida, outros tipos de corpos e outras maneiras de ser e estar no mundo (Almeida & Carvalho, 2022).

As democracias liberais dependem nos dias de hoje, para sua sobrevivência, da divisão entre o círculo dos semelhantes e dos dissemelhantes, ou então entre os amigos e “aliados” e os inimigos da civilização. Sem inimigos, é difícil para elas se manterem de pé por conta própria. Se tais inimigos realmente existem ou não é irrelevante. Basta criá-los, encontrá-los, desmascará-los e expô-los à luz do dia. (Mbembe, 2017, p. 91).

Mas, afinal, quem são considerados “cidadãos de bem”? Como o bolsonarismo foi capaz de captar um número tão expressivo de sujeitos? Quais são suas principais pautas e reivindicações? É o que veremos a seguir.

### **3.3 Uma radiografia do “cidadão de bem”**

De acordo com Kalil (2018), os eleitores de Bolsonaro, conhecidos como “cidadãos de bem”, não são caracterizados como um grupo homogêneo. O ex-presidente, em suas campanhas de 2018 e de 2022, conseguiu atrair um público cada vez mais diversificado, embora tenha tido adesão maior entre homens com escolaridade mais alta e maior renda. Isso é importante e deve ser ressaltado, pois Bolsonaro, ao longo de sua campanha, conseguiu transformar o movimento conhecido como bolsonarismo e atrair diversos seguidores, inclusive angariando votos de sujeitos que pertencem a grupos minoritários e são

diretamente atacados por ele em seus discursos – como homossexuais, mulheres, negros e indígenas.

Apesar dessa heterogeneidade de significantes, como pátria, família e Deus, o bolsonarismo conseguiu unificar esses sujeitos em torno da ideia de “cidadão de bem”. Embora tal noção não seja atual em nossa sociedade, ela passou a ser um elemento fundamental para diferenciar as massas “do bem” e “do mal”. Segundo Kalil (2018), isso já era perceptível, como dissemos no capítulo anterior, a partir das manifestações de 2013, com participações que “respeitavam a ordem” e aquelas que eram consideradas violentas. Isso foi amplamente explorado pela mídia na época como forma de legitimar algumas manifestações em detrimento de outras.

Contudo, em 2016, o conceito de “cidadão de bem” ganhou um novo verniz com o discurso anticorrupção. Se antes a categoria “cidadão de bem” existia para diferenciar uma conduta, seja ela privada, seja ela social, como cívica ou ilegal, em 2013 essa alcunha passou a diferenciar formas de protestos (violentas e pacíficas) e, por fim, a evocar pautas de reivindicação contra pessoas “de bem” ou a favor da corrupção. Nesse sentido, o termo “cidadão de bem” passou a ser, para a extrema direita, representante do sujeito que tem uma conduta republicana, que sabe se comportar em manifestações e, que, acima de tudo, diferencia-se dos corruptos e da esquerda que apoia os “bandidos”.

Assim, o “cidadão de bem” refere-se a um conjunto de condutas dos indivíduos na vida privada, a um conjunto de formas específicas de reivindicação política na vida pública e a um conjunto particular de temas e agendas que passaram a ser consideradas como legítimos. É dessa forma que o “cidadão de bem” extrapola as formas de condutas individuais e passa a designar aqueles que não são “comunistas”, “petistas” ou “de esquerda” – vistos como apoiadores da corrupção e “não trabalhadores”. Trata-se de uma noção específica de pessoa e um sentimento de pertencimento a uma forma correta de estar no mundo. (Kalil, 2018, p. 9).

O significante “*corrupção*” é a pauta central do intitulado “cidadão de bem” e possui inúmeros significados que adquirem sentido a partir da tríade Deus, pátria e família, algo que é defendido por grupos de extrema direita seculares e religiosos. O significado geral desse termo é sobre aquilo que “políticos fazem e que roubam o povo”. A corrupção é considerada antipatriótica e um atentado no que diz respeito a uma conduta pública e política cívica (Kalil, 2018). Assim, a solução encontrada pelos “cidadãos de bem”, em geral, seria a transformação do Estado em um Estado mínimo, com privatizações de empresas estatais e expurgação de velhos políticos por gestores ou estadistas contra o sistema (discurso amplamente defendido por Bolsonaro). Dessa forma, a corrupção é considerada inerente a partidos, governos e gestão pública, mas ausente ou, pelo menos, pouco presente em empresas privadas ou grandes corporações (Kalil, 2018).

Outro significado que encontramos através do significante “*corrupção*” é a noção entre direitos e privilégios. A corrupção adquire um nível mais pessoal entre sujeitos que gozam de muitos direitos, em detrimento de outros que, acima de tudo, não cumprem seus deveres. Embora essa noção não seja considerada totalmente equivocada quanto à elite brasileira, para a massa bolsonarista, tal colocação recai sobre aqueles que se beneficiam das políticas de transferência de renda, da Lei de cotas e da Lei de incentivo à cultura, por exemplo. “Essa perspectiva ancora as violentas críticas feitas ao Bolsa Família, às cotas raciais e à Lei Rouanet.” (Kalil, 2018, p. 10).

Assim, a figura do “cidadão de bem”, que luta contra todas essas formas de corrupção, é uma espécie de repositório que consegue captar e atrair para si uma série de dimensões críticas a respeito de como sociedade e poder funcionam. Essa figura, como o passar do tempo, conseguiu captar tendências “antissistema” (“contra todos os partidos”, “contra todos os políticos”, “contra tudo e contra todos”), para depois atrair dimensões da crítica anticorrupção (tanto em seu sentido estrito financeiro, quanto na sua forma moral, quanto em sua forma religiosa). Com o tempo, o “cidadão de bem” passou a se distinguir também de categorias, grupos e pessoas ligadas à esquerda. (Kalil, 2018, p. 10).

Segundo Fernandes e Machado (2022), em “Discurso popular-democrático e o sujeito de negação bolsonarista: extrema direita no Brasil contemporâneo entre a Sociologia e a Psicanálise”, o discurso do “cidadão de bem” está envolvido em três eixos: moral, econômico e judicial. Do ponto de vista moral, o “cidadão de bem” evoca uma recuperação dos valores cristãos corrompidos por anos pelo governo de esquerda, lançando uma narrativa em defesa da família, da moral e dos bons costumes. No plano econômico, as políticas públicas de enfrentamento à desigualdade e ao racismo são vistas como “privilégios”, uma vez que se tem de “ensinar a pescar e não dar o peixe”. Além do mais, o “cidadão de bem” encontra-se em aproximação com as políticas neoliberais que advogam um Estado mínimo e uma agenda de privatizações. No campo judicial, o “cidadão de bem” assume a pauta anticorrupção como sua bandeira e reivindica para si uma “moral republicana” contra todo o sistema político (Fernandes & Machado, 2022).

O nome de Sergio Moro, seja como juiz, seja como ministro de governo, apresenta-se – ao menos até sua renúncia, em abril de 2020 – como significante da luta contra a corrupção. Da mesma forma, o significante Paulo Guedes passa também a significar a ruptura com a “velha política” e a “novidade da eficiência de mercado” do “Estado mínimo” (2021), condensando demandas neoliberais (racionalidade de livre mercado aplicada a toda vida social) e neoconservadoras (estabelecimento da “família tradicional”, patriarcal). (Fernandes & Machado, 2022, p. 47).

Uma das expressões mais recentes para distinguir os “cidadãos de bem” de outros grupos se deu em participações de protestos, em que aqueles passaram a exibir cartazes e a

entoarem cantos, como “eu vim de graça” (uma referência às denúncias de que partidos de esquerda e sindicatos estariam pagando pela presença de manifestantes em seus atos). A categoria “cidadão de bem” necessita, a todo momento, demonstrar ser narcisicamente superior ao outro para o bem de sua existência. Dessa forma, ela sempre cria e criará barreiras dos pontos de vista moral e político, resistindo ao “avanço comunista”, à “ideologia de gênero”, à “liberdade religiosa” e à “censura do politicamente correto” (Kalil, 2018).

Os “cidadãos de bem” atuam como um espelho invertido da esquerda, ou seja, são eles que lutam pela democracia e contra o autoritarismo diante de um governo de esquerda. Kalil (2018) ainda reforça que alguns manifestantes da extrema direita se dizem antifascistas, uma vez que o fascismo é compreendido como uma “ideologia da esquerda”. Com sua pesquisa, a autora (2018) traçou perfis dos eleitores de Bolsonaro, em que, por meio da mobilização de afetos como medo, pânico e repulsa, observa que eles são formados a partir de dois elementos fundamentais que giram em torno da combinação da ameaça do comunismo e da “ideologia de gênero”. Esses perfis se dividem entre:

- 1) Sujeitos que defendem instituições fortalecidas para o fim da impunidade, que culpam a corrupção e a impunidade do sistema político brasileiro, que viola de maneira expressiva os direitos daqueles que não são “pessoas de bem”. Esses sujeitos, geralmente, são compostos por homens e mulheres acima dos 35 anos, de classe média, que “possuem família”, preocupando-se com a segurança dos seus filhos e com o “futuro da nação”. Têm como pautas mais importantes a volta da Ditadura Militar e a substituição do STF pela Polícia Federal, indo até a uma “intervenção militar temporária e constitucional”.
- 2) *Nerds*, *gamers*, *hackers* e *haters* que costumam fazer campanhas de assédio *online* contra perfis progressistas, feministas e LGBTQIAP+. São sujeitos, em sua maioria, homens entre 16 e 34 anos, que se concentram em fóruns virtuais de *games*, como o Discord, em que é possível observar dizeres reacionários sobre personagens específicos de jogos, quadrinhos e filmes. “Além do mundo do entretenimento e jogos, a figura dos *haters* e *trolls* se faz presente nos comentários de portais de notícias e outras ações cibernéticas, como ataques a determinadas páginas ou perfis.” (Kalil, 2018, p. 15).
- 3) Militares e ex-militares, homens e mulheres, que repudiam o aumento da criminalidade, a desvalorização das instituições de segurança pública e a falta de ordem nas instituições Estatais e na sociedade civil. Ainda, culpam os governos de esquerda pelo aumento do tráfico de drogas, bem como pela ascensão de facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) (Kalil, 2018).

- 4) “Femininas de direita”, que é um grupo composto por mulheres de classe média e média alta, entre 20 a 30 anos, com ou sem filhos, com diploma universitário e financeiramente independentes, cuja construção de imagem e discurso giram em torno da meritocracia, dizendo que alcançaram seu sucesso sem se vitimizarem e sem abrir mão da sua “feminilidade”. Utilizam o termo “femininas” para se opor às “feministas” (Kalil, 2018).
- 5) Mães que se autodenominam “de direita”, um grupo formado por mulheres com ensino universitário, entre 30 e 50 anos, e com filhos em idade escolar. Podem ser mulheres casadas, divorciadas ou chefes de família. Temem a “doutrinação da ideologia de gênero” e/ou a “doutrinação marxista” nas escolas. Embora não acreditem serem sujeitos preconceituosos em relação à comunidade LGBTQIAP+, expressam sua preocupação com quem manifesta sua sexualidade em público (Kalil, 2018).
- 6) Homossexuais masculinos que se autodenominam “conservadores” que, geralmente, são sujeitos entre 20 e 40 anos, das mais diversas classes sociais, os quais compartilham certos ideais moralizantes a respeito da família e da educação, como “‘compostura’ perante as pessoas mais velhas e crianças, para não oferecer exemplos de ‘vulgaridade em público’” (Kalil, 2018, p. 17). Dizem que alguns sujeitos LGBTQIAP+ sofrem violência porque “não se dão o respeito”. São contra o movimento *gay* e têm como base os discursos “anticorrupção” e do extermínio de criminosos. Esse perfil é fundamental para “comprovar” a tese de que Bolsonaro não é homofóbico e que respeita as liberdades individuais (Kalil, 2018).
- 7) Minorias a favor de Bolsonaro, compostas por homens e mulheres negros, indígenas e imigrantes, que se dizem perseguidos por serem a favor de Bolsonaro. “Este é um dos últimos perfis a se tornarem mais visíveis na campanha do candidato.” (Kalil, 2018, p. 18). Alguns são contra cotas e políticas de transferência de renda. A questão do desemprego é uma de suas maiores preocupações. “Minha cor é o Brasil” é um dos lemas dos que dizem que as diferenças de classe, étnicas e de gênero são propagadas por governos, intelectuais e militantes de esquerda.
- 8) Estudantes pela liberdade e contra a “doutrinação marxista”, constituído por jovens entre 14 e 30 anos, do sexo masculino ou feminino. Entre os estudantes do Ensino Médio público, enxergam Bolsonaro como um *outsider* e consideram o voto nele como um “voto descolado” em seu ambiente escolar. No Ensino Médio privado, esses estudantes são contrários às políticas de acesso dos mais pobres e negros à universidade pública. No que tange aos universitários, um dos discursos mais comuns giram especificamente em relação aos cursos de humanas. “Vislumbram a ‘doutrina marxista’ como uma grande ameaça à educação imparcial liberal, fazem

coro a discursos sobre o 'marxismo cultural' e da escola enquanto uma forma de reprodução da 'ideologia comunista'." (Kalil, 2018, p. 19).

- 9) Pobres de direita, grupo assim autointitulado e constituído por homens e mulheres moradores de periferias, profissionais autônomos e formais, pequenos empreendedores e desempregados. Identificam-se, em alguns casos, "como 'pobres', buscam manter uma distinção em relação aos mais pobres, caso dos beneficiários do Bolsa Família, que, para eles, teriam pouca perspectiva crítica em relação à situação do país" (Kalil, 2018, p. 20). Esse perfil tem como pauta a denúncia da violência e da impunidade a que é submetido em seu cotidiano, bem como questões de violências específicas, como estupro, problemas econômicos, corrupção, péssima qualidade de serviços públicos, etc. Dizem que políticas "de esquerda" não dão conta de resolver o problema da violência. Defendem o Estado mínimo, na medida em que o Estado deveria intervir o mínimo em questões do campo religioso ou da vida íntima, e não necessariamente na redução de serviços públicos.
- 10) Sujeitos liberais e meritocratas, grupo composto por pessoas de classe média alta e elites com elevado nível de escolarização. Enfatizam que obtiveram sucesso pelo próprio mérito e assumem discursos contra a corrupção, além de exibirem acentuado antipetismo. Defendem a redução ou a extinção de programas sociais, pois enxergam estes como privilégios ou como formas de tornar as pessoas preguiçosas. Um de seus lemas é "ensinar a pescar, e não dar o peixe". Defendem, ainda, o Estado mínimo e costumam pensar que em nossa sociedade há "muitos direitos e poucos deveres".
- 11) Influenciadores digitais liberais e conservadores, que possuem um forte asco ao "comunismo", "às ideologias de esquerda" e aos movimentos sociais minoritários. Têm como característica um sentimento antipetista e anticorrupção. São perfis heterogêneos, compostos por sujeitos convertidos, ou seja, que uma vez se identificaram como comunistas, gays, feministas, ateus e militantes de esquerda; celebridades diversas que declaram seu apoio a Bolsonaro; e pensadores, intelectuais e jornalistas que têm uma forte ligação e afinidade ideológica com a extrema direita, lançando mão de análises, reportagens e pesquisas para corroborar o ponto de vista do ex-presidente.
- 12) Líderes religiosos em defesa da família e contra a "ideologia de gênero". Esse perfil agrega padres, pastores, cantores evangélicos, missionários, que podem ser detentores de grandes canais de comunicação, como TV, rádio e cinema, e lideranças religiosas de cidades pequenas, de regiões periféricas e pequenas comunidades. São fortemente contra a "ideologia de gênero", o que estaria

corrompendo e doutrinando as crianças nas escolas. “Seu discurso deixa claro que pautas defendidas pelo movimento feminista, movimento LGBTQ e projetos de discussão de gênero e sexualidade nas escolas estão promovendo a ‘destruição da família tradicional’.” (Kalil, 2018, p. 22).

- 13) Religiosos a favor da “família tradicional”, muitas vezes compostos por católicos, espíritas, evangélicos ou sujeitos de outras crenças. Sua crença e religião são a base de sua opinião política. Nesse sentido, têm a percepção de que a “família tradicional” vem sendo ameaçada nos últimos anos com a “doutrinação marxista e de gênero”, cuja implementação foi feita pelo governo de esquerda. Acreditam que no país há “uma inversão de valores”, na qual existe a “defesa do bandido, e não da vítima”, bem como o aumento e o “incentivo” ao consumo de drogas, às “práticas abortivas” e à “promiscuidade” “por parte de jovens esquerdistas e feministas. Esses grupos estariam subvertendo a família tradicional em favor de uma possível “ditadura gayzista” (Kalil, 2019, p. 23).
- 14) Monarquistas, assim como os líderes religiosos e seus fiéis, possuem um perfil diversificado. Os monarquistas têm conquistado adeptos, sobretudo com a eleição do deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança, considerado na linha sucessória imperial brasileira e que chegou a ser cogitado como vice de Bolsonaro na eleição de 2018. A figura do “príncipe” seria importante para dar um “ar” de “passado glorioso”, evocado por seus apoiadores, seja pelo tempo do Brasil império, seja pelo tempo da ditadura. Seus apoiadores buscam reforçar a “manutenção da ordem”, além de mostrarem desprezo pela esquerda e pela Teologia da Libertação, que, para seus sectários, “agiria na ilegalidade”, “amordaçando a nação e excluindo fatos do passado histórico monárquico, investindo, assim, contra os principais fundamentos da sociedade: a propriedade privada e a livre iniciativa” (Kalil, 2018, p. 23). Para os monarquistas, a República não deu conta de resolver as situações política e social do Brasil, e a volta da monarquia seria uma saída para acabar com “tudo que está aí”.
- 15) “Isentos” são sujeitos que não expõem suas opiniões políticas em espaços públicos e acreditam que essa discussão apenas provoca brigas e inimizades entre amigos e familiares. Acreditam que o problema se encontra na polarização política; porém, que essa polarização foi iniciada pelo PT, embora assumem que tanto a direita quanto a esquerda são agentes incitadores de violência. Em seu discurso, também está presente forte “repulsa à corrupção, o que na verdade alimenta seu antipetismo, argumentam que a corrupção passou dos limites e que ela é uma das maiores responsáveis pela crise econômica do país” (Kalil, 2018, p. 24).

16) Defensores da liberação do porte de armas, geralmente sujeitos do sexo masculino, entre 20 e 35 anos, que enxergam a violência como o grande mal social e se veem constantemente ameaçados. Dessa forma, defendem a liberação das armas como parte da solução da política de segurança pública, pois acreditam que os “cidadãos de bem” devem ter condições e direito de se defenderem e de praticarem “justiça” quando necessário. Justiça vista por esse perfil de sujeitos como a capacidade de eliminar “bandidos” e contra eventuais abusos do Estado “comunista” ou “autoritário de esquerda”.

Ainda nesse plano, poderíamos incluir os lavajatistas, os antivacinas, os terraplanistas, os negacionistas das mudanças climáticas. Contudo, Kalil (2018) realizou uma radiografia do momento e frisou, em seu artigo, um recorte para traçar determinados tipos de perfis.

Podemos observar que em todos esses perfis de “cidadãos de bem” existem dois elementos comuns: a discriminação – étnica, de classe, de gênero, de sexualidade, etc. – e o ressentimento no qual o sujeito bolsonarista enxerga o outro, sobretudo as minorias, como privilegiadas e, portanto, responsáveis por seu sofrimento. A partir dessa visão, compreendemos que, para o “cidadão de bem”, a igualdade surgiria pela restrição do excessivo gozo do Outro para que o gozo seja igual para todos. Esse gozo do Outro corresponde a uma situação na qual a energia psíquica é totalmente descarregada, sem nenhum obstáculo. Esse estado de felicidade absoluta e, portanto, impossível de ser atingida, assume diferentes imagens, a depender do ângulo no qual esteja situado. De acordo com Nasio (1992), em *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*,

Para um neurótico obsessivo, por exemplo, o horizonte inalcançável, mas sempre presente, é a morte, ao passo que, para um neurótico histérico, esse mesmo horizonte desenha-se como o oceano da loucura. Se contemplarmos esse mesmo horizonte, desta vez a partir do desejo de uma criança na fase edipiana, veremos que ele assume, como sabemos, a imagem mítica do incesto, considerada como a realização mais consumada do desejo, o gozo supremo. (Nasio, 1992, p. 28).

Para a criança, em sua fase edipiana, esse desejo assume a imagem mítica do incesto, considerada a forma mais sublime da realização do desejo, o gozo supremo. Contudo, todas essas imagens que alimentam o desejo são fictícias e ilusórias. É exatamente esse engano que traz fascínio ao olhar da criança edipiana, levando-a a acreditar que o gozo absoluto existe e que seria saboreado numa relação incestuosa igualmente possível (Nasio, 1992).

É justamente por essa razão que o gozo, seja qual for sua forma, continua a ser sempre um gozo sexual. Sexual, não no sentido de genital, mas no sentido de ser marcado por seu destino mítico de ter que se consumir no ato incestuoso, de ser o gozo experimentado pelo Outro, sob a forma de um prazer sexual absoluto. E o Outro

pode ser qualquer personagem mítico, seja ele Deus, a mãe, ou o próprio sujeito numa fantasia de onipotência. (Nasio, 1992, p. 28).

Se o gozo do Outro transmite ao sujeito, através da ilusão, que o Outro goza e que tudo pode, qual é a opção que o sujeito tem a não ser o ódio e a tentativa de segregá-lo? “É o ódio do gozo do Outro. Essa é, inclusive, a forma mais geral que pode ser dada a esse racismo moderno, conforme o verificamos. É o ódio da maneira particular pela qual o Outro goza.” (Miller, 2010, p. 53). O gozo não é passível de universalização, ou seja, há algo de excessivo, de intolerável no gozo diferente do nosso. “Visando à destruição da alteridade, o ódio tende a camuflar-se por trás de pretextos em virtude da moralidade ocidental.” (Castro, 2019, §5). O ódio também, segundo o autor (2019), em *Ódio, segregação e psicologia de massa sob a égide do Outro algorítmico*, visa também à alteridade em nós mesmos, pois o gozo do Outro, embora seja um gozo que o sujeito atribui ao Outro, no fundo, é também o seu próprio.

Sabemos que o estatuto fundamental do objeto é o de sempre ter sido roubado pelo Outro. Esse roubo de gozo é o que escrevemos como *menos fi* ( $-\phi$ ) que, como se sabe, é o matema da castração. Se o problema tem o ar de insolúvel, é porque o Outro é Outro dentro de mim mesmo. A raiz do racismo é o ódio de meu próprio gozo. Não há outra raiz a não ser essa. Se o Outro está no interior de mim mesmo em posição de extimidade, trata-se igualmente de meu próprio ódio. (Miller, 2014, §46).

Em nossa fantasia, gozamos sempre menos que os demais. Nos parece que os outros deliciam-se mais com a vida e são mais bem-sucedidos do que nós. Segundo Marina Lima, na música “Acontecimentos”: “Eu espero / Acontecimentos / Só que quando anoitece / É festa no outro apartamento”. No entanto, sabemos que isso é apenas uma projeção do gozo ideal que almejamos para nós e, que, ao externalizá-la, reaparece como um excedente que retorna para nos atormentar. Trata-se de um movimento constante de defesa contra uma ameaça que aparenta ser, ao mesmo tempo, externa e interna (Castro, 2019). Dessa maneira, Quinet (2009), em *A estranheza da psicanálise: a escola de Lacan e seus analistas*, explica que a “segregação dessubjetiva, que desconsidera o sujeito, trata-o como um rebotalho, um dejetivo a ser expulso. Trata-se de uma separação comandada pelo Outro até mesmo ao aniquilamento do sujeito.” (p. 38).

Em *O seminário 18: de um discurso que não fosse do semblante*, Lacan (1971/2009) faz alguns comentários acerca do racismo. Ele apresenta uma nova maneira de ler esse fenômeno sob a égide da dimensão do “mais-de-gozar”, por onde perpassou a identificação do povo alemão com Hitler. Bonfim (2010), em *O problema do racismo: um desafio para a psicanálise*, revela que

Esse conceito lacaniano indica a tentativa do sujeito de recuperar um gozo que foi perdido ao entrar na linguagem. Podemos entender, assim, que o racismo, ao apontar para o mais-de-gozar, sublinha o fato de que o outro sobre o qual o discurso racista incide, destituindo-o de qualquer posição subjetiva, é tomado como o responsável por essa perda de gozo, que o sujeito busca incessantemente recuperar. A forma de gozo distinta aponta para um excesso, que pode vir a ser tomado como um roubo de gozo. (Bonfim, 2021, p. 89).

A identificação do povo alemão com Hitler, segundo Lacan (1971/2009), deu-se não por causa de um traço identificatório com o líder, mas porque ele, assim como Bolsonaro, encarnou o objeto mais-de-gozar e fez *semblante*. Entretanto, para o líder encarnar o objeto mais-de-gozar ele necessita, de acordo com Freud (1921/2020), “estar fascinado por uma poderosa crença (por uma ideia) para despertar a crença na massa” (p. 151). A questão aqui é que tanto para Freud quanto para Lacan o líder encarne um discurso que gere nos sujeitos “uma identificação camuflada, secreta, que só pode ser uma identificação com um objeto enigmático, que pode não ser absolutamente nada” (Lacan, 1971/2009, p. 29).

Nesse sentido, segundo Lacan, “não há nenhuma necessidade dessa ideologia [no caso, a raça ariana] para que se constitua o racismo: basta um mais-de-gozar que se reconheça como tal” (Lacan, 1971/2009, p. 29), acrescentando: “todas as formas de racismo, na medida em que um mais-de-gozar é perfeitamente suficiente para sustentá-las, são o que está agora na ordem do dia, são o que nos ameaçam quanto aos próximos anos” (Lacan, 1971/2009, p. 29).

Em *Escritos*, Lacan (1972/2003) frisa que, ainda que tenham tentado explicar o conceito de raça e o racismo pelo viés biológico, não é através dele que se constitui raça, mas pelo que ele chama de “discurso em ação”. A raça “se constitui pelo modo como se transmitem, pela ordem de um discurso, os lugares simbólicos, aqueles que se perpetua a raça dos mestres/senhores e igualmente dos escravos” (Lacan, 1972/2003, p. 462). Com isso, segundo Lacan, a partir dos discursos se cria uma demarcação entre os que têm privilégios e os que podem ser considerados coisas (Bonfim, 2021).

E é a partir dos discursos que Souza irá se debruçar sobre a questão do racismo no Brasil em dois de seus livros: *Como o racismo criou o Brasil* (2021) e *A herança do golpe* (2022). O autor pensa o racismo para além do racismo étnico, introduzindo a ideia do racismo multidimensional, em que ele assume diversas máscaras ao longo da história, para “produzir, no dominado e oprimido, a sensação de que a dominação se dá, de alguma maneira, em seu próprio benefício. Sem essa dupla função não existe dominação social durável – nem, portanto, racismo” (Souza, 2022, p. 18). Dessa forma, continua Souza (2022), “toda dominação social, política e econômica vai exigir alguma forma de ‘racismo’; não necessariamente ‘racial’, para legitimá-la como desejável e justificável” (p. 18). Nesse sentido, políticas neoliberais que promovem “deixar morrer” sujeitos que são considerados “coisas”,

utilizando o argumento das “guerras às drogas”, ou golpes de Estado, cuja justificativa seja o “combate à corrupção”, tornam-se palatáveis à grande parte da população, que não se dá conta de que está sendo oprimida e enganada.

### **3.4 Biopolítica, racismo e “cidadão de bem”**

A noção de biopolítica como tecnologia de poder regulamentadora da vida dos seres humanos, introduzida por Foucault (1976/1999) em sua obra *Em defesa da Sociedade*, é manifestada por um conjunto de políticas públicas adotadas pelo Estado, tais como controle de natalidade e de mortalidade, aumento da expectativa de vida e combate a doenças, a qual tem como função a normatização do padrão de vida de determinada sociedade. De acordo com Foucault (1976/1999, p. 290), “trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc”. Contudo, se por um lado a biopolítica se refere ao prolongamento da vida dos sujeitos, por outro, visa também ao seu encurtamento, tornando-se um instrumento tanto de “fazer viver” quanto “deixar morrer”. O “deixar morrer” ocorreria, segundo Foucault, por causa do racismo. Se, de acordo com o autor, durante todo o século XVII, a guerra era concebida como guerra das raças, a ideia do racismo não desaparece na atualidade, mas retorna como racismo de Estado. O racismo introduz a ideia da distinção das raças, sua hierarquia e sua qualificação.

Dessa forma, o racismo será o princípio norteador da biopolítica, permitindo estabelecer, “entre a minha vida e a morte do outro”, uma relação que não é mais militarizada e guerreira, ou seja, de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológica, de preservação da raça considerada superior. “Com efeito, o que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (Foucault, 1976/1999, p. 304). A introdução da ideia de raça nas relações de poder estabeleceu distinções, hierarquias e qualificações de certas raças como boas e ruins.

Ora, não é daí que nasce a narrativa ideológica do “cidadão de bem”? Mais do que um sujeito honesto, a ideia do “cidadão de bem” tem a ver com o racismo. Será o sujeito geralmente branco, cristão, de classe média e heterossexual que estará imbuído nessa categoria, enquanto os outros, como dissemos anteriormente, pretos, periféricos e pobres serão vistos como sujeitos não portadores de direitos, bem como aqueles considerados comunistas e bandidos e, que, portanto, precisam ser combatidos (entende-se eliminados) (Filho, 2022).

#### *3.4.1 Racismo como elemento central do “cidadão de bem”*

Souza (2021) afirma, em sua obra *Como o racismo criou o Brasil*, que a maioria das produções intelectuais sobre o racismo, seja ele racial, seja ele multidimensional, não fazem a menor ideia do que seja racismo, de onde ele vem, como se produz e se mantém. Os estudos apenas provam que o racismo existe, mas nenhum deles explica o racismo, sua gênese e as máscaras que veste para sobreviver. Contudo, o autor não desqualifica essas produções, pois elas provam empiricamente o racismo que, nos dias atuais, muitos indivíduos negam.

A tese central de sua obra é que todos os “racismos” – de gênero, de “raça”, de classe ou de “cultura” – têm uma base comum e por isso necessitam ser tratados simultaneamente. O conjunto de opressões, que é a chave da humilhação social, deve ser olhado sob o prisma de um racismo multidimensional, o qual assume máscaras diversas a depender do contexto para sobreviver. Souza (2021), em sua crítica, afirma que o neoliberalismo utilizará um desses disfarces, que é precisamente da linguagem do antirracismo, para se legitimar.

o lobo neoliberal, para melhor explorar e oprimir, tem que assumir as vestes e a voz da sua vítima, ou seja, literalmente seu *lugar de fala*, para fingir que se transformou na boa vovó. Boa parte das confusões a respeito do lugar de fala, ou seja, dessa forma de se falar de emancipação e antirracismo que, na realidade, torna a opressão ainda mais invisível, advém dessa esperteza do neoliberalismo. (p. 18).

Uma das armadilhas do neoliberal é o sequestro do termo “emancipação social”. Ao dar visibilidade a uma porcentagem ínfima de negros e de mulheres, expondo-os em propagandas diversas, pretende mostrar como o mercado é inclusivo. Todavia, o mesmo mercado financeiro deixa de lado o restante dessas minorias, marginalizando-o e deixando-o à mercê de todo tipo de sofrimento social (Souza, 2021).

O mesmo tipo de capitalismo que deixa 99% da população mais pobre em favor do 1% mais rico, mas que, para isso, precisa sequestrar a demanda por emancipação social, de modo a “tirar onda” de progressista, quando o projeto, na verdade, é explorar, expropriar e deixar os outros na miséria [...] é apenas a versão mais bem-sucedida desse projeto neoliberal no Brasil. (pp. 32-33).

Esse tipo de “inclusão” social propagado pelo neoliberalismo apenas reforça a ideia meritocrática na qual o “cidadão de bem” se assenta. A ideia meritocrática perpassa pela premissa de que todos têm seu lugar no mercado – financeiro, acadêmico, cultural – e que basta esforço e perseverança do indivíduo para conquistar seu destaque. Aqueles que não conseguem, não o fazem por preguiça ou burrice. No entanto, o que se esconde por trás dessa ideia é que as classes sociais são os principais instrumentos que permitem reproduzir privilégios visíveis e invisíveis no tempo, e não somente o “mundo meritocrático e neoliberal

só não é perfeito porque mulheres e negros não possuem o lugar de fala que merecem.” (Souza, 2021, pp. 25-26).

Foi utilizando essa pauta neoliberal que o ex-presidente Bolsonaro, em 2018, disse ao *Jornal Nacional* que o trabalhador teria que escolher entre direito e trabalho. Houve, nos últimos anos, grande esforço do mercado de trabalho para transformar o trabalhador em “colaborador”, termo escolhido para amenizar e esconder a condição de exploração. Além disso, houve a propagação da ideia de empreendedorismo, segundo a qual todo mundo pode ser empresário, basta desejar.

Por essa ótica, o trabalhador tornado informal e sem quaisquer direitos ou garantias na verdade se torna empresário de si mesmo. E, o mais importante, se ele falhar nessa empreitada, a culpa é apenas dele. É necessário sempre culpar individualmente a vítima pelo fracasso socialmente construído. (Souza, 2021, p. 35).

No governo Bolsonaro tivemos, ainda, o enfraquecimento dos sindicatos por meio da Medida Provisória nº 873, a qual mudou as regras de contribuição sindical, deixando de ser obrigatória e enfraquecendo todas as frentes de defesa do trabalhador. Uma das principais consequências foi a informalização do trabalho, que começou a receber a alcunha de “uberização”.

A uberização refere-se às regulações estatais e ao papel ativo do Estado na eliminação de direitos, de mediações e controles publicamente constituídos; resulta da flexibilização do trabalho, aqui compreendida como essa eliminação de freios legais à exploração do trabalho, que envolve a legitimação, legalização e banalização da transferência de custos e riscos ao trabalhador. Por essa perspectiva, ela se conecta ao direito como um campo em movimento, de disputas permanentes em torno das regulações que materializam os conflitos, as assimetrias e desigualdades, e as vitoriosas legitimidades que os envolvem (Abílio, 2020, §7).

A partir desse caso da uberização, queremos demonstrar que o racismo racial e as várias formas de racismo multidimensional são meios de negar, sobretudo, o reconhecimento social a sujeitos e a grupos sociais. Reconhecimento social que Souza (2021) considera a necessidade mais básica do ser humano. Com base nas ideias de Hegel, o autor (2021) revela que “o reconhecimento social pode ser percebido como o componente mais primário e decisivo no processo de formação ética do espírito humano.” (p. 101). Esse reconhecimento tem a ver com o fato de sermos identificados como sujeitos de direitos e com o devido respeito às esferas individual e social. “O indivíduo não existe isolado, pois está sempre moralmente construído por uma intersubjetividade, por uma relação entre as pessoas que não só já existia antes dele, mas também define seus sentimentos e limites enquanto indivíduo.” (Souza, 2021, p. 104). É nesse ponto que Kojève (1947/2002, p. 13), em *A introdução à leitura de Hegel*,

afirma que “a história humana é a história dos desejos desejados”. Ser o desejo do outro implica, para o sujeito, ser reconhecido por seu semelhante.

Desejo humano é o desejo do desejo do outro: essa é a fórmula kojéviana que permeia a luta de dominação e servidão na qual o ser humano alcança sua verdade enquanto sujeito histórico. O desejo humano busca sua satisfação somente na esfera humana socialmente partilhada na qual o desejo não se direciona mais ao mundo biológico, e sim a seu semelhante enquanto objeto do desejo; ou seja, *o ser humano se faz desejo para ser desejado*. (Marçal, 2013, p. 27).

Aqui, tocamos no ponto central da luta política do “cidadão de bem” e do seu ódio a governos progressistas. A história brasileira pode ser analisada tanto como um método incompleto de reconhecimento universal quanto um projeto político planejado para negar, a determinados sujeitos excluídos e marginalizados, a condição de cidadão. A negação não é somente do sujeito, mas também do Estado. Não é à toa que Bolsonaro chegou ao poder. Cada vez que um governo tem como projeto a inclusão social e política de grupos minoritários, temos, segundo Souza (2021), um golpe de Estado para evitar que isso aconteça.

As diversas justificativas para isso, como o falso moralismo canalha da classe média branca, são apenas racionalizações legitimadoras. Esse é o verdadeiro atraso social, moral e político brasileiro. Todo o resto é secundário em relação a essa questão central e fundamental precisamente por eternizar a negação do reconhecimento social e, portanto, do “estatuto de gente” a essa classe/raça. (p. 111).

Uma vez que o reconhecimento social, através do racismo multidimensional, é usado como forma de impedir que certos grupos sociais tenham autoestima, autoconfiança e autovalor, Souza (2021) realiza uma digressão histórica do Ocidente ao afirmar que todas as formas de reconhecimento, ao longo do tempo, requerem processos de aprendizado numa forma de “espiritualizar” o corpo, seja no mundo religioso, seja no secular. Para o autor, essas dimensões do reconhecimento social que descrevemos implicam um aprendizado cognitivo, moral e estético (três dimensões do espírito no sentido secular).

A capacidade de autocontrole de pulsões como medo e ansiedade, por exemplo, é fundamental para a segurança do recém-nascido ao adulto. A percepção cognitiva da importância da superação do horizonte afetivo imediato que nos prende a relações particularistas é fundamental para a universalização do respeito social pressuposto no direito pós-tradicional. Além disso, sem a disciplina, o autocontrole e o pensamento prospectivo, que permitem o controle das pulsões corporais e a renúncia ao prazer imediato, não existiria nenhuma forma de mérito baseada no desempenho diferencial. (p. 119).

Para o autor (2021), nossa autoestima, nossa autoconfiança e nosso sentimento de autovalor pressupõem a subordinação, ou melhor, a capacidade de sublimação de certas

pulsões e afetos do corpo. Podemos ver isso também em Freud, em sua obra *A pulsão e seus destinos*, em que a possibilidade de sublimação pode nortear o sujeito em seu desejo a ponto de impedir a desestrutura do social e de si próprio. Souza (2021) ainda afirma que a construção do sujeito de direito e sua participação na formação racional da vontade expressa na soberania popular exige dele algum nível de escolarização.

O próprio sucesso escolar requer autocontrole, disciplina e pensamento prospectivo, assim como os papéis sociais tanto do cidadão quanto do produtor útil. Mesmo o tipo de sublimação que cria a esfera do amor exige que a pulsão sexual seja atravessada por significados morais e estéticos e consiga elevar os afetos sexuais à categoria de *sentimentos* eróticos. (pp. 119-120).

A sujeição dos afetos e do corpo pelo espírito é a base de todo tipo de aprendizado social e de seu uso para fins de controle e opressão. Esse binômio, “corpo” *versus* “espírito”, possibilitará a existência, no Ocidente, de tudo aquilo que produz um real aprendido, mas também de toda a construção de preconceitos e racismos (Souza, 2021). Se, por um lado, consideramos certas culturas “superiores”, como a europeia e a americana; por outro, consideramos “inferiores” aquelas identificadas com o corpo e os afetos, tal como as culturas latino-americanas e africanas. Assim como o racismo obedecerá a mesma lógica que, nesse caso, implica, segundo Souza (2021), um processo de “animalização” dos sujeitos, em que os afetos se sobrepõem ao espírito. A dominação política do Estado brasileiro parte da mesma lógica contra o seu próprio povo.

As classes do privilégio são as classes do espírito, enquanto as classes trabalhadoras são as classes do trabalho manual e do corpo. Por outro lado, na dimensão do gênero, o homem é percebido como espírito calculador e moralidade distanciada, e a mulher, como corpo, afetividade e sexo. No contexto do racismo racial, o branco é pensado como a incorporação do espírito, e o negro, do corpo e das virtudes ambíguas da força e da sexualidade. (Souza, 2021, p. 121).

Aqui, temos um detalhe importante: de acordo com Dunker (2022), para que o medo da morte e a vida não tenham o devido valor, é necessário sexualizar o discurso em torno das relações de dominação e obediência. Segundo Reich (2001), isso explicaria porque todo governo autoritário persegue minorias e práticas sexuais. Nesse sentido, cria-se uma imagem de que o povo brasileiro pobre é guiado pelos afetos e, portanto, é iletrado e burro, que elege corruptos; assim, constrói-se também o argumento perfeito para a legitimação de golpes de Estado sob a alegação de ser contra a corrupção. Esse tipo de moralismo elitista verberado pelo “cidadão de bem” reproduz o racismo, só que com outra fachada. É por isso que o “cidadão de bem” tem tanto ódio do PT. Seu projeto de inclusão mexe com a mais profunda ferida brasileira: o racismo. Racismo esse que condena sujeitos a toda sorte de trabalhos

precários e perigosos, que todos querem explorar e humilhar. Como o projeto de inclusão social defendido pelo ex-presidente Lula ao longo dos seus governos trouxe benefícios a grupos sociais marginalizados, que corresponde a cerca de um terço da população, ele “desagradou profundamente não apenas a classe média estabelecida, mas também boa parte das classes populares que compõem os ‘pobres remediados’” (Souza, 2021, p. 260).

O autor (2019), em seu artigo “O que significa Bolsonaro no poder. Brasil de fato: uma visão popular do Brasil e do mundo”, denominará de “pobre remediado” uma pequena parcela da baixa classe média iletrada, que ganha entre dois a cinco salários mínimos, se autodeclara conservadora e, é, em sua grande parcela, formada por evangélicos que odeiam os mais pobres e idealizam o rico. Esse tipo de “cidadão de bem”, ressentido com a emancipação de sujeitos de segmento mais frágil, encontra, através do racismo, uma forma de compensar a inferioridade que sente em relação ao branco “culto”. Esse afeto racista lhe garante construir uma proteção narcísica à custa da estigmatização do outro que, às vezes, é seu vizinho. Sua cor da pele é a única distinção “positiva” possível. Entre os negros e pobres, a distinção “positiva” encontra-se em ser contra os “bandidos”, que também é associada à cor negra.

O negro e o excluído são vistos pelas classes “superiores” como desonestos e preguiçosos, posto que apoiam governos corruptos e populistas. Já pelos outros segmentos populares logo “acima” deles, são vistos como criminosos e delinquentes. Como o negro e o excluído ocupam o degrau último na classificação social, todas as classes “acima” deles podem se distinguir socialmente e auferir uma sensação de superioridade, seja a partir do discurso fajuto do combate moralista à corrupção, seja a partir da construção artificial do estereótipo do delincente. (Souza, 2021, pp. 266-267).

O que está em jogo no sujeito que se denomina “cidadão de bem” é a tentativa narcísica de criar subterfúgios para evitar ser confundido com o oprimido. Dunker (2022), numa entrevista ao *Estado de Minas*, diz que o oprimido pelo Estado, que não consegue pela via política mudar seu *status quo*, acaba por mudar de lado, isto é, vai para o lado do opressor. E é isto que Bolsonaro promete: um sistema de mudança de identidades. O negro, a mulher, o homossexual. O pobre não é mais o violentado, ele agora é bolsonarista, ou seja, o opressor. A pulsão de morte junta forças antissociais, como indiferença ao luto e brutalização contra os oprimidos (Dunker, 2022).

O aumento do sofrimento alheio não provoca em nós um movimento de transformação. A epidemia da covid-19 é um exemplo disso. “Aqui o circuito da pulsão de morte acopla o sadismo do Supereu com o masoquismo do Eu” (Dunker, 2022, p. 104). A fragilidade do outro não provoca em nós sentimento de solidariedade, pelo contrário, gera ódio e desprezo. O desequilíbrio entre pulsão de vida e pulsão de morte no campo político gera uma sociedade

na qual a morte de alguns promove uma satisfação narcísica em outros que se veem como especiais e protegidos por Deus.

O bolsonarismo funciona como uma forma de organização psíquica para sujeitos em crise num cenário de incerteza e desamparo. O discurso da extrema direita dá ao sujeito um ponto de coragem e pacificação através da identificação.

Tem um inimigo, que é o comunismo, são as esquerdas, tem algo a destruir que é o estado, que está atrapalhando a sua vida, é muito imposto, muita regra, então vamos nos reunir pelo ódio para destruir isso e fazer uma democracia customizada, para quem pode pagar e para todos aqueles que serão vencedores desse estado de guerra. (Dunker, 2022, §3).

Há, no “cidadão de bem”, uma visão de mundo belicista provocada pela guerra cultural, e, nessa guerra, existem aqueles que merecem morrer e os que têm direito de viver. Podemos observar essa perspectiva em uma fala de Bolsonaro, quando ele concorria à presidência, em 2018, e disse “temos que fuzilar a petralhada”.

No que tange às suas políticas, por exemplo, o ex-ministro da justiça, Sergio Moro, em 2019, propôs uma lei que extinguiu a prisão disciplinar para polícias e bombeiros militares, bem como foram feitos decretos que ampliavam e facilitavam o acesso a armas de fogo e a munições e, por último, criou um projeto de lei que ampliava o excludente de ilicitude no caso de operações de garantia da lei e da ordem (conhecida como pacote anticrime). Ora, todo esse discurso e esses projetos de lei tinham uma única função: criar brechas legais para as execuções realizadas por militares quando relacionadas aos sujeitos considerados bandidos, ou seja, que não se enquadrariam na categoria “cidadão de bem” (Filho, 2022).

É sob essa lógica que o ex-governo garantiu a utilização do Estado para promover um biopoder racista, em que suas ações foram direcionadas para “fazer morrer” aqueles que não eram considerados cidadãos legítimos, carregando a alcunha de bandidos, bem como privando-os de direitos básicos, “deixando-os morrer”, como vimos na pandemia.

É assim que o biopoder racista do governo Bolsonaro, alimentado pela ideologia do “cidadão de bem”, fortalece não apenas as disparidades sociais, como também objetiva eliminar os corpos marginalizados que são vistos como “inúteis” para o conjunto da sociedade. (Filho, 2022, §5).

No contexto do neoliberalismo e do hiperindividualismo, que são geradores de insegurança e agressividade, emergem massas cujas identificações são regressivas, psíquica e cognitivamente, originando uma cultura de pulsão de morte. Essas massas orientam a agressividade para o outro, engajando em lutas contra a corrupção e a criminalidade que, na verdade, unem duas pontas do racismo brasileiro: contra os mais pobres e contra os negros.

### 3.4.2 O gozo do Outro e o ódio do “cidadão de bem”

Hannah Arendt, em *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, ao caracterizar Eichmann, tenente-coronel da SS de *Schutzstaffel* (organização paramilitar do partido nazista responsável pela logística e pelo gerenciamento da deportação de milhares de judeus entre outros considerados indesejáveis para o regime nazista), como ‘esquadrões de proteção’ ou ‘corpos de defesa’, demonstra que o campo de extermínio durante a Segunda Guerra Mundial chamou sua atenção, pois o ex-tenente, em seu julgamento em Israel, em nada parecia com os vilões construídos pela televisão ou pelo cinema nem aparentava arrogância ou onipotência.

O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais. [...] essa normalidade era muito mais apavorante do que todas as atrocidades juntas. (Arendt, 2013, p. 232).

De acordo com Hannah, o mal não se esconde nas entranhas do ser ou tem estatuto ontológico, pois não revela uma motivação demoníaca, ou seja, a vontade de fazer o mal pelo mal. No caso do Eichmann, seu *oficiais*, recheado de frases feitas e chavões, colocava-o numa posição de total incapacidade de compreender um ponto de vista diferente do seu. Não passava de um burocrata que só obedecia a ordens sem qualquer reflexão. Isso fez a autora concluir que o então réu possuía uma ausência de reflexão e que suas ações mostravam um novo tipo de “mal”, o qual ela denominou de “mal banal”.

Eu quero dizer que o mal não é radical, indo até as raízes (radix), que não tem profundidade, e que por esta mesma razão é tão terrivelmente difícil pensarmos sobre ele, visto que a razão, por definição, quer alcançar as raízes. O mal é um fenômeno superficial, e em vez de radical, é meramente extremo. Nós resistimos ao mal em não sendo levados pela superfície das coisas, em parando e começando a pensar, ou seja, em alcançando uma outra dimensão que não o horizonte de cada dia. Em outras palavras, quanto mais superficial alguém for, mais provável será que ele ceda ao mal. Uma indicação de tal superficialidade é o uso de clichês, e Eichmann, era um exemplo perfeito. (Arendt *apud* Schio, 2011, p. 128).

Segundo a autora, o mal está na incapacidade de reflexão e de se colocar no lugar do outro. Dessa maneira, ele pode ser cometido por qualquer sujeito sem que ele intencione ou que tenha algum motivo ou causa. De acordo com Quinet (2018), em *O ignoródio ao gozo do outro*, embora tenhamos a percepção, sobretudo a partir das mídias digitais, do crescimento do ódio e da violência ao outro, isso não começou com o advento das redes sociais. A intolerância ao diferente não é a exceção e, sim, a regra. O ódio que pode se expressar das mais diversas formas está ligado à estrutura subjetiva e social da relação do sujeito com o

outro e a sua forma de gozar. Assim, o ódio pode servir tanto para ligar-se libidinalmente com o outro ou excluí-lo dos laços sociais que constituem a pólis.

Lacan detectou o ódio presente desde o estágio do espelho formador do eu, mostrando que o Eu se constitui sempre acoplado ao outro, que é o eu-ideal que o sujeito projeta em seus semelhantes com os quais vive se comparando e rivalizando. O Eu nunca vem sozinho, ele é geminado ao eu-ideal visto como o outro ameaçador. Esse outro é, portanto, igual e rival, pois compete com o sujeito por um lugar ao sol no desejo do outro. (Quinet, 2018, §10).

Essa luta do “ou eu ou você,” comandada pela pulsão de morte, é marcada pelo entendimento da exclusão do outro por ele ter roubado o meu lugar. Mas o que o outro roubou precisamente? Ninguém o sabe. O objeto imaginariamente roubado, o qual chamamos de *objeto a*, é esse objeto que julgamos um dia ter possuído (mas que nunca obtivemos) e que foi perdido. Uma vez recuperado, irá nos trazer a tão sonhada felicidade plena, segundo Kapoor (2020), em *Confronting desire: psychoanalysis and international development*:

O que exatamente foi roubado permanece um mistério, é claro, já que é um objeto fantasmático (o que os lacanianos chamam de *objeto a*), uma “coisa” que não sabemos exatamente o que é, que nós (erroneamente) pensamos possuir e que uma vez recapturada irá restaurar nossa unidade e felicidade. (Kapoor, 2020, p. 250)

A partir desse raciocínio, “justifica-se” expulsar o estrangeiro que veio “roubar o meu trabalho” ou qualquer um que é visto gozando de maneira diferente de mim. Além disso, a base do racismo, segundo Quinet (2020), em seu artigo “Visão geral do ignoródio no Brasil”, é o ódio pelo gozo do Outro.

O negro é hostilizado devido à sua “malícia” e “promiscuidade”, por “não ser sequer útil à procriação”, o gay por seu gozo fora da norma porque “não foi punido”, o índio por sua “indolência”, e as mulheres por serem “ordinárias”. A direita quer forçar os gays a regressarem ao armário, as mulheres a regressarem às pias, os negros às senzalas e os adversários às prisões escuras ou ao exílio. (p. 38)

No Brasil, essa narrativa bolsonarista que autoriza e banaliza o mal permite que seus eleitores, os “cidadãos de bem”, cometam atos de violência simbólica ou física contra qualquer adversário ou grupo que se oponha à sua *weltanschauung*. São tempos de incitação a uma política de ódio e ignorância, o qual Quinet (2020) chama de *ignoródio*. Como sabemos, uma visão de mundo radicalizada torna o diálogo com o Outro impossível, e qualquer debate transforma-se em insulto e violência. Quem resiste aos argumentos da imbecilidade que visa à privatária e à transformação do Estado em Estado neopentecostal e neoliberal, que enxerga “doutrinação marxista” e “comunismo” por todos os cantos, é alvo do ignoródio (Quinet, 2020).

Os filhos do pai de *Totem e Tabu* mataram o tirano do mito freudiano; os filhos do pai fascista identificaram-se cegamente ao “Mito” (como fanáticos chamam Bolsonaro) e perseguem seus inimigos, procurando “acabar com preguiçosos”, cumprindo a promessa de “fazer uma limpeza como nunca vista”. Este projeto eugenista visa limpar qualquer gozo anômalo e instalar ordem e progresso em nome da família, da pátria, de Deus e do capital. (Quinet, 2020, p. 38-39).

De acordo com outro artigo de Quinet (2019), intitulado “Como viramos fascistas?”, os eleitores de Bolsonaro não votaram nele apenas porque alegam que ele é “ficha limpa”, contra a corrupção e patriota, além de prometer devolver ao país valores da família tradicional, da pátria, da propriedade privada, etc. Seus eleitores o elegeram, acima de tudo, justamente por causa de suas características racistas, homofóbicas e misóginas. É uma questão de identificação. O “problema” é que grupos minoritários, como mulheres, homossexuais e negros conquistaram, nas décadas 2000 e 2010, através dos governos petistas, diversos espaços que outrora eram reservados somente à elite e à classe média. O pobre, ao ter acesso a viagens de avião, a automóvel, a casa própria e a outros objetos de consumo, retira da classe média os *gadgets* que representavam simbolicamente sua posição de poder. É aqui que reside o ponto central do gozo do Outro. Não é que a classe média tenha perdido seu acesso ao consumo, mas, sim, seus símbolos de poder. Segundo Safatle (2020), é impossível identificar experiências de gozo dissociadas de experiências de poder.

O racismo que emana no discurso de Bolsonaro e de seus sectários será definido por Lacan, segundo Quinet (2019), como ódio dirigido ao gozo do outro. “Foi esse ódio mal contido e mal disfarçado que agora explode ao se ver autorizado pelas palavras do ‘mito’ (significante que seus eleitores passaram a usar para qualificar o candidato e agora presidente da extrema direita no Brasil).” (§15).

Esse lugar do “mito”, segundo Quinet (2019), é o lugar do ideal do Eu, onde a massa coloca o líder, e ele sustenta determinados ideais com os quais cada sujeito se sente representado, assim como já dissemos. Dessa maneira, seus eleitores podem dizer do líder “ele me representa”. É o lugar do pai e cada “um devotará amor estando cego para seus defeitos e rivalizará com seus pares da massa pelo amor deste e fará tudo para chamar a atenção dele, para agradá-lo e receber em troca seu amor.” (§27).

Bolsonaro representa, para seus eleitores, de acordo com Quinet (2019), o lugar do “Um” da exceção do pai da horda primeva, como podemos ver também em *Totem e Tabu*. O pai representa a lei; porém, está acima dela. Sendo assim, independentemente das provas e dos indícios contundentes apresentados contra ele, o “mito” será sempre justificado e as acusações impetradas contra sua pessoa serão vistas por seus eleitores como *fake news* e perseguição política. A onipotência e a megalomania de Bolsonaro fazem com que ele se identifique com o “Um” do poder, que tem a solução para todos os problemas. Na narrativa paranoica, o “líder é imbuído de uma certeza tal que não apresenta nenhuma divisão subjetiva.

Ele é retido por um ideal ao qual tem uma identificação imediata, como por exemplo, a promessa messiânica: ‘Deus quer que eu seja presidente da república’” (§32).

A ideia da existência de uma esquerda comunista no Brasil é o centro da fantasia paranoica bolsonarista, o que gera uma falsa compreensão e um cinismo, em que o próprio “cidadão de bem” também é vítima da sua própria alienação. Segundo Zizek (2017), em *Interrogando o real*,

o distanciamento cínico e a plena confiança na fantasia são estritamente codependentes: hoje, o sujeito típico é aquele que, enquanto demonstra uma desconfiança cínica de qualquer ideologia pública, envolve-se sem nenhum limite em fantasias paranoicas sobre conspirações, ameaças e formas excessivas do gozo do Outro. (p. 295).

Como já assinalamos, qualquer sujeito que demonstre oposição em relação à visão de mundo bolsonarista receberá a alcunha de “comunista”. Assim como Adorno sinalizou, Marx e Engels (1848/2001), em *Manifesto do Partido Comunista*, indagam:

Qual partido de oposição não foi acusado de comunista por seus adversários no poder? Qual partido de oposição, por sua vez, não lançou contra os elementos mais avançados da oposição e contra os seus adversários reacionários a pecha infamante de comunismo? (p. 38).

A massa bolsonarista, em seu delírio coletivo, é incapaz de conceber que os sujeitos tenham diferentes modos de gozo, uma vez que são todos “comunistas”. Isso, ao mesmo tempo, gera a percepção de que seu gozo está constantemente sendo ameaçado, como assinala Zizek (2017) em *Against the double blackmail: refugees, terror and other troubles with the neighbour*. É nesse sentido que, sobretudo a classe média bolsonarista, através do ressentimento e do ódio ao gozo do Outro, revolta-se. Reféns de suas próprias fantasias de roubo de gozo e completude, a massa bolsonarista cria inimigos para serem capazes de suportar a impossibilidade estrutural do seu desejo. De acordo com Reichert (2021), em seu artigo “O inimigo comum – reflexões sobre o papel de ameaças imaginárias para a articulação da política brasileira”,

não importa o quanto se ame o modo nacional de gozo, esse *gozo real* nunca é o suficiente, em vista de já haver sido castrado e, portanto, ser incapaz de corresponder à fantasia empreendida pelo mito da identidade nacional. Esse déficit entre a fantasia e o gozo real é o que se supõe que o “outro” tomou posse, privando o “nós” de desfrutar de seu potencial máximo de gozo. O que é preciso entender, contudo, é que o “nós” jamais possuiu a parcela que acusa o “outro” de haver surrupiado. Isso é uma mera fantasia de completude idealizada. (pp. 63-64).

Guerra e Rocha (2021), em seu artigo “O próximo e o ódio: questões da psicanálise na atualidade”, revelam que o próximo, ao ocupar o lugar do Outro, torna-se, para o sujeito, um estranho que detém um gozo desconhecido. Esse estranhamento – *Unheimlich* – provocará hostilidade e inquietação ao sujeito diante da dimensão alteritária, pois o Outro “porta o real indizível do meu gozo obscuro” (p. 156).

Lacan, em *O seminário 17: o avesso da psicanálise* (1969-1970/ 1992), ressalta que o resultado de todo laço fraternal está na segregação, ou seja, formamos comunidades de gozo e banimos toda forma diferente de satisfação que nos ameace. Isso fica mais escancarado em Estados totalitários, em que a ideia do “inimigo a ser eliminado” é fundamental para a produção de sentimento de coesão social e sensação de segurança nacional (Guerra e Rocha, 2021). Em *A crítica da razão negra*, Mbembe (2018, p. 18) revela que a “tensão entre a paixão do público por sangue e noções de justiça e vingança é crucial (no poder soberano) [...] e uma nova sensibilidade cultural emerge hoje, na qual matar o inimigo do Estado é um prolongamento do jogo”. Emerge, a partir daí, o terror do gozo, externalizado e encarnado na figura das minorias e de todos aqueles que são acusados de “comunistas”, ou seja, de um outro próximo e suspeito. Segundo Adorno, a paranoia é o afeto social mais presente em lógicas totalitárias.

### **3.5 O Supereu e a pulsão de morte como norteadores do “cidadão de bem”**

Um dos princípios fundamentais da psicanálise reside na divisão do psíquico entre aquilo que é consciente e o que é inconsciente, de forma que o que se entende por inconsciente extrapola sua conotação meramente descritiva e confere um sentido de dinâmica ao aparelho psíquico. Freud (1923/2011), em *O Eu e o Isso*, revela que o Eu é a parte modificada pelo Isso por meio da influência do mundo externo e se empenha em colocar o princípio da realidade no lugar do princípio do prazer, que age irrestritamente no Isso. Esse fator é essencial para que a vida psíquica seja possível. “O Eu representa o que se pode chamar de razão e circunspeção, em oposição ao Id, que contém as paixões” (Freud, 1923/2011, p. 23). Contudo, para Freud, o Eu tentará controlar os impulsos do Isso e, a partir dos investimentos objetais ocorridos nessa instância psíquica, aprova-os ou afasta-os por meio da repressão.

Bem no início, na primitiva fase oral do indivíduo, investimento objetual e identificação provavelmente não se distinguem um do outro. Só podemos supor que mais tarde os investimentos objetais procedam do Id, que sente como necessidades os impulsos eróticos. O Eu, inicialmente ainda frágil, toma conhecimento dos investimentos objetais, aprova-os ou procura afastá-los mediante o processo da repressão. (Freud, 1923/2011, p. 26).

Se um objeto deve ou tem que ser abandonado, é comum que o Eu sofra alguma alteração através do processo de identificação, tal como ocorrem nos casos de melancolia, ou seja, “um investimento objetal é substituído por uma Identificação” (Freud, 1923/2011, p. 25). Nesse sentido, o caráter do Eu é um catalizador dos investimentos objetais abandonados que abrange a história dessas escolhas de objeto. Dessa forma, “desde logo há que se conceder, naturalmente, uma gradação da capacidade de resistência, até que ponto o caráter de uma pessoa rejeita ou acolhe estas influências da história de suas escolhas eróticas de objeto.” (Freud, 1923/2011. p. 28). A origem do ideal do Eu ocorre nesse momento e evidencia a primeira e mais importante identificação do sujeito; assim, o ideal do Eu é o resultado, ou melhor, é a consequência de um investimento objetal.

Com o declínio do complexo de Édipo, o investimento em relação à genitora tem que ser abandonado. Em seu lugar, poderá emergir uma identificação com a mãe ou um fortalecimento identificatório dela com o pai. Dessa forma, segundo Freud (1923/2011), a partir dessas escolhas objetais, ocorrerá uma alteração no Eu, um resíduo das escolhas objetais do Isso e uma formação reativa, que culminarão no surgimento do Ideal do Eu e conservarão o caráter do genitor, seja no polo positivo, “assim como pai você deve ser”, seja no polo negativo, “assim como pai você não pode ser” (p. 31).

O ideal do Eu é, portanto, herdeiro do complexo de Édipo e, desse modo, expressão dos mais poderosos impulsos e dos mais importantes destinos libidinais do Id. Estabelecendo-o, o Eu assenhorou-se do complexo de Édipo e, ao mesmo tempo, submeteu-se ao Id. Enquanto o Eu é essencialmente representante do mundo exterior, da realidade, o Supereu o confronta como advogado do mundo interior, do Id. Conflitos entre Eu e ideal refletirão em última instância – agora estamos preparados para isso – a oposição entre real e psíquico, mundo exterior e mundo interior. (Freud, 1923/2011, p. 33).

No decorrer do desenvolvimento infantil, as identificações primárias ocorridas durante o complexo de Édipo se associam a outras figuras de autoridade que simbolizam o papel do pai. O ideal do Eu, além de ansiar pelo pai, traz com ele todas as proibições e censuras morais na forma de consciência. Essa tensão entre as “expectativas da consciência e as realizações do Eu é percebida como *sentimento de culpa*.” (Freud, 1923/2011, p. 34). Além do mais, os sentimentos sociais repousam em identificações com outros sujeitos, com base no mesmo ideal do Eu. A socialização do sujeito depende exclusivamente desse processo, no intuito de superar a rivalidade entre os membros de determinada comunidade. “Ainda hoje os sentimentos sociais nascem, no indivíduo, como uma superestrutura sobre os impulsos de ciúme e rivalidade contra os irmãos.” (Freud, 1923/2011, p. 34).

Tanto a socialização como a constituição do sujeito dependerão exclusivamente dos processos de identificação, isto é, “da capacidade de atuação a partir de tipos ideais cuja

função é prover uma espécie de ‘protocolo’ orientador do desejo, de julgamento e da ação” (Fernandes & Machado, 2022, p. 36). A identificação é a base das dinâmicas de socialização, pois o processo social que permite a constituição de subjetividades é dirigido pela incorporação de modelos ideais de conduta socialmente aceitos e encarnados em certos sujeitos. Modelos que podem emergir em qualquer figura de autoridade (Safatle, 2017). Contudo, essa incorporação é profundamente conflituosa.

Internalizar um tipo ideal encarnado na figura de um outro significa conformar-se a partir de um outro que serve de referência para o desenvolvimento do Eu. Se quisermos ser mais exatos, diremos que se trata de alienar-se, já que significa ter sua essência fora de si, ter seu modo de desejar e de pensar moldado por um outro. (Safatle, 2017, p. 23).

Para Laclau e Mouffe (2001), em *Hegemony and socialist strategy*, o sujeito é um ator político inserido em uma estrutura discursiva, sendo que “a categoria de sujeito é penetrada pelo caráter ambíguo, incompleto e polissêmico que a superdeterminação atribui a toda identidade discursiva” (p. 121), ou seja, o sujeito, para os autores (2001), é assim como para Lacan, constituído na e pela linguagem, a partir de uma série de interpelações discursivas de natureza diversa, como familiares, político-ideológicas, religiosas, etc., fruto de organizações libidinais singulares e atravessadas pelo conflito, seja do sujeito com ele mesmo, seja do sujeito com os outros, seja do sujeito com o ambiente onde se encontra (Fernandes & Machado, 2022). Dessa forma, segundo os autores,

a recusa por parte do sujeito de se haver com a alteridade radical — social, mas também subjetiva — e a adoção da postura que pretensiosamente busca aniquilar ou se livrar daquilo que lhe é a um só tempo o mais íntimo e o mais estranho, que conduz àquilo que pode ser não só da ordem da psicopatologia, da neurose, mas, em última instância, ao lavramento do terreno onde poderão se assentar matrizes discursivas de extrema direita. (p. 37).

Esse caráter infamiliar do sujeito é mobilizado pela angústia, pois “é algo do recalcado que retorna”, não tem nada de novo ou estranho, mas faz parte da vida do sujeito e foi afastado pela via do recalque. “*Unheimlich* nos remete àquilo que causa estranhamento e inquietação, fundamentalmente por tocar algo de ‘familiar’ e que, por algum motivo ‘secreto’, não poderia ser identificado como tal” (Iannini & Tavares, 2019, p. 20). O duplo, ou seja, esse outro infamiliar, sempre nos lembra que nunca somos tão aquilo que pensávamos ser nem tão diferentes daqueles que tomamos por distantes ou diferentes (Iannini & Tavares, 2019).

Aqui, entra um novo elemento a ser compreendido se quisermos entender o funcionamento psíquico do “cidadão de bem”: o sentimento de culpa.

Na divisão de nossa psique, proposta por Freud em *Isso, Eu e Supereu*, compreendemos melhor o dinamismo da vida psíquica. Assim como o Id, o Eu está sujeito aos estímulos dos instintos; pois, como vimos, o Id é apenas uma parte do Eu modificada. Esses instintos são conhecidos como pulsão de vida (função de autoconservação) e pulsão de morte (função de reconduzir os seres vivos ao estado inanimado). A junção dessas duas pulsões seria uma batalha constante entre a continuação da vida e, ao mesmo tempo, a aspiração pela morte. Ou seja, a vida é uma guerra constante entre Eros e pulsão de morte. Contudo, para a preservação da vida, os impulsos destrutivos são desviados para o mundo exterior para fins de descarga oriundas dessa tensão (Freud, 1923/2011).

Do ponto de vista da moralidade, podemos dizer que o Isso é completamente amoral, o Eu se obriga a ser moral e o Supereu pode ser ultramoral e cruel ao Eu, ao se deixar influenciar pelo Id que, uma vez regido pelo princípio do prazer, quer apenas gozar. “É notável que o homem, quanto mais restringe sua agressividade ao exterior, mais severo, mais agressivo se torna em seu ideal do Eu” (Freud, 1923/2011, p. 52). A agressividade é introjetada e interiorizada, isto é, voltada para o próprio Eu.

O Supereu surge através da identificação com o pai. Toda identificação possui um caráter dessexualizado ou mesmo sublimatório. Dessa forma, parece que também ocorre, através da dessexualização, uma divisão pulsional. O componente erótico perde sua força após a sublimação de vincular toda a destrutividade a ele combinada, e esta é liberada como tendência à agressividade e à destruição. “Dessa disjunção o ideal tiraria o caráter duro e cruel do imperioso ‘Ter que’” (Freud, 1923/2011, p. 52). O sentimento de culpa emerge através da tensão entre Eu e Supereu. “O Eu reage com sentimentos de angústia (angústia da consciência) à percepção de que não ficou à altura das exigências colocadas por seu ideal, o Supereu.” (Freud, 1924/2011, p. 175).

De acordo com Freud, em *O mal-estar na cultura* (1930/2020), o sentimento de culpa não surge apenas quando o sujeito faz alguma coisa considerada ruim ou má, basta a intencionalidade para que surja esse sentimento. “O mal não é, em absoluto, aquilo que é prejudicial, perigoso ao Eu, ao contrário, é até mesmo algo desejado por ele, que lhe traz prazer” (p. 378). Mal é aquilo que pode gerar a perda do amor e, por medo dessa perda, procuramos evitá-lo. Na criança, o mal só a constrangerá quando a autoridade, no caso os genitores, descobrem. A consciência de culpa nessa fase é apenas medo da perda do amor. Entretanto, em alguns adultos

ele não se altera além do fato de que, em lugar do pai ou de ambos os pais, entra a comunidade humana maior. É por isso que eles só se permitem, regularmente, realizar o mal que lhes promete conveniências se estiverem seguros de que a autoridade nada saiba sobre isso, ou de que ela nada lhes poderá fazer, e o seu medo é unicamente de serem descobertos. (Freud, 1930/2020, p. 379).

O sentimento de culpa sofrerá uma mudança quando a autoridade for introjetada, constituindo, assim, o Supereu. Dessa forma, somente nesse momento poderemos dizer sobre uma consciência moral e, conseqüentemente, sobre o sentimento de culpa, pois o Supereu age como um vigilante onipresente e onisciente. Podemos dizer, então, que o sentimento de culpa tem duas fases. Num primeiro momento, surge o medo da autoridade e, posteriormente, surge o medo do Supereu. “O primeiro obriga a renunciar às satisfações pulsionais, e o outro, tendo em vista que não se pode esconder do Supereu a persistência dos desejos proibidos, obriga, além disso, à punição.” (Freud, 1930/2020, p. 382).

A consciência de culpa está intimamente ligada à renúncia pulsional. Entretanto, somente a renúncia não abranda esse sentimento, pois o desejo persiste e não se deixa esconder diante do Supereu.

A renúncia pulsional agora não tem mais nenhum efeito completamente libertador, a virtuosa abstinência não é mais recompensada com a garantia do amor; um infortúnio que ameaça de fora – perda do amor e punição por parte da autoridade externa – foi trocada por uma continuada infelicidade, a tensão da consciência de culpa. (Freud, 1930/2020, p. 382).

No início, o medo que mais tarde se tornará consciência moral, é a causa da renúncia pulsional; porém, mais tarde ela se inverte. “Toda renúncia pulsional se torna, a partir de agora, uma fonte dinâmica da consciência moral, cada nova renúncia intensifica a sua severidade e intolerância”. (Freud, 1930/2020, p. 383). O resultado disso é que cada renúncia de agressão que deixamos de satisfazer é assumida pelo Supereu, e essa agressão é voltada contra o Eu.

Entretanto, se a cultura que nos constitui como sujeitos nos protege, mas, ao mesmo tempo, exige de nós a renúncia pulsional para que a vida comum seja possível, essa renúncia só é suportável se a cultura nos garantir acesso e continuidade às satisfações substitutivas. Caso isso não ocorra, podemos verificar um agravamento da frustração causada pela renúncia narcísica (Ceccarelli, 2006). Uma vez que nosso cotidiano é atravessado pela agressividade constitutiva do sujeito sob a forma de violência, isso ocorre devido à cultura não ofertar, para alguns grupos de sujeitos, satisfações substitutivas frente às moções pulsionais recalçadas; enquanto, para outros, não existe limite, ou seja, tentativas de satisfação. (Ceccarelli, 2006).

As razões podem ser as mais diversas: os processos responsáveis pela limitação do gozo narcísico falham, são insuficientes ou não se aplicam a todos; a sociedade limita, à grande maioria dos sujeitos, o acesso aos modelos ideais que ela mesma cria. A frustração daí advinda leva o psiquismo a procurar outras formas de descarga de energia, como é o caso de comportamentos antissociais. (p. 117).

A tensão gerada entre o Eu e as exigências do Supereu frente às inúmeras renúncias pulsionais que a cultura nos impõe pode ser demasiadamente grande. A falta de satisfações substitutivas oriunda da fantasia do roubo de gozo pelo outro ou por fantasias e desejos censurados pela cultura poderá levar o “cidadão de bem” a encontrar uma solução: projetar no outro a agressividade e a crueldade do seu Supereu, a fim de amenizar seu sentimento de culpa, dando a ele, ao mesmo tempo, um ganho narcísico por ser o portador da moral e dos bons costumes, exigindo que todos cumpram as mesmas metas e ideais. “Sempre se segue uma sensação de triunfo quando algo no Eu, coincide com o Ideal do Eu” (Freud, 1921/2020), ainda que ilusórias. Costa (2023), em sua obra *Além do princípio do pudor*, reflete que os sujeitos “podem praticar as piores aberrações morais quando acreditam ser guardiões de uma causa ‘superior’” (p. 90).

Assim, enquanto o fracasso em agradar o superego desperta culpa, o fracasso em viver de acordo com um ideal do ego desperta apenas vergonha. O que quero dizer é que são particularmente aqueles nossos traços que são susceptíveis de despertar culpa ou vergonha que são susceptíveis de serem cindidos e projetados nos outros. Da mesma forma, se algo como um superego grupal, ou um ideal do ego grupal, puder ser definido, eu esperaria que os preconceitos grupais surgissem da projeção de qualidades consideradas desaprovadas por, ou incompatível com, essas figuras parentais. (Kyrle, 2015, p. 60).

Dessa forma, a capacidade de o sujeito lidar e reconhecer seus conflitos e antagonismos internos é fundamentalmente um fator pró-democrático, pois a habilidade de lidar consigo e com os outros lhe dá maior autonomia e ampliação de sua capacidade de agir na vida, afastando-o de estruturas violentas de exclusão (Fernandes & Machado, 2022).

Talvez nisso constitua uma das condições para o fracasso de interpelações populares-democráticas integradas a matrizes discursiva de extrema direita ante o sujeito interpelado: a negação não é somente um expediente de defesa contra conteúdos psíquicos incompatíveis com a consciência – sobretudo moral – que concorreriam à desestabilização identitária, narcísica e imaginária, do sujeito, mas tem efeitos sobre o juízo em relação à realidade. (Fernandes & Machado, 2022, p. 39).

Segundo Freud, em *A negação*, o Eu prazer introduz o que é bom e elimina tudo que é mau. De acordo com Freud, “por meio do símbolo da negação”, “o pensar se liberta das limitações do recalçamento e se enriquece de conteúdos, dos quais não pode prescindir para seu desempenho” (p. 143). De acordo com Dunker (2022), em sua obra *Lacan e a Democracia*, a pulsão de morte é sinônimo de gramática de negações. Ela ocorre quando projetamos no outro aquilo que não conseguimos reconhecer em nós mesmos. A projeção daquilo que é mau no outro, que causa sua punição ou cancelamento, faz emergir no sujeito

um doce sentimento de purificação. Quando substituímos as grandes diferenças oriundas da realidade pelas pequenas diferenças de nosso grupo narcísico, “fecha-se o ciclo que une a pulsão de morte com o negacionismo delirante” (p. 103).

A característica principal de um delírio, de acordo com Dunker (2022), não é sua semelhança com o que outros sujeitos pensam, mas o fato de ser uma crença incorrigível, ou seja, o delírio é um fato de certeza e não de verdade. Um grupo de indivíduos pode acreditar que a vacina da covid-19 não tem eficácia ou, até mesmo, pode defender que a Terra é plana, isso, por si só, não transforma esse pensar em um delírio, mas, sim, quando essa crença se torna inveterada a ponto de criar teorias conspiratórias para justificá-la. Contudo, Dunker (2022) afirma que, no jogo político, o delírio paranoico tem maior poder de captura. “Nele o sujeito pode, por exemplo, inverter o sinal de uma relação de amor, inveja e admiração para o afeto de ódio. Não suportando amar tanto o outro, nós nos defendemos negando esse amor e convertendo-o em ódio” (p. 111).

Temos que compreender que somos sujeitos designados, não somente por aquilo que reconhecemos, seja pela imagem, seja pela representação de nós mesmos, com a qual nos identificamos, mas também por aquilo que negamos. Somos seres em conflito e divididos. “Somos divididos entre moral e desejos, entre o que somos e o que gostaríamos de ser, entre o que dizemos e o que gostaríamos de dizer, entre o real e as expectativas de autorrealização para qual nos formamos” (Dunker, 2022, p. 110).

Podemos observar que, tanto na negação quanto na paranoia, existe um caráter infamiliar (dentro e fora), no qual mecanismos projetivos atuam e onde a pulsão de morte opera, defendendo o sujeito frente aos seus desejos inconscientes. Para manter a ilusão de que não somos sujeitos cindidos, o “cidadão de bem” poderá utilizar da agressividade pela via da projeção para com o outro sempre que suas fantasias e desejos ameaçarem seu frágil senso de “identidade”.

### **3.6 “Cidadão de bem”: entre o narcisismo e o ódio**

Para compreendermos a relação entre a extrema direita e o narcisismo, precisamos entender um fenômeno (embora não novo) dessa massa autointitulada “cidadãos de bem”, que faz com que os sujeitos a ela pertencentes se organizem pela via da identificação, chegando a negar toda e qualquer possibilidade de alteridade. Essa captura identificatória, de acordo com Ceccarelli (2022), em seu artigo “Quando as identidades aprisionam”, faz com que qualquer outra forma de construção subjetiva e particularidades identificatórias sejam motivo de exclusão e segregação.

Embora o significante “identidade” não tenha respaldo no arcabouço teórico da psicanálise, ele irá significar um agrupamento de traços que caracterizam determinado sujeito.

Irá significar, também, elementos de imutabilidade e permanência, o que garante ao sujeito uma marca de separação ou de coesão dentro de determinada massa, seja ela política, seja ela ideológica, seja ela religiosa, etc.

Um dos exemplos mais marcantes que podemos explorar é o da Segunda Guerra Mundial cujo fator *sine qua non* dos nazistas era preservar a identidade ariana de seu povo, eliminando qualquer outro grupo étnico. “O insuportável da diferença pode ser tão ameaçador que o sujeito prefere morrer a perder sua identidade” (Ceccarelli, 2022, p. 96). Se as diferenças entre os sujeitos residem apenas na e pela cultura (e não numa pretensa natureza), então o respeito a essas diferenças é fundamental para uma coexistência entre eles.

Se todo o mundo se parece, a humanidade dissolve-se no nada; se cada um deixa de respeitar a alteridade do outro afirmando sua diferença identitária, a humanidade mergulha no ódio perpétuo ao outro. As sociedades não devem, portanto, nem se dissolver num modelo único (a globalização), nem se fechar em fronteiras carcerárias (o nacionalismo): “Nem muito perto, nem muito longe”. A uniformização do mundo produz sempre a guerra e o comunitarismo. (Roudinesco, 2022, p. 69).

A percepção da existência do outro quanto à constatação da diferença sexual provoca um abalo no Eu, uma ofensa ao narcisismo. Esse conflito remete ao conto de Schopenhauer sobre os porcos-espinhos, trazido por Freud (1921/2020):

Num dia frio de inverno, uma comunidade de porcos-espinhos amontoou-se muito perto uns dos outros, para se proteger do congelamento através do calor recíproco. Entretanto, logo sentiram os espinhos uns dos outros, o que então novamente os afastou. Mas assim que a necessidade de aquecimento novamente os aproximou, repetiu-se aquele segundo mal, de forma que eles foram jogados para lá e para cá entre os dois sofrimentos, até descobrirem uma distância intermediária, que lhes permitiu aguentar melhor a situação. (Schopenhauer *apud* Freud, 1921/2020, p. 174).

O sujeito, ou permanece só e enclausurado em um narcisismo mortífero, ou mantém uma aproximação discreta para que seu convívio com os outros seja possível, sem que ocorra uma intimidação narcísica significativa (Ceccarelli, 2022). Uma solução dada por Freud (1921/2020) é adotar um “meio caminho”, ou seja, viver juntos; entretanto, separados. Mas, porque em alguns casos adotar esse “meio caminho” não é possível? Quando as identificações que constituem o Eu se transformam em uma espécie de cárcere identitário de tal forma que o convívio com o outro torna-se insuportável?

Segundo Freud, em *Contribuições para a psicologia da vida amorosa* (1910-1918/2018), mais precisamente em *O tabu da virgindade* (1918/2018), o sujeito sempre se isola dos demais através de um “tabu de isolamento pessoal”, e as pequenas diferenças em meio às afinidades fazem florescer os sentimentos de estranheza e hostilidade entre os sujeitos. “A hostilidade que vemos em todas as relações humanas lutar com sucesso contra

os sentimentos de união e vencer o mandamento do amor generalizado aos seres humanos” (p. 164). Para Freud (1918/2018), esse sentimento chama-se narcisismo das pequenas diferenças, como vimos no primeiro capítulo.

Em conformidade com Freud (1921/2020), em outro momento, essa hostilidade fica suspensa nas massas justamente porque elas são unidas libidinalmente pelas identificações.

toda essa intolerância desaparece, temporária ou permanentemente, através da formação de massa e na massa. Enquanto a formação de massa se mantém, ou até onde ela se estende, os indivíduos se conduzem como homogêneos, toleram a singularidade do outro, igualam-se a ele e não experimentam nenhum sentimento de repulsão por ele. (p. 175).

Contudo, essa aliança só se manterá na medida em que a hostilidade presente em cada sujeito for exteriorizada para um outro grupo, ou seja, diante da constatação da alteridade que vem ameaçar suas referências identitárias.

A agressividade humana é estrutural e deve ser compreendida, como assinala Lacan em *Os escritos* (1966/1998), a partir da experiência subjetiva, pois ela, a agressividade, está relacionada com o modo narcísico de identificação. O outro que nos remete à castração será sempre alvo de nossa agressividade, visto que “somos agressivos por sermos castrados” (Ceccarelli, 2006, p. 117).

O estado de cultura só é admissível se pudermos obter satisfação pulsional de maneira considerável para que a insatisfação seja tolerada. Caso haja ameaça de perda desses objetos de satisfação, haverá o retorno das moções pulsionais destrutivas, aflorando o homem primitivo em nós (Ceccarelli, 2020).

O outro, o que pensa diferente, que tem outra religião, que vem de outra parte, que tem outra história, outras referências identificatórias, outra teoria, transforma-se facilmente em alvo das pulsões agressivas e destrutivas, se ele ameaça revelar o desamparo (psíquico) que as crenças disfarçam. (Ceccarelli, 2009, p. 40).

A inserção de sujeitos antes discriminados e negligenciados (pela sexualidade, religiosidade, identidade, etnia) no campo democrático, por meio de viabilização de políticas públicas, foi vista por uma significativa parcela da população brasileira como ameaça aos seus direitos, uma vez que antes detinha o monopólio do reconhecimento sociocultural. Em consequência disso, os “cidadãos de bem” perceberam essa inclusão como “um roubo simbólico, de apropriação indevida do direito à identidade respeitável” (Costa, 2023, p. 73). Nesse sentido, os autodenominados “cidadãos de bem” fecharam-se numa bolha extremista e fanatizada devido às suas crenças ideológicas acerca da “suposta superioridade moral e normalidade biológica” (Costa, 2023, p. 73).

Essa fantasiosa ficção histórico-teórica foi desconstruída para esses sujeitos, e isso deixou, como consequência, um lastro de ódio ao outro. “Na fantasia, esses sujeitos consideravam suas vidas modelos de virtude e, agora, as mesmas vidas passam a ser descritas ou percebidas como obsoletas” (Costa, 2023, p. 73). Em seus devaneios, os “cidadãos de bem” defendem uma ilusória volta ao passado, sobretudo à Ditadura Militar, com gritos pedindo por “intervenção militar”, durante acampamentos em frente aos quartéis, esperando que os militares e o governo passado pudessem, através da lei e da ordem, devolver-lhes o *status quo* perdido, mesmo que o preço disso fosse a eliminação física do outro. Fazer parte dessas massas bolsonaristas “significou para numerosas pessoas ter o aval de outros “cidadãos” para continuar a cruzada anacrônica por um estilo de vida moral, de cujo funeral são protagonistas” (Costa, 2023, p. 74).

Em nome da defesa da família heterossexual, da religião cristã e da pátria, os “cidadãos de bem” entoam hinos patrióticos, fazem orações e rituais vazios de densidade existencial, como se fosse uma palavra de ordem contra sua supostamente expropriação moral e contra a corrupção petista/comunista. Esses sujeitos, embora sejam submetidos ao teste de realidade diante de inúmeros escândalos envolvendo seus políticos “patrióticos”, constantemente justificam esses casos como *fake news* da “mídia esquerdista”. Outro aspecto para o qual Costa (2023) adverte é que os denominados “cidadãos de bem” fecham os olhos para infrações que cometem diariamente, que vão desde a sonegação de impostos ao suborno de servidores públicos, ou seja, todos convivem constantemente com a realidade da desonestidade cívica. Isso sem contar que boa parcela vive com baixas remunerações e em empregos precarizados.

Da mesma maneira, ao defenderem a religião cristã (principalmente a católica e a evangélica) e a família acima de tudo, essa parcela da sociedade vive isolada, na maioria dos casos, sem a presença de familiares, mantendo relação predatória e destrutiva com seus líderes religiosos demagogos e extremistas (Costa, 2023). A suposta e fantasiosa ameaça narcísica a essa camada da população que se diz “patriota” é tão insuportável que a faz justificar todo tipo de opressão, ainda que seja para com ela mesma.

O imaginário da “expropriação” narcísica expõe a miséria moral dessa camada social que defende o que não tem e que dificilmente voltará a ter, até porque, ao reproduzir a cultura narcísica da qual faz parte, só faz agravar o mal que atribui aos inimigos da família, de Deus e da pátria. (Costa, 2023, p. 74).

Uma das soluções encontradas pelos “cidadãos de bem” para amenizar seu sentimento de perda narcísica está no chamado “preconceito recreativo”. Eles defendem que piadas que envolvem racismo, sexismo, machismo, entre outros temas, são apenas brincadeiras, apesar de depreciarem historicamente essas camadas, que são marginalizadas.

Culpam a esquerda por promover uma patrulha ideológica e, conseqüentemente, pela censura. Para o “cidadão de bem”, liberdade de expressão é um conceito absoluto que não leva em conta a dignidade do sujeito oprimido. “A legião de militantes fanáticos, com ou sem intenção consciente, terminou por despertar uma dimensão inconsciente implícita na idealização narcísica de si dos que se sentem ‘expropriados’” (Costa, 2023, p. 75).

Essa perda narcísica diante das novas identidades culturais foi, na maioria das vezes, motivada por uma obscura e inconsciente inveja do gozo do outro (Costa, 2023). A preocupação obsessiva do “cidadão de bem” com questões acerca da sexualidade das crianças aponta para uma tendência inconsciente de estar próximo daquilo que julga “imoral”. “A proximidade com o ‘sujo’ excita os que se julgam ‘limpos’, sem obrigá-los a confessar a eles próprios o quanto anseiam pela fonte de excitação” (Costa, 2023, p. 76).

Como já mencionamos, o sentimento de culpa, oriundo da tensão entre o Eu e o Supereu, será muito maior e mais agressivo quanto mais o moralista ignorar seus desejos eróticos ou agressivos. Dessa forma, “pertencer às massas permite que o sujeito justifique a projeção no outro de seu desejo sexual ou agressivo recalcado ou desmentido” (Costa, 2023, p. 76). A agressividade desmedida com a qual as minorias são acometidas, de acordo com Costa (2023), não se justifica, exceto pelo “risco de contágio” que as novas formas de ler e vivenciar a realidade podem exercer sobre os “cidadãos de bem”. As inúmeras teorias conspiratórias sobre a intenção da esquerda de “perverter” sexualmente as crianças por meio da “ideologia de gênero”, por exemplo, mostram “a insegurança paranoide que estes tipos humanos experimentam em face do fantasioso atentado ao que consideram suas ‘virtudes morais’” (p. 77). Detentores do monopólio do “bem” com o qual, de maneira arbitrária, alguns setores da sociedade se autoconcederam a voz dos oprimidos, soam como um ataque.

Dessa forma, foram emergindo massas de extrema direita com suas fantasias

transgressivas e desejosas de punir a si mesmas, punindo projetivamente seus desafetos morais. Intolerância é o nome usual para esse desejo de nadição, de nulificação da vida do outro, oriundo da brutalidade do descompensado narcisismo dos extremistas. (Costa, 2023, p. 77).

Além de fatores como inveja e sentimento de culpa, temos a questão do ressentimento, pouco mencionada no capítulo 2, mas que vale a pena ser melhor abordada. Segundo Costa (2023), o ressentimento é provindo de duas principais razões:

- 1) ilustra o tamanho da frustração da sociedade em termos de acirrada disputa por reconhecimento. O desejo massificado por reconhecimento assumiu, na atualidade, a forma do consumo irrefreável e do entretenimento individuais. Diante disso, os grupos que acreditam estar fora desse circuito consumista ostentatório das celebridades converteram-se em uma massa de “desprezados”, cujo único objetivo passa ser a

perseguição e o aniquilamento dos supostos responsáveis por suas decepções e sentimentos de humilhação. Os sujeitos “desprezados” encontraram no autoritarismo extremista um ponto de amarração para acusar os “corruptos” e “indecentes” de privar-lhes do título de cidadão de primeira classe;

- 2) o problema da meritocracia que reduz a noção do mérito à concepção de sucesso financeiro. O linguajar meritocrático criou um ambiente discriminatório contra aqueles que não têm educação universitária de elite nem exibem condutas liberais no que tange a temas como multiculturalismo e diversidade identitária. Assim como o consumismo e a ostentação, a meritocracia produziu sujeitos excluídos do reconhecimento cultural, que passaram a culpar-se superegoicamente por não serem suficientemente capazes de alçar o *status* de vencedores (Costa, 2023).

Esses novos modos de subjetivação provocados pelo neoliberalismo produzem também um mal-estar, em que muitos sujeitos depositam sua origem em um objeto intrusivo. Conforme Dunker (2015), em seu artigo “Ressentimento de Classe”,

há algo ou alguém que está a mais em nossa forma de vida e que, uma vez excluído, reequilibrará nossa experiência, aproximando-a do bem-estar. Esse objeto pode ser concreto como o álcool, as drogas, mas pode ser também identificado com um “tipo de pessoa. (Dunker, 2015, §4).

O ponto crucial desse mal-estar, de acordo com o autor (2015), reside no ressentimento de classe. A alteração nos padrões de consumo e de ganho ocasionou a passagem de milhares de sujeitos da miséria para a pobreza, e da pobreza para a classe média trabalhadora, nos governos petistas, mas não provocou uma mudança na distribuição de bens simbólicos, culturais e sociais. Os pobres ficaram mais ricos, mas os ricos ficaram ainda mais ricos.

O que temos no Brasil não é uma tensão entre capitalistas e proletários, ou uma rebelião dos desempregados pelo sistema, excluídos para fora dos muros das fábricas, mas uma espécie de ressentimento social generalizado. O raciocínio economicista tradicional considera que renda e padrão de consumo são suficientes para caracterizar a posição de classe. Segundo essa mesma simplificação, ascender de classe é diminuir sofrimento e no seu conjunto rumar para o estado de bem-estar social. (Dunker, 2015, §5).

Ao contrário, cair de posição social gera o medo que circunscreverá qualquer sucesso de um sujeito, grupo ou família. Quando nossa posição social muda, ou é compreendida como potencialmente alterável, sempre virá com essa possibilidade de ameaça ao nosso narcisismo, ou seja, à nossa gramática de reconhecimento. Contra essa ameaça, incitamos

formas mais simples de reassseguramento identitário para confirmar que sabemos muito bem o que somos. O medo e a inveja passam a ser os afetos predominantes (Dunker, 2015).

Realizamos uma espécie de redução do tamanho do mundo, correlativa do engrandecimento do eu. Surgem assim dualismos simplificadores: negros ou brancos, ricos ou pobres, mulheres ou homens, nortistas ou sulistas, esquerdopatas ou coxinhas, inimigos necessários para nos lembrarmos, patologicamente, quem somos “nós” e onde estão “eles”. (§5).

Outra forma de ressentimento de classe aparece nas condições de igualdade, ainda que artificialmente construídas, de tal forma que as pequenas diferenças serão insuportáveis e as grandes diferenças ficarão invisibilizadas. Assim, “os funcionários entram pela porta dos fundos, usam uniformes, são substituíveis por empresas que administram e terceirizam os serviços domésticos de modo impessoal” (Dunker, 2015, §6). Para os trabalhadores autônomos, é uma grande ambição serem reconhecidos como “sujeitos de direitos” e serem portadores de uma “dignidade moral” que está intimamente conectada ao tipo de esforço que a vida lhes impõe.

A grande questão aqui não é apenas acerca da renda e do capital de patrões e empregados, mas a distância entre “ser alguém” que pode dedicar-se ao enriquecimento e, conseqüentemente, a uma vida orientada pela busca do prazer, e a condição de “vida instrumental”, ou seja, aquele que deve se esforçar em prol de uma aposta incerta em um futuro melhor quem sabe apenas para seus filhos. O ressentimento de classe aumenta drasticamente quando os padrões de consumo, incentivados pelos governos petistas, disseminaram o acesso a bens simbólicos que outrora eram apenas de exclusividade da classe média, como viagens de avião, acesso à universidade, compra de automóveis e de moradia própria (Dunker, 2015).

A indeterminação relativa do valor distintivo de tais signos de classe inverte os polos condominiais da inveja e do medo. Aquele que pode viajar se ressentido que não é realmente reconhecido como igual, e aqueles que garantiam suas identidades no clube restrito dos iguais se ressentem da perda do privilégio que antes tinham nos aeroportos, nas exposições de arte, nos círculos de consumo particular. (§6).

A percepção retrospectiva de que o esforço tenha se realizado em nome de algo que não valia a pena acreditar também poderá causar esse ressentimento de classe. “Ver o vizinho subir na vida pode ser tremendamente destruidor para os laços de classe que antes afirmavam a pertinência a uma mesma forma de vida.” (Dunker, 2015, §7). É grande a tentação de especular que isso só foi possível porque, de alguma maneira, ele burlou as normas. Os grupos sociais pertencentes a determinada classe deveriam ser compreendidos também pelo tipo de dificuldade e pelas normas que tornam o merecimento de seus sucessos um fato

legítimo. “Diferentes políticas do sofrimento concorrem entre si quanto ao ‘em nome do que’ vale a pena sofrer, e algumas são mais vitoriosas que outras.” (Dunker, 2015, §8). Elas adquirem força para estabelecer o limite entre o sofrimento que devemos consentir, como um fato de natureza, e o sofrimento pelo qual é necessário lutar para transformar o mundo ou a nós mesmos.

O ressentimento, segundo Dunker (2015), aparece como uma patologia do reconhecimento que se baseia na dedução de que o Outro é mais forte e poderoso do que ele realmente é, e que ele foi injusto conosco. Cumprimos a lei, mas não fomos devidamente recompensados. “O ressentido é no fundo alguém convicto de que a vida ou o destino lhe devem algo e que não foi em nome próprio que ele se engajou em uma rota de sacrifícios e sofrimentos, mas em nome de uma promessa que o Outro lhe fez” (§8). E é através da exploração desse ressentimento que o bolsonarismo ganha força política.

Em reação à culpabilização pelas “derrotas” imaginárias, o sujeito pode evocar defesas sintomáticas prejudiciais ao equilíbrio psíquico. Uma delas é a concordância masoquista da autopunição. O sujeito acredita que, de fato, é um fracassado, deixando de compreender qual ordem social “o leva a encarar a meritória vida justa e decente como algo ‘menor’, como algo que não merece respeito ou consideração.” (Costa, 2023, p. 79). A outra defesa que o sujeito emprega é a projeção no outro daquilo que persegue interiormente. É o famoso bode expiatório. “Um fictício culpado é criado para dar concretude à abstração do grande obstáculo responsável pelo não reconhecimento social de seu mérito” (p. 79).

O ressentimento de grande parte da massa bolsonarista advém do sentimento de inferioridade e de inveja contra os estereótipos dos “vencedores”. Não à toa, seu ataque frequentemente volta-se para artistas, universidades, intelectuais, etc. Para o “cidadão de bem”, é praticamente impossível conviver com o reconhecimento de sujeitos que não professam suas crenças. A “vitória” do oponente é vista com desprezo por todos os valores que ele pode representar. “O nível de regressão da rivalidade narcísica torna-se, por vezes, grotesco, como nos casos de agressão pública de pessoas de notório valor cívico, político ou cultural.” (Costa, 2023, p. 80).

No auge do ressentimento, a fisionomia do bode expiatório ganha forma das teorias conspiratórias. O culpado deixa de ser determinado sujeito ou determinada instituição para ser o “sistema, os grandes meios de comunicação, as forças ocultas conhecidas apenas pelos membros da massa ou, por fim, todos os poderosos que são invejados pelo ‘perdedor’ como modelo de sucesso econômico e visibilidade social” (Costa, 2023, p. 80). Os “cidadãos de bem”, nesse caso, apresentam-se como combatentes do sistema e da política, reforçando ideias profascistas e totalitárias de que somente um “líder honesto e que fala a verdade” pode combater a corrupção da política. A fantasia narcísica é a de que esse líder devolverá a essa massa ressentida seu lugar ao sol, empurrando-a ao extremista direitista, e essa luta,

de maneira impetuosa, a salvar aquilo que ela tanto ajudou a destruir, ou seja, a própria dignidade (Costa, 2023).

Todo esse ressentimento, somado à ilusão meritocrática que induz a crença do próprio esforço, do empreendedorismo, do talento e do trabalho extenuante como forma de sucesso financeiro, oculta um lado que demonstra que somente aqueles com maior capital cultural e financeiro, ou seja, os mais ricos, têm a chance de ocupar melhores cargos e, conseqüentemente, melhores remunerações, o que faz com que o despertar do sonho seja desalentador. Muitos sujeitos preferem continuar sonhando ou tendo pesadelos com os “inimigos da meritocracia”. Não somos senhores dentro da nossa própria casa, diz Freud sobre o Eu. Contudo, segundo Costa (2023), “ou levamos isso a sério ou podemos fabricar simulacros de senhores que sejam, simultaneamente, ‘senhores de nossas casas e nossos senhores’” (p. 81).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extrema direita no Brasil veio para ficar. Uma pesquisa feita pelo instituto DataFolha, no final de 2023, demonstrou que o bolsonarismo continua forte no Brasil. A referida pesquisa demonstrou que 25% da população considera-se bolsonarista, mesmo com todas as evidências e provas de crimes cometidos pelo ex-presidente, mesmo com sua inegitabilidade, a fidelidade dos seguidores de Bolsonaro continua a mesma. Se as eleições ocorressem atualmente entre Lula e Bolsonaro, a disputa seria acirrada.

Para alguns estudiosos, como João César de Castro Rocha, parte da população que votou em Bolsonaro na eleição de 2022 não é formada somente por sujeitos radicalizados. E, ainda: relata que, dentro do campo bolsonarista, existem eleitores eventuais de Bolsonaro. Concordamos com o pesquisador em relação a não estereotipar todos os bolsonaristas como fanáticos. No entanto, discordamos quanto a um eleitorado eventual da extrema direita. Acreditamos que quem votou no ex-presidente, em deputados, senadores e governadores alinhados a essa ideologia extremista, votou justamente por identificação com suas pautas. Em contrapartida, o atual presidente Lula só foi capaz de conquistar sua vitória na última eleição devido à sua representatividade no imaginário de grande parte da população brasileira como um grande estadista; mas, acima de tudo, porque ele conseguiu montar a frente ampla, que foi capaz de fazer frente à extrema direita no Brasil. E é nessa frente ampla que encontraremos, a nosso ver, eleitores eventuais da direita moderada.

Não podemos nos enganar: Bolsonaro não conseguiu se reeleger, mas o bolsonarismo, como movimento político, venceu. Elegeu vários governadores, inúmeros deputados federais e estaduais, senadores e governadores. Ao todo, Bolsonaro obteve quatrocentos mil votos a mais em relação à eleição de 2018. Candidatos bolsonaristas e aliados do Centrão conquistaram, na última eleição, 14 das 27 vagas do senado. Com o resultado, somente o PL, partido de Bolsonaro, passou a ter a maior bancada da Casa. Cinco a mais em relação à eleição de 2018. Na câmara, esse casamento entre o PL e o Centrão rendeu para o bolsonarismo, em 2022, a eleição de 99 deputados federais, um aumento de 23 deputados federais em relação à eleição anterior. É a primeira vez, desde a redemocratização, que o MDB não vai ter a maior bancada.

Tentamos demonstrar, ao longo deste trabalho, que a relação das massas com o discurso de Bolsonaro tem raiz na identificação, e essa vinculação se manifesta pelos afetos e não pela cognição. A formação das massas bolsonaristas por meio das mídias digitais é a espinha dorsal que sustenta essas massas e que permite que elas construam uma realidade alternativa, através da negação sustentada por teorias conspiratórias e *fake news*. Temos que ter em mente que, quando um “delírio” é abraçado pelas massas, ele se torna uma visão de mundo e, portanto, uma realidade factual. Em *Hamlet*, obra de Shakespeare, Polônio, Lorde

camarista, no segundo ato, pergunta ao príncipe Hamlet o que está lendo. Hamlet responde: “palavras, palavras, palavras”. Ao passo que Polônio o indaga: “me refiro à trama do que lê, meu príncipe”. A resposta de Hamlet parece uma loucura, no entanto é uma verdade. Polônio responde: “embora seja loucura, mas há método”. Nada melhor que esse trecho da obra para exemplificar o *modus operandi* bolsonarista. Por isso, utilizamos a palavra delírio entre aspas; pois, embora pareça uma insanidade, existe nela uma técnica de aglutinar as massas.

Por esse motivo, a discussão sobre a regulamentação das redes sociais é tão crucial. Para manter a extrema direita mobilizada, essa regulamentação colocaria o bolsonarismo numa posição de extrema fragilidade, pois seu modo de funcionamento e sua técnica de aglutinar os sujeitos através da retórica do ódio, de conspiracionismos e de desinformação dependem fortemente de uma internet “sem censura” em suas palavras. Por outro lado, se quisermos, em curto prazo, salvaguardar nossa democracia, essa regulamentação é fundamental, pois combateria a propagação de *fake news*, responsabilizando as plataformas pelas publicações feitas por terceiros.

O Brasil sofre com o bolsonarismo uma espécie de retorno do recalcado do que há de pior em nossa história. Se a extrema direita é um fenômeno mundial, o bolsonarismo é um fenômeno tipicamente brasileiro. O Brasil não fez um acerto de contas com sua história violenta. Em nossa história, momentos de autoritarismo e regressão democrática têm sido recorrentes. Desde a Proclamação da República, em 1889, oriunda de um golpe militar, na revolução de 1930, e no Estado Novo, no qual Getúlio Vargas assumiu a presidência e estabeleceu um regime ditatorial, ou a Ditadura Militar de 1964 a 1985, nossa democracia convive com ameaças e supressões contínuas, evidenciando um caráter oscilante das dinâmicas político-sociais brasileiras (Ferreira, 2023). E não apenas em relação ao autoritarismo, que faz parte da nossa história, mas também em relação ao genocídio dos povos originários e aos mais de trezentos anos de escravidão. A elite brasileira, para perpetuar sua violência e brutalidade em relação à grande parte da população, precisou inventar e garantir uma leitura ideológica do nosso país como o mito da democracia racial, ou seja, a ideia de que as relações raciais no Brasil se desenvolveram historicamente de maneira harmoniosa, por um lado, e da história de um país construído sem o flagelo da violência e de conflitos, por outro.

Essas duas noções de leitura da história do Brasil estão no centro do conservadorismo brasileiro, e necessitam constantemente serem reforçadas para que não permitam que o passado autoritário, escravocrata, patriarcal e racista irrompa com toda sua força e modifique nossa história. No entanto, o bolsonarismo ultrapassa o personagem de Bolsonaro e abarca uma série de identificações, expectativas e visões de mundo que não se esgotam em sua figura, conforme apostamos em nossa hipótese inicial. É o retorno do recalcado de um país que não perlaborou sua história. Portanto, pensar em nosso futuro perpassa perlaborarmos

primeiramente e urgentemente o nosso passado. De acordo com Araújo, Araújo e Baldaia (2021), em seu artigo “O bolsonarismo e o Brasil profundo: notas sobre uma pesquisa”, o “bolsonarismo é um fenômeno, um encaixe social, político e cultural facilitado pelas condições preexistentes do Brasil Profundo” (p. 34).

As condições da nossa frágil democracia, que colocam a maioria dos sujeitos em extrema vulnerabilidade e desamparo, somado à desilusão e à promessa de um futuro melhor, desvelam o lado agressivo e sádico do sujeito e, também, revelam nossa incapacidade institucional de regular essas pulsões agressivas. Esse mal-estar faz com que o sujeito, no afã de encontrar uma resposta para seu sofrimento, eleja um culpado, ou melhor, um bode expiatório, que servirá como depósito para discursos de ódio e violência simbólica e física. De acordo com Freud (1933/2020), em *Porque a guerra?*, a pulsão de morte “torna-se pulsão de destruição na medida em que, com a ajuda de órgãos especiais, é voltada para fora, contra os objetos. O ser vivo preserva, por assim dizer, sua própria vida destruindo a vida alheia.” (p. 436).

O bolsonarista terá, a partir da criação do inimigo, uma compreensão deste outro como uma vida que pode ser ameaçada, destituída de direitos e, até mesmo, exterminada. Para Freitas e Vieira (2022), em seu artigo “Bolsonaro como linguagem da destruição: uma conversa sobre o mal-estar civilizatório no Brasil recente”, o mal necessita ser percebido “não como uma prática nociva que deve ser questionada e banida das relações sociais, mas como algo corriqueiro que se pauta pelas contingências da vida” (p. 323). A identificação do sujeito com o discurso do ex-presidente Bolsonaro legitima sua perversidade e lhe autoriza a deslocar sua pulsão de morte para fora e a viver esse gozo. As constantes tentativas de minar nossa democracia fazem com que a extrema direita brasileira provoque abalos constantes na política e na nossa vida social, transformando-se em uma ameaça constante ao nosso pacto civilizatório.

o bolsonarismo teve como berço o sistema democrático brasileiro, cujas prerrogativas têm sido repetidamente mobilizadas para o seu próprio esgotamento. Uma vez autorizados pelo sistema a externalizar o seu instinto de morte, vários brasileiros passaram não somente a performar livremente o seu desejo de destruição, como também a classificar tal *performance* como um direito. É nesse sentido que os repertórios bolsonaristas apontam para a construção “legal” de um Estado violento. (Freitas; Vieira, 2022, p. 332).

A vida em sociedade depende que nossas pulsões encontrem uma forma de se satisfazerem. A sublimação será, para Freud (1915/2013), o que permite o surgimento de apresentação da linguagem do desejo inconsciente de forma criativa. As formas de sublimação (através da religião, das artes e das ciências) seriam “formas de realização simbólica que se associam à criatividade humana, produzindo uma superação do

automatismo instintivo” (Freitas; Vieira, p. 338). Freud (1915/2013) relaciona os processos criativos ao conceito de sublimação, descrito como um dos destinos pulsionais. A sublimação promove uma espécie de apaziguamento do sofrimento psíquico através de um processo que transforma nosso mundo interno em algo socialmente valorizado. No entanto, parece que a sublimação das pulsões destrutivas sofre um esgotamento em momentos de crescimento da brutalidade. O ex-presidente Bolsonaro ainda é um personagem com quem milhares de sujeitos se identificam e se realizam através de seus discursos.

A partir de sua ideia de que uma vez autorizados pelo sistema a externalizar o seu instinto de morte, vários brasileiros passaram a performar livremente através do discurso o seu desejo de destruição, verificamos infelizmente que o desejo de destruição liga, através da identificação, um determinado grupo que se une diante do *mito* destruidor. (Freitas; Vieira, 2022, p. 340).

O que é novo nesse movimento da extrema direita no Brasil é que ele conseguiu aglutinar os sujeitos e formar uma massa de tradição reacionária desejosa de se ver representada nas engrenagens do poder. Os militares das Forças Armadas viram, em Bolsonaro, a possibilidade de retornar ao poder. Os policiais militares, cuja formação tem forte presença autoritária, enxergaram em Bolsonaro a possibilidade de ganho econômico e simbólico “e uma espécie de legalização da pena de morte extrajudicial.” (Araújo; Araújo; Baldaia, 2021, p. 50). Grupos religiosos e setores conservadores, sobretudo da classe média, viram em Bolsonaro o retorno do conservadorismo por meio da “família tradicional”. Todos esses “elementos são ressignificados no atual contexto brasileiro, mas são, também, parte das nossas representações como povo e como nação. Com isso se quer dizer que o Bolsonarismo é um fenômeno do presente que é atravessado por um mosaico do passado.” (Araújo; Araújo; Baldaia, 2021, p. 50).

Bolsonaro só foi possível porque não conseguimos enfrentar as chagas brasileiras (autoritarismo, racismo, homofobia, xenofobia, misoginia). Não basta ter políticas afirmativas de acesso à educação, como o sistema de cotas, por exemplo, ou leis de combate ao racismo, pois essas políticas são vistas apenas como ação de uma ideologia de esquerda. O Brasil não é o país da impunidade. Somos o terceiro país do mundo com a maior população carcerária e, majoritariamente, somos pretos, pardos e pobres. O problema novamente não é de impunidade, mas de seletividade. Precisamos urgentemente rever nossas leis de combate às drogas ilícitas. Sabemos muito bem que esse combate, além de não diminuir o tráfico e o consumo, serve apenas para encarcerar e assassinar a juventude pobre e negra. Enfrentar a violência policial é outra ação urgente. Não é possível que a força armada do Estado viole cotidianamente os direitos humanos e decida por ela mesma quem vai viver, quem vai morrer,

e espere que vejamos isso de forma naturalizada. É preciso enfrentar o racismo e, para isso, necessitamos reconhecer nossa história escravocrata para que possamos perlaborá-la.

Não é possível ser uma nação se não enfrentarmos as questões do autoritarismo e da formação militar no Brasil. A Comissão da Verdade foi uma tentativa do governo brasileiro, durante o mandato da ex-presidenta Dilma, de investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 a 1985. Todavia, ela não foi efetiva. Os torturadores não foram punidos, julgados ou condenados, até porque, muitos deles, estavam mortos; além disso, o julgamento e a condenação não foram previstos por essa comissão. Somente a defesa da memória e a busca pela verdade não foram suficientes. Era necessário perlaborarmos esse momento, assim como deixamos de elaborar, em 1979, a partir da Lei da Anistia, sancionada pelo então presidente João Batista Figueiredo. Essa falta de perlaboração faz com que as Forças Armadas ainda possuam formação da época da Guerra Fria, considerando parte do povo brasileiro como inimigo e comemorando o dia 31 de março, início da Ditadura Militar.

Somos o quinto país em mortes violentas de mulheres no mundo, uma nação que lidera o *ranking* que mais mata pessoas *trans* no planeta e uma pátria cuja xenofobia, principalmente contra os nordestinos, cresceu 874% na internet, sobretudo na época das eleições, o que revela um forte racismo. Tanto a Lei Maria da Penha quanto a equivalência do crime de racismo ao crime de homofobia mostraram o avanço dessas pautas no Brasil nos últimos anos. Mas isso ainda é insuficiente. Enquanto não perlaborarmos nossa história de violência contra essas minorias e compreendermos sobre as desigualdades e as relações de poder que envolvem questões de gênero e sexualidade que incidem sobre os corpos desses sujeitos, levando à negação de direitos e a diferentes níveis de tolerância, nossa democracia continuará fraturada entre “nós” x “eles”. A construção de comportamentos legitimados socialmente para homens e mulheres cria e sustenta espaços para que os diversos tipos de violência ocorram sempre que um sujeito não corresponda aos moldes esperados. Diferenças, nesse sentido, são transformadas em desigualdades, e não em pluralidade.

Talvez Bolsonaro e bolsonarismo não existissem se nós, enquanto nação, tivéssemos perlaborado nossas mazelas e construído, assim, um país verdadeiramente democrático. Sem essa perlaboração, não será possível realizarmos reformas estruturais tão necessárias. É impossível a democracia andar junto com a desigualdade. Cabe, a todos nós, construir espaços emancipatórios, que conduzam à efetividade dos direitos sociais. E isso dependerá das nossas escolhas e das representações que temos do papel do Estado, da ideia que fazemos da justiça social e dos sentidos que atribuímos a uma economia justa. No final, na luta entre Eros e pulsão de morte, nós decidiremos quem irá ganhar. Segundo Freud (1933/2020, p. 441), “tudo o que estimula o desenvolvimento cultural também trabalha contra a guerra”.

## REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (1975). A Técnica Psicológica das Palestras Radiofônicas de Martin Luther Thomas. *In: Gesammelte Schriften*, v. 9, tomo II (Soziologische Schriften II). (pp. 11-37). Suhrkamp Verlag. (Trabalho original publicado em 1943).
- Adorno, T. W. (2009). *Dialética Negativa*. Zahar Editores. (Trabalho original publicado em 1966).
- Adorno, T. W. (2015). *A teoria freudiana e o modelo fascista de propaganda*. *In: Ensaio sobre a psicologia social e Psicanálise*. (pp. 153-190). Unesp. (Trabalho original publicado em 1951).
- Adorno, T. W. (2015). *Antissemitismo e propaganda fascista*. *In: Ensaio sobre a psicologia social e Psicanálise*. (pp. 137-152). Unesp. (Trabalho original publicado em 1946).
- Adorno, T. W. (2019). *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Unesp. (Trabalho original publicado em 1950).
- Adorno, T. W. (2019). *Minima Moralia*. Edições 70. (Trabalho original publicado em 1951).
- Adorno, T. W. (2020). *Aspectos do novo radicalismo de direita*. Unesp.
- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (2011). *Dialética do Esclarecimento*. Zahar Editores. (Trabalho original publicado em 1944).
- Aires, J. L. Q. (2020). O gramscismo cultural: a ideologia neofascista brasileira. *In: Aires, J. L. Q. J. L., Lima, M. de, & Cavalcanti, J. L. Antônio Gramsci e os desafios do marxismo no mundo contemporâneo*. (pp. 225-281). CCTA UFPB.
- Almeida, J. R. de, & Carvalho, A. F. de. (2022). Neoconservadorismo e arcaísmos no neoliberalismo: implicações para a corrosão da inclusão escolar. *Revista Educação Especial*, 35, 1-19. <https://doi.org/10.5902/1984686X71319>.
- Angelin, R., & Gabatz, C. (2022). *Percursos da Hegemonia Cultural Bolsonaroista e a Retórica de Ódio na Realidade Brasileira Contemporânea*.
- Araújo, T. M., Araújo, S. S., & Baldaia, F. B. (2021, 27 a 30 de julho). *O bolsonarismo e o Brasil profundo: notas sobre uma pesquisa*. [Apresentação de trabalho]. Encontro de estudos multidisciplinares em cultura – XVII ENECULT, Salvador.
- Araújo, I. U., Silva, T. W., & Sugamoto, A. (2021). O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma trépis conservadora. *Revista cultura & religión*, 15(1), 180-222.
- Azevedo, C. R. S., Alberto, M. F. P., & Amorim, T. R. S. (2017). Adolescência e ato infracional: violência institucional e subjetividade em foco. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 579-594. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282052994004>
- Azevedo, M. C., & Lima, M. A. A. (2020). *Fake news e pós-verdade na construção do Neoconservadorismo no Brasil pós-2013 e os efeitos de 2018*. *Revista digital de pós-*

- graduação em letras da PUCRS*, 13(02), 1-14. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-4301.2020.2.35546>
- Barkun, M. (2003). *The culture of conspiracy: apocalyptic vision in contemporary America*. Berkeley: University of California Press.
- Bianchi, A., & Mussi, D. (2020, 27 de abril). Os inimigos de Gramsci. *Jacobin Brasil*. <https://jacobin.com.br/2020/04/os-inimigos-de-gramsci/>
- Bogéa, D. (2021). Psicologia do Bolsonarismo: Por que tantas pessoas se curvam ao mito? *Oficina de Filosofia*.
- Bonfim, F. (2021). O Problema do racismo: um desafio para a psicanálise. *Revista de Psicanálise Stylus*, 1(41), 83-94. <https://doi.org/10.31683/stylus.v1i41.505>
- Braga, V. de A. (2016). *A paranoia para além da psicose: a manifestação paranoica na ausência de psicose* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Maranhão]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMA. <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/1728>
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Bueno, S., Lima, R. S. de, & Teixeira, M. A. C. (2016). Sujeito ou demandante? Reflexões sobre o caráter da participação nos conselhos comunitários de segurança de São Paulo. *Sociologias*, 18(42), 328-355. <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/65258>
- Byford, J. (2011). *Conspiracy Theories: A critical Introduction*. Palgrave Macmillan.
- Byford, J. (2014). Beyond belief: The social psychology of conspiracy theories and the study of ideology. In: Antaki, C., & Condor, S. *Rhetoric, ideology and social psychology: Essays in honour of Michael Billig*. (pp. 83-84). London: Antaki and Condor.
- Calil, G. (2021). Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. *Argumentum*, 13(02), 64-82. <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/34166>
- Carapaná. (2018). A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: Gallego, E. S. (Org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Carnut, L., & Regis, G. C. (2022). Ofensiva burguesa em tempos de golpe: O “marxismo cultural” na educação brasileira. *Temporalis*, 22(43), 109-122.
- Castro, J. C. L, de. (2019, 13 a 15 de setembro). *Ódio, segregação e psicologia de massa sob a égide do Outro algorítmico*. [Apresentação de trabalho]. IX Encontro americano de psicanálise de orientação lacaniana (ENAPOL), Centro de Convenções Rebouças, São Paulo, SP. <https://clipp.org.br/odio-segregacao-e-psicologia-de-massa-sob-a-egide-do-outro-algoritmico/>

- Castro, R. F. (2014). Extrema-direita, pseudohistória e conspiracionismo: o caso do negacionismo do holocausto. *In: F. C. Edler, N. O. Ferreras, K. Grinberg, L. M. P. Guimarães, K. Kodama, L. B. Kury, F. H. Lopes, P. K. Mendonça, M. S. Neves, L. F. Sedrez, C. C. S. Tavares, & R. G. Teixeira (Org.). Anais do XVI encontro regional de história da ANPUH – Rio: saberes e práticas científicas.* 1408317295\_ARQUIVO\_RicardoFigueiredodeCastro.pdf
- Castro, R. F. (2016). Veneno antidemocracia: conspiracionismo, ideologia e política. *In: M. S. N. Martins, R. A. Pereira, & T. S. Reis (Org.). Anais do XVII encontro regional de história da ANPUH – Rio: entre o local e o global.* 1466972542\_ARQUIVO\_ANPUH2016textocompletoDOC.pdf
- Casara, R. R. R. (2018). *Sociedade sem lei: pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie.* Civilização Brasileira.
- Cassimiro, P. H., & Christian, L. (2022). *O populismo reacionário.* Contracorrente.
- Carapanã. (2018). A nova direita e a normalização do nazismo e fascismo. *In: E. S. Gallego (Org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil.* (pp. 36-45). Boitempo.
- Ceccarelli, P. R. (2006). Violência e cultura. *In: Rudge, A. M. (Org.). Traumas.* (pp. 111-123). São Paulo: Escuta.
- Ceccarelli, P. R. (2009). Laço social: uma ilusão frente ao desamparo. *In: Reverso, Belo Horizonte, 31(58), p. 33-42.*
- Ceccarelli, P. R. (2014). A mentira como organizador social. *Cronos R. Pós-Grad. Ci. Soc, Natal, 13(1), p. 99-109.* <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/5626>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- Ceccarelli, P. R. (2020). Agressividade, Trabalho de cultura e violência. *In: Andrade, E., Freitas, V., & Ceccarelli, P. (Org.). Psicanálise na vida cotidiana 2.* (pp. 199-226). Bom Despacho: Literatura em cena.
- Ceccarelli, P. R., & Oliveira, G. D. F. (2019). Entre a fantasia e a ilusão: o desamparo. *Polêm!ca, 19(2), pp. 71-83.*
- Cesarino, L. (2019). Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia, 62(03), pp. 530-557.*
- Cesarino, L. (2022). *O mundo do avesso: verdade política na era digital.* Ubu Editora.
- Chauí, M. (2020). O totalitarismo neoliberal. *Anacronismo e Irrupción: Revista de Teoría y Filosofía Política Clásica y Moderna, 10(18), pp. 307-328.* <https://publicaciones sociales.uba.ar/index.php/anacronismo/article/view/5434>
- Chreim, V., & Cintra, E. M. U. (2020). A recusa e as crenças: a dimensão narcísica da não admissão da castração. *Estudos interdisciplinares em psicologia, 11(03), pp. 163-181.* <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/40988/28945>

- Coady, D. (2006). *Conspiracy Theories: The Philosophical Debate*. Ashgate: Hampshire.
- Cossi, R. K. (2010). Transexualismo e psicanálise: considerações para além da gramática fálica normativa. *A PESTE: Revista de psicanálise e sociedade e filosofia*, 2(1), 199-223.  
<https://revistas.pucsp.br/index.php/apeste/search/authors/view?givenName=Rafael%20Kalaf&familyName=Cossi&affiliation=&country=&authorName=Cossi%2C%20Rafael%20Kalaf>
- Costa, I. C. (2020). *Dialética do marxismo cultural*. Expressão popular.
- Costa, J. Fernando. Andrade. (2021). Quem é o “cidadão de bem”? *Psicologia USP*, 32(e190106), pp. 1-10. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190106>
- Costa, J. F. (2023). *Além do princípio do pudor*. Zagodoni Editora Eireli.
- Cunha, M. do N. (2020). Fundamentalismos crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul. Koinonia.
- Dardot, P., Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Vasconcelos, F. M. de. (2021). *Mídia e conservadorismo: O Globo, a Folha de S.Paulo e a ascensão política de Bolsonaro e do bolsonarismo* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Attena Repositório Digital da UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43482>
- Dietrich, A. M. (2007). Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil. [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca digital USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072007-113709/pt-br.php>
- Douglas, K. M., Sutton, R. M., & Cichocka, A. (2017). The Psychology of Conspiracy Theories. *Current Directions in Psychological Science*, United States, 26(6), pp. 538-542. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0963721417718261>.
- Dunker, C. (2015, 1 de agosto). Um novo mal-estar ressentimento de classe. *Le monde diplomatique Brasil*. <https://diplomatie.org.br/ressentimento-de-classe/>
- Dunker, C. (2016, 5 de julho). Para psicanalista, “condominização” do país gera incapacidade de lidar com as diferenças. *CondomínioSC*. <https://condominiosc.com.br/radar/2602-christian-dunker-analisa-mal-estar-social-provocado-por-condominios>
- Dunker, C. (2018, 4 de julho). Psicanalista Christian Dunker propõe relação entre escola e território contra “lógica de condomínio”. *Cidade escola Aprendiz*. <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/psicanalista-christian-dunker-propoe-relacao-entre-escola-e-territorio-contra-logica-de-condominio-1/>
- Dunker, C. (2019). *Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático*. In: *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o brasil de hoje*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Dunker, C. (2022). *Lacan e a Democracia*. Boitempo.
- Dunker, C., Junior, N. da S., & Safatle, Vladimir. (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.
- Dutra, R., & Pessoa, K. (2021). Guerras Culturais e a relação entre religião e política no Brasil contemporâneo. *Revista brasileira de Histórias das Religiões*, 13(39), pp. 233-256.
- Empoli, G. da. (2019). *Os engenheiros do caos*. Vestígio.
- Fernandes, V. J. A., & Machado, D. S. M. (2022). Discurso popular-democrático e o sujeito de negação bolsonarista: extrema-direita no Brasil contemporâneo entre a Sociologia e a Psicanálise. *Revista de ciências sociais (RCS)*, 53(1), pp. 23-56. <https://doi.org/10.36517/rcs.53.1.d02>
- Ferrari, P. (2016). *Comunicação digital na era da participação*. Editora Fi.
- Ferreira, I. G. (2023). Bolsonarismo e servidão voluntária: ensaio teórico-reflexivo a partir do pensamento de étienne de la boétie. *Revista de ciência política, direito e políticas públicas*, 5(1), 109-123.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da Sociedade*. Martins Fontes.
- Freitas, M. T. de U. (2022). Bolsonarismo como libguagem da destruição: uma conversa sobre o mal-estar civilizatório no Brasil recente. *Cadernos do CEAS: Revista crítica da humanidades*, 47(256), 318-345. <https://periodicos.unemat.br/index.php/politikcon/article/view/11257><https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/1054>
- Freixo, A., & Machado, R. P. (2019). Dias de um Futuro (quase) Esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: A. Freixo, & A. Pinheiro (Org.). *Brasil em Transe: Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização* (pp. 9-23). Oficina Raque.
- Freud, S. (2014). A cisão do EU no processo de defesa. In: *Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 152- 155). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1938).
- Freud, S. (2020). A negação. In: *Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 315-326). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1925).
- Freud, S. (1996). A questão de uma Weltanschauung. In: *Obras incompletas de Sigmund Freud*. (Vol. 22, pp. 155-177). *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Imago. (Trabalho original publicado em 1933).
- Freud, S. (2016). A perda da realidade na neurose e na psicose. In: *Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 279-286). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (2011). "Autobiografia". In: *Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 16, pp. 68-149). Companhia Das Letras. (Trabalho original publicado em 1925).
- Freud, S. (2015). Considerações contemporâneas sobre a guerra e a morte. In: *Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 99- 136). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1915).

- Freud, S. (2016). Fetichismo. *In: Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 305- 314). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1927).
- Freud, S. (2010). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. *In: Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 10, pp. 66-74). Companhia Das Letras. (Trabalho original publicado em 1911).
- Freud, S. (2014). Inibição, sintoma e angústia. *In: Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 17, pp. 07-71). Companhia Das Letras. (Trabalho original publicado em 1926).
- Freud, S. (2016). Manuscrito H (Paranoia). *In: Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 15-22). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1885).
- Freud, S. (2016). Manuscrito K (As neuroses de defesa). *In: Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 23-34). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (1996). Moisés e o monoteísmo. *In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 23, pp. 11-161). Imago. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. (Trabalho original publicado em 1938).
- Freud, S. (2015). O escritor e a fantasia. *In: Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 08, pp. 227-236). Companhia Das Letras. (Trabalho original publicado em 1908b).
- Freud, S. (2011). O Eu e o Id. *In: Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 16, pp. 11-64). Companhia Das Letras. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (2015). O esclarecimento sexual das crianças. *In: Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 08, pp. 219-226). Companhia Das Letras. (Trabalho original publicado em 1907).
- Freud, S. (2020). O futuro de uma ilusão. *In: Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 233-298). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1927).
- Freud, S. (2019). O infamiliar. *In: Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 28-116). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1919).
- Freud, S. (2020). O mal-estar na cultura. *In: Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 305-410). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2011). O problema econômico do massoquismo. *In: Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 16, pp. 166-181). Companhia Das Letras. (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (2014). Os caminhos da formação de sintomas. *In: Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 13, pp. 277-291). Companhia Das Letras. (Trabalho original publicado em 1917).
- Freud, S. (2010). Os instintos e seus destinos. *In: Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 29-45). Companhia Das Letras. (Trabalho original publicado em 1915).

- Freud, S. (1996). Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa. *In: Edição Stantard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 03, pp. 19-208). Imago. (Trabalho original publicado em 1896)
- Freud, S. (2010). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (*dementia paranoides*) relatado em autobiografia (“O caso Schreber”, 1911). *In: Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 10, pp. 11-80). Companhia Das Letras. (Trabalho original publicado em 1911).
- Freud, S. (2020). Por que a Guerra? *In: Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 421-444). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1933).
- Freud, S. (2020). Psicologia das massas e análise do EU. *In: Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 137-232). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1911).
- Freud, S. (1996). Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. *In: Edição Stantard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 06, pp. 19-208). Imago. (Trabalho original publicado em 1901).
- Freud, S. (2015). Sobre as teorias sexuais infantis. *In: Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 08, pp. 272-286). Companhia Das Letras. (Trabalho original publicado em 1908a).
- Freud, S. (1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. *In: Edição Stantard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 19-208). Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (2012). Totem e Tabu. *In: Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 11, pp. 07-176). Companhia Das Letras. (Trabalho original publicado em 1912-1913).
- Gallego, E. S. (2018). Apresentação. *In: E. S. Gallego (Org.), O Ódio como Política: A reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo.
- Galego, E. S, Moretto, M, & Ortellado, P. (2017). “Guerras culturais” e “populismo antipetista”. *Friedrich-Ebert-Stiftung*, x(10), p. 01-07. <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13540.pdf>
- Girardet, R. (1987). *Mitos e mitologias políticas*. Companhia das Letras.
- Gonçalves, M. A, & Paravidini, J. L. L. (2009). Neopetecostalismo: desamparo e condição masoquista. *Revista Mal-esta e Subjetividade*, 9(4), pp. 1173-1202.
- Goertzel, T. (1994). Belief in conspiracy theories. *Political Psychology*, 733–744.
- Guerra, A. M. C, Rocha, L. A. A. (2021). O próximo e o ódio: questões da psicanálise na atualidade. *Psicologia Revista*, 30(1), 146-167. <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/47140>
- Arendt, H. (2013). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Schwarcz S.A.
- Hofstadter, R. (1966). *The paranoid style in American politics*. Knopf.

- Iannini, G., & Tavares, P. H. (2019). Freud e o Infamiliar. *In: G. Iannini (Ed.), O infamiliar* (pp. 06-17). Autêntica.
- Jesus, S. (2019). A ideologia do “cidadão de bem”. *In: S. de Jesus (Ed.), Ecos do autoritarismo a ditadura revisitada*. (pp. 09-31). Editora Oeste.
- Julien, P. (1996). *O estranho gozo do próximo: ética e psicanálise*. Jorge Zahar Editor.
- Julien, P. (2009). *Psicose, perversão, neurose: a leitura de Jacques Lacan*. Companhia de Freud.
- Kalil, I. O. (2018). Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>
- Kalil, I. O. (2020). Políticas antiderechos em Brasil: neoliberalismo y neoconservadorismo em el Gobierno de Bolsonaro. *In: A. Torres Santana (Ed.), Derechos em riesgo em América Latina* (pp. 35-54). Fundacion Rosa Luxemburg.
- Kapoor, I. (2020). *Confronting desire: psychoanalysis and international development*. Cornell University Press.
- Keeley, B. (1999). Of Conspiracy Theories. *The Journal of Philosophy*, 96(3), pp. 109-126. [https://www.jstor.org/stable/2564659?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2564659?seq=1#page_scan_tab_contents).
- Kehl, M. R. (2019, novembro). O ressentimento chegou ao poder? *Revista Serrote*. <https://www.revistaserrote.com.br/2020/01/o-ressentimento-chegou-ao-poder-por-maria-rita-kehl/>
- Koyré, A. (2019). Reflexões sobre a mentira. *Ipseitas*, 5(1), pp. 119-132.
- Kramer, J. (2021). Por que as pessoas acreditam em teorias da conspiração? A ciência explica. *National Geographic Brasil*. <https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2021/01/por-que-as-pessoas-acreditam-em-teorias-da-conspiracao-a-ciencia-explica>
- Kyrle, R. M. (2015). *The collected papers of Roger Money-Kyrle*. The Harris Meltzer Trust.
- Lacan, J. (1971). *O seminário 18: de um discurso que não fosse do semblante*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1972). *Outros escritos*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2008). *O seminário 17: o avesso da psicanálise*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2011). Saber, verdade ignorância e gozo. *In: Estou falando com as paredes: Conversas na Capela de Sainte-Anne*. (pp. 9-38). Jorge Zahar.
- Laclau, E., Mouffe, C. (2001). *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Verso.
- Lacerda, M. B. (2018). *Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados* [Tese de doutorado, Universidade do Estado do

- Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UERJ. <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/12476>
- Levitsky, S., & Ziblatt, Daniel. (2018). *Como as democracias morrem*. Zahar.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1990). *Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia*. Zahar.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2012). *Vocabulário de psicanálise*. Martins Fontes.
- Lewis, P., Boseley, S., & Duncan, P. (2019, 1 de maio). Revealed: Populists Far More Likely To Believe In Conspiracy Theories. *The Guardian*, UK. <https://www.theguardian.com/world/2019/may/01/revealed-populists-more-likely-believe-conspiracy-theories-vaccines>.
- Lima, E. C. de A., & Lima, I. C. C. (2020). O neoconservadorismo religioso e heteronormatividade: A “bolsonarização” como produção de sentido e mobilização de afetos. *Cadernos de Campo: revista de ciências sociais*, x(28), 325-350.
- Maitino, M. E. (2020). Populismo e Bolsonarismo. *Cadernos Cemarx*, 13 (00), 01-18. <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/13167>
- Mannoni, O. (1991). *Eu sei, mas mesmo assim*. Em Katz, C.M. (Org.). *Escuta*.
- Medina, F., Silva, M. C. Q. E., Pinheiro, P. R. M., Silva, J. D. M. O. E., Leal, L. J. P., Freitas, T. M. L., Aguiar, A. C. B., & Mota, A. V. L. (2022). Neoliberalismo e conservadorismo: quem são os “cidadãos de bem” ressentidos? *Brazilian Journal of development*.
- Marçal, A. C. (2013). *Vida além da morte? Desejo e negatividade entre Hegel e Lacan* [Monografia, Universidade de Brasília]. Biblioteca Digital da produção intelectual discente da UNB. <https://bdm.unb.br/handle/10483/5197>
- Marques, R. M., & Vargas, N. C. (2022, 18 de outubro). Os *think tanks* liberais no Brasil e a educação. *Le monde diplomatique Brasil*. <https://diplomatique.org.br/os-think-tanks-liberais-no-brasil-e-a-educacao/>
- Marx, K, Engels, F. (2001). *Manifesto do partido comunista*. L&PM Pocket.
- Mendes, A., & Silva, T. (2022). O populismo no Brasil: as estratégias utilizadas por Bolsonaro para chegar ao poder. *Revista Media & Jornalismo*, 22(40), pp. 79-104. <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/10144>
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da Inimizade*. Antígona
- McDermott, R. (2019). Psychological underpinnings of post-truth in political beliefs. *Political Science & politics*, 55(2), 218-222.
- Mcintyre, L. (2018). *Post-Truth*. The MIT Press.
- Melman, C. (2008). *Como alguém se torna paranoico? De Schreber a nossos dias*. CMC Editora.

- Melman, C. (2015). Questões acerca da paranoia. *In*: M. Czermak & L. Sciara (orgs.), *A clínica da psicose: Lacan e a psiquiatria* (Vol. 2, pp. 23-41). Rio de Janeiro: Tempo Freudiano Associação Psicanalítica.
- Miller, J. A. (2010). *Extimidad*. Paidós.
- Miller, J. A. (1997). *Lacan Elucidado: Palestras no Brasil*. Zahar.
- Miller, J. A. (1987). *Percurso de Lacan: uma introdução*. Zharar.
- Miller, J. A. (2014). Racismo e extimidade. *Derivas analíticas*. [https://revistaderivasanaliticas.com.br/index.php/accordion-a-2/o-entredois-ou-o-espaco-do-sujeito#\\_edn2](https://revistaderivasanaliticas.com.br/index.php/accordion-a-2/o-entredois-ou-o-espaco-do-sujeito#_edn2)
- Miranda, L. L., & Caldas, H. (2021) Considerações psicanalíticas sobre a pós-verdade e as malditas *fake news*. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund*, 24(3), 560-574
- Moraes, D. de. (2016). *Crítica da Mídia & Hegemonia Cultural*. Mauad X.
- Moreira, C. M. S. (2009). *Para além da ilusão: os limites da crítica freudiana à religião* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <http://hdl.handle.net/1843/VCSA-8C7DGT>
- Mudde, C. (2019). *The far righth today*. Polity Press.
- Nasio, J. D. (1992). *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Jorge Zahar.
- Nicolas, L. (2016, de julho a dezembro). As teorias da conspiração como espelho do século: entre a retórica, a sociologia e a história das ideias. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, 12, pp. 255-279. <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/1325>.
- Nicolau, J. (2020). O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Zahar
- Nunes, M. V. S. (2020). Nada mais que a verdade: *fake news*, ficção e a ontologia política do gozo. *Leitura flutuante*, 12(2), pp. 26-39.
- Oxford Languages. (2016). Post-truth. *In*: *Oxford Languages*. <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>
- Pariser, E. (2012). *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Zahar.
- Pereira, E. (2023). Teologia do domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico-política do Bolsonaro. *Projeto História*, 76(x), pp. 147-173.
- Quinet, A. (2009). *A estranheza da psicanálise: a Escola de Lacan e seus analistas*. Zahar
- Quinet, A. (2019, 22 de maio). Como viramos fascistas?. GGN. <https://jornalggn.com.br/artigos/como-viramos-fascistas-por-antonio-quinet/>
- Quinet, A. (2002). *Na mira do outro, a paranoia e seus fenômenos*. Rios ambiciosos.
- Quinet, A. (2018, 07 de dezembro). O ignoródio ao gozo do outro. *Revista Cult*. <https://revistacult.uol.com.br/home/o-ignorodiodo-ao-gozo-do-outro/>
- Quinet, A. (2012). *Os Outros em Lacan*. Zahar.

- Reich, W. (2009). *Psicologia de massa do fascismo*. Martins Fontes. (Original publicado em 1933).
- Reichert, D. W. (2021). O inimigo comum – Reflexões sobre o papel de ameaças imaginárias para a articulação da política brasileira. *Revista Perspectiva*, 14(26), pp 52- 67. <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/111760/63545>
- Reznik, D. D., & Salem, P. (2010). Duas faces da noção de segredo em psicanálise. *Cad. Psicanal*, 33(23), pp. 93-105.
- Rocha, J. C. de C. (2023). *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico*. Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. Autêntica.
- Rocha, J. C. de C. (2021). *Guerra cultural e retórica do ódio: Crônicas de um Brasil Pós-político*. Caminhos.
- Rocha, C. (2017, 2 de novembro). *Think tanks* ultraliberais e a nova direita brasileira. *Le monde diplomatique Brasil*. <https://diplomatique.org.br/think-tanks-ultraliberais-e-nova-direita-brasileira/>
- Rosset, C. *O real e seu duplo. Ensaio sobre a ilusão*. José Olympio, 2008.
- Rubim, A. A. C., & Tavares, M. (2021). *Cultura e política no Brasil atual*. Fundação Perseu Abramo.
- Safate, V. (2017). *Introdução a Jacques Lacan*. Autêntica
- Safate, V. (2015). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Autêntica.
- Santaella, L. (2018). *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Estação das letras e cores.
- Santos, P. E. (2022). Desinformação, negacionismo e a pandemia. *Unisinos jornal de philosophy*, 23(1), pp. 1-15.
- Schio, S. M. (2011). Hannah Arendt: o mal banal e o julgar. *Veritas* (Porto Alegre), 56(1), pp. 127-135. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/9297/6407>
- Shermer, M. (2012). *Cérebro e crença. De fantasmas e deuses à política e às conspirações – como o cérebro constrói nossas crenças e as transforma em verdades*. JSN Editora.
- Silva, S. (2010). *Sedução e Resistência a partir da Literacia Mediática*. [Tese de Doutorado em Comunicação Social, Universidade do Porto]. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/55681>.
- Silveira, S. A. da. (2019). *Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão manipulando comportamentos e escolhas políticas*. Edições Sesc São Paulo.
- Solano, E. (2018). Crise da Democracia e extremismos de direita. *Friedrich-Ebert-Stiftung*, x(4), p. 01-27. <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>.
- Souza, J. (2016). *A Radiografia do Golpe*. Leya.

- Souza, J. (2019, 8 de maio). O que significa Bolsonaro no poder. *Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo*. <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/08/artigo-or-o-que-significa-bolsonaro-no-poder-por-jesse-souza>
- Souza, J. (2022). *A Herança do Golpe*. Civilização Brasileira.
- Souza, J. (2021). *Como o racismo criou o Brasil*. Estação Brasil.
- Souza, R. S. F. de. S. (2012). O sujeito de uma língua estrangeira: o *deslizamento do significante no sujeito paranoico*: [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório da UFPB. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8887/2/arquivototal.pdf>
- Souza, J. F de, Volpi, S. M. (2022). O fascismo na visão de Wulhelm Reich e suas relações com a história e a sociologia brasileira. In: Volpi, J. H, Volpi, S. M. (Org.). *Anais do vigésimo quinto congresso brasileiro de psicoterapias corporais*. Centro Reiciano. <https://www.centroreichiano.com.br/artigos/Anais-2022/O-fascismo-na-visao-de-wilhelm-reich-Diogo-Souza-e-Sandra-Volpi-min.pdf>
- Taguieff, P. (2006). *L'imaginaire du complot mondial: aspects d'un mythe moderne*. Mille et Une Nuits.
- Tavares, M. (2021). Guerra Cultural: das origens a Bolsonaro. In: Rubim, A. A. C., Rubim, & M. Tavares (Org.). *Cultura e política no Brasil atual* (pp. 57-78). Fundação Perseu Abramo.
- Teixeira, M. R. A. (2007). *A soberania do inútil e outros ensaios de psicanálise e cultura*. Annablume.
- Tiburi, M. (2019). A ascensão fascista no Brasil. In: A.A.C, Rubim, & M. Tavares, *Cultura e Política no Brasil atual* (pp. 95-108). Fundação Perseu Abramo.
- Trinca, W. (2009). O sistema mental determinante da inveja. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 43(03), pp. 51-58.
- Valle, V. do. (2021, 1 de abril). Ideologia, bases sociais e as perspectivas do bolsonarismo. *Le monde diplomatique Brasil*. <https://diplomatie.org.br/ideologia-bases-sociais-e-as-perspectivas-do-bolsonarismo/>
- Vasconcelos, F. M. de. (2021). *Mídia e conservadorismo: O Globo, a Folha de S.Paulo e a ascensão política de Bolsonaro e do bolsonarismo* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Attena Repositório Digital da UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43482>
- Viana, N. (2007). A invenção do inimigo imaginário. *Antítese*, 4(2), pp. 95-111.
- Van Prooijen, J.-W., & Krouwel, A. P. M. (2017). Extreme political beliefs predict dogmatic intolerance. *Social Psychological and Personality Science*, 8, 292-300.
- Van Prooijen, J., & Van Lange, P. A. M. (2014). *Power, politics, and paranoia: Why people are suspicious of their leaders*. Cambridge University Press, 2014.

- Van Proojien, J., & Douglas, K. M. (2018) Belief in conspiracy theories: Basic principles of an emerging research domain. *European Journal of Social Psychology*, London, 48(7), pp. 897-908. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/ejsp.2530>.
- Van Proojien, J. (2018). *The psychology of Conspiracy Theories*. Routledge.
- Zizek, S. (2017). *Against the double blackmail: refugees, terror and other troubles with the neighbour*. Penguin Books.
- Zizek, S. (2017). *Interrogando o real*. Autêntica.